

FAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO

HELOISA DE PUPPI E SILVA

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL
A PARTIR DA ATIVIDADE ECONÔMICA DE CELULOSE E PAPEL:
TELÊMACO BORBA E A KLABIN EM QUESTÃO**

CURITIBA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HELOISA DE PUPPI E SILVA

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL
A PARTIR DA ATIVIDADE ECONÔMICA DE CELULOSE E PAPEL:
TELÊMACO BORBA E A KLABIN EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento (Sustentabilidade e Desenvolvimento Local) da FAE – Centro Universitário como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Organizações e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Cleverson V. Andreoli
Co-orientador: Prof. Christian Luiz da Silva

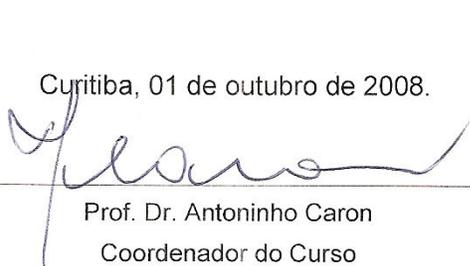
**CURITIBA
OUTUBRO 2008**

HELOÍSA DE PUPPI E SILVA

**SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA
ATIVIDADE ECONÔMICA DE CELULOSE E PAPEL: TELÊMACO BORBA E
A KLABIN EM QUESTÃO**

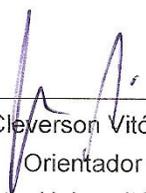
Esta dissertação foi julgada e aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico
Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário.

Curitiba, 01 de outubro de 2008.



Prof. Dr. Antoninho Caron
Coordenador do Curso

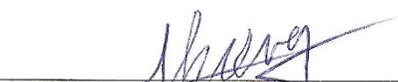
Banca Examinadora:



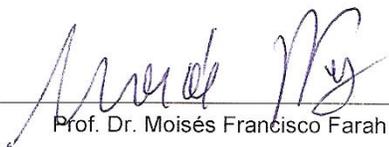
Prof. Dr. Cleverson Vitorio Andreoli
Orientador
UNIFAE - Centro Universitário Franciscano



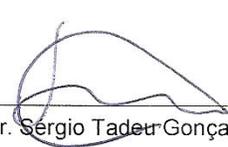
Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
Co-Orientador
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR



Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves
Examinador Interno
FAE Centro Universitário



Prof. Dr. Moisés Francisco Farah Junior
Examinador Externo
Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL



Prof. Dr. Sergio Tadeu Gonçalves Muniz
Suplente
FAE Centro Universitário

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização deste estudo e, de sobremaneira ao Professor Christian Luiz da Silva, pela paciência e compreensão, ao Professor Cleverton V. Andreoli, pelo apoio e receptividade, ao Professor José Edmilson de Souza Lima, pelos diálogos que permitiram o alargamento de minhas compreensões, ao Professor Moisés Francisco Farah Jr., pelas oportunidades e comprometimento, ao Professor Lafaiete Neves pelas contribuições, aos Professores Fernando Muniz, Osmar Ponchirolli e Lúcia Sermann pelos votos de confiança, ao Professor Antoninho Caron pela esperança e aos demais professores do mestrado que deram novos rumos à minha construção do conhecimento. Um especial agradecimento para Mariana Fressato, sempre muito prestativa, e aos amigos Professores Glower Kujew, Eliana Velasco, Carlos Ilton Cleto, Semi Cavalcante de Oliveira, que sempre me apóiam e ensinam com suas experiências. Aos colegas do mestrado pelo companheirismo, especialmente à Simone Wiens. A todos entrevistados na pesquisa de campo pela essencial contribuição. Aos colegas de trabalho Bernardo Patrício Netto, Waldir Pan e Antonio Carlos Lugnani. Ao Nelson Iachtechen Junior por entender minha ausência. À minha família Gilmar Aurino da Silva, Maria da Graça Puppi da Silva, Guilherme de Puppi e Silva, Paula Brofmam Puppi, Marcelo de Puppi e Silva e Eliandre Katerenhuk de Puppi e Silva por sempre acreditarem em mim e sempre me ajudarem quando precisei.

EPIGRAFE

Monte Alegre do Tibagi, um lugar tricentenário que foi rascunhado nas notas de viagem dos primeiros exploradores da América, não se limitou, pura e simplesmente, à figuração histórica. Semelhante a um taquaral – que surge de um broto só – formou ramada notável. Do seu caule original, germinaram ramos altíssimos, fortes, que fizeram alicerce ao peso do avanço civilizatório. A região primeiro abrigou as feras, depois o nomadismo silvícola. Contra estes, intrusaram os europeus e sobre suas pegadas, seguiram os tropeiros. Do luar resultou o pouso, e assim a marca do engenho humano prosperou. Com admirável surpresa, viu-se que seus vales escondiam riquezas. Conquistando-as, ficou garantida a posse do lugar que o saltar das décadas abrigou a indústria. Os capões de pinheiros forneceram substância ao papel que motivou ondas migratórias intensas. Essa gente, que avolumada por refugiados de guerra, aventureiros, caboclos e mais uma legião de sorteados no destino, povoou Monte Alegre subitamente, sob o olhar incrédulo de qualquer vivente. Num instante estava cheia, e hoje, Telêmaco Borba, nos seus 40 anos, tatuou-se de estigmas comparáveis a cidades centenárias, não conquistando a maturidade necessária, reflexo do ente precoce que ainda é.

André Miguel Coraiola, na obra *Capital do Papel* (2003)



FONTE DAS IMAGENS: KLABIN – SITE (2008)

RESUMO

O desenvolvimento local depende dos esforços, das ações e da atividade das organizações para integrar o processo de busca pela sustentabilidade. O desenvolvimento local congrega inúmeras variáveis que relacionam a atividade econômica com sua dinâmica social, espacial, cultural e ambiental. O objetivo geral deste estudo firma-se em avaliar as relações entre a atividade econômica de celulose e papel, representada pela Klabin, e o desenvolvimento local do município de Telêmaco Borba a partir da rede de interações entre os agentes locais. Trata-se de uma pesquisa exploratória de método dedutivo que inicialmente discutiu teoricamente a sustentabilidade e o desenvolvimento local a partir da atividade econômica. Em seguida, foram traçados os elementos históricos das relações entre a Klabin e Telêmaco Borba com base em informações da própria empresa e livros sobre a história do município, visando identificar o início da rede de interações. O levantamento histórico das relações seguiu pelo levantamento de dados de base secundária (IBGE, IPARDES, TEM, RAIS, IAP e FSC). Foi realizada pesquisa de campo para observação das relações atuais entre os agentes do município e a empresa. A estruturação da rede de relações existentes em Telêmaco Borba teve como ferramenta a Análise de Redes Sociais (ARS) e os resultados originaram-se da entrevista com aplicação de questionário estruturado aos atores, definidos pelos agentes locais. No decorrer dos anos, a dependência dos agentes com relação à Klabin foi enfraquecendo, porém, a empresa ainda concorre com a Prefeitura a centralidade da rede de relações, pois, de acordo com a percepção dos agentes ainda é ponto de dependência e gera benefícios. Ou seja, a intensidade das relações entre a Klabin e o município permanece. A atividade econômica de celulose e papel: impacta positivamente no desenvolvimento local ao estimular outras atividades e a geração de renda; é marco cultural do local estabelecendo um vínculo histórico rígido de referência e dependência; ocupa cerca de 95% das terras do município levando ao entendimento de que soluções e alternativas precisam ser pensadas para o espaço urbano; utiliza-se dos recursos naturais e deve estar em constante controle da poluição gerada por sua atividade; e influencia o meio social do local no que se refere às classes sociais e ao atendimento das condições de saúde, escolaridade, bem estar e infra-estrutura. As relações entre os agentes locais são determinadas por interesses institucionais de todas as ordens e não estão apenas relacionados à Klabin. As interações entre os agentes são elementares para a criação de uma identidade própria e de soluções para o desenvolvimento local. Por fim, registra-se a importância do diálogo da economia com as demais áreas do conhecimento, que a complementa no entendimento das relações econômicas com o meio, para o aprofundamento de estudos sobre desenvolvimento local e sustentabilidade.

Palavras chave: Atividade Econômica de Celulose e Papel; Desenvolvimento Local; Sustentabilidade; e Multidisciplinaridade

ABSTRACT

Local development depends on effort, actions and activities of organizations in order to integrate the search process for sustainability. The development brings together many local variables that relate economic activity to other issues such as social dynamic, spatial organization, cultural roots and environmental preservation. The aim of this study is to identify the relationship between the economic activity in pulp and paper, represented by Klabin, and local development of Telêmaco Borba Council, based on an interaction network among local agents. This is an exploratory research method of deductive theory that initially discussed the sustainability and local development derived from the economic activity. Next, the historical elements of the relationship between Klabin and Telêmaco Borba were plotted on the company's own information and books about the history of the council, to identify the beginning of the interaction network. The historical survey on the relationship was followed by secondary source data such as IBGE, IPARDES, MET, RAIS, IPA and FSC. Field research was also conducted in order to observe the existing relations between council officers and the company. The network structure of Telêmaco Borba was based on Social Network Analysis (ARS). The results also come from an interview process and a structured questionnaire applied to actors, defined by local agents. Over the years, the agent's dependency on Klabin's foundation was weakened, but the company still competes with the Mayor in being the central point of the relations network. According to the agent's perception, there is still dependency on Klabin and it still generates benefits. Therefore the intensity of relations between Klabin and the city remains. The economic activity of pulp and paper positively impacts local development and other activities. At the same time that stimulates income generation, it is a local cultural mark, establishing an historical liaison of dependency and reference. The company territory occupies 95% of the city's land, leading to the understanding that alternative solutions need to be designed for the urban space; It uses natural resources and must be in constant control of pollution generated by its activity; The company also influences social environment of the site regarding social classes, health care, education, welfare and infrastructure. The relationships between local agents are determined by institutional interests of all orders and are not only related to Klabin. The interactions between agents are fundamental in order to create its own identity and solutions to local development. Finally, it states the importance of dialogue between economy and other areas of knowledge. This will complement the understanding of economic relations with the environment and deepen the local development and sustainability studies.

Keywords: *Economic Activity of Pulp and Paper, Local Development, Sustainability and Multi-disciplinarily*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – SUSTENTABILIDADE COMO FENÔMENO, PENSAMENTO E OBJETO	28
FIGURA 2.2 – CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
FIGURA 2.3 – SIMULAÇÃO DO IMPACTO NOS INDICADORES NO IDH-M	38
FIGURA 3.1 – LIMITAÇÃO DO COMPLEXO DE PAPEL E CELULOSE	74
FIGURA 3.2 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ RESSALTANDO TELÊMACO BORBA E HARMONIA, REGIÃO QUE ABRIGA A KLABIN	77
FIGURA 3.3 – BONDE AÉREO IMPLANTADO PELA KLABIN EM TELÊMACO BORBA	78
FIGURA 3.4 – LINHA DO TEMPO SEGUNDO INDICAÇÕES DAS AÇÕES DA KLABIN E SEU IMPACTO EM TELÊMACO BORBA	79
FIGURA 3.5 – PIRÂMIDES ETÁRIAS, POR GÊNERO, DE TELÊMACO BORBA – DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000	122
FIGURA 3.6 – FOTO DE SATÉLITE – ÁREA URBANA E FLORESTAL DE TELÊMACO BORBA	137
FIGURA 4.1 – VÍNCULOS ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENTREVISTADOS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	158
FIGURA 4.2 – PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENTREVISTADOS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	159
FIGURA 4.3 – PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	161
FIGURA 4.4 – DEPENDÊNCIAS DAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	163
FIGURA 4.5 – DEPENDÊNCIAS APONTADAS NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	164
FIGURA 4.6 – DEPENDÊNCIA BAIXA APONTADA NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	165
FIGURA 4.7 – DEPENDÊNCIA MÉDIA APONTADA NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	166
FIGURA 4.8 – DEPENDÊNCIA ALTA APONTADA NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	167
FIGURA 4.9 – BEMEFÍCIO APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	168
FIGURA 4.10 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	169
FIGURA 4.11 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) E INTENSIDADE DAS RELAÇÕES APONTADOS NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE POR AUTOVETORES	170
FIGURA 4.12 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) E DISTÂNCIA GEODÉSICA DAS RELAÇÕES APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU	171
FIGURA 4.13 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) E DISTÂNCIA, DAS RELAÇÕES APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS, MEDIDOS PELA ESCALA MÉTRICA DE GOWER; CENTRALIDADE MEDIDA POR AUTOVETORES	172

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 – COMPARATIVO DOS CONCEITOS TEÓRICOS DE HIRSCHMAN, MYRDAL E PERROUX	51
QUADRO 2.2 – COMPARATIVO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	70
QUADRO 3.1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA	115
QUADRO 3.2 – POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO PARANÁ E TELÊMACO BORBA – 1967-2007	119
QUADRO 3.3 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA, FEMININA E MASCULINA DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1980-2000	120
QUADRO 3.4 – POPULAÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2000	121
QUADRO 3.5 – POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1991-2000	123
QUADRO 3.6 – SANEAMENTO E ABASTECIMENTO EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO – 1980-2007	124
QUADRO 3.7 – PIA, PEA E POPULAÇÃO OCUPADA DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1991 E 2000	126
QUADRO 3.8 – POPULAÇÃO OCUPADA, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 2000	127
QUADRO 3.9 – EMPREGOS FORMAIS, RAIS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1996-2006	129
QUADRO 3.10 – ESTABELECIMENTOS FORMAIS, RAIS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1996-2006	131
QUADRO 3.11 – CONSUMO E CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2007	133
QUADRO 3.12 – ENSINO – MATRÍCULAS, DOCENTES, ESTABELECIMENTOS E CONCLUINTES EDUCACIONAIS, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2006	135
QUADRO 3.13 – VARIAÇÃO DO IDH-M E SUAS DIMENSÕES, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ, ENTRE 1991 E 2000	136
QUADRO 4.1 - INSTITUIÇÕES A SEREM ENTREVISTADAS	152

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA	11
1.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA	13
1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA	17
1.4 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.5 PRESSUPOSTO	18
1.6 OBJETIVOS	19
1.7 METODOLOGIA	19
1.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	22
1.9 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	23
2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	24
2.1 SUSTENTABILIDADE	25
2.1.1 Sustentabilidade e Complexidade	26
2.1.2 Sustentabilidade e a Atividade Econômica	28
2.1.3 Sustentabilidade e o Local	30
2.1.4 Sustentabilidade e a Estrutura Local	32
2.1.5 A Sustentabilidade e o Comportamento	32
2.1.6 Sustentabilidade e Mensuração	34
2.1.7 Sustentabilidade e o Desenvolvimento	34
2.1.8 Considerações sobre a Sustentabilidade	39
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	40
2.2.1 Conceituação Tradicional de Desenvolvimento pela Economia	42
2.2.2 Questões sobre o Desenvolvimento e a Ciência Econômica	45
2.2.3 As Relações da Atividade Econômica com o Meio: O Desenvolvimento Regional	50
2.2.4 Desenvolvimento Local e Mensuração	58
2.2.5 Relações da Organização da Atividade Econômica com o Meio	59
2.2.5.1 A responsabilidade social	65
2.2.6 Considerações sobre o Desenvolvimento Local	67
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL	69
3 KLABIN E TELÊMACO BORBA: RELACAO HISTORICA E PROCESSO RECENTE DE DESENVOLVIMENTO	72
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SETOR DE CELULOSE E PAPEL E A KLABIN	74
3.1.1 A Klabin em Telêmaco Borba	76
3.2 NOTA METODOLÓGICA	79

3.3 HISTÓRICO DA KLABIN E DE TELÊMACO BORBA	81
3.3.1 A Fazenda Monte Alegre e a Chegada da Klabin	83
3.3.2 Década de 1930 – Início das atividades	85
3.3.3 Década de 1940 – As construções	88
3.3.4 Década de 1950 – As inaugurações e início de trabalhos sociais	99
3.3.5 Década de 1960 – As expansões	102
3.3.6 Década de 1970 – As consolidações	104
3.3.7 Década de 1980 – O crescimento	105
3.3.8 Década de 1990 – As inovações	106
3.3.9 Década de 2000 – O novo milênio	106
3.4 ELEMENTOS DA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA	111
3.4.1 População	119
3.4.2 Abastecimento de Água e Esgoto	123
3.4.3 Atividade Econômica	125
3.4.4 Educação	133
3.4.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	136
3.4.6 Espaço	137
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DA KLABIN E DE TELÊMACO BORBA	138
4 A KLABIN E TELÊMACO BORBA: RELAÇÕES RECENTES E DESENVOLVIMENTO LOCAL	142
4.1 ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA	142
4.2 AS RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES LOCAIS: KLABIN E TELÊMACO BORBA: ESTRUTURA DA PESQUISA DE CAMPO	147
4.2.1 Detalhamento da Pesquisa de Campo	149
4.2.1.1 Questionário	151
4.3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	153
4.3.1 Sobre a Fundação das Instituições (Agentes Entrevistados)	154
4.3.2 Sobre as Relações entre as Instituições: A Rede Social	155
4.3.3 Sobre as Relações com a Klabin: A Percepção dos Agentes sobre a Dependência	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
APÊNDICE 1	184

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa ressalta algumas das questões fundamentais ao entendimento do desenvolvimento local a partir de uma atividade econômica. Entre elas está a multidisciplinaridade do assunto, que balizará toda a organização, limitações e exposição do estudo. Dada variedade das características e organização das atividades econômicas, ressalta-se que esta atividade econômica, de produção de celulose e papel, tem como padrões competitivos a economia de escala, a qualidade, a localização próxima à matéria prima, o uso dos recursos naturais de acordo com normas ambientais e, além disso, caracteriza-se por um oligopólio¹ e pela alta verticalização² do processo produtivo.

1.1 CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Nos últimos quarenta anos, as atenções para a sustentabilidade e para o desenvolvimento se intensificaram e passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas e das organizações culminando, nos dias de hoje, com alertas constantes sobre colapsos ambientais.

Nesse sentido, a preocupação e os esforços para a solução de problemas gerados pelo próprio progresso técnico da humanidade é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Os problemas, de todas as ordens, consistem na perda de identidade cultural e das relações sociais e políticas, na má ocupação do espaço, na degradação ambiental e na população não absorvida pelo sistema econômico em prática. Contudo, dada a complexidade do assunto e dos problemas, as áreas do conhecimento passaram a se imbricar nos estudos para compreender e buscar soluções, desencadeando a reorganização das estruturas teórico-epistemológicas da pesquisa científica, que resultam na multidisciplinaridade das compreensões.

A concepção da economia e o seu papel no desenvolvimento e na sustentabilidade limitavam-se ao questionamento sobre a capacidade do sistema econômico atender e absorver as gerações presentes e futuras, garantindo o bem

¹ Estrutura de mercado que se caracteriza pelo grande número de compradores e poucos vendedores, resultando em poder dos últimos na formação de preços do mercado.

² Característica de estrutura e organização das cadeias produtivas determinada pela concentração de várias etapas do processo produtivo sob o domínio de apenas uma empresa.

estar da população, pelo uso dos recursos que são escassos. Mas, a precariedade das condições de produção intensificam a poluição ambiental, a degradação espacial e provoca o esmaecimento cultural, colocando as relações econômicas e sociais de desenvolvimento em parâmetros insustentáveis. Passou-se, então, a inserir nos estudos sobre o desenvolvimento sócio-econômico, a sustentabilidade, a qual envolve as questões ambiental, cultural e espacial, compondo o “desenvolvimento sustentável”³.

De acordo com a definição da Conferência Internacional do Meio Ambiente (ECO 92), desenvolvimento sustentável “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. O conceito deve ser visto como um ideal a ser atingido e, para isso, devem ocorrer mudanças tanto nos padrões produtivos como nos padrões de consumo dos indivíduos.” (GREENPEACE, 2005).

Se tudo a nossa volta e nós mesmos viemos da natureza e dela dependemos para respirar e viver, isso significa dizer que existe uma estreita relação entre os *agentes econômicos* (*consumidores, trabalhadores, governo, produtores, investidores, etc.*), *os seus sistemas econômicos* (*agricultura, indústria, serviços*) e a natureza. (PENTEADO, [2004]).

A teoria sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável ainda é recente, sem consenso entre as áreas do conhecimento para suas limitações e concepções. Estuda-se o assunto porque há vontade de um “mundo melhor”, que ainda não tem parâmetros definidos. Ou seja, sabemos que queremos algo melhor, mas não exatamente o que e como vamos alcançá-lo.

No campo da economia, esta nova ordem, de busca do desenvolvimento para a sustentabilidade, paralela ao aumento da competitividade global, tem induzido as economias e as organizações a adotarem novas estratégias competitivas, que incluem tanto a ótica do papel do Estado quanto o das empresas (IPARDES, 1994).

As estratégias competitivas resultam de esforços oriundos de políticas locais que integram a atividade econômica com o desenvolvimento do local em que está inserida, pelas atividades que exercem nas cadeias produtivas, pela busca da sobrevivência no mercado, pelo uso dos recursos econômicos, pelas ações de

³ Sustentável é um adjetivo de desenvolvimento. O último tem definição ampla visto que este assunto foi se tornando mais dinâmico no campo das ciências econômicas indo além de questões como a riqueza das nações. Mas, tanto o desenvolvimento, quanto sua característica ‘sustentável’, são conceitos que acoplam o bem estar, o comportamento e a sobrevivência da população em meio às oscilações do sistema econômico.

responsabilidade social e pelas relações com as demais instituições e organizações locais, entre outras relações com o meio. Ressalta-se que o meio influi diretamente na sobrevivência da atividade econômica e que a busca pela sustentabilidade por meio do desenvolvimento local é interesse mútuo: dos agentes que representam a atividade econômica e daqueles que representam as demais instituições locais.

Assim, o desenvolvimento local é determinado pelas relações existentes entre os agentes locais, visto que estes direcionam os esforços para o alcance de melhores condições de vida, de acordo com suas próprias necessidades e anseios.

1.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

As preocupações do mundo sobre os problemas econômicos, sociais e ambientais, muitas vezes são tratados de modo simplório como uma crise sócio-ambiental,

como se ela representasse apenas uma perturbação intempestiva, uma espécie de ruído de fundo a ser tratado de forma reativa e fragmentada, sem implicar a transgressão da lógica profunda que condiciona a organização das sociedades contemporâneas.⁴

Este apontamento é fundamental para o entendimento da proposta da teoria da sustentabilidade que traz uma compreensão maior sobre as relações entre o homem e o meio, que vão além de ações pontuais, fragmentadas, temporárias, impostas pelas organizações, que apenas impõem regras sem constituir limites sólidos para esta relação ou sem definir claramente seus anseios diante da sustentabilidade. Quando as organizações e as sociedades estão à margem da compreensão ou focadas no individualismo da sobrevivência a solução não evolve o todo. Isto se origina em um hiato entre a compreensão da crise econômica, social e ambiental e uma mudança efetiva de comportamento humano para solucioná-la. As organizações refletem o comportamento humano e podem ser entendidas como aquelas internacionais, bem como as públicas, as privadas e as da sociedade civil organizada.

O desenvolvimento local depende dos esforços, das ações e da atividade destas organizações, para integrar o processo na busca pela sustentabilidade. A sustentabilidade do mundo pressupõe que os locais sejam sustentáveis e, além disso, a sustentabilidade dos locais determina a sustentabilidade global, assim como a sustentabilidade global implica na sustentabilidade local. Não há sustentabilidade

⁴ Por Paulo Freire Vieira em Leff (2002, p.9).

se alguma parte do mundo não for. Ou seja, o todo⁵ sustentável depende que as partes sejam sustentáveis e as partes precisam se desenvolver. Neste estudo a parte é entendida como um local, delimitado geograficamente, mas relacionado a uma dinâmica regional e global.

No que tange a teoria econômica, o desenvolvimento local congrega inúmeras variáveis que relacionam a atividade econômica do local com sua dinâmica social, espacial, cultural e ambiental, visto que estas variáveis influem direta ou indiretamente na capacidade da atividade econômica de garantir suas atribuições produtivas e de geração de emprego e renda. Vale ressaltar que a atividade econômica possui outras diversas funções como as relações sociais, políticas, institucionais, a relação com os recursos naturais e com o espaço, entre outras. A relação entre empresa e desenvolvimento local vai além de investimentos em infraestrutura e na própria indústria. Implica na capacidade da atividade ir além dos limites de sua cadeia e liberar uma sinergia que dê sustentabilidade a ela mesma.

No entanto, há relações talvez ainda não traçadas para a completude da teoria da sustentabilidade, oriunda da teoria econômica e de outras áreas do conhecimento, bem como questões ainda não absorvidas da reorganização do conhecimento científico para a compreensão da sustentabilidade por parte da economia.

O objeto do presente estudo firma-se na experiência de consolidação de Telêmaco Borba a partir da atividade econômica de celulose e papel. Esta atividade apresenta relações históricas com o município que emaranham a interação entre os agentes locais na busca pelo desenvolvimento local.

A dinâmica econômica, que implica na competitividade de uma indústria, é complementada por fatores sociais determinantes como qualificação de mão-de-obra, boas condições de salubridade, estrutura da atividade econômica e dos ativos institucionais, níveis de poluição, capacidade de desenvolvimento local, nível de renda. Estas questões estabelecem uma reciprocidade e dependência entre desenvolvimento local e atividade econômica e vice-versa.

As atividades de uma indústria podem se dispersam pelo território em que se encontram sendo necessário o uso de indicadores para a compreensão do

⁵ O entendimento da parte e do todo e da influência que os dois têm entre si é postulada por Edgar Morin, nos seus estudos sobre a complexidade. Estas definições serão discutidas no capítulo 2 deste estudo.

desenvolvimento local. Os indicadores também são utilizados para ressaltar os resultados da implantação de políticas públicas, ações de responsabilidade social e condição de desenvolvimento sustentável. Baseado neles é possível traçar quadros comparativos entre períodos de tempo sobre o desempenho econômico, social e ambiental da localidade em estudo. O Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M⁶) é utilizado para medir o desenvolvimento econômico e social dos municípios. Em 2000, a classificação do estado do Paraná pelo IDH colocava-o em uma posição de médio desenvolvimento, IDH de 0,736 (IPARDES, 2008). Observando a localização de incidência dos níveis mais baixos do estado nota-se que a mesorregião Centro-Oriental do Paraná apresenta municípios com níveis inferiores à média estadual. Alguns municípios que compõem esta mesorregião são: Ibaiti, Tibagi, Ventania, Imbaú e Resenha. Estes municípios apresentam IDH, classificados como baixíssimos: 0,688; 0,685; 0,665; 0,646; 0,646; respectivamente, culminando com o menor do Paraná em Ortigueira, 0,620. Indo mais adiante, três destes cinco municípios, Ortigueira, Imbaú e Ventania, estão entre os dez com menores índices de desenvolvimento do Paraná e são vizinhos a Telêmaco Borba, que é uma ilha de IDH-M médio (0,767) em meio a estes municípios.

Estes municípios têm como um dos principais produtos agrosilvopastoril a madeira em tora para papel e celulose, além de terem como indústria dominante a atividade da madeira. Esta característica é referência da atividade econômica de Telêmaco Borba, celulose e papel da Klabin. Sua importância para a região também é observada por meio da história da empresa, que se confunde com a do município de Telêmaco Borba. O início desta relação se deu pela instalação da empresa na região há cerca de 70 anos e propiciou o surgimento da “Cidade Nova”, que abrigava os primeiros operários da planta industrial. Em 1963, o povoado atingiu uma população de aproximadamente 34.400 habitantes, o que o levou à emancipação política de Tibagi, recebendo o nome de “Telêmaco Borba” (Klabin, 2008).

Mesmo antes da emancipação de Telêmaco Borba, a fábrica da empresa já estava presente e foi seu crescimento que desencadeou naquele local outras atividades e o estabelecimento de uma população que a princípio vivia em função

⁶ Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (PNUD, 2003).

das relações econômicas de celulose e papel. De acordo com dados retirados do Relatório Anual da Associação Brasileira de Papel e Celulose (BRACELPA, 2008), a Klabin, em Telêmaco Borba, é a empresa que mais se destaca neste setor paranaense e que sua produção de papel, em 2006, representava 40% da produção paranaense, o que representa 8% de todos os papéis produzidos no Brasil. Na produção de papel capa de 1ª, a Klabin representava, em 2006, 98% da produção do Paraná e 34% da produção nacional.

Um estudo realizado por De Puppi e Silva (2003) aponta que a indústria de papel e celulose está ligada indiretamente ao desenvolvimento da região de Telêmaco Borba. Sua alta verticalização impede que a prosperidade ocorra naturalmente na região, visto que tal atividade vem ocasionando regressões nos indicadores de desenvolvimento, percebidas ao observar que o nível de escolaridade que estacionou, na atividade de celulose e papel, e o número de empregos foi reduzido, de 1999 a 2001. Desta forma, a influência no desenvolvimento local está relacionada à formação dos pólos madeireiro e moveleiro que têm contribuído para a melhoria do nível de escolaridade e renda.

Vale lembrar que a Klabin realiza diversas ações no município e muitas destas são em parceria com organizações locais. Em 2007, em parceria com a Faculdade de Telêmaco Borba (Fateb), implementou o curso de especialização em Engenharia de Processos de Fabricação de Celulose e Papel. Possui também um programa de responsabilidade social chamado jovem de futuro (KLABIN, 2008).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba a região urbana do município de Telêmaco Borba é envolta por florestas destinadas à produção de papel e madeira e estas indústrias o tornam o sexto maior pólo Industrial do Paraná. Há também o Parque Industrial que abriga mais de 60 empresas e gera mais de quatro mil empregos diretos, nas seguintes atividades econômicas: metalúrgica, reciclagem, medicamentos genéricos, molduras, móveis, tubetes de papel, aproveitamento de celulose, alimentos, cola para papel, pallets, substrato de casca de madeira, produtos de concreto, forros, assoalhos, vigas coladas, cabos, e indústrias de reaproveitamento de resíduos de madeira (TELÊMACO BORBA, 2008).

Portanto, o tema deste estudo define-se pelo estudo do desenvolvimento local a partir da atividade econômica, tendo como objeto a Klabin e o município de Telêmaco Borba. A atividade econômica relaciona-se historicamente e atualmente

com o município, implicando, por estas relações, na condição do desenvolvimento local.

1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA

São inúmeras as questões a serem vislumbradas por este estudo que entrelaçam a sustentabilidade e o desenvolvimento local a partir da atividade econômica de celulose e papel, no município de Telêmaco Borba. O conhecimento destas relações é fundamental para o planejamento e a formulação de estratégias para o desenvolvimento, por parte das organizações locais, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil organizada.

Contudo, este contexto em consonância com o objetivo da Linha de Pesquisa, em Organizações e Desenvolvimento Local, do Mestrado da FAE, justifica este estudo, que visa mostrar as interações entre a atividade econômica de celulose e papel e os agentes locais, observando a influência destas relações no desenvolvimento de Telêmaco Borba.

De acordo com a linha de pesquisa em Sustentabilidade e Desenvolvimento Local, do Mestrado da FAE – Centro Universitário, estes estudos visam analisar a participação das organizações no desenvolvimento, sejam elas governamentais ou não, públicas ou privadas. As organizações são agentes relevantes no processo do desenvolvimento local. Neste aspecto torna-se essencial compreender a forma como interagem com o ambiente em prol da inserção do local em um ambiente globalizado. Assim, para compreensão dos impactos sócio-econômicos no desenvolvimento regional é relevante avaliar o comportamento das organizações socialmente responsáveis neste processo (FAE, 2008).

O estudo insere-se na multidisciplinaridade do programa ao relacionar a teoria da sustentabilidade com a teoria econômica por meio das discussões acerca do desenvolvimento local.

As linhas desta pesquisa se dão preliminarmente pelo entendimento de que o processo de desenvolvimento se dá pelas relações entre as dimensões social, econômica, cultural, espacial e ambiental, em prol do bem estar, e estudar a relação entre estas dimensões a partir da dimensão econômica, observando as interações entre os agentes locais.

Assim, considera-se que as dimensões social e econômica estão intimamente ligadas às características de desenvolvimento e de bem estar de uma

população. A questão ambiental faz parte do bem estar, mas é o parâmetro de maior ênfase quando se trata do uso de recursos escassos para atender o sistema econômico e da poluição provocada pela atividade econômica. Já o envolvimento das questões espaciais e culturais da sociedade no estudo do desenvolvimento vem da constatação de que o desenvolvimento sustentável tem origem nas pessoas e deve retornar para elas. Assim, considera o homem como agente transformador do espaço em que vive e das suas atividades culturais, ambas ações que estão ligadas à capacidade de se conscientizar, se organizar e buscar o desenvolvimento local e a sustentabilidade. Desta forma, os atores locais agem e determinam suas relações impactando nas dimensões econômica, social, cultural, espacial e ambiental.

Firmar o homem como o propulsor, construtor e receptor da condição de vida, seja como formador do conhecimento ou agente local, releva por fim o tema desta pesquisa.

O 'auto conhecimento' do local é fundamental para o seu desenvolvimento.

1.4 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Tomando como base o tema deste estudo "Desenvolvimento Local a partir da Atividade Econômica de Celulose e Papel: Telêmaco Borba e a Klabin em Questão", o problema está no seguinte questionamento: As relações e interações existentes entre os agentes locais e a atividade de celulose e papel, têm capacidade de promoverem o desenvolvimento local?

Isto implica em questionar os limites desta interação histórica de Telêmaco Borba com a atividade de celulose e papel, pois a sobrevivência empresarial da Klabin está atrelada a uma dinâmica nacional e internacional, e não apenas à local. Toda vez que a Klabin define uma estratégia para sobreviver no mercado está impactando no município, de modo positivo ou negativo.

1.5 PRESSUPOSTO

Como pressuposto adota-se que a atividade econômica de celulose e papel em Telêmaco Borba interage com os agentes locais a partir de uma dependência histórica às atividades da empresa, além dos impactos oriundos das decisões estratégicas de posicionamento no mercado da Klabin. Isto determina as relações entre os agentes locais, impactando de forma positiva no processo de desenvolvimento local.

1.6 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo firma-se em avaliar as relações entre a atividade econômica de celulose e papel, representada pela Klabin, e o desenvolvimento local do município de Telêmaco Borba a partir da rede de interações entre os agentes locais. Para tanto, o estudo abre-se nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar historicamente as relações entre a Klabin e o Desenvolvimento do Local.
- Estruturar a rede de relações do município de Telêmaco Borba.
- Identificar a influência da Klabin na rede de relações estabelecida pelos agentes locais, a partir da percepção dos agentes locais.

1.7 METODOLOGIA

A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa exploratória porque

Constitui uma pesquisa temática porém com foco mais amplo e aberto para a investigação de fenômenos e processos complexos e principalmente pouco conhecidos e/ou pouco sistematizados, ou passíveis de várias perspectivas de interpretação, sejam eles teóricos, culturais, sociais, técnicos, históricos, etc. (VASCONCELOS, 2002, p. 158).

De uma forma mais simples, os estudos exploratórios se dão pela investigação de fenômenos constituídos por processos subjetivos e culturais, da realidade social e organizacional, específicas e ainda pouco conhecidas, que depois são passíveis de aprofundamento. Contudo, a pesquisa exploratória tem forte caráter descritivo, mas a escolha do objeto não é totalmente desinteressada e implica na aplicação e na interpretação teórica da realidade empírica. (VASCONCELOS, 2002).

Os estudos existentes sobre a Klabin em Telêmaco Borba firmam-se nas observações históricas do município e da empresa, nas questões florestais ou em breves ensaios sobre cidades-empresa e agrupamentos industriais. Desta forma, o desenvolvimento local ainda foi pouco explorado e precisa de argumentos para que outros métodos mais profundos de investigação sejam aplicados.

O método desta pesquisa é dedutivo (LAKATOS e MARCONI, 2008), visto que partiu da teoria do desenvolvimento local para observar o município de Telêmaco Borba, a partir da atividade economia de celulose e papel. Desta forma, as premissas teóricas acerca do desenvolvimento local a partir da atividade de

celulose e papel são consideradas como verdadeiras e a conclusão sobre a observação empírica também são verdadeiras e suas informações já estavam nas premissas teóricas. Mas isto não exclui a possibilidade de a observação empírica contribuir para o alargamento das percepções acerca do desenvolvimento local a partir de uma atividade econômica.

Este estudo partiu inicialmente de uma discussão sobre sustentabilidade, desenvolvimento local e as relações da atividade econômica com estas questões. Desta forma, foram observados os elementos teóricos que apontam as relações entre atividade econômica e o desenvolvimento local visando comparar e estabelecer uma complementaridade entre teorias. Estas discussões foram fundamentadas em bibliografias sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, resgatando conceitos anteriores e métodos de observação já adotados. Trata-se de um tema de literatura recente, ficando mais restrito à discussão de localidades específicas. Contudo, a fundamentação deste assunto teve o aporte de discussões realizadas no Grupo de Estudo de Desenvolvimento Sustentável e nas disciplinas realizadas no decorrer deste curso.

Depois de definidos os conceitos e as premissas teóricas que balizaram a observação empírica, seguiu-se para a aplicação da corrente de argumentos postos na fundamentação, tendo em vista o alargamento do entendimento revelado sobre o desenvolvimento local. Assim, o desdobramento do primeiro objetivo específico consistiu no entendimento da relação entre Telêmaco Borba e a atividade celulose e papel, por meio do estudo histórico da Klabin, vinculando a tomada de decisões e estratégias adotadas com a história do município e o município.

O estudo histórico partiu da consideração de que “as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado”, sendo pertinente a observação das raízes para a compreensão da natureza e da função. A investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado permitem observar a sociedade de hoje, visto que as instituições se constituíram na forma atual a partir de alterações de suas partes, influenciadas pelo contexto cultural de cada época. O papel e as funções que as instituições desempenham hoje nas sociedades estão relacionados às suas formações e modificações (LAKATOS e MARCONI, 2008, p.106).

Para esta pesquisa, os elementos históricos das relações entre a Klabin e o município de Telêmaco Borba tiveram como base o histórico e informações da

própria empresa, livros sobre a história do município e sobre a história do Paraná. Em seguida, foram explorados os indicadores de base secundária existentes para o município de Telêmaco Borba, que permitiram traçar as relações recentes de desenvolvimento. Ou seja, foram apresentados quantitativamente e qualitativamente os indicadores já existentes. As fontes para o estudo quantitativo, com base em dados secundários, foram órgão que mensuram os aspectos sociais, econômicos e ambientais, para a Região, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais); Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

A fase seguinte do estudo consistiu na estruturação da rede de relações existentes no município de Telêmaco Borba e sua relação com a Klabin por meio de pesquisa de campo e questionário estruturado. Depois de realizado o levantamento de experiências científicas utilizadas em outros estudos para fundamentar a escolha das linhas e métodos utilizados no presente, optou-se pela utilização da Análise de Redes Sociais (ARS). A ARS baseou-se inicialmente sobre a teoria de Redes Sociais que fundamentam inclusive teoricamente as primeiras análises realizadas. No entanto a ARS também é utilizada em grande número de experiências, principalmente fora do Brasil, como uma ferramenta de observações de relações entre atores de uma rede, seja qual for a investigação teórica que se pretenda realizar sobre a observação empírica. Neste estudo, os atores e a rede são formados pelos agentes de Telêmaco Borba, visando observar o que por ora já foi fundamentado por argumentos teóricos do desenvolvimento local. A ARS, segundo OLIVEIRA (2006, p.98), representa uma abordagem teórico-metodológica que tem sido utilizada pelas ciências sociais e permite entender uma rede social por sua dimensão estrutural e por sua formação histórica. Além disso, há uma expectativa de que as redes sociais “podem se constituir num fenômeno que possam vir a promover o desenvolvimento sustentável local.”.

Sendo assim, a pesquisa de campo foi por meio de entrevista com a aplicação de questionários aos agentes locais previamente definidos pelos levantamentos das relações entre a Klabin e o município, conforme está descrito na metodologia da pesquisa de campo deste estudo (Capítulo 4). A pesquisa de campo resultou em um melhor entendimento do cotidiano local e a relação da atividade econômica e desenvolvimento local. Os pontos analisados nesta pesquisa

foram desenvolvidos com base nas discussões anteriores de fundamentação, limitação e estabelecimento de indicadores já existentes, a fim de se obter resultados mais efetivos.

Por fim, o estudo identificou a influência da Klabin na rede de relações estabelecida com os agentes locais, com base nas premissas teóricas sobre as relações entre atividade econômica e desenvolvimento local. Esta relação entre o município e a atividade econômica de celulose e papel, se deu tanto pela utilização de dados secundários quanto pelos resultados da pesquisa de campo, apresentando suas considerações gerais e alargando as proposições para novos questionamentos.

1.8 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como limites à realização deste estudo considera-se a recente discussão acerca da sustentabilidade, que ainda apresenta-se mais elementar na observação epistemológica, enfatizando as dificuldades da postulação multidisciplinar do assunto. Ou seja, os estudos empíricos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento local são recentes e não dão fôlego suficiente para aprofundamentos consistentes sobre a condição de desenvolvimento e sustentabilidade.

O uso da ferramenta de Análise de Redes Sociais para o entendimento das relações entre os agentes locais também é um limite ao estudo visto sua subjetividade. Isto porque envolve juízo de valores dos entrevistados e a memória das instituições. Gestões administrativas anteriores são pouco lembradas por gestores atuais, que muitas vezes não viveram as experiências institucionais do passado.

Sobre a pesquisa de campo, a limitação está relacionada à disposição dos agentes em serem entrevistados e responderem às questões previamente definida. Também se ressalta o alto tempo das conversas como limitador da abrangência de um maior número de agentes locais.

Além disso, ressalta-se a complexidade do objeto de estudo, a subjetividade e a característica qualitativa da pesquisa, por envolver percepções e relações humanas, ao observar o desenvolvimento local.

1.9 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Além desta Introdução, definida como capítulo 1, a dissertação é composta por mais quatro capítulos. O Capítulo 2 deste estudo traz seu referencial teórico para a observação da relação entre atividade econômica e desenvolvimento local. Já o Capítulo 3 discorrerá sobre a relação entre a Klabin e Telêmaco Borba com um enfoque histórico, ressaltando suas características atuais por meio da observação de dados secundários. O Capítulo 4 está estruturado pela metodologia da pesquisa de campo, abordando sua classificação e o foco no estudo das relações entre a Klabin e Telêmaco Borba, agora visando responder ao problema de pesquisa sob uma análise empírica da condição de que tal relação pode impactar no processo de desenvolvimento local. Por fim, o Capítulo 5 traz as considerações finais e a proposição para novos estudos.

2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

No que concernem os problemas pelos quais o mundo vem passando, torna-se difícil datá-los e classificá-los quanto sua natureza, visto que tiveram início há muitos anos ou mesmo séculos e que talvez estes sejam oriundos da tentativa de solucionar problemas anteriores. Parece vago escrever “problemas”, mas classificá-los como econômicos, sociais, ambientais, culturais, espaciais, entre outros, ofusca-se na compreensão de que um problema econômico, por exemplo, pode ter origem nas questões culturais, ambientais, sociais ou espaciais.

Contudo, os esforços para compreender a origem e a natureza dos problemas não têm sido tarefa de apenas uma ou outra área do conhecimento, mas de diversas, ou melhor, de todas aquelas que possuem interesse em solucioná-los. Desta forma, a definição de um objeto de estudo e as matrizes teóricas a serem utilizadas para estudá-lo são fundamentais para seu entendimento, esclarecimento e compreensão do papel multidisciplinar, entendendo o objeto de estudo como um problema não apenas teórico, mas de ordem prática, como estes que observamos todos os dias.

De acordo com o objeto deste estudo, descrito na introdução, que, em suma, trata das interações da Klabin com Telêmaco Borba, observando o desenvolvimento local a partir da atividade econômica de celulose e papel, o objetivo deste capítulo firma-se no embasamento teórico da pesquisa. Discorre, portanto, brevemente sobre o desenvolvimento local e sua relação com a sustentabilidade e, de modo mais detalhado, sobre o desenvolvimento local a partir de uma atividade econômica, resguardando a linha de pesquisa deste estudo e a multidisciplinaridade do assunto.

O conceito de sustentabilidade e suas abordagens teóricas são recentes sem apresentar consenso em suas definições. Dada a característica multidisciplinar do tema sustentabilidade, a discussão teórica que se segue busca alargar o diálogo e a contribuição da economia para a formação conceitual, bem como para a apreciação empírica no que tange o desenvolvimento local a partir da atividade econômica.

Nesse sentido, primeiramente serão pontuadas as abordagens sobre a sustentabilidade e, em seguida, as considerações econômicas serão apresentadas, por meio das linhas do desenvolvimento econômico local, da economia regional e da economia espacial. Isto posto, a discussão segue em uma verificação de

comparação e complementaridade entre os eixos teóricos da sustentabilidade e do desenvolvimento local, tendo como referência inicial a organização da atividade econômica.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Apesar de existirem diversos problemas a serem solucionados, está em pauta nos discursos, na academia, nas empresas e na forma de agir e pensar das pessoas uma preocupação maior: a garantia da sobrevivência hoje e amanhã, expressa pela Sustentabilidade. Sendo assim, almejamos a sustentabilidade e esta consiste no objetivo a ser alcançado. Contudo, todas as ações realizadas pelas pessoas e organizações passaram a ser balizadas por este objetivo, que depende de diversos esforços.

Entre os meios de alcance da sustentabilidade é possível citar algumas revelações do comportamento das pessoas e das organizações, como a responsabilidade social e as políticas públicas, ou até mesmo ações cotidianas, sem formalização ou exposição. São esforços que possuem um único fim e que merecem atenção para verificar se estão contribuindo ou não para a sustentabilidade. Sendo assim, o alcance da sustentabilidade pressupõe o desenvolvimento do comportamento de modo sustentável, ou seja, a sustentabilidade só será atingida se nós amadurecermos sustentavelmente. O desenvolvimento sustentável é o meio determinante para a sustentabilidade, visto que esta depende de condições, interações, comportamentos, ações e pensamentos maduros sobre o assunto. Ademais, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como o cumprimento de etapas para alcançar a sustentabilidade, por exemplo, condições sustentáveis de ensino, renda, atividade econômica, cultura, espacialidade, política, entre outras. No entanto, a complexidade da sustentabilidade limita a compreensão plena sobre o alcance destas condições.

Além disso, o alcance da sustentabilidade se dá no todo e este, por sua vez, é composto de partes (MORIN, 2003). Estas partes podem ser entendidas como dimensões, política, cultural, ambiental, social, espacial, entre outras, ou como regiões e locais, que por hora podem representar o todo. Isto depende do objeto de estudo e suas limitações.

Os esforços despendidos em busca da sustentabilidade pressupõem acompanhamento e mensuração, para que políticas e 'o agir' sejam estabelecidos e

adequados de acordo com os objetivos identificados e para que reformulações e novos 'objetivos meio' sejam propostos. O uso de indicadores permite definir em que ponto distamos, ou o quanto caminhamos para a sustentabilidade, além de apontar se estamos agindo ou não de modo sustentável. Por meio de indicadores quantitativos e qualitativos é possível verificar em que condição diante da sustentabilidade encontra-se um local, uma região, uma nação ou a totalidade do mundo, possibilitando desta forma que as políticas sejam adequadas às realidades destas espacialidades. O uso de indicadores para medir a sustentabilidade é muito subjetivo e é difícil que consiga fazê-lo, visto a insuficiência para a determinação de parâmetros ótimos de sustentabilidade (SILVA, 2006). Já uso de indicadores para medir o desenvolvimento sustentável é mais coerente e passível de mensuração da realidade, porque irá observar se há desenvolvimento ou não. Os esforços para a sustentabilidade podem ser públicos ou privados, no entanto, ambos devem ser mensurados e podem convergir no uso de um mesmo indicador, pois este representa a realidade do espaço analisado, em que as atividades de qualquer natureza podem surtir efeitos positivos ou negativos.

2.1.1 Sustentabilidade e Complexidade

A sustentabilidade é um meio de vida ou uma forma de viver que, dada sua complexidade, não permite uma descrição por completo. Trata-se de uma forma de pensar e agir para as pessoas, para as sociedades e para comunidades presentes e futuras. A sustentabilidade pressupõe uma série de considerações acerca do pensamento complexo. O pensamento sobre a sustentabilidade resulta em revoluções, evoluções, amadurecimento e desenvolvimento das relações pessoais e organizacionais, entre si e perante o meio (MORIN, 2003). Isto pode ser verificado inclusive na forma de escrita da ciência, em que o pesquisador passa a se incluir quando descreve e pesquisa as formas de alcance da mesma.

Questiona-se, sob o pensamento da sustentabilidade, a expressão, por meio de indicadores, do comportamento na formulação, implementação e mensuração das políticas públicas e ações de responsabilidade social e seus resultados, com base em indicadores. Assim, propõe-se que o pensar a sustentabilidade determine o amadurecimento sustentável, das pessoas e das organizações, que, entre outros comportamentos, está expresso nas relações das organizações com o meio, como

por exemplo as ações de responsabilidade social, as políticas públicas ou o simples estabelecimento de uma atividade econômica.

De acordo com Dahl (1997) *apud* Bellen (2005), um dos problemas do conceito de desenvolvimento sustentável sustenta-se na indefinição de rumo da sociedade, pois esta primeiramente deve saber para onde quer ir para depois poder medir se esses objetivos ou direção estão sendo seguidos ou alcançados. Esta é outra expressão da complexidade do assunto.

A partir do momento em que se passou a questionar as relações entre homem e meio ambiente, iniciou-se a constituição do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Esta conceituação é evolutiva e está de acordo com processo histórico da interação entre homem e o meio em que vive (BELLEN, 2005).

Há muitas definições sobre “desenvolvimento sustentável”. “A diferença nas definições é decorrente das abordagens diversas que se tem sobre o conceito. O grau de sustentabilidade é relativo em função do campo ideológico ambiental ou da dimensão em que cada autor se coloca.”. (Bellen, 2005, p.25).

Dada a complexidade do assunto, a definição de sustentabilidade pode variar de acordo com o objeto observado e o nível de evolução que se encontra um local. Por exemplo, a sustentabilidade para sociedades primitivas difere da abordagem da sustentabilidade almejada por sociedades evoluídas tecnologicamente. Mesmo porque, há divergências culturais implícitas no campo de análise.

Seria mais fácil definir “desenvolvimento sustentável” como sendo “tudo hoje e amanhã”. Todas as relações, interações, de todas as pessoas, de todos os ecossistemas, de todas as psiques, comportamentos, desejos, instituições, culturas, enfim, tudo o que acontece e existe da melhor forma para a condição humana, devendo acontecer e existir hoje e no futuro. Dizer ‘tudo’ é uma forma de simplificar um sistema complexo, que por sua vez é difícil de detalhar e pressupõe a compreensão do tecido em conjunto de Edgar Morin⁷. A palavra “tudo” transcreve o que se busca entender pelo estudo da complexidade do assunto e das observações sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

⁷ Ver: MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3.ed. - São Paulo - Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

Por ser um tema complexo há inúmeras variações conceituais de “desenvolvimento sustentável” e cada vez que se perceber novas relações e novas variações do Sistema, o conceito será implementado.

Entretanto, a noção de perpetuação está intimamente relacionada à questão ambiental e, conseqüentemente, aos recursos naturais, que dão origem ou condições para a existência da vida, das instituições, dos bens e serviços.

A sustentabilidade conforma assim uma nova forma de pensar e agir das pessoas em sua busca. Nesse sentido, esforços são despendidos para seu alcance. Trata-se de um fenômeno complexo, que não permite segregações, apenas compreensão. As divisões e repartições são feitas para pesquisar vertentes ou tecidos da sustentabilidade, a condição de desenvolvimento sustentável, bem como para planejar e mensurar algumas dimensões e vertentes. Entre as vertentes pode-se considerar o comportamento revelado pelas relações entre atividade econômica e o local, além dos diversos conjuntos de problemas que estas visam solucionar como econômicos, ambientais, sociais, culturais, democráticos, políticos, entre outros. O pensamento complexo pode compreender a sustentabilidade, mas não consegue discernir suas inúmeras relações entre suas vertentes. Mas, se o objetivo é alcançar a sustentabilidade, é necessário conjugar esforços para entendê-la e para alcançá-la e, nesse sentido, passa-se a dividi-la e estudar suas partes, tecidos e inter-relações. São reduções do todo que, até o presente momento, é o estágio que se consegue explicar deste fenômeno (figura 2.1).

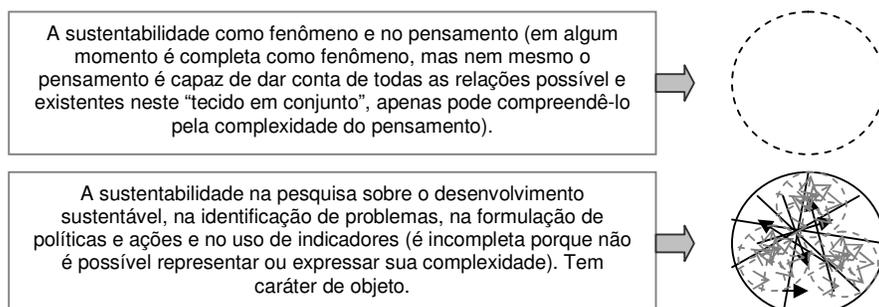


FIGURA 2.1 – SUSTENTABILIDADE COMO FENÔMENO, PENSAMENTO E OBJETO

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2.1.2 Sustentabilidade e a Atividade Econômica

O desenvolvimento Sustentável pode ser entendido pela interação entre as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e geográfica (BELLEN, 2005). Isto

porque estas envolvem todas as relações entre os agentes, entre os sistemas, os interesses, os ambientes, ou seja, envolvem todas as dimensões relacionadas ao homem. Se o ser humano tem necessidades, estas estão distribuídas nas dimensões do desenvolvimento sustentável de acordo com o papel que representam.

A globalização tem tomado uma dinâmica sócio-econômica tão intensa nos últimos anos que afeta, profundamente, quase a totalidade das nações do planeta, alterando, de forma constante, as estruturas e as relações entre seus vários agentes. Esta visão pode ser aplicada tanto nas questões produtivas, pensando-se nos padrões organizacionais capitalistas, como nas questões puramente humanas, observando-se os prismas revolucionários da sociedade, perpetrados principalmente pelo amplo acesso à tecnologia de informação.

À medida que as pessoas e empresas sobrecarregam o meio ambiente para satisfazer suas necessidades os limites da prosperidade passam a ser determinados pelo recurso natural e não pela capacidade tecnológica e industrial. Além disso, os danos e a degradação do meio ambiente raramente são mensurados em termos de valor monetário e, portanto, não estão inseridos no cálculo dos custos de produção (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 1999).

Os limites da produção não estão mais relacionados à capacidade produtiva, mas sim à escassez dos recursos naturais. Por exemplo, o aumento dos preços dos alimentos no Brasil no último ano ou a idéia de que não há caranguejos ou peixes o ano todo porque devemos esperar o período de reprodução para que os tenhamos todos os anos.

Não é possível corrigir a deficiência das operações empresariais pela simples atribuição de valores monetários ao capital natural e isto deriva de três motivos: o primeiro está relacionado à não existência de substitutos para alguns recursos naturais, principalmente de sobrevivência, como a água e o oxigênio; definir valores monetários é um exercício difícil e impreciso, muitas vezes resultando e remunerações de trilhões de dólares o que não seria viável financeiramente, concomitante com a necessidade fundamental de uso do recurso; e a subjetividade da “reposição” do capital natural, o qual não pode ser criado. (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 1999).

2.1.3 Sustentabilidade e o Local

Como a sustentabilidade está relacionada ao todo, e o todo é composto por partes (CAPRA, 2001), este item apresenta uma discussão entre o global e o local, revelando a interdependência e as influências entre as delimitações geográficas.

A globalização vem marcando as sociedades de maneira profunda. Juntamente com a revolução promovida pelos transportes, que estão mais rápidos e baratos, o impacto da sociedade *on-line*, cada vez mais conectada nas tecnologias informacionais e trocando informações em uma escala nunca experimentada na história da humanidade, coloca em pauta o valor do local frente ao irresistível e irrefreável processo de globalização.

Albagli (1999) apresenta duas correntes antagônicas sobre esta questão: a primeira defende que a globalização representa o fim da geografia, a desterritorialização das atividades do ser humano, a expressão da despersonalização, o fim da singularidade; já a segunda corrente vê a globalização como um catalisador para a reinvenção do local, uma reafirmação da dimensão espacial, uma vez que acentua a importância das diferenças entre os lugares, entre as diversas sociedades.

Assim, percebe-se a necessidade de se definir o conceito de local, que enquanto realidade, conforme Albagli (1999), pode ser entendido como uma noção relacional, onde os fenômenos sociais ocorrem, onde se desenvolvem as atividades econômicas ou onde o indivíduo promove sua identificação de lugar, de espaço habitado. Para a autora, então, local pode ser conceituado em função do que se quer analisar, do momento e do tempo.

A interdependência entre o local e o global se expressa na medida em que o fenômeno da globalização se revela, se fortalece e se potencializa justamente nas especificidades de um espaço delimitado. Do mesmo modo, o local se diversifica, se desenvolve e se reinventa com as influências e impactos globalizados.

O meio ambiente é especialmente impactado no fenômeno da globalização, visto que a degradação ambiental afeta o todo e não apenas o local, dizendo respeito a todos.

A globalização trouxe impactos sobre as culturas locais. Conforme Albagli (1999), por um lado, esse fato pode ser percebido como uma tentativa de hegemonia da visão ocidental, um declínio das identidades, uma descaracterização do local potencializada pelas redes de comunicação que atuam como uma cadeia de

fluxos contínuos de informações e imagens, descolando o indivíduo de sua própria realidade. Por essa leitura, os locais estariam muito permeáveis às influências externas, perdendo muito de singularidade e autenticidade.

Albagli (1999) comenta ainda uma outra visão, que enxerga essa questão a partir do entendimento que cada sociedade é capaz de preservar e desenvolver sua cultura, vinculando-se ao seu espaço. O local é visto como uma resistência à unificação, à massificação, simplesmente em função de uma pregnância de uma memória espacial, um local para referenciar. Nesta linha de pensamento, a globalização catalisa a diferenciação e a complexidade cultural, uma vez que as comunicações diminuem as barreiras espaciais e permitem maior consciência sobre a diversidade do mundo, que em outra situação estariam obscurecidas, fortalecendo o aspecto relacional existente. A consciência, a identidade e a necessidade de se referenciar a um local aumentam com os fluxos informacionais da globalização. A cultura exerce o papel, então, de uma espécie de corda que segura os indivíduos a determinadas representações de um local.

No cenário competitivo, revela-se a capacidade que um local tem de desenvolver bases tecnológicas, de informação e de capital intelectual adequadas, uma vez que o esses fatores determinam a escolha e a mobilidade dos capitais entre os locais. O que se pode perceber dessa dinâmica é que o capital independe de sua localização geográfica, uma vez que basta que o local escolhido para a reprodução do capital ofereça boa infra-estrutura de informação e acesso à tecnologia. Por outro lado, a própria globalização estimula o desenvolvimento local, na medida em que é necessário desenvolver um parque tecnológico adequado para receber o capital externo. Com isso, segundo o texto de Albagli (1999), o antagonismo entre o local e o global, sob o viés econômico, gera uma centralização de caráter estratégico, uma vez que é necessário que o capital se reproduza em algum lugar, ao mesmo tempo em que provoca uma descentralização gerencial, pelo fato de que as tecnologias de informação, disponíveis em larga escala pelo mundo, permitem uma maior mobilidade financeira.

No entanto, essa revitalização da importância do local contempla novas demandas, em função principalmente da dimensão econômica. Essas diretrizes fazem com que naturalmente exista uma intensa busca pela diferenciação entre os locais, aqui entendida como competitividade, na tentativa de atrair e manter capitais.

2.1.4 Sustentabilidade e a Estrutura Local

De acordo com a legislação, o Estado deve oferecer infra-estrutura mínima para a população. Ele é um dos viabilizadores do desenvolvimento e está presente em todas as dimensões relatadas nos capítulos anteriores deste livro. Além de assumir um papel participativo e ativo no desenvolvimento, o Estado deve organizar e direcionar políticas públicas efetivas, que devem ser decididas sobre um arcabouço consistente de informações.

Torna-se então fundamental relacionar a situação do desenvolvimento sustentável com equipamentos ou instalações que atendam a comunidade e forneçam meios para que esta se desenvolva. Contudo, os setores públicos e privados participam ativamente do desenvolvimento ao estarem presentes na composição dos equipamentos urbanos. Tais equipamentos são locais importantes de apoio à população e envolvem as dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, cultural e econômica (SILVA, 2006).

Os equipamentos urbanos são representados pelos serviços de ordem pública prestados à sociedade e compõem a estrutura institucional local.

Os ativos institucionais também representam papel importante no processo de desenvolvimento porque permitem que haja formação e transferência de conhecimento, além de servirem de apoio para a atividade econômica (IPARDES, 2005). A capacidade de absorção da tecnologia é distribuída no espaço de acordo com a capacidade de consumo (SANTOS, 2005).

2.1.5 A Sustentabilidade e o Comportamento

O desenvolvimento sustentável é o meio para a sustentabilidade. Só se verifica o desenvolvimento sustentável se nas pessoas e organizações houver o pensamento e o comportamento para a sustentabilidade. Sendo assim, ele pode ser entendido como um amadurecimento, assim como as pessoas se desenvolvem e amadurecem com relação ao conhecimento, as pessoas e organizações também amadurecem nos esforços para a sustentabilidade. Contudo, é preciso ser sustentável para alcançar a sustentabilidade. Mas, quem, ou o que deve ser sustentável? O comportamento das pessoas e das organizações, o ensino, a atividade econômica, a cultura, a política a democracia, o uso do meio ambiente, o uso do espaço e diversas outras variáveis, bem como todas as suas relações e interações devem ser sustentáveis.

A interação entre os atores, também chamados de agentes locais porque agem para o desenvolvimento, é fundamental para estabelecer bases sólidas para a formulação de estratégias para o desenvolvimento. A interação implica em um meio conhecimento sobre a capacidade e a estrutura local para promover ações ou desencadear o desenvolvimento.

Quanto maior a interação entre os agentes para a realização de ações locais para o desenvolvimento, mais efetivas estas podem ser por conhecer os tecidos locais e a cultura. Além disso, a troca de conhecimento e de experiências elimina a sobreposição ou a repetição de 'erros' ou 'equivocos' que incidem sobre a efetividade das ações para o desenvolvimento.

As ações para o desenvolvimento são todas aquelas que de uma forma ou de outra impactam, direta ou indiretamente, no desenvolvimento local. Por vezes as ações parecem insuficientes, por não serem possíveis de mensurar quantitativamente. Mas, para todos os efeitos interferem no meio em estão sendo realizadas e só um longo período de tempo as traduzirá em indicadores quantitativos.

Nesse sentido, as realizações de ações estão relacionadas ao desenvolvimento local e dependem das interações entre os agentes para impactarem de modo mais efetivo nas condições deste desenvolvimento. Ou seja, os locais precisam dos comportamentos e das interações entre os agentes para se desenvolverem.

Independente da característica das organizações e da função que desempenham no local, estas se relacionam e são entrelaçadas e interdependentes, pois são consideradas organismos vivos que vivem em sistemas vivos. Estes sistemas vivos, também denominados redes, podem ser descritos esquematicamente e são constituídos de nodos (organismos). Estes nodos também podem se comportar como uma rede, pois quando detalhado apresenta-se também constituído por outros nodos. Esta é a concepção da "teia da vida": redes dentro de redes, aninhadas e compondo a natureza da vida. Os estudos de redes tomaram força a partir da segunda metade do século XX e estão sendo utilizadas para compreensão científica dos ecossistemas e da natureza da vida, entendendo os últimos como composição de organismos de todas as ordens (CAPRA, 2001).

2.1.6 Sustentabilidade e Mensuração

Os esforços, ações e o pensar são regidos, portanto, pelo pensamento da sustentabilidade e, nesse sentido, todas as práticas das pessoas e organizações estão sob este objetivo. A idéia é que não é possível debater sobre 'o uso de indicadores do desenvolvimento sustentável para relacionar atividade econômica e o local' porque todo o uso de indicadores em observações do desenvolvimento local estão sob a égide da sustentabilidade. Existem indicadores que não são do desenvolvimento sustentável? Na verdade não são os indicadores que são ou não do desenvolvimento sustentável, é o comportamento que se enquadra ou na característica sustentável. Ou se pensa em sustentabilidade ou não se pensa em sustentabilidade. Neste estudo, pensa-se na sustentabilidade e toda a discussão, sobre indicadores e a interação entre atividade econômica e local, é balizada por tal. Por isso, a discussão é sobre 'O uso de Indicadores para observar a capacidade da interação entre atividade econômica e local em ser sustentável', ou seja, consiste no uso de indicadores para medir o desenvolvimento sustentável resultantes das relações entre a atividade de celulose e papel e o município de inserção. Ao utilizar indicadores, sejam eles qualitativos ou quantitativos, é possível verificar se as interações entre a Klabin e Telêmaco Borba estão resultando em impactos positivos ou negativos à sustentabilidade.

A condição do desenvolvimento sustentável pode ser verificada pela observação do espaço, das atividades econômicas, das questões sociais, da preocupação ambiental e aspectos culturais. Elas se relacionam configurando a característica, ou o estado, em que se encontra um local no processo de desenvolvimento sustentável. Então, seja qual for a ação ou a interação entre atividade econômica e o meio, esta impactará diretamente ou indiretamente na condição de desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, gerará resultados positivos ou negativos que poderão ser observados, mesmo que não precisamente, por meio dos indicadores que reflitam a dinâmica destas dimensões em nível local, nacional ou global.

2.1.7 Sustentabilidade e o Desenvolvimento

A evolução das sociedades e das nações pressupõe um processo de desenvolvimento. No entanto, tal desenvolvimento pode ser caracterizado e observado de diversas maneiras. Por exemplo: pode-se observar apenas o

desenvolvimento econômico, ou o desenvolvimento social. Considerando apenas estas duas variáveis do desenvolvimento, não é possível compreender se as condições de vida estão sendo preservadas e pensadas para as gerações futuras, papel destinado à observação conjunta da observação do meio. A característica 'sustentável' do desenvolvimento leva em consideração inúmeras variáveis que formam um emaranhado de relações, caracterizando-o como um estudo de sistemas complexos. Contudo, é comum e necessário conformar no estudo sobre o desenvolvimento, de característica sustentável, as seguintes dimensões componentes da organização do homem em sociedade: a dimensão social, ambiental, cultural, espacial e econômica.

Incorporar a característica 'sustentável' ao desenvolvimento é um esforço conjunto entre setor público e privado. As políticas públicas e as ações de responsabilidade social são umas das ferramentas utilizadas para este fim e, seja em qual for a dimensão de sua aplicação estará impactando no processo de desenvolvimento, de forma a contribuir para sua sustentabilidade ou não. Políticas públicas e ações paternalistas não são saudáveis no longo prazo para um processo de desenvolvimento sustentável, pois geram dependência da população em relação ao governo ou à empresa que a pratica.

Visto que as ações das instituições, inclusive o papel do Estado, impactam no desenvolvimento resta acompanhar e mensurar o efeito das mesmas no objetivo das nações em estabelecer uma evolução sustentável, que corresponda aos anseios da população. Sendo assim, segue uma breve discussão sobre o desenvolvimento sustentável, a importância das ações das organizações para o mesmo e o uso de indicadores como forma de acompanhamento do objetivo: uma sociedade sustentável.

De acordo com Capra (2002), o conceito de sustentabilidade surgiu no início da década de 1980 por Lester Brown, fundador do *Worldwatch Institute*, que definiu a sociedade sustentável como aquela capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras.

Segundo Capra (2002), alguns anos depois, o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido como "Relatório de *Blundtland*", usou a mesma definição para apresentar a noção de "desenvolvimento sustentável" mencionando que este tipo de desenvolvimento "é aquele capaz de

atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CSD, 2007).

De acordo com a Agenda 21 (SMMA, 2005), este novo modelo de desenvolvimento, chamado desenvolvimento sustentável, deve compatibilizar a preservação do meio ambiente, a justiça social, o crescimento econômico, a participação e controle da sociedade como elementos para democratizar o direito à qualidade de vida. Trata-se, portanto, de um modelo complexo, pois nem sempre o crescimento econômico é acompanhado da preservação do meio ambiente. Além disso, o crescimento, visto pela acumulação e geração de renda, normalmente é acompanhado de desigualdade social.

Veiga (2005) pontua que o desenvolvimento não é uma coleção de coisas, mas um processo que produz coisas. O que esse processo exige, são pessoas criativas, e os seres humanos são naturalmente criativos. E se este processo chamado desenvolvimento for aplicado às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade.

Para Sachs (1993), desenvolvimento sustentável é um processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites e a capacidade de cargas dos ecossistemas, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos.

Já Buarque (1999) ressalta que o desenvolvimento sustentável é um processo que eleva oportunidades para a sociedade e provoca uma mudança social. Além disso, compatibiliza no tempo, ao longo do tempo, e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Desenvolvimento sustentável, portanto, é um processo. E esse processo pode ser operacionalizado, para facilitar a verificação sobre a o amadurecimento ou não de um sistema e para ajudar na identificação das ameaças à sustentabilidade de um sistema (BOSSEL, 1999).

O desenvolvimento sustentável também pode ser visto como um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global⁸ (Figura 2.2).

⁸ Conceito elaborado, em 2005, pelo Grupo de Pesquisa sobre Sustentabilidade, relacionado com o Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UniFAE – Centro Universitário.

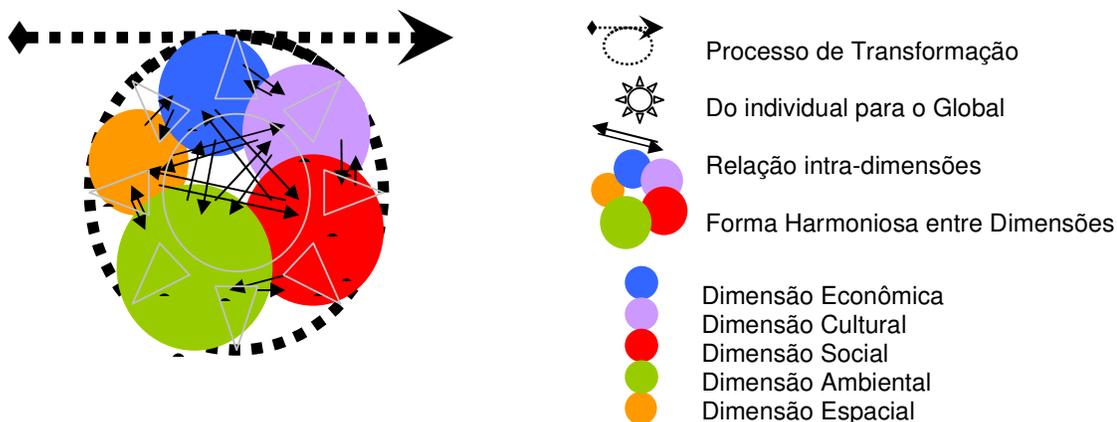


FIGURA 2.2 – CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FONTE: GRUPO DE PESQUISA SOBRE SUSTENTABILIDADE (2005) – UNIFAE – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

Contudo, o desenvolvimento sustentável é um processo composto de uma seqüência de condições, as quais apresentam evolução positiva ou negativa em função da sustentabilidade. Ou seja, verifica-se a condição em períodos de tempo diferentes para ter a noção do processo. Se o necessário é verificar condições em períodos de tempo diferentes para saber o sentido da evolução no processo de desenvolvimento sustentável, tais condições devem ser acompanhadas e mensuradas.

A indagação sobre o desenvolvimento sustentável leva a formulações estratégicas para o alcance de melhores condições neste processo. Destas, resultam ações que devem ter parâmetros de mensuração para que o acompanhamento no decorrer do tempo seja realizado. Ademais, as interações da atividade econômica com o meio podem amadurecer sustentavelmente ou não e os indicadores podem expressar esta condição.

Definir uma condição de desenvolvimento sustentável ou não, consiste na operacionalização de um conceito e, para tanto, são propostos indicadores. O termo indicador é originário do Latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (HAMMOND *et al.*, 1995). Por exemplo, uma descida de pressão de um barômetro pode indicar a aproximação de uma tempestade (GOUZEE *et al.*, 1995).

Seja pelo envolvimento de toda a sociedade na formulação e avaliação das condições locais ou pelo fato de escolher ações específicas para estas, visando o objetivo maior: neste caso o alcance do desenvolvimento sustentável, deve-se medir

e buscar indicadores que se adequem a todos os resultados e objetivos, gerais e específicos, almejados, que possuem as políticas públicas em sua instância viabilizadora.

O IDH-M é uma das formas de medir o desenvolvimento sustentável. Por meio de uma simulação (Figura 2.3) de De Puppi e Silva (2003), é possível compreender as discussões realizadas nesta seção. Sendo assim, releva-se, por exemplo, a importância de ações que estimulem a população a estudar, que permitam a ela melhor acesso a postos de saúde e que também aqueçam a economia local. O simples estímulo à frequência da escola pode melhorar o desenvolvimento do município conforme o seguinte exemplo, baseado nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

O impacto positivo de uma ação voltada para a melhora da qualificação no município é relativa à proporção incrementada de um dos indicadores. O fato de ter ocorrido um aumento na frequência da escolaridade proporcionou ao município melhor qualificação no IDH-M, passando de médio para desenvolvimento alto. Porém não ocorreram impactos positivos perceptíveis, ou diretos, nas condições de vida da população com relação à saúde e à renda.

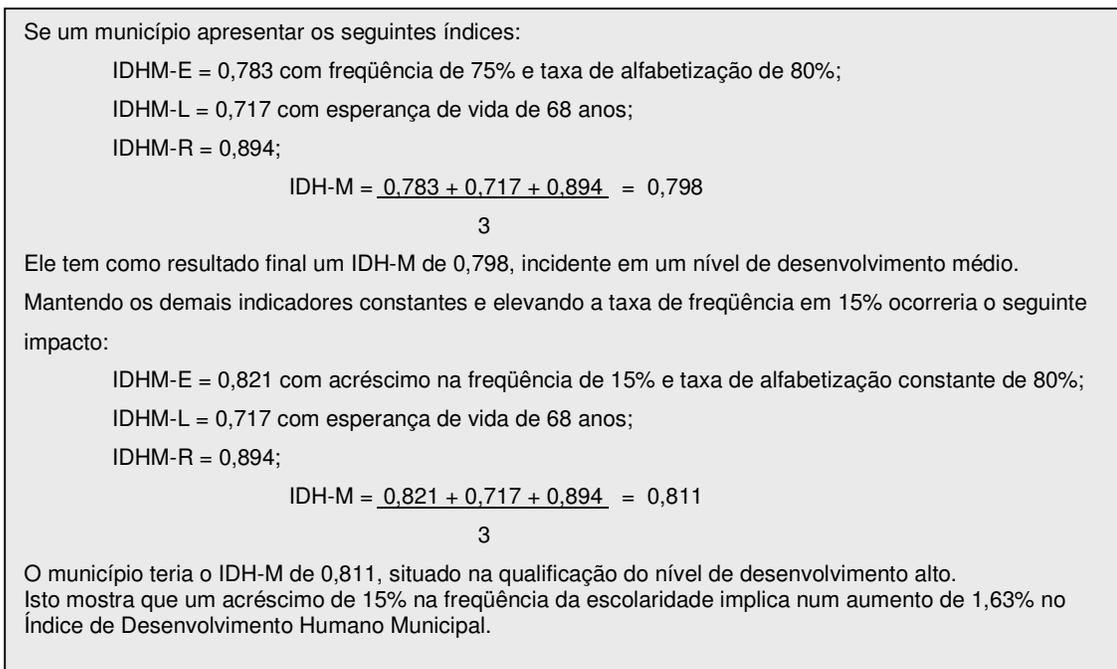


FIGURA 2.3 – SIMULAÇÃO DO IMPACTO NOS INDICADORES NO IDH-M

FONTE: De PUPPI e SILVA (2003).

Os incrementos positivos no IDH-M podem se dar por meio de melhorias na atividade econômica, cultural, ambiental, social e espacial, oriundas de políticas do governo ou do setor privado. No entanto, a subjetividade da mensuração de algumas questões como, por exemplo, o desenvolvimento cultural, não são identificados pelos indicadores de maneira direta. Por isso, os resultados, da interação entre atividade econômica e o local, para todas estas dimensões vai além dos aspectos quantitativos e muitas vezes não são identificados nem mesmo pelos qualitativos. Contudo, deve-se compreender que todas as dimensões são estimuladas pelas interações locais, mesmo que não seja possível mostrá-las. Trata-se de valores, percepções e concepções da população sobre os esforços para o desenvolvimento sustentável.

2.1.8 Considerações sobre a Sustentabilidade

Para o campo de análise é necessário considerar as seguintes questões acerca da sustentabilidade.

A relação homem-ambiente e o entendimento mais amplo da relação entre os seres humanos e o meio dão origem à formulação teórica da sustentabilidade que é complexa na observação empírica, envolvendo diversas áreas do conhecimento para explicá-la, o que a torna uma questão multidisciplinar.

A sustentabilidade é uma vontade percebida a partir de problemas sociais, ambientais, culturais, políticos, espaciais, econômicos, entre outras origens. Contudo, deve-se estabelecer o que se entende por sustentabilidade para o objeto observado porque a mensuração só é possível depois do consentimento do que é sustentabilidade. A complexidade da sustentabilidade dificulta sua mensuração, fazendo-se necessário o uso de indicadores qualitativos e só é possível estabelecer indicadores depois de definido o que se entende por sustentabilidade.

O tema sustentabilidade não deve receber um tratamento reativo e fragmentado, visto que precisa da construção conjunta para encontrar a solução. A solução também é complexa, exigindo aprofundamento de estudos e o conhecimento do problema por parte dos agentes que a buscarão. A solução resulta da organização das sociedades contemporâneas, ou seja, o comportamento para a sustentabilidade baseia-se nas pessoas e nas organizações. Desta forma, o comportamento das pessoas e dos agentes precisa ser sustentável.

A sustentabilidade só é possível no todo e por isso as partes precisam ser sustentáveis. O local deve ser sustentável para que o global também seja. Por outro lado, o local deve se posicionar diante do global de forma a garantir sua sustentabilidade. Assim, cada parte precisa definir o que entende por sustentabilidade de acordo com a identidade local. As pessoas e as organizações precisam conhecer o que se entende por sustentabilidade.

As relações econômicas, principalmente, mas também as relações culturais, sociais, ambientais, políticas, espaciais, entre outras de âmbito global afetam o local, que por sua vez afeta o global. Considera-se que os problemas econômicos têm base fundamental na organização do sistema capitalista e tecnocrático que degradou os recursos em prol dos avanços e do consumismo.

As dimensões social, ambiental, cultural, espacial e econômica se emaranham, sendo que cada uma influencia e é influenciada pelas outras. Entretanto, a dimensão econômica interage com as demais dimensões, mas a economia não é a única dimensão que afeta o ambiente. O problema é complexo resultando na indefinição da origem dos problemas. Com isto, a valoração ambiental não é a única solução para o alcance da sustentabilidade.

Dada a participação dos agentes na busca pela sustentabilidade, a estrutura local implica nos meios para seu alcance. O posicionamento político afeta de sobremaneira o comportamento para a sustentabilidade. Desta forma, é necessário estabelecer ações que façam

justiça à complexidade dos desafios criados pela busca de redução das desigualdades no interior de cada país e entre países, de consolidação progressiva de novos arranjos institucionais para um controle democrático-participativo dos riscos da evolução técnica, e de internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza. (LEFF, 2002, p.09).

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Vitte (2007) questiona se as entre as ações para promover o desenvolvimento local está a influência da atividade econômica ou não. Ou seja, se o desenvolvimento local requer ou não o desenvolvimento **econômico** local.

Afinal, o DL é coisa de território/espaco coletivamente dimensionado, mas sempre considerando que os territórios/espacos coletivizados se afloram das dimensões ou propriedades comuns dos territórios/espacos individuados, propriedades estas – já formadas, em processo de formação ou passíveis de serem formadas se houver potencialidades para tal – que se interfaciem, interajam, intercomplementem e ensejem a emersão dos

embrionários “núcleos galáticos” de coletivização, em processo de expansão externa e complexação interna. (ÁVILA, 2006, p.2).

Para Ávila (2006), o núcleo, ‘gérmen’ da coletividade, pode se estender para o conjunto de indivíduos de interações primárias passando para as secundárias, ou mesmo de forma equilibrada, constituindo uma comunidade. Por outro lado, tal núcleo pode se estender para uma sociedade, considerando um espaço mais amplo, que se expande por relacionamentos secundários, até compreender todo o espaço de uma localidade, região, país. Isto tem haver com a identidade e suas dimensões individual e coletiva. A comunidade possui autonomia para tomar decisões, mas está imersa na sociedade e sofre com suas influências.

De acordo com Ávila (2006), os indivíduos influenciam direta e incisivamente nos rumos, meios e métodos de vida da localidade, bem como nos rumos, meios e métodos de organização de cada dimensão societária. Por outro lado, recebe influência das demais dimensões societárias. O desenvolvimento será afetado pelas diretrizes tomadas tanto do local para o nacional quanto do nacional para o local. Mas, apenas as características próprias do local são capazes de gerar o desenvolvimento. O autor ainda divide estas dimensões que influem o desenvolvimento local em: o desenvolvimento no local e o desenvolvimento para o local, sendo o primeiro uma característica intrínseca e o segundo o estímulo externo. A influência externa é de extrema importância para o local.

Para Sassen (1998), as cidades são as soluções na busca da sustentabilidade, porque são complexas e capazes de iniciar mudanças em suas próprias delimitações. As cidades possuem diversos processos que influem no espaço particular e no espaço como um todo, afetando diretamente nas escalas sociais e ecológicas locais ou globais. A comunicação e a interação no nível local são mais eficazes e estão de acordo com suas realidades. Por se conhecerem podem iniciar mudanças mais eficazes.

A estrutura disponível como por exemplo os equipamentos urbanos são fundamentais para garantir o acesso ao desenvolvimento e criar no local as condições necessárias para tal (SILVA, 2006).

Assim, o lugar ou o local reproduz as desigualdades da estrutura social que podem ser aprofundadas e atenuadas, sendo que a luta contra a desigualdade deve começar principalmente no âmbito da esfera local, missão muitas vezes impossível para muitos governos locais no Brasil. (VITTE, 2007, p.7)

De acordo com Vitte (2007), há agentes das ações de desenvolvimento local, tais como: cooperativas, agências de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, governos locais, entre outros.

Este estudo apresenta a seguinte consideração a partir da obra de Santos (2007), que apresenta críticas às teorias centro-periferia, dos pólos de desenvolvimento e dos lugares centrais: há pontos que acrescem as percepções sobre estas teorias, de forma a alargar as considerações sobre a economia espacial, tais como as considerações de que muitas periferias já possuem estruturas próprias de desenvolvimento e que há elementos como as pessoas a ecologia e a organização social a serem considerados nas análises.

O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial, cuja compreensão é um dos objetivos da análise territorial e de ordenação do território, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço. (...). Há, assim, uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas. (VITTE, 2006, p.6)

2.2.1 Conceituação Tradicional de Desenvolvimento pela Economia⁹

No decorrer da História do Pensamento Econômico o tema desenvolvimento foi acoplado diversos aspectos. Nota-se que de uma simples abordagem sobre crescimento partem discussões que foram agregando demais conceituações, moldando o conceito de desenvolvimento e definindo fatores que o determinam.

Assim, inicialmente, os Mercantilistas acreditavam que a riqueza de um país acumularia-se com o afluxo externo de metais preciosos, porém diante do interesse em manter a balança comercial favorável desconsideravam a importância das importações para o desenvolvimento interno. Porém, a importação de recursos, principalmente os naturais, promove maior dinâmica econômica, pois estimulam a diversificação da indústria de uma região.

Já em reação ao Mercantilismo, século XVIII, começam a surgir os questionamentos sobre os problemas de crescimento e distribuição, com a escola Fisiocrática na França e a Clássica na Inglaterra (SOUZA, 1999). Os fisiocratas acreditavam que a riqueza estava na produtividade da terra e defendiam o

⁹ Para compreender a visão da Ciência Econômica é necessário atentar que economia e capitalismo não são sinônimos. A economia ocupa-se do estudo da escassez dos recursos para atender a necessidade ilimitada das pessoas, enquanto que o capitalismo é um sistema econômico utilizado para atender os preceitos da economia. Portanto, os agentes econômicos estão constantemente pensando como se utilizar dos recursos escassos para atender as necessidades, sejam elas pessoais, empresariais, governamentais.

crescimento com menor intervenção estatal, em um ambiente de desregulamentação. Eram adeptos ao *hedonismo*, uma doutrina sobre a qual o indivíduo deve maximizar sua satisfação com ínfimo esforço. Em suma, quando cada indivíduo assim o faz está obtendo o máximo de bem estar.

Segundo Adam Smith, a divisão do trabalho era a chave para aumentar a produtividade e a renda nacional, e ainda, uma vez que o desenvolvimento tivesse início, ele tenderia a ser auto sustentado pela especialização, dado algum estoque inicial de capital e possibilidades favoráveis de mercado (BALDWIN,1979). É importante ressaltar que quanto maior a divisão do trabalho, mais ela contribui para a expansão do mercado internacional, pois os limites das cadeias produtivas ultrapassam as fronteiras de um país.

Assim como para Adam Smith, Marshall com sua teoria neoclássica, mais tarde, também viria a acreditar que as causas determinantes do desenvolvimento se encontram na expansão dos mercados externos. Ainda para Smith, o aumento da proporção do número de trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos combinados com a redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população provocaria uma redistribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e arrendatários (SOUZA 1999).

Já para David Ricardo, o desenvolvimento depende do investimento e reinvestimento da renda dos capitalistas, pois promovem a acumulação de capital e impulsionam o progresso técnico e o comércio internacional, o qual aumenta a divisão do trabalho interno. Tanto para Ricardo quanto para Adam Smith, o estado estacionário da economia é atingido antes que a população atinja uma posição de desenvolvimento elevado. No entanto, para Stuart Mill o estado estacionário ocorreria quando a população maximizasse seu bem estar, o que não proporcionaria a necessidade de inovações. Ou seja, para Mill o avanço tecnológico é a peça fundamental para que haja desenvolvimento (SOUZA, 1999).

Mais adiante, Malthus contesta a lei de Say, de que toda oferta gera uma demanda de mesma magnitude, devido à incapacidade da população crescer em taxas superiores que a produção sob aplicação do progresso técnico. Ele fornece a base da teoria Keynesiana de desenvolvimento que encontra no problema da superprodução o impasse à prosperidade da nação. Defende a necessidade de poupança e investimento para alavancar o sistema econômico coordenados por uma forte intervenção estatal (HUNT, 1981).

Para Marx abordado em Souza (1999, p.143), o desenvolvimento se dá de forma cíclica e com conflito de distribuição de renda e terra. Os períodos de prosperidade promovem o crescimento técnico da nação, enquanto os períodos de crise se prolongam cada vez mais atingindo a sociedade devido o problema distributivo, que ocorre entre capitalistas e trabalhadores, devido a acumulação do capital, que se dá pela *mais-valia*¹⁰.

Desta forma a prosperidade da nação, seja crescimento ou desenvolvimento, na visão histórica, alterna-se em fases de crescimento e depressões formando ciclos econômicos, os quais são marcados por ápices de crescimento e vales de crise que se sucedem e cada vez que ocorrem tornam-se mais longos e profundos.

Segundo Marx *apud* Hunt (1981, p. 228), o que motiva o sistema capitalista é a busca incessante por quantidades cada vez maiores de *mais-valia*. Esta por sua vez não pode ser encontrada na esfera da circulação, pois a simples troca de mercadorias não permite que ocorra o ganho adicional. A *mais-valia* encontra-se na esfera produtiva, *Mo-Me-Mo'*, onde se tem a idéia do processo de acumulação. *Mo* representa a compra de mercadorias que se transforma no processo produtivo, *Me*, e é vendida por um valor maior que o inicial, *Mo'*.

A origem da *mais valia* concede os ganhos ao capitalista que por sua vez pode tomar a decisão de reinvestir ou não. Assim, ela é a base do crescimento da economia pois permite ampliar o capital investido.

Kalecki também pontua o investimento como precursor do desenvolvimento, pois o consumo dos capitalistas, os gastos do governo bem como as exportações dependem do nível de investimento anterior. A análise de Schumpeter aborda que o desenvolvimento apresenta-se estritamente ligado ao conhecimento tecnológico, à existência de instituições eficientes e ao conhecimento tecnológico, à existência de instituições eficientes e ao empresário inovador, de espírito capitalista (SOUZA, 1999). Ainda em Souza (1999, p.85),

A História demonstra que o desenvolvimento econômico de uma nação depende do emprego crescente de trabalho produtivo, da formação de poupança, do aporte de capitais externos, da adoção de inovações tecnológicas na produção, da existência de liberdade de civis e de instituições e leis adequadas, assegurando o direito de propriedade e favorecendo a expansão da iniciativa empresarial. Há necessidade também

¹⁰ "A taxa de mais-valia é, portanto, uma expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.". (MARX, *apud* HUNT, 1981, p. 237). É a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário.

de um governo central eficiente e forte, adotando políticas favoráveis à industrialização e ao desenvolvimento do comércio exterior, bem como a existência de unidade nacional em relação aos objetivos sociais ligados ao crescimento econômico e ao aumento do bem estar do conjunto da população.

Como visto a evolução do tema desenvolvimento foi agrupando variáveis tornando-o mais complexo. Essa forma mais completa do conceito permite entender que para que o desenvolvimento ocorra deve-se ter a iniciativa privada aliada às políticas governamentais e um conjunto de determinantes positivos.

Então, o que se nota hoje, é que, diante da vulnerabilidade externa¹¹, surge a preocupação do governo em desenvolver políticas de planejamento econômico que visem o desenvolvimento das inúmeras regiões do país. Esta problemática abre espaço para estudos relacionados ao desenvolvimento regional que é específico a cada caso e será discorrido no subitem 2.2.3.

2.2.2 Questões sobre o Desenvolvimento e a Ciência Econômica

Diversos autores discutem o conceito de “desenvolvimento”. Alguns, de correntes mais teóricas, consideram como sinônimo de crescimento, e outros autores, voltados para uma realidade empírica, entendem que “o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente”, (SOUZA, 1999, p.20). Ou seja, o crescimento econômico nem sempre é distribuído a toda parcela da população. A concentração da renda nas mãos de uma pequena minoria não permite que a maioria da população usufrua da riqueza que ajudou a acumular.

A disparidade dos dois termos permite firmar, também, que o crescimento econômico é a aplicação quantitativa da produção, enquanto o desenvolvimento é designado pela ação qualitativa da ocorrência da atividade econômica. O desenvolvimento é a reversão do crescimento para uma melhor qualidade de vida.

Serra e Tavares (SERRA, 1976, p.224) concluem que para economias capitalistas desenvolvidas é mais fácil a aplicação dos conceitos de crescimento, pois trata-se de economias de homogeneidade estrutural que permite um maior grau de solidariedade entre os setores de ponta e os demais, ficando difícil a dissociação da expansão e do desenvolvimento às parcelas da população. Nos países de

¹¹ “A vulnerabilidade externa não se limita às dimensões tecnológica, comercial e financeira. De fato, ela também atinge a dimensão produtivo-real (controle do aparelho produtivo por empresa estrangeira)”. (BAUMANN, 1996, p.133).

estrutura heterogênea a mensuração é complicada porque deformam a visão de interpretação das transformações econômicas que realmente ocorrem.

Entretanto, a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento fornece bases para distinguir os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos. Denominando estes dois grupos de países considera-se que existem variáveis que evidenciam estas situações.

A repartição dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos tem origem nas flutuações econômicas ocorridas durante o século XIX. Nesta época ficou claro que a tendência de alguns países a se industrializar estava ligado a melhores condições de vida da nação e maior crescimento econômico, segmentando o mundo em países ricos e países pobres.

Além de origens colonialistas, o subdesenvolvimento também tem raízes nas crises econômicas nas quais os indicadores econômicos e sociais sofrem quedas bruscas, como na Crise de 1929 e nas Grandes Guerras.

O extremo de países subdesenvolvidos caracteriza-se por economias primárias de subsistência que é composto por latifúndios e por minifúndios improdutivos, em sua maior parte. Os segmentos econômicos possuem baixa produtividade e são pouco monetizados, o que permite considerá-lo um país de agricultura tradicional de subsistência, (SOUZA, 1999).

No entanto, para Pereira (1978, p.53), o subdesenvolvimento está ligado a três fatores distintos. Primeiramente a baixa renda *per capita* está ligada ao **consumo** de bens e serviços em condições precárias de saúde, escolaridade, residência e alimentação. Outro fator é tomado pelo lado da **produção** que possui estrutura pouco diferenciada do aparelho produtivo, baixa produtividade e taxa de investimento ocasionando a falta de incremento da *per capita*. E o terceiro fator que vai além de indicadores e mensuração objetivando a **estrutura**, que está ligada à geopolítica e à uma caracterização histórica.

Segundo Myrdal (1972, p.21), a formação de capital e o investimento tendem a ser menores que nos países desenvolvidos, mesmo em relação a essas rendas, enquanto deveriam ser maiores para equilibrar o ritmo de desenvolvimento. Além da tradição cultural dos países em serem subdesenvolvidos, outro fator que influi contrariamente é o aumento natural da população que é geralmente mais rápido. Ou seja, estes países apresentam alto índice de natalidade e mortalidade, tornando menos vantajosa a distribuição etária.

Nos países em desenvolvimento é comum encontrar regiões com alto desenvolvimento vizinhas de enormes níveis de pobreza. A exemplo, a pobreza de grupos árabes verificada em localidades vizinhas aos grupos Palestinos, no Oriente Médio, que são mantidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), alcançando uma renda melhor, mas que não se desfazem deste meio de vida pela tradição e aguardo de uma terra legítima (MYRDAL, 1972, p.23).

O subdesenvolvimento está ligado a processos históricos e tendências culturais agravados pelo aumento da desigualdade social entre países ou mesmo regiões específicas onde se constata a evolução dos dois processos, o desenvolvimento e as quedas dos níveis de bem estar humano.

Por outro lado, o desenvolvimento pode ser considerado um processo de mudança estrutural. Constantes modificações nos quadros de economias primitivas levam ao estabelecimento de economias mais avançadas com estruturas econômicas e sociais diferentes daquelas primárias verificadas em períodos anteriores.

Sucedendo a sociedade primitiva, a próxima fase de desenvolvimento estaria ligada ao processo de substituição de importações que permite o desenvolvimento industrial. Logo, o país inicia sua atividade econômica internacional e gradativamente passa a completar esse processo ampliando seu parque industrial de bens de consumo, bens de consumo duráveis, bens de capital e indústria base.

Sendo assim, as economias em desenvolvimento, na visão dos países desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial, não precisariam de benefícios internacionais pois por meio das vantagens comparativas evoluiriam com os surtos exportadores, (SOUZA, 1999).

No período pós Segunda Guerra Mundial, surge a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que se contrapõe ao pensamento desses países em relação aos subdesenvolvidos. Prebisch em Bielschowsky (2000, p.73), torna claro que “a solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico”.

A situação de desenvolvimento dos países da América Latina é verificada em Serra (1976, p.16), como: “Ao contrário do previsto pelos países desenvolvidos, muitos países e parcelas da população ficaram à margem do desenvolvimento. Poucos conseguiram fazer parte ou usufruir do crescimento econômico.”.

O Brasil tem necessidade de buscar sua identidade para estabelecer suas próprias linhas de desenvolvimento que não a dos países centrais (FURTADO, 1987). Nesse sentido, as regiões precisam buscar e conhecer suas identidades porque elas compõem o país e possuem características próprias com relação às estratégias de desenvolvimento.

Então, de acordo com Souza (1999, p.22), “Desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais.”

No entanto, a forma condicional para que o desenvolvimento se prolongue pelos períodos é a ocorrência do Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS). No debate sobre Soluções para Melhoria dos Indicadores Sócio-econômicos nos Municípios Paranaenses do PROGRAMA DE ESTUDOS AVANÇADOS PARA LÍDERES PÚBLICOS, realizado em Curitiba, em outubro de 2003, o DHS, por sua vez, tem as mesmas bases no liberalismo e pode ser observado em três dimensões: das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas.

A dimensão das pessoas envolve a capacidade e a oportunidade que estas tem para alcançar melhores condições de vida, enquanto que, para as pessoas, envolve a movimentação de forças que buscam promover a equidade e inclusão social. Já a dimensão pelas pessoas envolve o fornecimento de poder para que elas gerem o desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável parte do princípio que a liberdade de escolha dos indivíduos só é possível quando estes se encontrarem em um mesmo nível de oportunidade ou de condições de alcance do bem estar. Tal situação é contrária aos princípios do liberalismo econômico que partem da igualdade de todos diante das oportunidades que surgem nas relações capitalistas.

O liberalismo seria, então, os meios de alcance da criação de riqueza apoiado nas forças de mercado, que implicam no relacionamento e organização das pessoas. Já o DHS consiste nos fins alcançados nas relações ocorridas em tal liberalismo e se dá por intervenção estatal. Ou seja, as atividades de meio se dão pelas relações de mercado e os fins são os resultados na qualidade de vida da população, obtidos por tais relações, que só ocorre por meio das atividades públicas para promover o desenvolvimento equitativo.

De acordo com Oliveira (2001, p.145),

é urgente e necessário que o processo de desenvolvimento industrial concentracionista no estado seja revertido, com políticas e esforços ofensivos designadamente nos programas de Governo do Estado, advindo de um plano estratégico que contemple o desenvolvimento regional com a participação e a monitoração dos atores econômicos e sociais do estado.

Segundo Boisier *apud* Oliveira (2001), o desenvolvimento de longo prazo de uma região pode ser alcançado pela interação de três forças: participação relativa da região no uso dos investimentos públicos; das políticas macroeconômicas e setoriais; e da capacidade de organização social da região, ou seja, a classe política, empresarial e os canais de participação da sociedade.

O estado é o principal agente nos primeiros estágios de desenvolvimento. Segundo Souza (1999, p.41), há pontos de estrangulamento do desenvolvimento que devem ser superados pelo estado a fim de possibilitar a prosperidade de sua nação. São eles: a intervenção no mercado cambial, transferindo divisas para o mercado, praticas de políticas anticíclicas para manter a renda das exportações, a concessão de crédito e incentivos ao mercado interno e à exportação de produtos não tradicionais, e investimento em infra-estrutura. Em fases mais avançadas do processo de desenvolvimento, os estrangulamentos dizem respeito ao esgotamento do modelo de substituição de importações.

A intervenção do estado pode ocorrer mesmo em países com o processo amplamente desenvolvido a fim de garantir e proteger a economia interna. Práticas de alíquotas e quotas de importação, bem como subsídio ao mercado interno criam obstáculos aos concorrentes internacionais na hora do estabelecimento dos preços. Teoricamente podem-se designar três funções principais para o estado. A alocação dos recursos, a distribuição da renda e a função estabilizadora, que diz respeito ao manejo da política econômica.

O papel do estado fixa-se em corrigir as falhas de mercado que deixam à margem da atividade econômica grandes parcelas populacionais.

No início do capítulo, está colocado que Smith defendia auto regulação da economia sem intervenção estatal. Porém os níveis de subdesenvolvimento encontrados hoje não permitem tal prática. Deve-se estabelecer um *mix* entre setor privado e estado a fim de modificar o quadro das condições de subdesenvolvimento encontradas.

2.2.3 As Relações da Atividade Econômica com o Meio: O Desenvolvimento Regional

A ciência econômica direciona os estudos sobre o desenvolvimento baseando-se na questão do valor cuja idéia justifica-se apenas pela eficiência e custo. Ao observar a Teoria das Vantagens Comparativas¹² percebe-se que focando estas idéias a economia depara-se com o desequilíbrio regional. Esta Teoria não absorve os efeitos da especialização da produção ao longo do tempo, o que implica em dizer que ela “seria neutra quando as atividades sob análise tivessem impactos iguais sobre as demais atividades.” (CLEMENTE, 1992, p.16). Em Myrdal (1972, p.57),

A teoria econômica não tem considerado os fatores não-econômicos e os mantém fora do âmbito da análise. Figurando tais fatores entre os principais veículos na causação circular dos processos acumulativos de mudança econômica, sua omissão representa uma das principais deficiências da teoria econômica.

Os fatores não-econômicos podem ser entendidos como aqueles que vão além da atividade econômica no processo de desenvolvimento. A localização de uma indústria não é a única determinante de melhoria da qualidade de vida da população. Esta questão envolve inúmeras variáveis que consideram as necessidades de cada região.

Uma indústria, implantada em certa região, influencia em toda sua dinâmica populacional, competitiva e no nível de atividade. Obstante, a atividade local absorve as conseqüências de decisões políticas e empresariais, além de refletir a que foi por elas tomada. Assim, infere-se que indutivamente as questões globais impactam nas questões nacionais, que por sua vez modificam os aspectos regionais. Partindo do contrário, os acontecimentos internos agrupam-se moldando a atividade econômica como um todo, desde o aspecto regional até o global. (FIEMG, 2000, p. 14) “Em uma economia com crescente globalização, paradoxalmente, muitas das vantagens competitivas residem, crescentemente, em aspectos locais – conhecimento, relacionamentos e motivação que os concorrentes, a distância não podem alcançar.”

O desenvolvimento regional tem sido assunto para diversos estudos que visam entender e identificar a peculiaridade de cada caso em diferentes territórios. Segundo Andrade (1967, p. 36) “*aménagement du territoire*’ é como que uma combinação entre um artigo de fé e um risco calculado, permitindo fazer a projeção

¹²Teoria desenvolvida por David Ricardo que implica na comparação das produtividades relativas existentes entre dois locais distintos, como países ou regiões (CLEMENTE, 1994).

geográfica da sociedade do futuro”. O autor liga a tomada de decisão ao futuro do desenvolvimento da região e à sobrevivência da empresa.

Tomando-se como foco a dinâmica regional é necessário “desenvolver os instrumentos de análise que permitam avaliar a eficiência do sistema econômico espacialmente considerado.” (CLEMENTE, 1992. p. 12). Buscando esclarecer estes aspectos é pertinente revisar teorias de crescimento regional e da localização industrial. Hirschman, Myrdal e Perroux são autores que discorrem idéias introdutórias sobre este assunto. O quadro 2.1 aborda resumidamente os focos de análise de suas teorias.

Hirschman e Myrdal têm a base de suas teorias na concentração e difusão regional. O primeiro parte do desenvolvimento não equilibrado e da indústria como precursora do desenvolvimento por meio da polarização com participação do estado no desenvolvimento local, investindo em indústrias chave. Já Myrdal parte da causação cumulativa dos fatores de produção e defende que os investimentos estatais devam ser destinados às indústrias pólo a fim de reduzir as diferenças de renda.

Perroux tem sua teoria baseada em pólos de crescimento oportunizados por indústrias que tenham capacidade de promover a difusão do desenvolvimento.

Os três autores observam que a oportunidade do desenvolvimento regional está no estímulo de pólos para que haja propagação da renda per capita, Hirschman e Myrdal; ou crescimento de indústrias que conduzam a mudanças estruturais, Perroux.

QUADRO 2.1 – COMPARATIVO DOS CONCEITOS TEÓRICOS DE HIRSCHMAN, MYRDAL E PERROUX

CATEGORIA	HIRSCHMAN	MYRDAL	PERROUX
Teoria	Concentração e Difusão Regional	Concentração e Difusão Regional	Pólo de Crescimento
Ponto principal da Teoria	Desenvolvimento não-equilibrado	Causação cumulativa	Pólo de desenvolvimento: iniciação e difusão do desenvolvimento pelo efeito dominação
Categorias básicas	Indústrias	Fatores de Produção	Indústrias
Definição de Desenvolvimento	Aumento da renda <i>per capita</i>	Aumento da renda <i>per capita</i>	Crescimento de Propulsivas indústrias conduz a mudanças estruturais
Aplicação da Teoria	Localização dos investimentos públicos estimula o desenvolvimento	Atitudes governamentais para mitigar os efeitos regressivos e reduzir as iniquidades regionais	Estratégias dos centros de crescimentos
Dinâmica Essencial	Efeitos gotejamento (fluentes) e efeitos de polarização	Efeitos expansão (spread) e de regressão (backwash)	Propulsivas indústrias são os pólos de crescimento
Investimento públicos	Prioritariamente em ADP e em poucas indústrias chave, com planejamento econômico	Em atividades compensatórias dos efeitos de polarização e de desequilíbrios regionais	

FONTE: OLIVEIRA, 2001

Assim como Hirschman e Perroux, *apud* Kon (1994, p.169), também adota como categoria básica a indústria. Ela ressalta que além do investimento inicial deve-se contemplar a inter-relação dos recursos materiais e humanos num macrossistema social influenciado por fatores políticos, culturais, participacional e econômico que podem obstaculizar ou impulsionar o desenvolvimento do investimento industrial em dados local.

Perroux, *apud* Clemente (1994, p.19), aponta que o autor “parte da constatação de que na matemática a noção restrita de espaço euclidiano como uma relação entre continente (que contém) e conteúdo (que é contido) foi abandonada em favor de relações definidoras de certo objeto.”. Perroux ainda estabelece três diferentes conceitos de espaço econômico: o espaço econômico como conteúdo de um planejamento, seja da firma ou do estado; como um campo de forças, referindo-se à polarização de um centro econômico de produção ou população; e como um conjunto homogêneo, referindo-se a algum aspecto econômico que permita caracterizar uma região.

O desenvolvimento regional pode ser segregado de acordo com alguns focos de análise espacial diferidos pelas características de uma região, pela decisão das firmas, pela dinâmica populacional e pela capacidade destes em propagar o desenvolvimento a uma localidade. A análise espacial varia, então:

- de acordo com o campo de planejamento político estatal e seu campo de atividade¹³;
- pela decisão da firma ao se posicionar em relação a fornecedores, matéria-prima, compradores e mercado consumidor¹⁴;
- pela existência de forças centrípetas e centrífugas aos centros que concentram atividade produtiva ou população; e
- simplesmente pela presença de alguma característica local em comum como a renda, o preço, a produção, a cultura, que se difere das regiões vizinhas¹⁵.

¹³ Esta questão foi tratada na introdução deste estudo e abordada pelas limitações do trabalho no que diz respeito à divisão de regiões e mesorregiões.

¹⁴ Neste trabalho a escolha locacional será tratada de acordo com a necessidade da indústria de papel e celulose em posicionar-se perto da matéria-prima e recursos hídricos.

¹⁵ Também se trata de uma das limitações do trabalho pois diz respeito à característica da região de Telêmaco Borba, em que incidem baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado do Paraná e significativa atividade madeireira.

A geografia econômica, no que diz respeito às forças de mercado, direciona a escolha da firma no intuito de estabelecer melhores relações com os clientes e fornecedores objetivando agrupar o maior número de vantagens competitivas já no momento de instalação.

Oliveira (2001, p. 26) determina a escolha da localização industrial a partir das implicações de um conjunto de fatores educacionais, culturais, de clima de negócios, de concentração de recursos de pesquisas e de pesquisa nas relações industriais articuladas geograficamente.

Segundo Kon (1994, p.168), tal escolha implica na decisão de custo-benefício e depende de fatores da macro e da microlocalização, além da previsão de desenvolvimento futuro. A microlocalização considera as condições do relevo, qualidade do solo, vias de acesso e de comunicação, serviços públicos, capacidade da infra-estrutura, situação legal da propriedade, outros dispositivos legais e existência de instalações. Já a macrolocalização, releva os custos e eficiência dos transportes, as áreas de mercado, a disponibilidade e os custos da mão de obra, o custo da terra, a disponibilidade de energia, o suprimento de matéria-prima, a disponibilidade de água, eliminação de resíduos, dispositivos fiscais e financeiros, economias de aglomeração e elementos intangíveis.

A decisão locacional depende de um conjunto de fatores, que ora são abordados mais detalhadamente por alguns autores, ora são apenas citados de maneira geral por outros, torna-se importante direcionar o foco escolhido para este estudo.

Visto em linhas anteriores, os modelos tradicionais de crescimento econômico descrevem situações de equilíbrio estacionário, na qual a produção global aumenta proporcionalmente ao crescimento populacional. No entanto, não registra-se as variações tanto na proporção entre os fluxos de bens de produção e de consumo quanto na propensão a consumir e a poupar, ou seja, os coeficientes de produção, o tempo de trabalho, o rendimento real por habitante, o nível geral de preços relativos permanecem constantes.

O ritmo do aumento do capital real é exatamente igual ao da produção e do consumo. Portanto, 'a economia é em cada período a réplica exata da economia do período anterior, somente as quantidades são multiplicáveis por determinado coeficiente'. (KON, 1994, p. 170).

De acordo com os neoclássicos de período para período aumenta-se os fluxos de produtos, serviços, moeda mas não ocorrem variações estruturais nem

flutuações no bem estar da economia. Marx também desconsidera as alterações estruturais em sua análise da esfera da circulação, ainda que considere a desigualdade social.

Segundo Perroux *apud* Kon (1994, p. 171), as transformações estruturais na economia consideram o aparecimento e o desaparecimento de indústrias e as diferentes taxas de crescimento que elas apresentam. “Por outro lado, estas mudanças decorrem da propagação do crescimento de uma indústria ou de um grupo de indústrias, possibilitando novas invenções que originam novas indústrias.”. Entretanto, esta idéia baseia-se no pressuposto que uma indústria se desenvolve mais cedo que a outra.

A esta desproporcionalidade industrial de crescimento infere-se que a concentração de uma indústria e sua atividade impulsiona o crescimento de outras. A indústria chave ou motriz move na economia um crescimento do volume de produção muito maior que sua capacidade justificado pelo efeito multiplicador de suas atividades.

A capacidade de uma indústria em mover as demais está relacionada as suas ligações para frente e para trás na cadeia produtiva inter-relacionando os complexos que a compõe. A simples existência de sua atividade influencia na atratividade da mão-de-obra direta, indireta, no surgimento de lojas, farmácias, escolas, em fim, ela cria a oportunidade para que haja desenvolvimento de uma determinada região, formando um pólo de crescimento.

Baseada na industrialização, a polarização regional envolve a capacidade da propagação do desenvolvimento regional a partir de um centro produtivo. Ou seja, um pólo de crescimento implica na “aglutinação setorial e espacial de atividades em torno das atividades principais e no mais rápido desenvolvimento dessas atividades do que as outras.” (FAISSOL, 1975, p. 118). Além disso, uma região pólo tem capacidade de estimular o processo migratório em busca de melhores salários e condições de vida.

Contrariamente à idéia de pólo, a Teoria da Localidade Central envolve a capacidade que uma indústria local tem em estimular o deslocamento populacional, ou mesmo de outras indústrias no intuito de desfrutar da atividade promovida pela indústria centro. Não está ligada à propagação de atividades mas sim no fornecimento de um produto diferenciado daquele encontrado nas demais regiões.

De acordo com Clemente (1994, p.82), a centralidade é uma tendência natural na qual os lugares, como núcleos urbanos “são vistos como fornecedores de bens e serviços, tanto para si como para lugares de menor centralidade.”. Estes núcleos urbanos centralizam o comércio de certos produtos ou serviços, ou seja, estão ligados ao terceiro setor e não ao setor produtivo da economia (FAISSOL, 1975).

Os locais centrais envolvem forças centrípetas no intuito de que atraem necessidades não satisfeitas em lugares ausentes de centralidade. A centralidade não é condicionada pela oferta de todos os bens e serviços necessários à satisfação dos consumidores. Alguns locais são mais centrais que os outros por ofertarem uma gama maior de produtos que o outro. Assim, “o lugar de maior centralidade oferece todos os produtos oferecidos pelos lugares de menor centralidade e mais um conjunto de produtos não disponíveis nesses lugares.” (CLEMENTE, 1994, p.84).

Apesar de Telêmaco Borba atender os municípios de seu entorno, no que diz respeito a serviços de saúde e educação, com base na observação da atividade econômica de celulose e papel, a Teoria da Localidade Central não cabe ao estudo proposto pois na Região de Telêmaco Borba não é realizada a comercialização do produto de embalagem, produzido pela Klabin. Para comercialização deste bem a empresa compradora não precisa se deslocar até Telêmaco Borba.

A Teoria da Localidade Central e pólo de desenvolvimento são condicionantes ao desenvolvimento, porém a existência da relação entre a atividade e a prosperidade local só podem ser verificadas por meio da observação de indicadores.

Algumas regiões abrigam certas indústrias que promovem o desenvolvimento local em torno de suas atividades. Conseqüentemente, quanto mais competitivas forem as empresas, maior o nível de atividade e renda a ser movimentado em certa região.

Além de ligações normais ocorridas entre oferta e demanda as firmas de um complexo podem apresentar outras formas de relacionamento, que permitem desenvolvimento setorial através de maior organização. São as Formas de Associações Industriais que qualificam as relações organizadas criadas pelas empresas de um setor, são elas: *agrupamento potencial*, *agrupamento emergente*, *agrupamento maduro*, *agrupamento avançado*, *pólo tecnológico*, *Cluster*.

Certas atividades industriais ou comerciais tendem a se aglomerar em regiões

delimitadas geograficamente. Atividades econômicas de mesma finalidade se aglomeram buscando melhores transações, aumento de emprego, renda, desenvolvimento tecnológico, atração de compradores, formando assim pólos geradores de crescimento (SUZIGAN, 2000).

“A articulação da base local sociotécnica e produtiva pode se tornar uma opção para o desenvolvimento mais equilibrado das regiões de um país”, Farah Jr. (2001, p.13). Está aí a nova geografia econômica que coloca a produção em um espaço delimitado. Mas, há forças que estimulem estas aglomerações e que se oponham a ela. Forças de concentração, *linkages*, podem ser custos mais baixos de transporte, retornos crescentes, legislação favorável, e fatores fixos como força oposta à concentração (poluição, congestionamentos, etc.).

Os estudos sobre *clusters* ou aglomerações são bastante recentes. Tendo início na década de 90 ainda são muito contraditórios. Alguns autores como Suzigan (2000), que ao fazer uma análise sobre implicações do governo na economia, ligam a consolidação de aglomerações industriais a políticas públicas desenvolvimentistas, como pólos geradores de crescimento. Krugman (1999), “com certeza, há importantes implicações de políticas a partir da nova geografia econômica”.

Perceber a existência de um cluster não é o suficiente, devemos “perguntar por que a indústria está aglomerada e avaliar se as economias externas, de natureza tecnológica ou relacionadas a tamanho de mercado, são suficientemente importantes para merecer o apoio do governo.”. Ainda falando de Krugman (1999), este mostra-nos que o sucesso de uma empresa que esteja localizada em um aglomerado não depende unicamente da mesma, mas sim dos esforços de todas elas. Ao mesmo tempo empresas que não conseguem sobreviver meio a clusters morrem sem esforços do aglomerado para mantê-la.

As formas de aglomerações podem nascer da iniciativa pública ou privada para implementar o desenvolvimento local. Elas possuem diversas etapas ou níveis de intensidade do relacionamento entre os agentes (Farah Jr., 2001).

THE COMPETITIVENESS INSTITUTE (2003) aponta como tipo de arranjo produtivo, os Distritos Industriais. Estes são concentrações de firmas envolvidas em uma interdependência gerada pelo processo produtivo, geralmente da mesma indústria ou segmento da indústria, que se situam em uma mesma região, delimitada por uma distância que permita o deslocamento diário até o local de trabalho.

De acordo com Amato Neto (2000, p. 53), *cluster* pode ser definido como

uma concentração setorial ou geográfica de empresas, que tem como característica o ganho de eficiência coletiva, entendida como: “vantagem competitiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta”. Porém sua ocorrência só se dá efetivamente quando há concentração tanto setorial quanto geográfica. A concentração de indústrias de produtos similares constitui um *cluster*, o qual tem como eficiência coletiva o resultado de processos internos das relações entre firmas.

Entretanto, a existência de um aglomerado de indústrias produtor de um mesmo bem pode existir por oportunidades geográficas, extração de insumos, ou até mesmo a isenção de impostos. Porém, só há realmente a existência de um *cluster* quando houver alguma relação maior entre as firmas que possibilitem, mesmo com rivalidade, um desenvolvimento maior e sustentável.

Por outro lado o *cooperativismo* entre firmas se distingue do alto grau de relacionamento da indústria de uma região, porque apresenta uma forte correlação e troca de informações entre as empresas, além de propiciar o desenvolvimento sócioeconômico local.

“A iniciativa do *cluster* pode não somente representar um foco para discussão das políticas governamentais, mas também revelar e ajudar a melhor orientar os temas dentro do setor privado” (VILELA, em FIEMG, 2000, p. 14). Deve haver um diálogo maior entre empresas, governo e universidades na busca de soluções ao desenvolvimento da região.

A sinergia alcançada pela interação entre estas entidades pode atingir crescimento contínuo e mais elevado que o alcance de um simples aglomerado. De acordo com (BRANDÃO e MEDEIROS (1998), em FIEMG, 2000, p. 17) em um *cluster*, são considerados os aspectos setoriais e regionais. No âmbito setorial, é relevada a vantagem competitiva da empresa. Já em relação à dimensão regional, aborda-se um conceito mais amplo de competitividade, que envolve o desenvolvimento local.

Observando as ligações entre atividade econômica e desenvolvimento regional busca-se entender os ganhos competitivos e sua relativa influência. A noção de *cluster* é utilizada para avaliar a competitividade de uma dada região e também para a identificação de áreas em que a ação conjunta, iniciativa pública e privada, pode melhorar o ambiente sócio-econômico da região.

“A essência do desenvolvimento de ‘clusters’ é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para promoção de seu desenvolvimento

econômico ambiental e social.” (HADDAD (1999), em FIEMG, 2000).

Como medida do desenvolvimento, apresenta-se a relação entre a atividade econômica e IDH. A melhoria do desenvolvimento parte do crescimento gradativo da economia, porém é fundamental que políticas sejam adotadas para que a renda alcance todas classes que estejam envolvidas.

2.2.4 Desenvolvimento Local e Mensuração

Os centros universitários do mundo ocidental elaboram teorias sobre o desenvolvimento que têm o propósito de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia”, em Kaldor (1957) *apud* Furtado (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 241). Utiliza-se então indicadores que possibilitem o estudo e mensuração destas variáveis.

Tradicionalmente, a renda *per capita* tem sido utilizada como o principal indicador de desenvolvimento. Porém, ela é uma média atribuída a toda população e muitas vezes camufla a realidade da população miserável, pois não detecta a má distribuição da renda e nem o nível de bem estar.

Os indicadores de desenvolvimento econômico que retratam melhor a realidade foram retirados de estudos que identificam suas contribuições para aumento da renda, como, expectativa de vida ao nascer, médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso à água potável, o nível geral de educação feminina, taxa de alfabetização, quantidade média dos anos de escola, que permitem examinar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho. Estes são fundamentais para a melhoria do bem estar social. Assim, em Souza, (1999, p.27)

Não se observa correlação significativa entre crescimento da renda e níveis de liberdades políticas e individuais; no entanto, verifica-se correlação entre esta última variável e o declínio da mortalidade infantil, nível de educação em geral e educação feminina, tanto em termos absolutos como em termos de variação.

Os indicadores sociais mostram as disparidades que há entre esses índices quando se divide a população por região ou classe de renda. A Organização das Nações Unidas (ONU), buscando chegar mais próxima de uma medida que retratasse o desenvolvimento social dos países, criou um índice que reúne alguns indicadores que contribuem para melhoria do bem estar da sociedade formando o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que pode ser utilizado para mensurar a atividade econômica-social de cidades, estados países ou regiões especificamente (GREMAUD *et al*, 2002).

Este índice foi criado primeiramente para medir o índice de desenvolvimento humano nos países a partir de indicadores de: educação (alfabetização e taxa média de matrícula); longevidade (esperança de vida ao nascer); e renda (Produto Interno Bruto - PIB *per capita*). Para municípios foram criados dois índices, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Condições de Vida (ICV) que permitem acoplar variações nos indicadores de regiões específicas.

O ICV inclui vinte indicadores básicos, agrupados em cinco dimensões: renda, com cinco indicadores; educação, com cinco indicadores; infância, com quatro indicadores; habitação, com quatro indicadores; e longevidade com dois indicadores. Este índice é uma extensão do IDH pois incorpora maior número de indicadores. Já para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal adota-se alguns critérios semelhantes, e outros divergente do IDH para países.

No entanto o desenvolvimento deste estudo terá como base o IDH-M devido à limitação de dados sobre o ICV, mas serão abordadas algumas de suas dimensões na discussão sobre o desenvolvimento da Região de Telêmaco Borba. Além disso, serão utilizados indicadores que apontam as premissas reveladas na discussão teórica.

2.2.5 Relações da Organização da Atividade Econômica com o Meio

Sob a visão crítica de Santos (2007), releva-se que a pobreza foi reduzida a números e que um problema de ordem qualitativa passou para a dimensão quantitativa, quando observado no todo. Desta forma, deixou-se de lado a busca por soluções locais para a prosperidade, aceitado que os locais pobres estavam fadados à divisão entre ricos e pobres, dependendo de recursos financeiros e investimentos externos ao local para que pudessem imitar os lugares ricos, sem identificar características próprias em busca de soluções consistentes e de acordo com sua realidade.

“O empobrecimento da periferia provoca a formação de uma verdadeira periferia dentro do pólo.” (SANTOS, 2007, p.82). São os lugares marginais ao processo de desenvolvimento. “O aumento da riqueza não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço.” (SANTOS, 2007, p.82).

O subdesenvolvimento local não está só relacionado à problemas de preço e distância. Todo local possui elementos, tais como: os homens, as instituições, as empresas, as infra-estruturas e o suporte ecológico. A qualidade e a idade destes elementos não são as mesmas, mas todos fazem parte da estrutura e do sistema. Não se podem isolar estes elementos nas análises de desenvolvimento local. Só será possível encontrar solução para os problemas da pobreza quando conhecer seu processo de formação como um todo (Santos, 2007).

Nos países desenvolvidos as disparidades influenciam pouco a acessibilidade ao bens e serviços. Já nos países subdesenvolvidos o potencial de consumo varia muito porque a renda é uma função da posição do indivíduo no espaço, determinando a capacidade individual de produzir e consumir (SANTOS, 2007).

O subdesenvolvimento local também está relacionado à posição que o país ocupa em relação aos demais países nas questões de industrialização e geração de renda. Isto implica em dizer que a disparidade regional dos países desenvolvidos é mais amena que nos países subdesenvolvidos. Neste sentido, é possível considerar questões de infra-estrutura e de acesso ao sistema produtivo e social.

As classes que não participam da atividade econômica de dinâmica nacional ou global, ou seja, as classes menos favorecidas são afetadas por qualquer variação do nível de renda, pois não têm autonomia para se desencadearem sozinhas, dependendo sempre das atividades mais estáveis. Desta maneira, toda influência no nível de preços provoca deslocamentos, não permanentes, desta população em busca de preços mais baixos (SANTOS, 2007). Nesse sentido, se o nível de renda aumentar no local esta população passar a se restabelecer.

Quando uma pequena cidade abriga indústria de exportação, o emprego resultante pode introduzir um elemento de distorção em nosso esquema, ao estimular a criação do comércio moderno. Há, entretanto, uma questão de escala e, de toda forma, este tipo de atividade não tem efeito multiplicador direto sobre outras atividades urbanas, especialmente se estabelecimentos modernos de comércio ou de serviços são criados por uma empresa industrial para uso exclusivo de seus empregados. Por outro lado, os supermercados e outros tipos de comércio moderno não se restringem a um mercado limitado (SANTOS, 2007, p.130).

A dominação pelo capital age tanto entre o urbano e o rural quanto entre cidades centro e cidades periféricas. O capital não se distribui uniformemente no espaço e isto gera estas relações de dependência (SANTOS, 2007).

“A demanda deve adaptar-se a necessidades reais da população, nos limites do produto socialmente realizado. A produção deve organizar-se em função da demanda social assim definida.” E é o Estado quem deve pensar como utilizar os excedentes gerados para atingir este objetivo. (SANTOS, 2007, p.157).

O problema está nas disparidades regionais em um mesmo território pela segregação do espaço em áreas de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nos países subdesenvolvidos o espaço se caracteriza por se organizado e reorganizado, dentro de uma matriz global, como função de interesses distantes. Entretanto, as forças de mudança não são monolíticas e seu impacto sobre o espaço é muito localizado, porque sua difusão pode encontrar poderosas forças de inércia. As forças de modernização são extremamente seletivas tanto quanto à forma como quanto aos efeitos. As variáveis modernas não se difundem homoganeamente através do espaço operacional, alternando-se a importância de cada uma delas. Esta mudança de forças produz instabilidade na organização espacial, com freqüentes desequilíbrios e reajustamentos. (SANTOS, 2007, p.125).

O local se envolve em uma dinâmica global a partir dos meios de produção e da industrialização.

As necessidades do capital provocam a concentração urbana e, em função disso, a mão-de-obra barata procura estes locais, gerando maior estoque de capital fixo e lucratividade das indústrias instaladas. “A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital.” (SANTOS, 2007, p.23).

No entanto, o sistema econômico precisa tanto de áreas rurais modernizadas quanto de cidades populosas. Santos (2007) ainda afirma que as áreas semi-urbanas ou rurais, que possuam força de trabalho abundante e infraestrutura urbana e industrial, podem oferecer ganhos de eficiência. A complementaridade do urbano e do rural. A tecnologia no campo expulsa o pequeno produtor.

a modernização desintegra a economia e a sociedade em todos os níveis. As vantagens locais para as atividades, o emprego, as elites e a população mudam em benefício do centro motor e desencadeiam poderosos movimentos migratórios. As atividades modernas que criam esse desequilíbrio são incapazes de fornecer empregos suficientes. Aqueles que não encontram trabalho no setor moderno refugiam-se, então, no circuito inferior da economia urbana. (SANTOS, 2007, p.82).

Isso forma a periferia provocando vulnerabilidade para a condição de desenvolvimento. De acordo com Santos (2007), há dois circuitos econômicos nas cidades responsáveis pelo processo econômico urbano e pela organização espacial. O circuito superior diz respeito à modernização tecnológica, em que se destacam os

monopólios, referenciados à dinâmica nacional ou internacional, mas não local. Já o circuito inferior diz respeito à atividades de pequena escala e referencia à população mais pobre.

O rural atende o urbano no caráter de subsistência local da atividade agrícola, mas para isso é necessário infra-estrutura de transportes para que o comércio urbano seja atendido (SANTOS, 2007).

A especialização regional se apresenta simultaneamente como uma especialização urbana. Quando as regiões produzem mais para vender do que para consumir, elas têm necessidade cada vez maior de comprar. A troca se faz através das cidades. (SANTOS, 2007, p.145).

A história de um lugar é constituída tanto de elementos locais quanto de elementos extralocais, que resultam da difusão e da propagação de raças, linguagens, religiões, plantas cultivadas, animais, modo de vida, novas técnicas, entre outras variáveis da civilização. A definição de um lugar precisa de uma análise do impacto seletivo destas variáveis, em diferentes épocas. Muitas questões espaciais requerem estudo histórico para o entendimento de como chegaram onde estão. (SANTOS, 2007).

Além disso, o surgimento de equipamentos urbanos e de ativos institucionais, se dão de acordo com a necessidade local. Outros elementos que surgem com a concentração da população e seus anseios são: imprensa, rádio, infra-estrutura urbana, de transporte, de telecomunicação, de eletricidade, entre outras. Além da concentração populacional, a evolução e a percepção da competitividade das empresas se dá de acordo com a dinâmica local e global, estabelecendo relações entre as demandas locais e as necessidades de projeção da atividade econômica.

Há localidades que têm como característica a atividade econômica baseadas em exportação. Ou seja, a demanda pelo produto elaborado no local é externa a ele, não dependendo da demanda local para acumular excedente. Mas, é esta atividade que estimula demais atividades locais.

Os agentes econômicos são heterogêneos porque ocupam lugares diferentes. Da mesma forma que as firmas escolhem lugares diferentes para se estabelecer, o comportamento dos consumidores também depende de escolhas, diante das opções que dispõem.

Cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim capaz de, num dado momento, atribuir taxas específicas de lucro a cada fração

de capital e de remunerar diferentemente também os diversos segmentos da mão-de-obra empregada. (SANTOS, 2007, p.155).

Silva *et all* (2007), realizou um estudo que parte da avaliação da evolução do emprego no município de Guaíra-PR para apontar estratégias de desenvolvimento local e geração de renda, dada a importância do emprego e da qualidade deste para o desenvolvimento e para a dinamização do município.

De acordo com Vitte (2007, p.4), as prefeituras

são bastante solicitadas a encontrar respostas concretas para os problemas locais. Assim, aumentou as possibilidades dos municípios de atuar no campo do desenvolvimento econômico e urbano, enquanto a União e os estados reduziram, por força da escassez de recursos e do ajustamento econômico, a execução de programas de financiamentos e de assistência técnica ao urbano local. Mas, o retraimento das duas instâncias superiores é prejudicial às sociedades locais, de forma que a cooperação intergovernamental é necessária para o enfrentamento de várias questões urbanas não resolvidas ou de difícil resolução por parte das municipalidades, principalmente em um contexto de país extremamente diverso, com mais de 5500 municípios, cuja maior parte deles tem sérios problemas econômicos e gerenciais para fomentar o desenvolvimento econômico local, o que faz a discussão assumir elevado grau de complexidade.

De acordo com a constituição¹⁶, o Estado deve oferecer infra-estrutura mínima para a população. Ele é um dos viabilizadores do desenvolvimento e está presente em todas as dimensões relatadas nos capítulos anteriores deste livro. Além de assumir um papel participativo e ativo no desenvolvimento, o Estado deve organizar e direcionar políticas públicas efetivas, que devem ser decididas sobre um arcabouço consistente de informações.

Até a crise do capitalismo, na década de 1930, o Estado era considerado como um interventor desnecessário à prosperidade das nações. A partir daí, “A segurança e a confiança, assim como o estímulo ao investimento privado, deveriam ser criados com o auxílio do Tesouro público, ou seja, dos pagadores de impostos.” (SANTOS, 2007).

Mas, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a geração de riqueza deixou de se basear única e exclusivamente a partir dos modelos de produção, considerando que modelos de consumo se difundem criando novas estruturas produtivas pela penetração do capital (SANTOS, 2007).

No entanto, isto exige que haja renda nos lugares para que sejam capazes de consumir e ampliar a estrutura produtiva. Além disso, há necessidade de que

¹⁶ Constituição Federal 1988. (BRASIL, 2007).

uma transferência inicial de investimentos e estímulos sejam gerados, o que fica a cargo do papel do planejamento do Estado.

O Estado precisa pensar como escoar os excedentes do capital, obtidos através de impostos, para reorganizar a atividade local e tornar a distribuição menos desigual (SANTOS, 2007).

Os municípios vêm assumindo maior influência na tomada de decisões estratégicas para a econômica, a sociedade e o espaço local. Compreender o desenvolvimento econômico local requer o entendimento dos poderes locais, que consistem em atores sociais, de identidade e práticas específicas. Nesse sentido, os municípios ganham força nestes estudos. Eles são a organização política do espaço, com gestão específica para o espaço, a gestão pública municipal, regida de alianças e interações locais, estaduais ou nacionais. O desenvolvimento econômico local, no âmbito municipal, não deve ser confundido com o desenvolvimento urbano e a gestão municipal deve conduzir funções como a de legitimação, por exemplo, que quando gerida pela união, dista da realidade local (VITTE, 2007).

As grandes obras de infra-estrutura permitem a interligação de regiões e eixos industrializados e garantem a autonomia do local. Mas, estes os investimentos desse porte geram também uma relação de dependência do capital. “a política de consumo está ligada à da produção e não se pode conceber um sistema socioeconômico redistributivista que não possua meios de oferecer uma estrutura de produção adequada”. (SANTOS, 2007, p. 25).

Há necessidade de se investir em soluções ambientais, principalmente para os danos das antigas estruturas produtivas, e isso gera uma nova demanda, que tem capacidade de fazer girar a economia comparada aos gastos bélicos (SANTOS, 2007).

Há numerosas tentativas de descentralização da economia e desconcentração da urbanização até hoje não deram os resultados esperados. As empresas multinacionais, cujas condições de trabalho podem ser muito flexíveis, às vezes permitem a criação de indústrias em pontos do espaço distantes da metrópole. É assim que aglomerações escolhidas ou criadas para acolher atividades modernas dão as costas para a região em que se inserem e, em contrapartida, mantêm relações com o estrangeiro ou, quando o país já tem um certo nível de industrialização, com a metrópole e a região industrial nacionais. (SANTOS, 2007, p.111).

Contudo, é necessária uma definição da caracterização do espaço de acordo com cada realidade (SANTOS, 2007). Desta forma é possível compreender a realidade local, a disposição e as relações entre os agentes, seus papéis e funções,

e alinhar estes elementos com a estratégia e a busca por soluções e superações do subdesenvolvimento.

2.2.5.1 A responsabilidade social

Quando as organizações empresariais realizam a responsabilidade social, assumem um posicionamento estratégico e administrativo. De acordo com Chiavenato (1999, p.6), “a Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos.”. Neste caso, processo e objetivos das empresas estão relacionados à administração empresarial e o campo de relacionamento das empresas seja interna ou externamente, tornou-se fundamental na busca dos objetivos. Ou seja, para alcançar seus objetivos, a empresa deveria agir e pensar o sistema organizacional, incluindo os ambientes tanto interno como externo.

O mundo empresarial vê, na responsabilidade social, uma nova estratégia para aumentar seu lucro e potencializar seu desenvolvimento. Essa tendência decorre de maior conscientização do consumidor e conseqüentemente procura por produtos e práticas que gerem melhoria para o meio ambiente ou comunidade, valorizando aspectos éticos ligados à cidadania.(ASHLEY, 2003, p.3).

As partes que interagem no sistema organizacional, empresarial, são: colaboradores, clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos da sociedade civil, órgãos governamentais, investidores, entre outros.

As organizações operam dentro de um contexto, do qual dependem o seu desenvolvimento e sua sobrevivência. É do ambiente que as organizações obtêm recursos e informações necessárias para o seu funcionamento e é nele que colocam o resultado de suas operações. Na medida em que ocorrem mudanças no ambiente, as operações das organizações são influenciadas por essas mudanças. (CHIAVENATO, 1987, *apud* KARKOTLI E ARAGÃO, 2004, p.18).

Nesse sentido, as empresas passaram a prestar atenção para a origem e para o destino dos seus recursos e produtos agindo de forma a atender as aspirações das partes integrantes do sistema e garantir seus objetivos. Tornaram-se empresas que se preocupam com o bem estar da população, que agem corretamente, resultando na prática da responsabilidade social.

Karkotli e Aragão (2004) apresentam que a prática da responsabilidade social como direcionada ao ambiente interno ou externo das organizações. Quando direcionadas ao ambiente interno, as práticas resultam em: atenção acentuada aos valores humanos e aos propósitos e finalidade dos acionistas, executivos e

colaboradores; remuneração justa de cada grupo; valorização e desenvolvimento pessoal; qualidade de vida; transparência; cooperação; e utilização dos recursos e processos de maneira adequada, ambientalmente correta. Externamente observam-se: parcerias fiéis; cumprimento contratual; relacionamento e aproximação da comunidade; contribuição fiscal adequada; utilização adequada dos recursos naturais; cuidado com emissões ao ar e de efluentes, além do cuidado com o lixo gerado; preocupação com segurança, saúde e satisfação dos consumidores; e competição honesta.

Com as mudanças e preocupações mundiais sobre as questões sociais e ambientais se acentuando depois da década de 1950, as empresas voltaram-se para atender os anseios daqueles que as sustentam e para isso tiveram que repensar a forma como vinham agindo. As empresas dependem de recursos tanto naturais quanto humanos para funcionar e, da mesma forma, também dependem de clientes.

Na economia industrial, área de estudo da economia, a responsabilidade social pode ser entendida como um dos fatores de alcance da competitividade e devido a amplitude do tema “competitividade” surgem várias definições que se fundamentam de acordo com o aspecto ou com a dimensão analisada sobre o tema.

A competitividade pode ser medida de maneira macro quando o mercado é que determina quais fatores que tornam uma empresa competitiva, e de maneira micro analisando exclusivamente a eficiência de uma firma. Está relacionada ao desempenho ou eficiência técnica e alocativa das empresas, na visão micro. Formam-se então dois grupos: competitividade como desempenho; competitividade como eficiência (FERRAZ, KUPFER e HAGUENAUER, 1997). Sendo assim ambas as visões complementam o que se entende por uma empresa competitiva. A capacidade de ser eficiente atualmente diz respeito a um *feed-back* do mercado no próximo período, tornando difícil a separação destes dois conceitos.

A percepção do “jogo da concorrência” é que direcionará a tomada de decisão que tornará a empresa competitiva. Quanto mais informações se abstrair do mercado menor o número de incertezas sobre as estratégias adotadas. A estratégia depende da capacitação acumulada e da conduta das empresas. A competitividade permeia toda a indústria, ou seja, o conjunto de firmas e os fatores pelos quais estas concorrem determinam o padrão de concorrência de um mercado. As percepções de

mercado pela empresa farão com que esta tome decisões e elabore estratégias que a permita capacitar-se para um próximo período de tempo.

Se há preocupação com aspectos sociais e ambientais, se hoje as certificações regem a qualidade com que as firmas trabalham e se há uma cobrança do mercado sobre a conduta socialmente correta das firmas, estas terão que praticar a responsabilidade social, trabalhar com certificações, entre outras condutas, para se tornarem competitivas e sobreviverem no mercado. Ou seja, a responsabilidade social tornou-se um fator determinante de concorrência em todas as indústrias e, por isso, é necessário atentar para os métodos utilizados.

Ao tratar da responsabilidade social como fator determinante de competitividade empresarial, deve-se compreender que por trás deste entendimento há uma gama de estratégias e ferramentas utilizadas que tornaram as ações vantagens competitivas às empresas. Sendo assim, ressalta-se que a responsabilidade social pode ser feita de modo direto ou indireto. O primeiro está relacionado à criação de um setor interno da empresa que pense a responsabilidade social e a alocação dos recursos para este fim e a segunda esta relacionada à criação de fundações ou instituições por parte das empresas. De uma ou de outra maneira, o fim será o mesmo: promover ações de responsabilidade social.

Sejam as ações de responsabilidade social diretas ou indiretas para garantirem o sucesso dos investimentos terão que ser conduzidas de modo estratégico e gerencial. A bibliografia de estratégias e projetos propiciam bases para a compreensão do alinhamento estratégico gerencial, bem como para verificação da efetividade da gestão da responsabilidade social para o alcance das vantagens competitivas das empresas.

2.2.6 Considerações sobre o Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local envolve inúmeras questões relacionadas ao bem estar, mas a discussão se dá principalmente a partir da atividade econômica, considerando que a atividade econômica influencia e é influenciada pelo meio. Ou seja, se não houver o bem estar também não há prosperidade econômica. Portanto, há necessidade de avanços tecnológicos para que o desenvolvimento local ocorra

Todos os recursos utilizados ou não nos processos produtivos influenciam a atividade econômica e isto recai sobre as questões sociais, ambientais, espaciais, políticas, entre outras.

Apesar de compreender a complexidade da relação entre atividade econômica e o meio, a economia precisa firmar formas de observá-la por meio de indicadores qualitativos ou quantitativos, visto que impactos precisam ser medidos, ou ao menos aproximados, na busca por soluções.

A atividade econômica se organiza de diferentes formas em cada local. Desta forma, é necessário conhecer o local para compreender a organização da atividade econômica.

A atividade econômica deriva de escolhas locacionais e por isso há uma relação histórica de observação do local, visto que tal escolha depende dos fatores produtivos. A história dos locais determina sua identidade e relação com o uso dos recursos nos processos produtivos.

Há formas pelas quais a atividade econômica pode se relacionar com o meio: pela atividade (relações da cadeia produtiva e consideração de que a atividade econômica desencadeia outras atividades) ou pelas organizações que precisam agir com relações política, de acordo com as questões legais, com responsabilidade social, entre outras.

A relação entre atividade econômica e o meio pode ser verificada por meio de indicadores, mas a interdependência é mais fechada que na sustentabilidade

Há influência externa e política no desenvolvimento local, incidindo de sobremaneira na atividade econômica. Como o desenvolvimento local determina os níveis da atividade econômica, deve-se atentar para o nível de desenvolvimento local e da nação.

O local precisa se conhecer para encontrar estratégias próprias de desenvolvimento que não a de outros locais. O desenvolvimento local tem foco, ou pressupões o comportamento, nas pessoas mesmo que a postura política seja neoliberal porque parte das pessoas e das organizações as estratégias e o conhecimento para o desenvolvimento local. Portanto, há agentes das ações de desenvolvimento local, tais como: cooperativas, agencias de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, governos locais, entre outros.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

De acordo com o objetivo de estudo deste capítulo é possível compreender que há contribuições da teoria econômica e da sustentabilidade para o estudo sobre a Klabin e Telêmaco Borba, com vistas ao desenvolvimento local. Nesse sentido ressaltam-se algumas considerações, sistematizadas no quadro 2.2.

O objetivo das pessoas e, por conseguinte, das organizações e dos locais é permanecer vivo e postergar a vida sobre a terra. Sendo assim, o objetivo do todo é a sustentabilidade que precisa ser alcançada nas partes que compõem o todo.

Para o alcance da sustentabilidade nas partes, entendendo as partes como 'o local', é necessário o desenvolvimento para tal fim. A sustentabilidade é o fim e o desenvolvimento os meios. Desta forma, todas as ações e atividades que se destinam ao bem estar, resultam de alguma forma em melhorias e contribuem para o desenvolvimento. O comportamento das pessoas e das organizações revelam atitudes mais ou menos pertinentes ao desenvolvimento.

Sustentabilidade e desenvolvimento local são temas complexos. Ressalta-se que a tentativa de organizar o objeto de estudo e identificar a condição do desenvolvimento resulta no afastamento da complexidade.

No entanto, a mensuração do estágio de desenvolvimento é subjetiva, resultando em indefinições sobre tal condição e a identificação de um local sustentável ou não.

A atividade econômica está relacionada à sustentabilidade e ao desenvolvimento local visto que envolve o uso de recursos para a produção de bens e serviços. Ao se utilizar de recursos tanto naturais, quanto tecnológicos, humanos e financeiros, a economia envolve-se com a condição do desenvolvimento e da sustentabilidade. A atividade econômica relaciona-se com outras atividades econômicas, com o espaço, com a questão social, ambiental e cultural. Além disso, as ações e atividades oriundas da atividade econômica, no que diz respeito das relações organizacionais e empresariais com agentes locais, pode influenciar de modo mais ou menos intenso no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a atividade econômica por estar relacionada ao meio social dos indivíduos determina as relações culturais e, desta forma, cada atividade econômica determina diferentemente o meio sócio cultural dos locais. Ainda pela

característica da atividade econômica ressalta-se que o espaço e o meio ambiente dependem de sua organização e responsabilidade.

QUADRO 2.2 – COMPARATIVO ENTRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

	Sustentabilidade	Desenvolvimento Local
ponto de partida da discussão teórica	- a relação homem-ambiente dá origem à formulação teórica da sustentabilidade. Possui entendimento mais amplo da relação entre os seres humanos e o meio. - as relações econômicas, principalmente, mas também as relações culturais, sociais, ambientais, políticas, espaciais, entre outras de âmbito global afetam o local, que por sua vez afeta o global.	- o desenvolvimento local envolve inúmeras questões relacionadas ao bem estar e ao ambiente mas a discussão se dá a partir da atividade econômica
quanto à complexidade	- a sustentabilidade é complexa. As dimensões social, ambiental, cultural, espacial e econômica se emaranham, sendo que cada uma influencia e é influenciada pelas outras	- o número de variáveis envolvidas é alto e a subjetividade das avaliações caracterizam estes fenômenos, considerando sua complexidade
quanto à multidisciplinaridade	- há diversas áreas do conhecimento tentando explicar a sustentabilidade o que a torna uma questão multidisciplinar	- a ciência econômica dialoga com a sociologia, com a geografia, estatística, entre outras áreas do conhecimento para compreender o desenvolvimento local
origem do problema	- a sustentabilidade é uma vontade percebida a partir de problemas sociais, ambientais, culturais, políticos, espaciais, econômicos, entre outras origens	- a atividade econômica influencia e é influenciada pelo meio e se não houver o bem estar também não há prosperidade econômica. Todos os recursos influenciam a atividade econômica e isto recai sobre as questões sociais, ambientais, espaciais, políticas, entre outras
quanto à conceituação	- deve-se estabelecer o que se entende por sustentabilidade para o objeto observado	- o desenvolvimento local é peculiar a cada objeto observado, mas tem premissas a serem consideradas
quanto à mensuração	- a mensuração só é possível depois do consentimento do que é sustentabilidade, mas ainda não há um meio consistente de se medir a sustentabilidade. Só é possível estabelecer indicadores depois de definido o que se entende por sustentabilidade. A complexidade da sustentabilidade dificulta sua mensuração, fazendo-se necessário o uso de indicadores qualitativos	- diversos indicadores congregam a mensuração que muitas vezes não é capaz de expressar a realidade local. Há necessidade de se medir no decorrer dos períodos de tempo para saber se está ou não desenvolvendo. Apesar de compreender a complexidade da relação entre atividade econômica e o meio, a economia precisa firmar formas de observá-la por meio de indicadores qualitativos ou quantitativos, visto que impactos precisam ser medidos, ou ao menos aproximados
quanto à solução	- não deve receber um tratamento reativo e fragmentado ('construção conjunta para encontrar a solução') ('complexidade da solução'). Trata-se da organização das sociedades contemporâneas, ou seja, o comportamento para a sustentabilidade baseia-se nas pessoas e nas organizações	- o desenvolvimento local se dá a partir da base local
quanto ao comportamento	- o comportamento precisa ser sustentável e as organizações se estruturam em redes (partes que compõem o todo)	- o comportamento dos agentes gera o desenvolvimento local
quanto ao local e o global	- a sustentabilidade só é possível no todo e por isso as partes precisam ser sustentáveis. As partes precisam compreender o que se entende por sustentabilidade. O local deve se posicionar diante do global de forma a garantir sua sustentabilidade	- a atividade econômica se organiza de diferentes formas em cada local e o desenvolvimento, a pesar de ser influenciado por fatores externos, é inerente ao local.
quanto ao conhecimento	- as pessoas e as organizações precisam conhecer o que se entende por sustentabilidade	- é necessário conhecer o local para compreender a organização da atividade econômica e o desenvolvimento local. O local precisa se conhecer para encontrar estratégias próprias de desenvolvimento que não a de outros locais
quanto à política	- o posicionamento político afeta de sobremaneira o comportamento para a sustentabilidade	- ditam a forma pela qual a sociedade local irá buscar o desenvolvimento. As estratégias devem atentar para o posicionamento político. O foco nas pessoas persiste mesmo com o neoliberalismo porque parte das pessoas e das organizações as estratégias e o conhecimento para o desenvolvimento local
quanto às relações históricas	- configuram os problemas a serem solucionados hoje para a sustentabilidade de amanhã	- determinam as relações que podem ou não propiciar o desenvolvimento local. A história dos locais determina sua identidade e relação com o uso dos recursos.
quanto à estrutura local	- a estrutura local implica nos meios de alcance da sustentabilidade	- é fundamental para o desenvolvimento porque é a base de interação entre os agentes
quanto à economia e sua relação com o local	- a economia não é a única dimensão que afeta o ambiente, o problema é complexo. A valorização ambiental não é a única solução para o alcance da sustentabilidade. Porém, ressalta que os problemas econômicos tem base fundamental na organização do sistema capitalista e tecnocrático que degradou os recursos em prol dos avanços e do consumismo	- a organização da atividade econômica é fundamental para a busca por alternativas ao desenvolvimento local. A atividade econômica deriva de escolhas locais e por isso há uma relação histórica de observação do local. As formas pelas quais a atividade econômica pode se relacionar com o meio: pela atividade (relações da cadeia produtiva) ou pelas organizações que precisam agir com relações política, de acordo com as questões legais, com responsabilidade social, entre outras. A atividade econômica desencadeia outras atividades

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

As pessoas revelam a substância do desenvolvimento local e do alcance da sustentabilidade. Estas podem refletir o comportamento das organizações e das relações, interdependência e interações entre os agentes que atuam para o desenvolvimento. Desta forma, as organizações atuam em redes, estas que são partes de um todo.

Na busca de observar as condições do desenvolvimento e a sustentabilidade elaboram-se modelos e agrupamentos de observação. Desta forma, organizando o conhecimento surgem dimensões que implicam no desenvolvimento. São estas: econômica, social, ambiental, espacial e cultural.

Neste estudo parte-se da dimensão econômica para compreender o desenvolvimento local, que de certa forma apresenta relações sociais, culturais e meios ambientais e espaciais de se organizar.

A coletividade reflete ações individuais e desta forma o comportamento e a relação entre as pessoas, as organizações e as instituições determinam a condição de desenvolvimento do local.

3 KLABIN E TELÊMACO BORBA: RELACAO HISTORICA E PROCESSO RECENTE DE DESENVOLVIMENTO

A história das empresas é um dos fatores determinantes para o entendimento das relações entre a empresa e seu entorno. As observações extraídas destes levantamentos históricos permitem compreender algumas questões sobre o desenvolvimento local.

Geelhoed e Marsh (1985) *apud* Ferreira e Godoy (2003) fazem uma analogia sobre a importância do conhecimento da história de uma empresa com um indivíduo, observando seu nascimento, crescimento e desenvolvimento. Mais que isso, completo seria tornar a observação sobre a empresa análoga à própria história da humanidade, “sem fim”. Pois, além de estudar o seu nascimento, crescimento e desenvolvimento é imprescindível estudar sua sustentabilidade.

Segundo Ferreira e Godoy (2003, p.1)

Os estudos denominados de ‘história empresarial’ têm procurado identificar e analisar os ciclos ou períodos característicos da história de uma determinada organização examinando a combinação dos fatores internos e ambientais que influenciaram o seu processo de crescimento e de permanência (ou não) no mercado.

A história das empresas vai além da descrição dos fatos e passagens vividas pelas organizações. Trata-se de uma ferramenta de análise estratégica, que por meio do conhecimento do ambiente interno e externo à empresa converte-se em um diferencial competitivo. Porter em seus estudos sobre competitividade já defendia esta relação: “A essência da formulação de uma estratégia é relacionar uma companhia ao seu meio ambiente.”, (PORTER, 1987, p. 22).

Ao expandir a abrangência do termo “história das empresas”, permite-se também expandir sua compreensão para uma organização que deve estar em constante regeneração de processos e de recursos a fim de atender as necessidades de seus consumidores.

Direcionando a história de uma empresa para a compreensão de sua própria sustentabilidade, indagando sua sobrevivência, envolvem-se temas como competitividade, organização e características do setor e o desenvolvimento local. Nesta concepção, o ambiente externo encaixa-se como um termômetro da empresa, pois revela o impacto da atividade econômica em seu entorno.

Neste estudo, a história da empresa trará como foco suas relações com seu entorno. O surgimento, crescimento e desenvolvimento serão observados por meio do impacto que a atividade econômica de papel e celulose causou, no decorrer de sua história, ao município de Telêmaco Borba-PR. Dado ambiente de competitividade da indústria de celulose e papel, constantemente influenciado pelas questões políticas, dinâmica nacional e internacional, o capítulo traz paralelamente variáveis que mostram estes elementos.

Este capítulo tem por objetivo apresentar a história da Klabin em Monte Alegre e, em sua decorrência, o surgimento e a história de Telêmaco Borba, bem como a relação entre a empresa e o município até os dias de hoje. Diante da limitação das informações históricas e de dados secundários, a completude e a atualidade desta relação incita a pesquisa de campo, expressa no capítulo 4 deste estudo.

A história de Telêmaco Borba se confunde com a história da Klabin, dada a antecedência da instalação e a importância da empresa para a economia da região. Contudo, não é evidente o quanto esta história influenciou no processo recente de desenvolvimento do município.

Para tanto, na primeira seção foram apresentadas as características da atividade de celulose e papel, com base na descrição da relevância da Klabin para o setor e para o local. Em seguida, a segunda seção foi disposta uma nota metodológica sobre a organização das informações históricas levantadas. Na terceira seção, foram expostos elementos que marcaram a relação histórica entre atividade econômica e o desenvolvimento local, a partir do meio econômico e social da Fazenda Monte Alegre até a constituição do município, além das questões atuais referentes a esta relação. A quarta seção, com base em dados secundários, discorreu sobre a relação entre a atividade econômica de celulose e papel e a formação econômica e social do município, a partir da década de 1980 até os dias de hoje. A quinta e última seção trouxe as considerações finais do capítulo.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SETOR DE CELULOSE E PAPEL E A KLABIN

Para delimitação e compreensão do estudo, na figura 3.1, estão esboçados o complexo de papel e celulose¹⁷, bem como as cadeias que convergem para a produção do papel. Em sua maioria, as firmas de papel agregam em seu processo todas as fases de produção da cadeia, sendo apenas desvinculadas as empresas que atendem à demanda final.

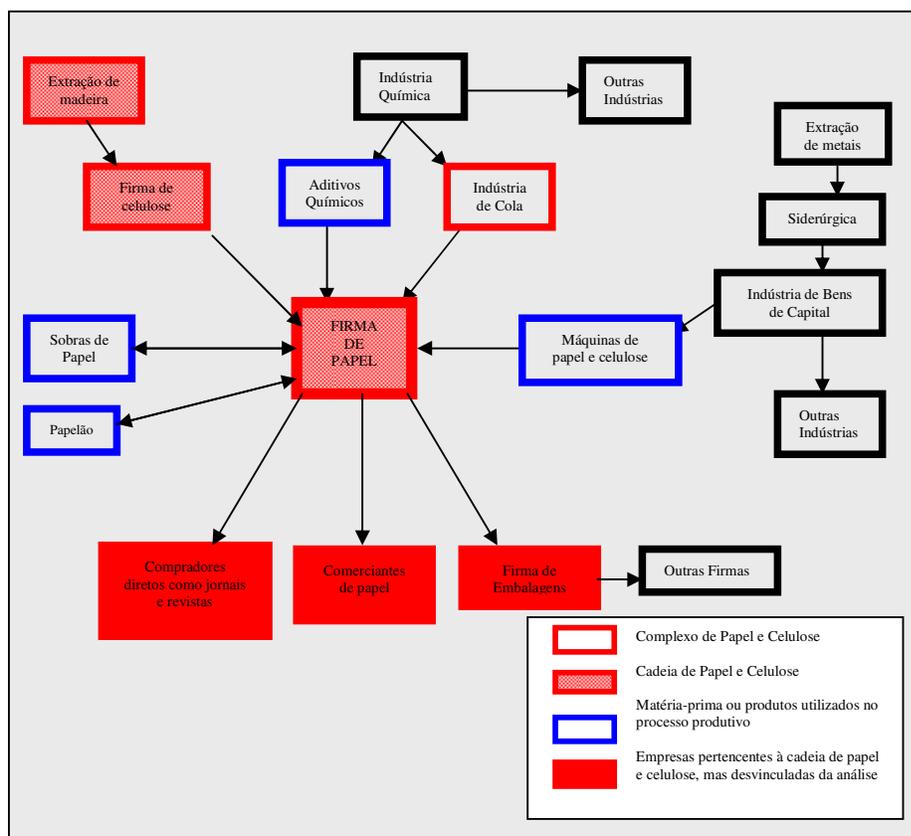


FIGURA 3.1 – LIMITAÇÃO DO COMPLEXO DE PAPEL E CELULOSE

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

De modo simplificado, determina-se para os fins deste estudo que a atividade econômica da Klabin, mesmo compondo o Complexo de Papel e Celulose,

¹⁷ Os setores da economia são compostos e interligados por cadeias produtivas que possuem características próprias de acordo com o mercado de que participam. Para Prochnik (1987, p. 695), cadeia produtiva “está associada à noção de processo produtivo”. Os complexos surgem para determinar o rumo das decisões econômicas e identificar blocos de setores integrados que se estimulam simultaneamente, dando bases para o processo de ampliação da produção. Para Amato Neto (2000), os complexos são caracterizados pelo conjunto dinâmico de empresas que se ligam através de atividades dependentes para formação de um produto final, localizadas em determinada área geográfica.

é formada pelo plantio florestal, processamento da pasta e produção de papel. Isso, sem tirar a devida importância dos demais participantes, mas dando ênfase e limitando a análise do produto Papel e Celulose.

No Brasil, o setor de celulose e papel é representado pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) e é constituído por 220 empresas instaladas em 450 municípios, em dezessete Estados. As empresas mantêm 110 mil empregos diretos, sendo 65 mil nas atividades industriais e 45 mil pessoas na área florestal. As indústrias movimentaram cerca de vinte e quatro bilhões de reais e recolhem aproximadamente R\$ 2,1 bilhões em impostos (BRACELPA, 2008). O setor não disputa mercados apenas no âmbito nacional, participando de uma dinâmica competitiva mundial. Os associados correspondem toda produção de celulose nacional e 80% da produção de papel (BRACELPA, 2006a).

Com base em dados retirados do Informe Anual – 2005 (BRACELPA, 2006a), mencionam-se os números do setor, que mostram em suma a magnitude do setor:

- 1,7 milhões de hectares plantados;
- 2,6 milhões de hectares de florestas nativas preservadas;
- US\$ 3,4 bilhões em exportações;
- R\$ 2,1 bilhões de impostos pagos;
- US\$ 12 bilhões de investimento na ampliação da capacidade produtiva nos últimos 10 anos;
- 3,4 milhões de toneladas de papel reciclado consumido;
- No ranking mundial, o Brasil é:
 - O 7º na produção de celulose de todos os tipos;
 - O 1º na produção de celulose de fibra curta de mercado;
 - O 11º na produção de papel.

O setor de celulose e papel, no Brasil, beneficia 2,5 milhões de pessoas por ações e programas sociais (BRACELPA, 2008). O relatório “Responsabilidade Social das Empresas do Setor de Celulose e Papel – 2005” (BRACELPA, 2006b), pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) aponta que são mais de 500 ações de responsabilidade social do setor, abrangendo mais de 200 municípios brasileiros.

No ano de 2007 o setor de celulose e papel no Brasil produziu 11,9 milhões de toneladas de celulose e 8,96 milhões de toneladas de papel, registrando um

crescimento de 6,6% na produção de celulose e 2,8% na produção de papel, em relação ao ano anterior. As exportações cresceram e o saldo da balança comercial do setor de celulose e papel foi de US\$ 3,4 bilhões em 2007 (BRACELPA, 2008). No ano de 2006, o Paraná representava 8% da produção de celulose nacional e 20% da produção de papel.

O alto grau de verticalização¹⁸ caracteriza as empresas produtoras de papel e celulose e, no Paraná, isto pode ser verificado pela quantidade de pasta produzida e no montante consumido pelas firmas na produção de papel. Em 2000, do total da produção de pastas de madeira utilizadas para celulose 95,17% são destinadas ao consumo interno das firmas. Apenas 4,69% são direcionadas às vendas domésticas, sendo a maior parte pasta mecânica. Ou seja, a maioria das empresas que produzem celulose utilizam-na na produção do papel.

Embora a atividade de celulose e papel se caracterize pelo alto grau de verticalização, o surgimento das empresas de celulose e papel, dada a escolha locacional¹⁹, propicia a evolução de comunidades no local em que estão inseridas, formando cidades.

A produção de celulose e papel é uma atividade que gera desconcentração industrial e induz o desenvolvimento em regiões menos dinâmicas. Os projetos florestais-industriais têm sido criados próximos a maciços florestais plantados, normalmente localizados em regiões distantes dos centros urbanos. (BRACELPA, 2006a).

3.1.1 A Klabin em Telêmaco Borba

Em 2006, a Empresa atingiu a capacidade de produção de 710.000 toneladas por ano de papel representando 36% da capacidade instalada do Paraná e 7% em relação ao Brasil (BRACELPA, 2008).

A Klabin é produtora integrada de papel e celulose no Brasil a mais de cem anos. No Estado do Paraná está presente na região de Monte Alegre-PR há cerca de 75 anos e propiciou o surgimento da “Cidade Nova”, que abrigava os primeiros

¹⁸ Por meio da verticalização, as empresas aumentam seu domínio sobre os preços e a capacidade de negociação, decorrente da alta economia de escala obtida. Geram maior poder de mercado, bem como reduzem custos através das transações com fornecedores ou empresas na frente da cadeia produtiva.

¹⁹ O fator locacional pode ser entendido “como uma economia de custo que a indústria pode obter” ao decidir sobre sua localização (CLEMENTE, 1994, p.93). Entre os fatores determinantes da competitividade do Setor de Celulose e Papel esta a escolha locacional das empresas, que se dá pela proximidade da matéria prima, florestas e recursos hídricos, localizadas fora dos grandes centros urbanos. Os recursos consumidos em maior volume no processo de elaboração da celulose ou do papel são: toras e água, sendo a atividade dependente da produtividade de recursos naturais, das florestas ou no tratamento de efluentes (DE PUPPI E SILVA, 2003).

operários da planta industrial. O povoado atingiu em 1963 uma população aproximadamente 34.400 habitantes o que levou à emancipação política, recebendo o nome de “Telêmaco Borba” (Figura 3.2) (KLABIN, 2003).

Resumidamente, a trajetória da Klabin teve início, no Brasil, em 1899, quando as famílias Klabin e Lafer fundaram a Klabin Irmãos & Cia., em São Paulo, para importação e comercialização de artigos de escritórios e tipografia. Em 1909, a Klabin constituiu sua própria fábrica, a Companhia Fabricadora de Papel, e, aos anos 20, já figurava entre os maiores produtores de papel do Brasil (KLABIN, 2003).

A marca dos empreendedores sempre foi buscar a inovação, o que exigia viagens regulares à Europa em busca de novas técnicas de produção. Dentro desse espírito, a empresa deu seu grande salto, em 1934, com a fundação da Klabin do Paraná, a primeira fábrica integrada de celulose e papel do País. O ambicioso projeto desenvolvido na Fazenda Monte Alegre, no oeste do Estado, resultou na produção, em 1947, de papel jornal e para embalagem. (KLABIN, 2003).

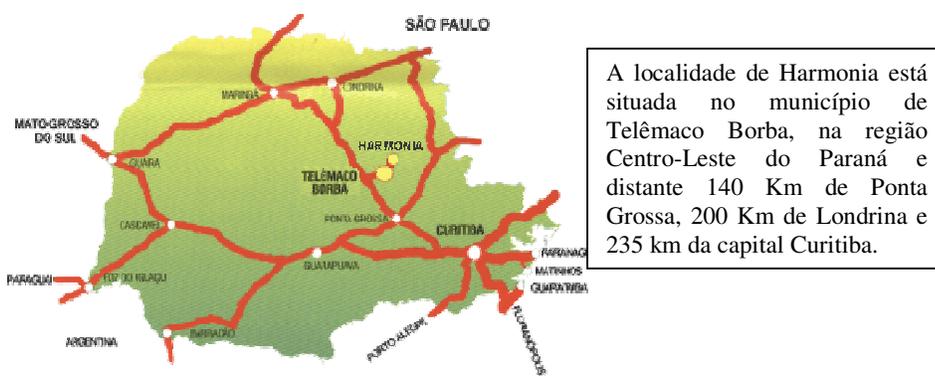


FIGURA 3.2 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ RESSALTANDO TELÊMACO BORBA E HARMONIA, REGIÃO QUE ABRIGA A KLABIN
 FONTE: TELÊMACO BORBA, 2008

A partir da década de 1990, o mercado de papel e celulose tornou-se mais competitivo²⁰ e a empresa posicionou-se estrategicamente, com a adequação certificação internacional da *Forest Stewardship Council (FSC)*, em 1998, que resguarda excelência em preservação ambiental.

O investimento em técnicas de desenvolvimento ambiental é uma das diretrizes das Pesquisas e Desenvolvimento (P&D). No desenvolvimento industrial, a Klabin busca a modernização de processo e produtos. Além disso, em Telêmaco Borba, a Klabin possui um laboratório tecnológico destinado ao desenvolvimento

²⁰ Em um estudo realizado por De Puppi e Silva (2001), relewa-se que durante a década de 90, observou-se uma intensificação das forças competitivas, bem como um aumento na rivalidade entre as firmas de papel e celulose. As modificações ocorridas na estrutura comercial do país refletiram nas relações de mercado existentes na indústria deste setor do Paraná.

destas tecnologias ambientais, em estudos de solos, fertilização, técnicas silviculturais, manejo ambiental e de melhoramento genético, entre outros (KLABIN, 2003).

A Klabin é auto-suficiente em madeira e celulose e, em Telêmaco Borba, consome todo o montante de celulose na produção de papel, mas possui capacidade de venda de toras para outras atividades que estão presentes no Pólo Madeireiro em Telêmaco Borba, hoje conhecido como Distrito Industrial.

O impacto das atividades da Klabin também estimula a atividade turística na região por meio do bondinho. Inaugurado em 1959, para servir aos operários da fábrica, o principal ponto turístico de Telêmaco Borba é o teleférico Bonde Aéreo (Figura 3.3) que liga a sede do município à Harmonia, através do maior vão livre do mundo, com 1.318 metros de comprimento e 76 metros acima do rio Tibagi. Ele pode transportar 32 passageiros, em 3,4 minutos de viagem. (TELÊMACO BORBA, 2008).



FIGURA 3.3 – BONDE AÉREO IMPLANTADO PELA KLABIN EM TELÊMACO BORBA
FONTE: PREFEITURA DE TELÊMACO BORBA, 2003

Embora os itens que se seguem neste capítulo tratem detalhadamente das relações históricas da Klabin e Telêmaco Borba, o mapa que se segue traz uma percepção geral sobre a história da empresa no município. Trata-se da ilustração da história das decisões da Klabin e os respectivos impactos no município de Telêmaco Borba, apresentados em uma linha do tempo relacionando fatores históricos da empresa, da economia e do município (Figura 3.4).

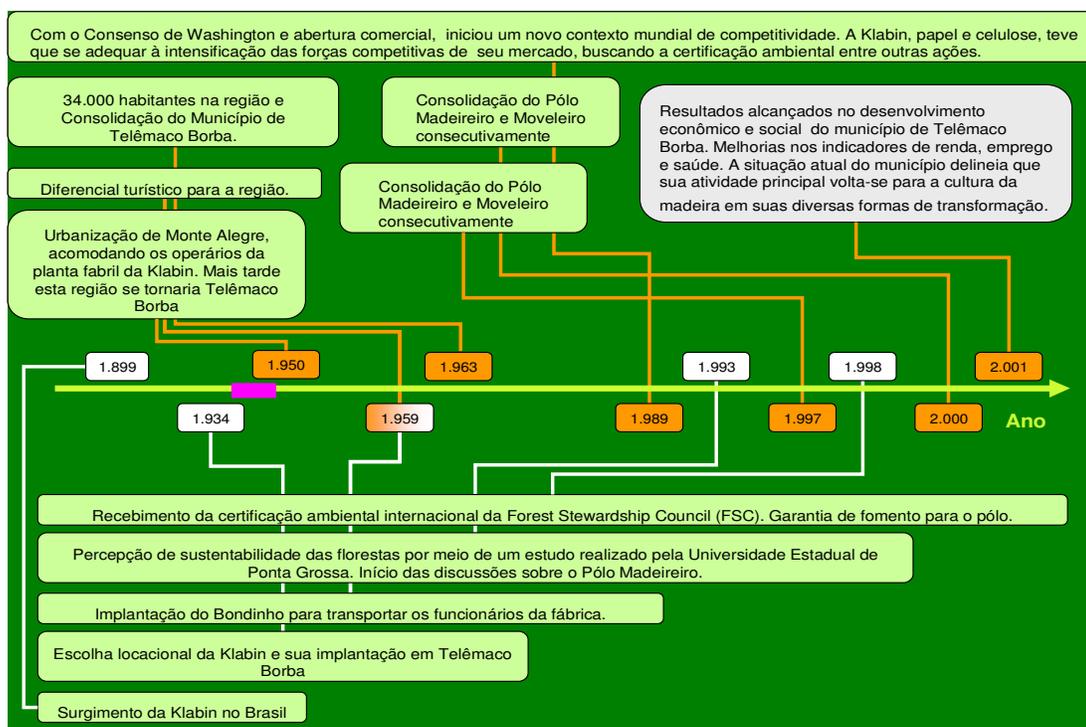


FIGURA 3.4 – LINHA DO TEMPO SEGUNDO INDICAÇÕES DAS AÇÕES DA KLABIN E SEU IMPACTO EM TELÊMACO BORBA.

FONTE: DE PUPPI E SILVA e SILVA, 2005.

- Em branco: Decisões da Klabin, de acordo com o contexto social, econômico e político.
- Em laranja: Impactos das decisões da Klabin, de acordo com o contexto, no desenvolvimento de Telêmaco Borba.
- Em rosa: Período de 1939 a 1947 que teve forte influência política nas decisões da Klabin, inclusive de produzir papel na região.
- Em cinza: Influência das decisões da Klabin na situação atual do município.

3.2 NOTA METODOLÓGICA

A divisão histórica da Klabin e de Telêmaco Borba pode ser estruturada de diversas maneiras de acordo com o objeto de análise de estudos ou elementos enfatizados.

O levantamento histórico, tanto da Klabin no Paraná quanto de Telêmaco Borba, para elucidar as relações entre empresa e município é limitado pelas informações existentes. As fontes de dados secundários que permitem representar quantitativamente os elementos desta relação são recentes e não apresentam séries históricas desde o período de compra das terras pela empresa.

As informações qualitativas sobre esta relação foram extraídas de livros que contam a história da Klabin e de Telêmaco Borba, bem como de estudos que fazem

citações e apontamentos sobre as peculiaridades, economia, meio ambiente e sociedade deste local, conforme as fontes que serão mencionadas.

Com isso, a discussão sobre a opção metodológica para organização do histórico neste trabalho considerou:

- 1) A divisão do período entre a compra da Fazenda Monte Alegre, em 1934, pela Klabin e os dias de hoje em períodos de análise. Tal divisão deveria respeitar os ciclos de investimentos da Klabin, tendo em vista a observação de seus impactos, o que não foi possível dada incompatibilidade de periodicidade das informações quantitativas.
- 2) A análise das informações e dados levantados de acordo com a divisão de períodos estabelecida, o que merece as seguintes considerações:
 - a. Até 1963 as principais fontes de informações é a bibliografia “Monte Alegre: cidade-papel” (FERNANDES, 1974) e o site da Klabin (2008).
 - b. A partir de 1968 há informações sobre o número de habitantes de Telêmaco Borba nas Estatísticas do Século XXI do IBGE (2008) que não são contínuas até os dias de hoje. Também foram consultados dados secundários sistematizados do IPARDES (2008), do IBGE (2008), que possuem informações a partir de 1980, e o site da empresa.
 - c. Dos relatórios anuais da BRACELPA (2008) foi possível extrair dados sobre a produção de celulose e papel a partir de 1990.
 - d. Estudos, livros e dissertações de mestrado sobre o setor e o local complementaram a base de informações, mas estes são de observações mais recentes.
- 3) O estabelecimento de elementos de observação histórica sobre a relação da Klabin com Telêmaco Borba.

Ressalta-se que as informações contidas sobre o período anterior à presença da Klabin no local e sobre as décadas de 1940, 1950 e 1960, foram, predominantemente, retiradas de Fernandes (1974), e que quando outras fontes foram utilizadas foram citadas devidamente. A partir da década de 1970 as informações históricas foram extraídas do site da empresa Klabin (2008).

Contudo, como este estudo visa a observação geral das relações entre a empresa e o município, optou-se pela divisão decenal, de acordo com a apresentação contida no site da Klabin (2008), da seguinte maneira:

- Década de 1930 – Início das atividades
- Década de 1940 – As construções
- Década de 1950 – As inaugurações e início de trabalhos sociais
- Década de 1960 – As expansões
- Década de 1970 – As consolidações
- Década de 1980 – O crescimento
- Década de 1990 – As inovações
- Década de 2000 – O novo milênio

Desta forma, as observações que se seguem sobre o histórico da empresa e do município seguirão a divisão por décadas, exceto no que concerne o as questões gerais desta história e o levantamento de documentos. Para retratar o período anterior à compra das terras pela Klabin, foi realizado um agrupamento de períodos até a década de 1930. Por fim, foram necessários ajustes para análise de dados secundários, conforme serão apresentados nas observações das linhas que se seguem.

3.3 HISTÓRICO DA KLABIN E DE TELÊMACO BORBA

A Klabin no Paraná se localiza onde hoje é o município de Telêmaco Borba. Antes de serem adquiridas, as terras se chamavam Fazenda Monte Alegre e a empresa manteve este nome. Nomes da história paranaense estão relacionados à história de Telêmaco Borba. Manoel Ribas, com ênfase na vida política no início a meados do século XX, e Telêmaco Augusto Enéas Morocine Borba, com ênfase acadêmica e política no final do século XIX e início do século XX, contribuíram para a formação local e estão no Capítulo de 'Perfis de Personalidades Paranaenses' escrito por Ruy Christovam Wachowicz, em HISTÓRIA DO PARANÁ (1969).

A história da unidade tem início em interesses políticos, representado pelo Governo nacionalista de Getúlio Vargas, e interesses empresariais, representado pela estratégia de mercado da Klabin (FERNANDES, 1974).

Diante dos argumentos abaixo, Margalho (2006, p.2) enfatiza a relação política com a formação de Telêmaco Borba.

Um dos fatores decisivos e marcantes da trajetória do grupo Klabin foi sua atuação política. A segunda geração, Horácio Lafer, Wolff Klabin e Samuel Klabin teve uma expressiva trajetória política. A expansão do grupo dependeu tanto das alterações na estrutura administrativa da empresa quanto da atuação política de seus membros. (...). A atuação política a que nos referimos não se restringe a esfera parlamentar, de acordo com as regras dos partidos de legenda. Ela tem um sentido mais amplo, conjugando-se com as relações interpessoais que se davam nos mais diversos campos de atuação. Nesse caso, foi relevante a ocupação dos espaços de poder político que viabilizavam a obtenção de vantagens através da utilização dos “poderes públicos”. (...) As relações sociais são a espinha dorsal deste processo, pois o campo político é constituído pela complexidade destas relações. O contato estabelecido entre o grupo Klabin e o Manuel Ribas, através de Wolff Klabin, é representativo para se compreender a formação desta acumulação primitiva de capital político na trajetória da KIC. (...) A acumulação deste capital político que culminou com a ocupação de muitos campos de atuação política contou também com outro poderoso aliado, o jornalista-empresário Francisco de Assis Chateaubriand. (...) Assim sendo, a História do grupo Klabin é antes de tudo, uma História Política. Ela se inscreve nas muitas arenas institucionais onde se dão as lutas políticas intra-classes em disputa pela manutenção e/ou construção de um projeto hegemônico.

Com o tempo a unidade de Monte Alegre foi sendo construída, passando por adequações, investimentos, inovações e expansões até os dias de hoje. Neste período, consolidou-se o município de Telêmaco Borba, que hoje continua abrigo a dinâmica da Klabin.

A Coletânea de mapas históricos do Paraná do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná (ITCF, 2006), retrata que, em 1876, Monte Alegre já fazia parte do “*Mappa Geral da Provincia do Paraná*”. O “*Mappa Topographico da Provincia do Paraná Organizado na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação*”, de 1881, traz Fortaleza, Fazenda vizinha, e “*Mortandade e Lagoa*”, lugares de Monte Alegre. Além disso, há o registro de 52 almas em “Tibagy”, que pertencia ao município de Ponta Grossa. A “*Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908 Organizada pela Directoria de Obras e Viação*” também só registra Fortaleza e Tibagy. O “*Mappa do Estado do Paraná para servir ao estudo da questão de limites com o Estado de Santa Catharina Organizado sob consulta dos mais recentes dados officiaes e direcção de Romario Martins Presidente do Instituto Historico e Geographico do Paraná*” de 1911 e os Mapas do Estado do Paraná de 1919, de 1921, de 1923, 1938 e de 1944 apontam Monte Alegre. O mapa das Obras Executadas no Governo Manoel Ribas de 1932 a 1938 tem o registro de Monte Alegre e da estrada do cerne construída sem revestimento. O mapa de 1948 para

divisão administrativa do governo de Moysés Lupion, de 1949 a 1953 traz Monte Alegre e as estradas revestidas que garantem seu acesso.

Os mapas citados no parágrafo acima mostram que mesmo antes da fundação de Telêmaco Borba, Monte Alegre e seus acessos já apareciam nos mapas do Paraná, o que se devia à abrangência territorial da Fazenda e às atividades da Klabin e à população que ali se instalou em função desta.

3.3.1 A Fazenda Monte Alegre e a Chegada da Klabin

Até a compra das terras pela Klabin em 1934, nas terras da futura Klabin, habitaram e passaram bugres, índios, bandeirantes, jesuítas, comerciários, tropeiros, donos de sesmarias, fazendeiros.

Por volta de 1.720 as terras, onde mais tarde seria a Fazenda Monte Alegre, foram requeridas à coroa portuguesa, justificando o uso da terra desta sesmaria em uso e para 550 cabeças de gado. Seguindo o processo, a Capitania Registrou e o Conselho Ultramarino despachou ao rei que aprovou a solicitação. José Felix, que vivia por aquelas paragens, obteve essas terras por volta de 1770. Vale ressaltar que estas terras estavam além da linha de Tordesilhas, eram habitadas pelos caigangues e tinham veados, pacas, capivaras, frutas silvestres como araçá, pitanga, guavirova e banana, os peixes lambari, mandi, acará, dourado, surubis e corumbatás.

Por volta de 1800, José Felix requereu mais 65 mil alqueires, acerca de suas terras, à coroa e chamou de Fazenda Monte Alegre. Com a morte de José Felix uma de suas descendentes casou-se com o Barão de Monte Carmelo, que herdou as terras. Já em 1926, um francês realizou negócios com os herdeiros da Fazenda Monte Alegre e formou uma sociedade anônima “Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre”. Este francês levantou fundos para realizar um laudo de avaliação, vendeu ações no exterior e comprou a parte dos herdeiros. Sobre os estudos de avaliação foram realizadas especulações em toda Europa e nas Américas, que esperavam receber lucros a partir de seis meses do início das atividades de extração mineral e florestal do local.

Entre os empréstimos realizados para identificação dos melhores locais de exploração e levantamento das potencialidades locais estava o do Banco do Estado do Paraná. Foram pagas missões, estudo para exploração das minas, das florestas, dos pinhais, da agricultura, da colonização com cinco mil famílias alemãs, da

construção da estrada de ferro, na Fazenda Monte Alegre. Gastaram muito dinheiro e apresentaram apenas relatórios aos investidores sem muitas benfeitorias prometidas. Os estudos revelaram o volume de madeira utilizável, a idade das árvores, a existência de canela, peroba, capichingui, tapia, massaranduba, carvalho, ariticum, canjarana, pessegueiro bravo, figueira, marinho, marmelo bravo, pau de vinho, quaresmeira, pitangueira, pau d'alho, monjoleiro, angico, guatambu, alecrim, sapucaia e outras essências. Também indicavam a construção de duas serrarias para a produção de caixas, oficina de marcenaria e sepilhamento, fábrica de ripas, fábrica de parques, fabricação mecânica de cabos de ferramentas, de caixotes para embalagens, fábrica de fibra de madeira, de tabuado, de painéis e blocos de madeira aglomerada e, por fim, o estabelecimento de uma fábrica de papelão, papel e celulose, prevendo também a fabricação de fósforos, impregnação de dormentes e postes e fabricação de carvão de madeira das “cabeças dos pinheiros”.

Os altos gastos com os estudos levou, em 1931, o primeiro credor a requerer a falência da Companhia. Em 1932, o Banco do Estado do Paraná, no governo do Interventor Manoel Ribas a segunda falência. Já em 1933, as terras foram a leilão e o foi o Banco do Estado do Paraná que as arrematou. A Klabin adquiriu as terras em 1934 com algumas heranças da companhia, como a estrada para Tibagi de 42 quilômetros, uma balsa no rio Tibagi, uma ligação telefônica com Tibagi, um casarão de madeira, duas pequenas residências, galpões rústicos, os estudos da estrada de ferro e a criação de gado própria. A região pouco conhecida era chamada de sertão paranaense, tinha araucárias em abundância, ouro e diamantes no Rio Tibagi, desde o período colonial. A Transbrasiliana, também chamada de Rodovia das Tordesilhas, que vai do Pará ao rio Grande do Sul, (BR 153) passa pela Fazenda.

A Klabin adquiriu as terras, que foram leiloadas pelo Estado do Paraná, sob a garantia do Interventor Manoel Ribas de que seriam construídas estradas para acesso à região, a Estrada do Cerne. Além disso, o apoio de Getúlio Vargas e sua vontade de ter autonomia nacional na produção de papel jornal foi fundamental para a determinação de implementação de uma unidade da Klabin em Monte Alegre. A negociação também facilitada porque Wolf Klabin, Getúlio Vargas, Manoel Ribas e Assis Chateaubriand se conheciam. Getúlio Vargas, depois da revolução de 1930, convidou Manoel Ribas para ser seu Interventor no Paraná que, por sua vez, conheceu Wolf Klabin no Rio Grande do Sul, onde os três se encontraram. Entre os

interesses de Getúlio Vargas sobre a produção nacional de papel estava a garantia da propaganda de seu governo e a independência da produção externa: o populismo e o nacionalismo de Vargas, que dava atenção especial ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

Vale ressaltar que a preocupação com o uso e extração dos recursos naturais de forma a atender a demanda futura era anterior à presença da Klabin, à medida que a população observava os cortes de araucárias sem reposição, para diversas finalidades como serrarias e energia.

3.3.2 Década de 1930 – Início das atividades

Em 1932, Samuel Klabin, que estudou na Finlândia e na Alemanha, foi enviado por seu pai Salomão para reconhecer as terras. Em 1934, Manoel Ribas, Wolf Klabin e Horácio Láfer foram conhecer os 134.516 hectares que seriam adquiridos. Horácio Lafer fez carreira política e acadêmica. Questões familiares e troca de familiares nas funções da atividade econômica sempre fizeram parte do dia-a-dia da Klabin.

Em 1934, no estatuto, com previsão para cinquenta anos, da então fundada Indústrias Klabin do Paraná (IKP) constava “explorar indústrias de papel em seus múltiplos ramos, bem como a fabricação de celulose e pasta de madeira, papelão e seus congêneres.” e, também, “Estabelecimento de qualquer indústria, extrativa ou não; explorar propriedades agrícolas, empreender atividades de mineração onde mais conveniente for à Sociedade”. A Klabin do Paraná, de acordo com a previsão do grupo, deveria operar verticalmente na produção de papel e celulose, agregando as etapas de produção de pasta mecânica, celulose sulfito, celulose sulfato, papel-jornal, papelão, cloro, soda-cáustica, hidrelétrica, termoelétrica, mineração de carvão, plantio florestal e serviços de transporte.

Neste local havia mata nativa e pequenos povoados cerca de cem quilômetros de distância nas estradas, nas cidades de Piraí do Sul e de Tibagi, sendo o último o município da Fazenda. Depois da aquisição das terras, em acordo com Manoel Ribas, foram iniciadas as obras das estradas, da construção de pontilhões e de estudos para definir o local na fazenda, onde deveriam se instalar a fábrica de papel e celulose, a usina hidrelétrica, nos saltos do rio Tibagi, e a sede administrativa da empresa. Além disso, os estudos identificaram reservas de araucárias e de jazidas de carvão. Até a década de 1940 era utilizada a Casa

Grande das terras, conhecida como Fazenda Velha, como escritório e local de hospedagem dos técnicos.

Em 1934, depois da aquisição das terras, foram realizados diversos estudos para implementação da nova unidade da Klabin que comportaria todas as etapas da fabricação do papel desde o setor florestal. Com o passar do tempo, surgiu na Fazenda uma nova comunidade, formada pelo caboclo, das cidades vizinhas; pelos colaboradores vindos de diversas regiões do País; pelos funcionários administrativos vindo dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro; e pelo quadro técnico, formado na sua maioria por estrangeiros, vindos da Alemanha, Polônia, Áustria, Portugal, Suíça, Suécia, Finlândia, Holanda e Checoslováquia. Na época o Brasil não tinha mão-de-obra especializada no setor e nem nestes moldes de construção.

Os locais para as instalações ficaram definidos da seguinte maneira: Mauá, para a usina hidrelétrica do rio Tibagi; Lagoa, como centro administrativo; e Harmonia, como local da fábrica.

Entre 1936 e 1940, as terras foram densamente exploradas para reconhecimento e identificação de potencialidades, além de auxiliar na definição dos lugares das instalações desta unidade da Klabin.

Durante a construção da unidade do Paraná teve início a Segunda Guerra Mundial (II GM) que resultou em custos dobrados da construção. O Banco do Brasil teve grande participação nos empréstimos, causados pelo impacto da II GM.

Nos três locais escolhidos instalaram-se os trabalhadores que iriam construir as sedes. As casas eram feitas com madeiras cerradas, areia pedreiras do local. Os trabalhadores alimentavam-se de feijão com farinha, tocinho, arroz, carne seca, café e chimarrão. A cachaça era a bebida dos dias de folga, mas causava brigas e facadas. Funcionários que ganhavam o suficiente para pagar suas refeições alimentavam-se de ovos, carne fresca, batatas, macarrão, lingüiça e leite. Isto era possível porque os salários pagos no início da construção eram quase o dobro dos salários pagos em outros lugares. Com o tempo também surgiam pensões na Fazenda.

Havia a escolinha da Fazenda Velha que depois se tornaria o grupo escolar de Lagoa, Mauá, Mina de Carvão e Harmonia. Tinha creche, pré-primário, escola comercial (depois substituída pelo ginásio), o Colégio, a Escola Normal.

Além das informações retiradas da obra de Fernandes (1974), a formação histórica da Klabin, no Paraná, pôde ser acompanhada por investigação em livros

que descrevem as políticas adotadas entre 1930 e 1945, da Era Vargas, principalmente, e também pela biografia de Assis Chateaubriand (MORAIS, 1994), que aborda a história do jornalista e conta sobre as formas gráficas e de impressão de jornais e revistas da época. No entanto, há algumas divergências de datas, quanto ao acordo de Getúlio Vargas com Assis Chateaubriand e os Klabin.

De acordo com Moraes (1994), em 1927, Assis Chateaubriand resolveu ousar e ampliar seus negócios tentando atingir o Brasil inteiro com uma revista de circulação nacional, a *Cruzeiro*. Assim, uniu seus interesses aos do jornalista português Carlos Malheiros Dias. Não seria necessário altos investimentos pois tal revista não teria gráfica própria. Mas, mesmo assim, Chateaubriand não tinha estes recursos e recorreu ao seu amigo, Ministro da Fazenda de Washington Luís, Getúlio Vargas. A revista teria papel de melhor qualidade, fotografias, contaria com artigos dos melhores escritores nacionais e internacionais e, além disso, teria tiragem de cinquenta mil exemplares, distribuídos em todas as capitais e principais cidades do país. Todas estas qualidades encheram os olhos de Getúlio Vargas, que tinha como planos a candidatura à presidência em 1930. Assim, Vargas articulou as negociações de financiamento com um banqueiro da *Cruzeiro* que seria impressa em Buenos Aires, devido melhor qualidade de impressão que as gráficas brasileiras.

Até então, fica clara a inter-relação entre a imprensa e a política brasileira e, também, que o Brasil tinha produção de papel suficiente, mas apresentava debilidades na indústria gráfica. Paralelamente, algumas articulações da classe industrial, restringiam algumas atividades de produção. Na época que a Klabin deu início as suas atividades no Paraná, não eram permitidas a importação de máquinas e equipamentos para produção de papel, direcionando a produção da empresa para o plantio florestal e a fabricação da celulose. O trecho de Fausto (1975) a seguir permite a compreensão destas ocorrências.

O grupo de pressão formado pelos industriais de tecidos realizou seu velho sonho de impedir que se ampliasse a capacidade produtiva existente, através de um decreto de março de 1931 (Decreto nº. 19.739) que proibiu, pelo prazo de três anos, a importação de maquinaria destinada a indústrias já existentes no país e cuja produção, a juízo do governo, fosse considerada excessiva. Em novembro de 1933, o prazo de proibição foi prorrogado até 1937, a pedido da Federação Industrial do Brasil e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem, considerando-se em superprodução as indústrias de tecido, chapéus, calçados, açúcar, papel e fósforo.

Em seu segundo mandato, diferente das articulações políticas predominantes do primeiro, Getúlio Vargas direciona sua atenção para algumas

indústrias-chaves. Em 1939, tem início a Segunda Guerra Mundial, e o presidente passa a defender que o Brasil deveria se preparar para ser auto-suficiente em pelo menos duas áreas estratégicas: aço e papel de imprensa. O aço deveria ser de produção nacional, mas o papel poderia ser de iniciativa privada.

Na cabeça do presidente, só havia uma pessoa no Brasil em condições de aceitar aquele desafio. Era o homem que desde 1930 o advertia para a necessidade da produção de papel de imprensa, para o país prevenir-se contra riscos de escassez como a que o mundo vivera durante a Primeira Guerra Mundial: Assis Chateaubriand. (MORAIS, 1994).

Em 1940, Vargas delegou esta responsabilidade a Chateaubriand: um empreendimento que no menor espaço de tempo possível abastecesse o mercado interno de papel de imprensa. Chateaubriand nega, dizendo que seu negócio é impressão de papel e não a produção, mas indica a Klabin e Irmãos, que já produziam celulose no sul do país, entre a Lunardelli e Matarazzo, que também já tinham experiência na área:

– Se é um empreendimento com as dimensões que o senhor imagina, só os primos Wolf Klabin e Horácio Lafer terão condições de cumprir os prazos estabelecidos. Além de serem os únicos a fazer pesquisas na área, eles já têm 6 milhões de pés de araucária plantados na fazenda Monte Alegre, no vale do Tibagi, no Paraná. (MORAIS, 1994).

Os primos aceitaram a proposta mas fizeram restrições devido ao risco de trazer bens de capital importados em plena guerra. Mesmo com alguns impasses, que Getúlio Vargas não hesitou em resolver, apelando até mesmo por escolta norte-americana, a Klabin passou a produzir as primeiras bobinas de papel em Monte Alegre no Paraná, em 1947.

Quanto ao setor de celulose e papel no Brasil, no ano de 1932 foi criada a Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose, que na década de 1990 foi denominada de Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA).

3.3.3 Década de 1940 – As construções

A década de 1940 foi muito movimentada em Monte Alegre com gente entrando, gente saindo e gente se fixando por toda a vida, sendo os últimos denominados hoje como “pioneiros”. Aos poucos houve acomodações da transição da construção para a atividade da fábrica. Havia mais de trinta nacionalidades.

Entre a compra das terras e o início das atividades da fábrica foram designadas pessoas com atribuições específicas para sua construção e instalação de máquinas e equipamentos, assim como para estudos florestais e de solo e

implementação da usina. Os trabalhadores já instalados em Monte Alegre tinham a expectativa para a chegada de um 'chefe' que conduzisse as obras. Além dos responsáveis, no decorrer dos anos, passaram a fazer parte da nova comunidade da Fazenda: caboclos, das cidades vizinhas; colaboradores de diversas regiões do País; funcionários administrativos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro; e integrantes do quadro técnico, formado na sua maioria por estrangeiros, vindos da Alemanha, Polônia, Áustria, Portugal, Suíça, Suécia, Finlândia, Holanda e Checoslováquia. Para diversos trabalhos, administrativos ou técnicos, os homens ainda eram aprendizes originando o desafio do trabalhador qualificado. Faltam profissionais de todos os níveis. Mais adiante, com o início das atividades de produção, sobravam operários e faltavam técnicos para as máquinas. Horácio Lafer ordenou a desmobilização do pessoal não mais necessário e Monte Alegre passou por um período tenso. No final dos anos 1940, novas equipes se fundem aos pioneiros da Klabin e técnicos canadenses e americanos faziam ajustes nas máquinas e em Mauá.

Em 1941, chegou à Fazenda o engenheiro austríaco Karl Zappert, especialista em fabricação de papel, responsável pela construção da fábrica e instalação das máquinas de papel. O responsável pelo plano para a área florestal chegou em 1944, o polonês Zygmunt Wieliczka. Mas em 1942, chegaram Ignácio Sporn, engenheiro eletricista polonês, responsável pela usina hidrelétrica, e o engenheiro Luiz Vieira, licenciado pelo Departamento de Agricultura do governo Getúlio Vargas, responsável pela administração geral da Unidade Monte Alegre, bem como pelas construções da fábrica, da usina e da estrutura necessária à população que ali se encontrava.

Luiz Vieira tinha sido Inspetor Geral do Departamento de Obras Contra a Seca do Nordeste (IFOCS) e quando assumiu suas funções ficou sabendo que o estudo sobre a pressão da água para a construção da Barragem, que atenderia a lavagem e a secagem de celulose e da pasta mecânica, no rio Tibagi, estava concluído, que a construção do hotel e de três escritórios em Lagoa tinham previsão de finalização para o início de 1943 e que havia escassez de mão-de-obra qualificada. Luiz Vieira estudava os projetos iniciais para: Uma fábrica de celulose-sulfito, para 70 toneladas/dia iniciais e 100 toneladas/dia de capacidade; uma fábrica de semi-celulose, para 20 toneladas/dia iniciais e 45 toneladas/dia de capacidade; uma fábrica de pasta mecânica, para 30 toneladas/dia iniciais e 100 toneladas/dia de

capacidade; uma fábrica de cartolina de todas as espécies para 40 toneladas/dia; uma fábrica de papel-jornal com capacidade para 120 toneladas/dia; uma fábrica de cloro e soda cáustica para branqueamento de celulose sulfito para 3 toneladas/dia iniciais e 9 toneladas/dia de capacidade. As instalações auxiliares eram: casa das caldeiras com usina hidrelétrica auxiliar, estação de tratamento de água, oficina mecânica, oficina elétrica da fábrica, almoxarifado, depósitos, escritórios. Este conjunto foi chamado de Fábrica de papel e celulose de IKPC. Mas o conjunto da Fazenda, da Casa Grande, Lagoa, Mauá, acampamentos de mato, era chamado de Monte Alegre.

No início dos anos 1940, algumas estratégias elementares foram traçadas. Na Lagoa seria necessário: construir o escritório central, a caixa d'água, o armazém, o centro telefônico e substituir o gerador de energia por um novo. Em Mauá era necessário iniciar as obras e em Harmonia as obras de terraplanagem, bem como a abertura de clareiras e a construção das primeiras casas. Os operários de Mauá tornavam-se cada vez mais numerosos e dormiam em cerca de 200 homens em galpões coletivos. O problema de moradia também se agravava em Lagoa porque não parava de chegar gente. Aos poucos Lagoa passou a receber mais pessoas e as pensões passaram a se chamar repúblicas. A primeira obra de concreto de Monte Alegre foi a caixa d'água. Em 1942, mais terras foram adquiridas aumentando a área de Monte Alegre. A Olaria do Km-28 produzia tijolos especiais para a chaminé da fábrica. Em 1943, para alguns trabalhadores já havia casas de madeira, com vidraças, água, esgoto, sanitários, banheiros ladrilhados, tanque de cimento para lavar roupa, fogão a lenha e luz elétrica. Em Mauá, as famílias que vieram do norte do Brasil ainda continuaram por muitos anos estendendo redes para dormir, secando roupas no terreiro varrido ao invés dos varais, acendendo lamparinas ao invés de usar as lâmpadas. Os barracões comportavam cerca de 200 beliches. A 'cidade-operária' era chamada de 'cidade de Monte Alegre', mas depois ficou nominada apenas de 'Harmonia'. A captação de água para abastecimento da futura cidade era no rio Laranjeira. Mas, mesmo nos fins da década de 1940, Monte Alegre ainda não era uma cidade e sim uma Fazenda com os habitantes espalhados por suas localidades e acampamentos de lenhadores e plantadores de pinhão. Na Fazenda, havia pessoas para cuidar do gado nas pastagens, mas não havia matadouro e os frigoríficos matavam o suficiente para a alimentação diária.

Em 1942, chegaram as primeiras peças para as máquinas 1, 2 e 3, para a fábrica de cloro, para a central telefônica Ericsson, os tratores, além das plantas e desenhos dos rios, dos acampamentos, das caldeiras, da usina hidrelétrica, das máquinas de papel, dos picadores de madeira, da estação de branqueamento da fábrica de celulose, da montagem dos caminhões importados, entre outros. Os despachos eram feitos pelo porto de Santos ou de Paranaguá. A estação de trem de Piraí foi reativada para receber máquinas, telhas, tijolos, cimento, ferro, materiais de construção, vidros, bota de borracha, variados gêneros alimentícios, como o fermento para pão de Joinville-SC e os laticínios de Angatuba-SP. Também pedia de fora taquímetros, campainhas, interruptores, chaves fixas, pára-raios, relógios de vigia para extintores de incêndio, fios de cobre, material escolar, acessórios, pneus para caminhões, material telefônico, bacias, vasos sanitários, brocas, carrinhos de mão, drogas farmacêuticas, perfumaria, calçados, e tudo o que era necessário à população. Vale ressaltar que diversos insumos vinham de fora como folhas de zinco, cimento e também o dinheiro para a folha de pagamentos.

Os motores para o trabalho e a luz das casas de madeira de harmonia vinham do locomóvel, instalado perto da esplanada da futura fábrica. Esta geração de energia garantia o uso do rádio para ter notícias de guerra e escutar novelas. O “Posto de Ventania” era a entrada da fazenda. Nele havia telefone para a comunicação com a casa da chefia em Lagoa, que ficava a 25 quilômetros de distância.

Apesar de perturbado no ano de 1943 aconteceram diversos avanços nas obras. Neste ano foi iniciada a plantação em alta escala de eucalipto e pinheiro. Na ‘Cidade Operária’ havia 70 casas para operários em construção, 30 casas menores, 4 casas para engenheiros, 20 casas para mestres e contra-mestres. Previsão de 2 pensões, 1 cooperativa, 1 padaria, 1 hospital provisório, 1 posto médico, 1 cemitério. Ainda em 1943 foi concluída a esplanada da fábrica. Em 1943, ficou pronta a terraplenagem do aeroporto e foi inaugurado o Aero-Clube. A chaminé ficou com 96 metros de altura. Nada estava completamente acabado, mas a fábrica já estava produzindo.

Em 1946, a celulose sulfito passou pelos depuradores e pelo filtro ‘Impco’. O povo da cidade sentiu o cheiro nada agradável do gás formado por componentes de enxofre utilizados na produção de celulose sulfito. Para os operários que trabalhavam próximos a emanção do gás foi dado diariamente um litro de leite para

desintoxicação e prevenção de indisposições. Mas os operários preferiam levar o leite para casa para dar aos seus filhos.

A máquina que seria utilizada para a produção de cartolina foi utilizada para a secagem desta celulose, em 1946. No final do ano a produção estava regularizada em média de 55 toneladas por dia. Em 1947, inicia-se a produção de papel-jornal para imprensa. Os desafios agora eram a falta de força de Mauá, a cor escura do papel, problemas de suprimentos de insumos, tendo que emprestar enxofre da fábrica vizinha de Arapoti e as reclamações dos jornais. Havia problemas com a fabricação de tubetes e com o fornecimento de cola, além dos problemas na construção como rachaduras. Em 1947, Monte Alegre produzia 60 toneladas/dia de celulose-sulfito, 100 toneladas/dia de papel-jornal, consumia 6.000 a 7.000 pinheiros por mês, recebia de Mauá apenas 14.000 Kwa e só importava um recurso: o enxofre para o branqueamento.

Em 1947, 22 clientes de papel imprensa são atendidos. A publicação de jornais em papéis nacional fazia parte do entusiasmo brasileiro. O Jornal do Comércio publicou este evento ressaltando o

trabalho e sacrifício que demandou a criação, no sertão do Paraná, durante a Guerra, de uma cidade de 15.000 habitantes, para possibilitar a existência de uma fábrica que exigiu, para poder funcionar com êxito, a solução de muitos problemas técnicos, resolvidos pela capacidade brasileira de realização. (Fernandes, 1974, p. 13).

No final da década de 1940, foi inaugurada a fábrica de cloro-soda, terminou-se a instalação da máquina 3, que passou a secar celulose branqueada, estava em realização a montagem do quarto cozinhador de celulose-sulfito e de mais desfibradores para pasta mecânica e iniciou-se a montagem da máquina 4 para a fabricação de papéis finos.

Além das perdas marítimas da II GM as prioridades de suprimentos dos Estados Unidos também atrasaram as obras, porque em primeiro lugar nos transportes e nas transações deveria estar o atendimento aos soldados da guerra. A produção norte americana estava orientada para aviões, navios, armamentos e outras utilidades para atender ao exército. A produção de máquinas e equipamentos, no caso da Klabin para papel e celulose, ficava em segundo plano. Isto ampliou o prazo em oito anos do que estava previsto para início das atividades de celulose em 1943 e de papel em 1944. Os resultados eram aumentos de custos sem início dos retornos sobre os investimentos. Mesmo com a ampliação dos prazos para

pagamentos dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil os juros iam aumentando. A KIC enviou recursos para o tempo de espera. Tratores inutilizados pela falta de combustível foram substituídos por burrinhos e carroças. Além do combustível também faltou trigo e açúcar na época de guerra. O pão era feito de fubá amarelo e mandioca. O macadame substituía o açúcar. As pensões não atendiam a demanda pelo conforto de casa e isto gerava conflitos. Alguns caboclos traziam alimentos, mas os preços subiam. A horta do italiano Vitorio que abastecia Lagoa tornou-se insuficiente. Os armazéns de abastecimento de Lagoa, Harmonia e Mauá tiveram de criar por necessidade um sistema cooperativo vendendo sem lucro para a subsistência local. Em 1945, como não se sabia quando seriam enviadas as peças restantes para conclusão da máquina 1 pelos Estados Unidos, decidiu-se ganhar tempo e iniciar a produção de celulose semi-química na máquina 2. Novos técnicos chegavam a Monte Alegre, agora para a produção. Com as dificuldades do período de guerra foi construída uma pequena instalação em 1944 para a produção de celulose tipo Kraft, com base de pinheiro de araucária, para sacos de cimento, artigo procurado mas que teve sua importação cessada durante a guerra. O compromisso era com o Governo Federal. Manoel Ribas considerava um grande investimento para a indústria do Estado do Paraná e por isso atendia a pedidos como a nomeação de professoras para as primeiras escolas, envio de material escolar, verificação da resistência e altura dos pontilhões e das pontes, entre Paranaguá e Monte Alegre. Seis anéis de 20 toneladas para os cozinhadores de celulose deveriam passar por este percurso. Mesmo com o racionamento de combustível, garante o suprimento de Monte Alegre. Manoel Ribas gostava de despender horas em Monte Alegre.

Com o fim da Guerra o mercado nacional e internacional se expandiu e entraram concorrentes para a venda de papel no país sob força constitucional de 1946, que estabelecia a importação de papel imprensa, sem ônus alfandegário. O desafio era concorrer com o produto estrangeiro no mercado nacional. Por isso foi necessário pensar na qualidade. A araucária dava mais resistência ao papel mas a cor não se igualava ao produto sueco e canadense. A idade diversa dos pinheiros influía na cor. Diante das reduções do preço do papel-jornal estrangeiro, em 1949, as estratégias firmaram-se no melhoramento da qualidade (melhoria da cor – resistência e lisura não eram problemas), no aumento da produção e na organização econômica do trabalho.

Apesar de no período de Guerra, o pinheiro servir para as serrarias e era uma das fontes de renda, mas não obedeciam ao Código Florestal quanto ao reflorestamento, acentuando o desaparecimento da araucária. Fazer papel previa toda uma estrutura de abastecimento futuro desencadeando o plantio florestal. Foram realizados testes com diversas nativas para verificar a possibilidade de produzir com fibra curta o que se produz com a longa, mas concluem que o eucalipto era a melhor alternativa dada facilidade do suprimento, tendo em vista as plantações realizadas desde 1942. Ainda no ano de 1940, Wolf Klabin fez a seguinte afirmação a Luiz Vieira em sua visita à Monte Alegre: “A maior reserva de pinheiros do Paraná está aqui.; Pinheiro é matéria-prima para papel e está em extinção neste Estado. Mas você pode estar certo de uma coisa: o pinheiro não vai ser a única matéria-prima, em Monte Alegre.” (Fernandes, 1974, p.57). Primeiramente era utilizada a araucária como matéria prima passando gradativamente para eucalipto e pinus nos anos que se seguiram. Em 1943, há solicitações de sementes de eucalipto. Em 1944, quando as máquinas estavam sendo montadas já havia colonos capinando 13,1 hectares de pinheiros plantados. Pinheiros eram tirados de onde fosse para suprir a fábrica e poupar as reservas.

No período de construção, as empreiteiras disputavam carpinteiros, pedreiros, marceneiros e mecânicos com a Companhia para cumprirem seus contratos. O mestre de obras não aceitava trabalhadores despreparados e isto atrasou a construção da chaminé sendo necessário virem trabalhadores de São Paulo. Mas era necessário técnicos e não trabalhadores braçais. A capacidade de produção da serraria era limitada porque não havia profissionais suficiente para formar dois turnos de trabalho. Dificuldades de moradia, de seleção de pessoal e o controle de toda a comunidade que estava se formando era o maior desafio. Além disso era necessário mudar a cultura do campo. Por exemplo, não se saía de casa em dia de chuva porque o mato fica perigoso com raios, entre outros.

Em 1943, já havia cursos de aperfeiçoamento de operários e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) solicitou que a Klabin dê sua contribuição. Em 1946, sete operários da Klabin foram treinados no Rio de Janeiro. Já em 1949, o SENAI realizou o primeiro curso em Monte Alegre e ora eram treinados pelos funcionários da Klabin ora por técnicos de Curitiba. Mas o curso ocorria todos os anos, com uma ou outra falha. “Monte Alegre era uma escola primitiva que formava todas as classes de profissionais.” (Fernandes, 1974, p.83).

Em 1947, ocorreram os primeiros cursos para aprendizes florestais, ensinando topografia, classificação e medição de material, silvicultura e conhecimentos gerais. Estas aulas passaram também a acontecer nos acampamentos.

Em 1942, a comunicação por cartas era feita da seguinte maneira: as cartas iam de motocicleta até Piraí, cerca de 200 quilômetros no trajeto de ida e volta, em um malote postal. O jornal 'O Tibagi' é fundado por Horácio Klabin e era a principal leitura dos alfabetizados, com séries em quadrinhos, palavras cruzadas, cursos de português e literatura, entre outros atrativos. Também ocorre a fundação da Rádio Monte Alegre ZYS-22 (Fernandes, 1974). O jornal O Tibagi está relacionado à Telêmaco Borba de acordo com o capítulo 'Breves Notas Sobre a Imprensa Paranaense' (HISTÓRIA DO PARANÁ, 1969) que indica o ano de 1948 de fundação do jornal e o relacionamento com o local noticiado.

Visitas de diretores e alguns funcionários eram realizadas e o tempo de viagem de São Paulo a Monte Alegre era de dois dias, em 1940. O caminho seguido passava primeiramente pela Estrada da Ribeira e depois pela Estrada do Cerne. Havia longas paradas e as passagens eram muitas vezes impossibilitadas por chuvas e precárias condições das vias. Para as viagens realizadas por trem utilizava-se a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, em meados do ano de 1940. Em 1943, já havia diversos montealegrenses pioneiros morando e é neste ano que Horácio Klabin vai conhecer a fazenda. Fez o trajeto de carro, partindo de São Paulo passando pela Estrada do Cerne, e, em tempo normal de viagem, levou cerca de 10 horas. A Estrada do Cerne foi construída às pressas no Governo de Manoel Ribas para ligar a capital ao norte do Paraná, com diversos objetivos, mas principalmente para a escoação do café pelo porto de Paranaguá. Em 1944, o percurso entre Curitiba e Monte Alegre se fazia no mínimo em oito horas, pois a estrada não era pavimentada. Os fretes eram os custos mais caros de implantação da unidade. Seja de carros ou de caminhões, cada viagem custava mais caro que um salário mensal de um operário. A empresa tinha uma frota reduzida de dez caminhões e três caminhonetes (jardineiras) que não eram suficientes para todo transporte necessário de passageiros ou cargas. Os motoristas reclamavam os baixos salários comparados aos preços cobrados pelos proprietários de veículos. A escassez de combustível levou as empresas de frete contratadas a abastecerem no almoxarifado da própria Klabin, que faz apelos aos Interventores de São Paulo e Rio de Janeiro para ter mais combustível. Os locomóveis e as primeiras caldeiras que davam força

a vapor para a fábrica eram mantidos a lenha. Os caminhões precisavam percorrer cerca de 30 quilômetros até as florestas. Na época de reflorestamento intensivo a madeira chegou a vir de 400 quilômetros de distância. Em dois anos foi exportado da região pela estação ferroviária de Piraí do Sul: 10.573.874 quilos de celulose, em 518 vagões e 9.222.511 quilos de papel, em 517 vagões.

Getúlio Vargas visitou Monte Alegre em 1944. Neste ano Mauá estava quase sendo concluída, as instalações da fábrica de celulose-sulfito, dos cozinhadores, do acumulador de ácido, do conjunto de casa-das-caldeiras, com turbina a vapor. A chaminé atingia 90 metros de altura. A pista do aeroporto foi concluída um pouco antes da chegada do Presidente, que se hospedou no novo Hotel Lagoa. A mão-de-obra para cumprir com os protocolos de hábito do Presidente foi trazida de Curitiba. Foi realizada a inauguração da 'Praça Manoel Ribas'. Depois foram visitar Harmonia, que estava em construção, quatro casas de alvenaria opostas aos galpões de peças das máquinas. Houve homenagem com as crianças das escolas de Harmonia e Mauá, com bandeirinhas brasileiras. Serviram perdizes, caças e churrasco.

Getúlio Vargas fez duas inaugurações: a da instalação da captação de água para abastecimento da cidade e a Barraginha, utilizada para o tratamento da água. 5.300.000 m³ de água destinavam-se unicamente à fábrica, capazes de atender a produção mesmo em época de estiagem. Visitou a futura Usina de Mauá, em que a primeira unidade turbo-geradora de 14.500 Kwa estava em montagem. Visitou as plantações de araucárias e eucaliptos para abastecimento de longo prazo.

Assis Chateaubriand, diretor dos 'Diários e Emissoras Associadas', chegou em seu avião 'Raposo Tavares' e acertou os desentendimentos que havia tido com o Presidente dias anteriores.

Nos diversos tipos de trabalhos havia pessoas que contribuía e deixavam Monte Alegre como o pesquisador das minas de carvão e o agrônomo que realizou as primeiras plantações de eucalipto e araucária. O mesmo aconteceu com técnicos especializados vindos da Europa. Brasileiros de diversas localidades, inclusive pequenas cidades e vilarejos da região, que chegam jovens para as atividades ficam por anos ali chagando a depender cerca de 25 anos. As famílias dos colaboradores também foram se estabelecendo em Monte Alegre e alguns formaram suas famílias por ali. Começaram, então a aparecer os primeiros desocupados, improvisados, grevistas, homens que reclamavam dos salários. No final dos anos 1940 a maior preocupação de Horácio Klabin era o "aspecto humano da grande empresa. O

impacto da produção crescente provoca irrefreável expansão populacional.” (p. 123). Os problemas eram resolver a falta de habitações, a forma de vida da população e as necessidades das famílias. Ou seja, as condições sociais da comunidade.

A assistência social era feita de muitos modos na saúde, na habitação e pelos serviços do Departamento Feminino (DFASMA), fundado em 1948 por Horácio Klabin e dirigido pela esposa do diretor da fábrica Zappert, com a colaboração de voluntárias, doam roupas e brinquedos a filhos de operários no Natal, confeccionam enxovais para recém nascidos, visitam parturientes, cadastram gestantes e resolvem problemas com necessitados. A IKPC faz por conta própria a assistência social completa e tem como fonte destes recursos as rendas com transporte de passageiros em caminhões, transporte de cargas para particulares em caminhões da Companhia, taxas nas passagens dos ônibus e das balsas, 50% da taxa de habitação e toda a renda do Cine Harmonia. Anos mais tarde organizações oficiais como a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância passam a trazer benefícios aos trabalhadores.

“Socialmente Monte Alegre consta de uma classe de técnicos estrangeiros, da qual fazem parte poucos profissionais brasileiros de nível universitário” (Fernandes, 1974, p.123). Estes eram os médicos, os químicos recém formados pela Escola de Química do Paraná, o contador paulista, o auxiliar do Mato Grosso, o tesoureiro lituano e o sub-chefe florestal. Havia funcionários do escritório, mestre e contra-mestre e guardas-florestais. A maioria dos operários tinha vindo dos sítios para a divisão florestal e das pequenas cidades dos arredores para a fábrica. Os operários possuíam padrão de vida mais alto do que seus meios de origem e possuem salário, casa com água encanada e luz elétrica gratuitas (com uma irrisória taxa de manutenção), recebiam lenha para o fogão e escola para os filhos, além do acesso ao rádio, assistência médica e hospitalar para toda a família.

A saúde foi socializada com os preços estabelecidos pela IKPC e profissionais assalariados. Mais tarde foi criada a Organização Montealegrense de Saúde e a Klabin entrega o serviço a seus antigos empregados, mas mantém o controle das tabelas.

Uma epidemia de maleita (hoje malária) preocupou a construção da unidade. Havia dois médicos que trabalhavam no posto de Lagoa, mas a prevenção contra o mosquito era a estratégia de contenção da doença pela aplicação do DDT fornecido a Monte Alegre pelo Serviço nacional da Malária, em 1949.

Neste período, as mulheres que acompanhavam seus maridos até Monte Alegre tinham funções domésticas principalmente e um dos meios sociais era o cinema construído em Harmonia. A esposa de Luiz Vieira chegou no final de 1942 e estimulou a vida religiosa, dias santificados, as primeiras festas de barraquinhas com prendas. A sociedade era caracteristicamente européia. As mulheres possuíam papel importante nas confraternizações. As recepções de autoridades sempre contaram com a presença dos montealegrenses. Tornou-se hábito receber um pinheirinho novo de araucária para o enfeite da árvore de natal. Bonina Vieira, esposa de Luiz Vieira, também organizava festas de igreja e as missas até conseguir erguer a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Para o entretenimento dos funcionários eram organizadas corridas de raia, futebol amador de Lagoa e Harmonia, botequins em domingos e feriados, bailecos particulares, pois os Clubes Atlético Monte Alegre e Harmonia, fundados em 1946 ainda não tinham salão. As famílias se divertiam também em visitas, pique-niques, o cinema de Miguel em Lagoa. Mas entre todos os atrativos a preferência era o estádio de futebol inaugurado por uma partida entre o Corinthians e o Clube Atlético Paranaense. No final dos anos 1940, o novo cinema de Harmonia foi inaugurado ao lado do Armazém de Subsistência e os bailes tornam-se freqüentes nos clubes. Os clubes se visitam no carnaval. Mas a Lagoa tornou-se o centro de todas as atividades e tinha uma bandinha que fazia recepções.

Na Casa Grande da Fazenda, construção antiga, aconteciam festas de São João e São Pedro. As pessoas da Lagoa caminhavam 18 quilômetros para dançar ao som da sanfona e da viola, comer batata doce assada na brasa, farofa de frango, doces de abóbora, pé-de-moleque. Também havia festas no hotel. O Harmonia Clube tornou-se o cartão de visitas da cidade e o conforto ficava a cargo do Hotel Ikapê. O clube dos operários é o Clube Atlético de Monte Alegre (CAMA) e tem sua nova sede construída no final dos anos 1940, além do reconhecimento no futebol paranaense.

Como divertimento, os solteiros jogavam truco nos dormitórios das pensões. Domingo havia missa pela manhã rezada pelos padres que vinham de Tibagi. Os médicos trabalhavam dobrado por causa das brigas ocasionadas por bebida, facadas e tiros, nos feriados. Atendimentos imediatos eram feitos no hospital de madeira, mas quando o caso era sério o atendimento deveria ser enviado para Curitiba. Estes atendimentos custavam caro e foi determinada a lei seca na Fazenda

Monte Alegre para conter brigas e estes custos. Um sargento e dois soldados utilizavam a própria autoridade e os recursos da Companhia para estabelecer a ordem, de desordeiros e fugitivos que se escondiam em acampamentos. Revistas eram feitas nas bagagens no Posto da Corrente, que ficava na única entrada da Fazenda pelo ramal ligado a Estrada do Cerne. Estavam proibidas armas e bebidas alcoólicas. Os contrabandos entravam na fazenda por um cabo aéreo no rio Tibagi, escondidos em caminhões, em canoas, entre outros. Era permitido apenas o consumo de uma garrafa de vermute por mês, mas com o tempo houve flexibilizações para vinhos e cerveja. A bebida era o divertimento dos homens.

A IKPC pagava guardiões para a vigilância da construção da fábrica, principalmente para conter brigas entre o operariado. Lagoa tinha uma cadeia que não tinha janelas, os fugitivos abriam buracos no forro. Mas o problema de habitação em Lagoa causou o contrário: pessoas se abrigavam do frio durante a noite. Até mesmo quem não queria dormir nos galpões coletivos pernoitavam por lá.

3.3.4 Década de 1950 – As inaugurações e início de trabalhos sociais

Neste período o empreendimento de papel e celulose consolidou-se e foram realizadas inaugurações e os primeiros trabalhos da empresa para o bem estar social. Iniciou-se também o plantio de pinus, em 1951. A estrada de ferro, Olaria, e a ponte sobre o rio Tibagi foram concluídas em 1952. Em 1953, ocorreu a inauguração oficial da Usina Hidrelétrica Mauá, que teve a presença de Getúlio Vargas, e, em 1959, ocorreu a inauguração do Teleférico, Bonde Aéreo que liga a fábrica à Cidade Nova, hoje região urbana de Telêmaco Borba.

Em 1950, a máquina 1 produzia papel jornal, a máquina 2 papelão ou cartolina, a máquina 3 fazia secagem de celulose. Em cinco anos de atividades a produção mais que triplicou, passando de 10.502 toneladas anuais, em 1947, para 38.536, em 1952. Reparos na fábrica eram necessários e causaram prejuízos, em um primeiro momento. Então, a máquina 2 passou sua produção de 2 toneladas/dia para 5 toneladas/dia. Em 1954, foi montada a máquina 4 e, neste ano, o Congresso Latino Americano das Indústrias de Papel e Celulose, em Buenos Aires, reconheceu as pesquisas realizadas pela Klabin no Paraná, estendendo tal reconhecimento aos Estados Unidos e à Europa. Em 1955, a máquina 3 foi adaptada para fazer papel ondulado e, em parte, fornecia complementos para a máquina 5, encomendada para a Fundação Federal para secagem de celulose. As atividades se concentravam na

instalação da fábrica de celulose sulfato. Em 1958, iniciou-se o preparo da celulose-sulfito-neutro e acelerou-se o trabalho nas máquinas em reforma. Mas, a máquina 2 causou muitos problemas pelas quebras. Ainda neste ano, a Fundação Federal entregou o material da máquina 3 modificada e da máquina 5. Vale ressaltar que ocorriam problemas de rotina nas instalações fabris. Em 1959 a máquina 5 começou a produzir. Ocorreram melhorias nos postes da linha de alta tensão entre Mauá e Harmonia e modificações na estrutura administrativa. No projeto de expansão estava em foco a máquina 6, construída na Finlândia, seria a maior de todas com 7,15 metros de largura e 41 metros de comprimento.

Em 1952, Mauá liga sua segunda turbina produzindo mais 16.500 HP. Neste ano, estava em montagem a máquina 4. O acionamento do novo desfibrador permitiu que a capacidade superasse 200 toneladas/dia, entre papel-jornal, celulose e cartolina. Em 1956, houve modificações na mina de carvão, que passou a ser vendido para as locomotivas e também abastece as caldeiras.

A crise de papel se atenuou em 1957 e mesmo com a presença de papel estrangeiro no país, Monte Alegre continuava progredindo. A demanda por papel e papelão aumentou em 1959 e a Klabin passa a suprir 75% da demanda nacional por papel jornal. A Klabin continuava concorrendo por qualidade e busca maior produção.

Em 1959, 30% do valor da transformação industrial eram constituídos de (HISTÓRIA DO PARANÁ, 1969, p. 241) 4% da indústria de papel e papelão de Monte Alegre. Em 1965, papel e papelão representavam 10 % das vendas do Estado do Paraná.

Ainda em 1952, havia 50 milhões de pinheiros plantados. A ampliação do Laboratório de Pesquisas transformou-o em Centro de Pesquisas e de Controle de Qualidade e o Departamento Florestal comemorou o décimo quarto reflorestamento. Para esta celebração foi realizado um churrasco para cerca de 4.000 trabalhadores rurais e suas famílias. Em 1957, havia 172.000.000 árvores plantadas na Fazenda. Ante setenta milhões de pinheiros plantados em Monte Alegre, em 1953.

Mais casas foram construídas em Harmonia. Havia emprego para mais gente. Em 1950, calculava-se que em Harmonia havia 6.000 habitantes e não era possível comportar mais gente. Mas a Klabin dava casa para cada família e não permitia o favelamento. A manutenção da cidade se tornou muito custosa. Se não fossem os Postos da Corrente cuidar do local como propriedade particular da

Fazenda e controlar a entrada de desempregados, desocupados e aventureiros que queriam usufruir do bem estar daqueles que trabalhavam.

Em 1951, Horácio Klabin resolveu fazer um loteamento do outro lado do rio Tibagi e uma ponte, onde já havia três balsas, puxadas por cabos de aço a mão, para a passagem de caminhões com matéria-prima, que demoravam de cinco a seis horas de espera. Mas, a preferência era do loteamento. Cerca de 300 alqueires foram conseguidos para fazer e vender os loteamentos, o que ficou a cargo da Cia Territorial do Vale do Tibagi, que cuidava dos financiamentos. Em 1959, começou a funcionar o Bonde Aéreo substituindo os ônibus e facilitando a vida do operariado que morava na Cidade Nova.

Nesta década, a Cruzeiro do Sul e a Varig estenderam suas linhas domésticas até Monte Alegre e as informações sobre a região ocorriam por meio da publicação do jornal "O Tibagi" e da Rádio Monte Alegre. No final do ano de 1952 é publicado no jornal: "A Cidade Nova abrirá novas possibilidades aos habitantes de Monte Alegre e zonas vizinhas, tanto para as construções de habitações particulares como para a instalação de estabelecimentos comerciais e pequenas indústrias." (Fernandes, 1974, p. 135). Em 1957, o Diário Oficial transcreveu dois pensamentos defendidos por Wolf Klabin após sua morte: "O dinheiro não se justifica quando ele não existe em função de uma atividade criadora e construtiva"; e "A empresa deve ser fonte de bem estar social dos que trabalham e produzem, desenvolvendo em favor destes assistência integral com despreendimento e espírito de solidariedade humana." (Fernandes, 1974, p.198).

Em 1953, Monte Alegre recebeu a visita de Getúlio Vargas. A nova ala do Hospital estava em construção. Foi servido churrasco e inaugurada a ponte, a usina presidente Vargas de Mauá e o grupo escolar, que já estavam em uso há muito tempo. No roteiro também estava a visita ao Clube Atlético Monte Alegre (CAMA).

Nos anos 1950, o CAMA e o Harmonia Clube se tornaram as opções de lazer à comunidade. Além disso, em Lagoa, foi aberto um cinema, transferido para Harmonia anos mais tarde. Para o entretenimento local foram organizados concursos de beleza, como a eleição da Miss Monte Alegre, e no Carnaval a realização de desfiles de carros alegóricos com a representação das fases da fabricação do papel. Horácio Klabin foi o responsável por estas mobilizações sociais em Monte Alegre. Inauguração da sede campestre do Harmonia Clube. Festa da

lanterna, festa junina, festas fantasias, desfile de barcos típicos. Ocorre a fundação da Sociedade Hípica.

No campo do assistencialismo, havia estímulo para a prática de esportes para os jovens, como vôlei, basquete e boxe. O CAMA vibra com o futebol. O assistencialismo natalino permanecia com a distribuição de roupas, alimentos e brinquedos para mais de cinco mil crianças de empregados da Klabin, pela Assistência Social de Monte Alegre. A Klabin também distribuía merendas escolares.

Primeiramente a saúde da população local era atendida pelo Hospital ORMASA (Sociedade Monte-Alegrense de Saúde), construído em madeira, com 40 leitos, que posteriormente foi substituído por um novo prédio com capacidade para 80 leitos. O Hospital inaugurou, nesta década, as instalações modernas.

3.3.5 Década de 1960 – As expansões

Apesar das expansões, os anos 1960 foram marcados pelo grande incêndio florestal que atingiu a região central do Estado do Paraná, entre os meses de agosto e setembro de 1963. Na Fazenda Monte Alegre, o fogo atingiu cerca de 85% do patrimônio da Klabin. Depois disto a Klabin direcionou esforços para a proteção das florestas, implementando um programa específico de proteção e combate a incêndios. Isto somado às readequações das máquinas e às estratégias competitivas levaram à necessidade de reformulações administrativas.

Em 1963, as atividades da unidade do Paraná compreendiam a produção de pasta mecânica, o branqueamento de pasta mecânica e branqueamento de celulose, a produção de celulose sulfito, de celulose sulfato, de celulose semi-química, de cloro e soda-cáustica, a geração de energia da usina hidrelétrica e da termoelétrica, o uso de duas máquinas para papel jornal, uma máquina para papel comercial, duas máquinas para papelão e uma máquina de secagem de celulose. Este era o maior conjunto integrado de produção de papel da América Latina.

Na década de 1960, a máquina 1 (MP1), que antes fazia papel imprensa, passou a fabricar papel kraft, a máquina 2 (MP2) passou a produzir papéis diversos, a máquina 3 (MP3) papelão e a máquina 4 alterou sua produção de kraft para papel imprensa. Além disso, a Klabin iniciou a fabricação de papel imprensa a partir de eucalipto. A implantação da máquina de papel 6 (MP6), no ano de 1963, foi resultado do Projeto de Expansão III, iniciado em 1960. A MP6 era considerada a maior máquina de papel imprensa da América Latina e foi inaugurada por João

Goulart. Produzia 300 toneladas de papel imprensa por dia e supria 80% do mercado nacional deste tipo de papel. Em 1962, a máquina 6 começou a ser montada e havia duas máquinas produzindo papel-jornal somando 62.107.000 quilos/ano. No final de 1963, a produção de papel jornal atingiu 74.812 toneladas a previsão para 1964 era de 110.000 toneladas/ano.

Para 1964, estava previsto um consumo nacional de 170.000 toneladas de papel jornal e a IKPC deveria produzir 110.000 toneladas/ano. Entre 1947 e 1963, o Brasil economizou US\$ 119.454.000 com importações de papel jornal.

Em 1963, João Goulart inaugurou a máquina 6 e com a produção funcionando no meio ano o resultado foi de 74.810.000 de quilos.

Com o passar dos anos muitos montealegrenses deixam a Fazenda. Harmonia continuava a ser atendida pela IKPC e os funcionários que queriam morar na Cidade Nova compravam o lote e a Klabin dava a casa.

o trabalhador de IKPC, que sai do serviço e desliga-se de Monte Alegre, via de regra não passa muito tempo fora; volta. Se não encontra emprego na Fábrica, acomoda-se em Telêmaco Borba, em casa de um parente, e espera. Embora, não vai. (Fernandes, 1974, p. 214).

Além de treinamentos na área florestal e das escolas-de-mato, as professoras normalistas, de nível superior, de Lagoa davam cursos intensivos a mulheres para que estas tivessem condições de iniciar a alfabetização no campo.

Em 1964, saíram as notícias dos primeiros estudos da araucária pela *Food Agricultural Organization* (FAO) da ONU. Apesar da qualidade garantida o manejo e o tempo de maturação não atendia às exigências da fábrica. Seria necessário ampliar o reflorestamento. Além disso, muito havia sido desmatado desde o início das obras da fábrica e as serraria continuavam desmatando ameaçando a existência da araucária.

Em 1963, iniciou-se um incêndio no interior do Paraná que atingiu a Fazenda Monte Alegre. O incêndio durou de julho a agosto e as perdas foram imensas, cerca de 36.000 hectares de área reflorestada. Queimaram pinhais de um a 20 anos, casas nos acampamentos, máquinas agrícolas mas a fábrica não. Para recuperar seria ao menos necessário 40.000 hectares de coníferas e 10.000 hectares de eucaliptos até 1972. Se fossem plantados de três a cinco mil hectares ao ano a recuperação completa ocorreria em 1978. O plano de auto-suficiência que vinha desde 1945 foi prejudicado. O ano de 1964 foi de reavaliações do prejuízo. Apesar dos estragos, os anos de 1965 e 1966 foram os de melhor rendimento até então.

A segurança da Fábrica de Monte Alegre era feita pelos bombeiros treinados da IKPC com a colaboração do SENAI. Mantinha-se também o impedimento de aventureiros e desocupados. Os guardiões não chegavam a uma dúzia nos 65.000 alqueires da Fazenda. Também foi estruturado o Serviço de Proteção Contra Incêndio em IKPC, que inicialmente visava impedir incêndios dentro da fábrica, expandindo-se para atendimentos na cidade e na floresta. Em um raio de 150 quilômetros eles eram os únicos bombeiros da região. Os programas sociais permaneciam e eram mantidos pela empresa

O transporte entre Monte Alegre, Curitiba e Ponta Grossa era feito por ônibus e o motorista era o senhor da viagem que fazia o que queria e parava onde bem entendia. Além disso, não havia hora para chegar.

De acordo com a os dados organizados por Faissal El-Khatib, em a História do Paraná (1969, p. 299), em 1960, Telêmaco Borba foi elevada à categoria de município, mas com a denominação de Cidade Nova. Mas esta Lei foi revogada no mesmo ano. Em 1961, a Cidade Nova foi elevada à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário de Tibagi. Em 1963, Telêmaco Borba foi desmembrada de Tibagi e tornou-se município. Em 1964, a Cidade Nova recebeu sua fundação municipal de Telêmaco Borba, que tinha 100 residências e resolvia o problema de habitação em Harmonia. Em 1964 foi instalado o móvel municipal e empossado o primeiro prefeito eleito, Péricles Pacheco da Silva. Em 1969, a área era de 1.753 Km², a população de 39.349 habitantes, o eleitorado era de 13.072, havia 67 escolas primárias, 2 escolas secundárias, produzia-se feijão e mandioca mansa. A partir de então, quem nascia em Telêmaco Borba era Telemacoborbense História do Paraná (1969, p. 299).

3.3.6 Década de 1970 – As consolidações

No decorrer dos anos 1970 era necessário que a Klabin consolidasse o empreendimento de papel e celulose em Monte Alegre. O Projeto IV de modernização da unidade teve início, em 1974, e expandiu a produção de 660 t/dia para 1200 t/dia. Nesse sentido a produção da Klabin em Telêmaco Borba foi igualada às maiores plantas industriais da Europa. O início da operação do digestor contínuo ESKO, responsável pela fabricação de polpa semiquímica com utilização de eucalipto, se deu em 1978. Em 1979, a máquina de papel 7 (MP7) iniciou suas operações produzindo 600 toneladas por dia de papel *kraftliner*.

Em benefício da qualidade de vida dos trabalhadores florestais, no ano de 1975, iniciaram as organizações das agrovilas, e, em 1977, foi implantado o Programa de Planejamento Familiar.

O Primeiro Censo realizado em Telêmaco Borba, em 1970, apresentou os seguintes dados: dos 36.000 habitantes cerca de 12.000 eram escolares e estavam matriculados do pré-primário até o colegial e o normal, também incluindo os cursos do SENAI e da Divisão de Seleção e Treinamento do Pessoal da Fábrica.

3.3.7 Década de 1980 – O crescimento

Em 1980, João Baptista Figueiredo inaugurou oficialmente a máquina de papel 7 (MP7) e o restaurante da fábrica, com capacidade para 650 pessoas. Em 1984, a MP1 iniciou a produção de papel *eukaliner*, que era o único papel para embalagem com base em eucalipto no mundo. Em 1988, entrou em operação a nova planta de celulose, com capacidade de 1200 t/dia de polpa para fabricação de papel *kraftliner*, na MP1, MP2, MP3 e MP7, e de papel imprensa, nas máquinas de papel 4 e 6.

Em 1983, iniciaram as operações da Usina de Biomassa, com utilização de cavacos de madeira, serragem e outros resíduos florestais para geração de energia. No ano de 1985, foi concluído o projeto de tratamento secundário dos efluentes, que incluiu a instalação do filtro biológico, o primeiro em uma planta de produção de papel no país.

Quanto à atividade florestal, ocorreu a implantação do sistema sueco para exploração florestal e os treinamentos profissionalizantes das primeiras turmas de operadores de moto-serra. No ano de 1986, foram inauguradas as novas instalações do Centro de Pesquisas Florestais, que tem por missão, até hoje, garantir a manutenção e a melhoria da produtividade e da qualidade dos plantios florestais para utilização na produção de celulose e produtos sólidos de madeira. Em 1989, foi concluída a estrutura do viveiro setorizado, com um processo de produção de mudas a partir de sementes geneticamente melhoradas e de pomares próprios. A implantação do Programa de Fitoterapia, de forma artesanal, ocorreu em 1984, e, a partir de 1989, passou a funcionar em escala de manipulação.

Na área social, em 1985, iniciou o PAT-Rural (Programa de Alimentação ao Trabalhador).

3.3.8 Década de 1990 – As inovações

Este período caracterizou-se pela reestruturação e pela adequação aos novos tempos de globalização da economia e aumento da concorrência. A empresa visou o aprimoramento tecnológico, a melhoria da qualidade e o cuidado sócio-ambiental.

Em 1997, foi implantado o Projeto POP (Programa de Otimização da Produção), visando à otimização e ampliação do processo produtivo. De acordo com a estratégia voltada ao mercado de embalagens, foi lançada a linha de produtos Klabin Boards, em 1998, com uma diversificada gama de cartões para a produção de embalagens semirrígidas e displays de cartão.

A atividade florestal teve um trabalho pioneiro, em 1993, de valorização da madeira de eucalipto para produção de móveis, a partir da divulgação e do acompanhamento técnico. Em 1997, ocorreu a implementação do Plano Abrangente Florestal, para mecanização da colheita. Além disso, foram alcançados os padrões do *Forest Stewardship Council (FSC)* para manejo florestal, em 1998, e para manejo de produtos florestais não-madeireiros, em 1999. Desta forma, validou-se que a empresa desenvolve suas atividades florestais nos padrões internacionais de conservação ambiental e sustentabilidade socioeconômica, o que resulta, além dos benefícios, na participação em novos mercados. Em 1993, foram implantados o Processo Klabin de Qualidade Total (1993), o Programa SOL (Segurança, Organização e Limpeza), em 1997, e recebida a Certificação Ambiental ISO 14001, em 1999.

3.3.9 Década de 2000 – O novo milênio

Nos anos 2000, a Klabin iniciou um processo de transformação, com metas de aumentos significativos de produção, o que teve início pelos investimentos em pesquisa e conscientização ambiental.

No ano 2004, teve início o Projeto MA 675, com o objetivo de expandir a capacidade de produção da fábrica de Monte Alegre para 675 mil toneladas de papel. Em junho, como resultado da busca constante de qualidade de processos produtos e serviços, a Klabin conquistou o segundo lugar na avaliação de fornecedores (Supplier Evaluation) da Tetra Pak, reconhecendo o papel cartão da empresa como um dos melhores do mundo.

O Programa SUPERAR de melhoria contínua, com o objetivo de alcançar a excelência de processos e produtos por meio do envolvimento e valorização dos colaboradores, teve início em 2002, e transformou a Klabin em uma "manufatura de classe mundial". Em 2003, implementou-se o programa Rumo à Qualidade, que foi complementar para a conscientização de colaboradores, e no primeiro semestre de 2004, iniciou-se o programa de Boas Práticas de Fabricação. O Projeto Monte Alegre, na área de Fitoterapia, foi iniciado em 2000, visando desenvolver pesquisas sobre produtos naturais e florestas nativas. O Projeto Caiubi de Educação Ambiental para estudantes e professores das escolas de Telêmaco Borba e cidades vizinhas, iniciou em 2001, e, a partir do segundo semestre de 2004, passou a ser denominado Programa Caiubi de Educação Ambiental. Ainda em 2004, o Programa de Fitoterapia da Klabin conquistou o Prêmio Vida Profissional, concedido pela empresa alimentícia Sodexo Pass, tendo o reconhecimento de sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores da companhia.

Além de possuir técnicos e pesquisadores, a Klabin também promovia em 2003 o intercâmbio de conhecimento e projetos com diversas instituições:

- IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais USP;
- FUPEF – Fundação Paranaense de Estudos Florestais;
- UFPR – Universidade Federal do Paraná;
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
- UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa;
- CAMCORE – Central America and Mexico Coniferous Resources;
- SIF – Sociedade de Investigações Florestais;
- UFV – Universidade Federal de Vitória;
- CEPEF - Centro de Estudos e Pesquisas Florestais UFSM.

Estes investimentos se destinavam principalmente à qualidade dos produtos, que é um diferencial para este mercado (KLABIN, 2001).

A possibilidade do uso de tecnologia de ponta nas pesquisas refletiu na melhoria constante de técnicas mais viáveis de produção e preservação ambiental como as embalagens, feitas atualmente com 56% de papel reciclado e que deviam atingir, no curto prazo, a marca de 60% de matéria-prima reciclada, garantindo qualidade ao produto (KLABIN, 2003).

Em 2000 (KLABIN, 2001), a companhia aplicou um bilhão de reais em aquisições, projetos de aumento de capacidade, atualizações tecnológicas e reflorestamento. Além destas promoções, o grupo Klabin pretendia

no Paraná a busca de caminhos concretos para o desenvolvimento do município, caracterizada pela necessidade de novas frentes de trabalho, para a crescente população urbana, levou a Klabin, aliada às lideranças políticas, a investir no reconhecido potencial madeireiro da cidade, desencadeando o processo industrial. (KLABIN, 2003).

Em 1993, “após um estudo realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, que indicou a vocação madeireira da região, principalmente pelo alto volume sustentável de matéria prima florestal, manejada com objetivo de uso múltiplo”²¹, teve início a parceria entre a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba e Klabin S/A visando promover o desenvolvimento industrial do município por meio da formação do Distrito Industrial de Telêmaco Borba.

Segundo dados da Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional de Telêmaco Borba, em 27 de março de 1989, entrou em vigor a Lei 784 – PRODEFI – Programa de Desenvolvimento e Fomento Industrial, que objetiva garantir a oferta de terrenos e fomentar a instalação e ampliação de empresas industriais no município. Sendo assim, realizou-se em parceria com a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) uma pesquisa para identificar a vocação do município, vindo a ser no ramo madeireiro. Dessa forma, buscou-se parceria com os detentores de matéria-prima. Com base na vocação do município e a matéria-prima sendo de propriedade de uma única indústria de papel e celulose, buscou-se a industrialização da madeira com idade acima dos 20 anos para beneficiamento. Dessa forma, a capacidade de fomento florestal da Klabin Celulose e Papel S.A, juntamente com a prefeitura do município e parcerias de outros agentes locais foi de extrema importância para a formação do aglomerado produtivo madeireiro de 1995 a 2001, gerando por sua vez emprego e renda na região e garantindo melhores perspectivas de sobrevivência das empresas madeireiras no mercado, especialmente das micro e pequenas empresas (Betim, 2007, p. 71).

As ações da Klabin, em tal parceria, objetivaram a industrialização da madeira no Distrito Industrial. Os parceiros discutiram alternativas, no setor florestal e madeireiro, encaminhando propostas e viabilizando soluções de forma a obter maior geração de empregos, renda e melhoria na qualidade de vida da população de Telêmaco Borba. Entre as dezenas de indústrias instaladas nos Distritos Industriais do Município, tinha predominância as que usam como matéria prima a madeira.

O Distrito Industrial era caracterizado pelo Pólo Madeireiro de Telêmaco Borba que tinha empresas de diversos ramos do setor madeireiro, entre serrarias, laminadoras, indústrias de móveis, artefatos de papel, entre outras ocupando uma

²¹ Informação solicitada para o estudo de De Puppi e Silva (2003), fornecida por e-mail pelo setor de imprensa da KLABIN em Setembro de 2003.

área de 200 hectares. O faturamento em madeira serrada e industrializada no município, no ano de 1999 foi superior a 17 milhões de reais (PREFEITURA..., 2003).

A partir da implantação do pólo em 1997, foram implantadas 23 empresas, sendo que destas 14 são serrarias, 4 estão na atividade de moveleira e as demais produzem artefatos e produtos pertinentes à indústria madeireira. Apesar das empresas em fase de implantação não serem numerosas criarão 1.197 empregos, o equivalente a 61,5% dos empregos que já existem no distrito. O Distrito também conta com 11 empresas não madeireiras e três destas em fase de implantação. Porém estas oferecem 151 empregos, 8% do total gerado pelo distrito. O Distrito como um todo, incluindo indústrias madeireiras e não madeireiras, absorvia 2.095 empregos. Uma evolução consecutiva de cerca de 76% de 2000 para 2001 e 58% de 2001 para 2002. Em outra ação, a Klabin firmou compromisso junto a Scancom, Braspine e Araupel para instalar, no curto prazo, alto grau de remanufatura nas empresas e aproveitar os resíduos para fins mais nobres como cavacos para celulose.

Em 2003, o Distrito apresentava 40 empresas, ligadas à atividade madeireira, em funcionamento. Elas absorviam 1.944 empregos e consumiam 54.550 toneladas de toras por mês, em 2002. Algumas empresas madeireiras estão em fase de implantação.

Entretanto, o Pólo Madeireiro, baseado em seu potencial: a cultura da madeira ou silvicultura²², em conjunto com as condições de solo, clima e a utilização de avançadas técnicas silviculturais, as florestas plantadas de Eucalipto e Pinus eram um diferencial da atividade econômica do município, tanto nas reservas florestais da Klabin, como nos reflorestamentos realizados por agricultores da região, na forma de fomento²³, e ainda por reflorestadores independentes (PREFEITURA..., 2003).

Com base nos recursos naturais e no apoio da Prefeitura Municipal e da Klabin, o Pólo Madeireiro era constituído de empresas de beneficiamento primário

²² A madeira destas espécies é utilizada em construções, na produção de laminados, compensados, painéis, chapas de fibras e partículas e celulose, sendo utilizada em larga escala na produção de móveis.

²³ “O bem sucedido Programa de Fomento Florestal de Klabin do Paraná, em parceria com EMATER e IAP, conta hoje com 3.600 parceiros distribuídos em 11 municípios da região. Em conjunto, eles contabilizam 22.000 hectares de florestas plantadas de Pinus e Eucalipto” (PREFEITURA..., 2003).

da madeira, preparadas para abastecer novas empresas interessadas na produção de bens manufaturados, como móveis, molduras.

Com a implementação do Pólo Madeireiro criou-se condições para a formação do “Polo Moveleiro de Telêmaco Borba”, no dia 13 de Janeiro de 2000, tendo como missão: “Produzir e comercializar móveis de madeira, principalmente maciça, ambientalmente corretos, com parcerias tecnológicas e econômicas, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico de Telêmaco Borba e região”, (KLABIN, 2003).

O Pólo Moveleiro ainda estava em fase de implantação, mas objetiva obter vantagens sobre outros municípios e regiões, pois teria benefícios em matéria-prima, tecnologia da secagem do eucalipto e madeira, a qual competiria na qualidade com o mogno e outras madeiras-de-lei para móveis, e com preço muito mais baixo, e, ainda, um Centro Tecnológico de preparação de mão-de-obra especializada para a fabricação de móveis e artefatos de madeira (PREFEITURA..., 2003).

“Formalmente, Klabin integra o convênio de Cooperação Técnica que reúne SENAI/CETMAM e Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba. Por este Convênio, firmado em 1º de abril de 1997, foi implantado em Telêmaco Borba o Pólo Avançado do CETMAM²⁴ - Centro de Tecnologia da Madeira e do Mobiliário, que já formou aproximadamente 150 profissionais capacitados para atuar na industrialização da madeira e movelaria, visando a formação profissional e a capacitação de recursos humanos para a indústria moveleira, de forma especial no aproveitamento de madeiras alternativas” (PREFEITURA..., 2003).

A qualificação de mão-de-obra para marcenaria ao Pólo Moveleiro, já tinha formado, nos 5,5 anos de início das atividades, cerca de 350 alunos.

A parceria promoveu, também, incentivo à instalação da Central de Aproveitamento de Resíduos, devido a grande quantidade de resíduos gerados pelas indústrias madeireiras, buscando reduzir os impactos de poluição ambiental e visual além de problemas de ocupação de espaço nos pátios das empresas por conta do acúmulo de resíduos.

Já os incentivos municipais para a implantação de indústrias no município foram: doação de terreno, preparação e infra-estrutura com terraplanagem, compactação, saibramento, escoamento, instalação de água e energia elétrica, e isenção de impostos municipais.

²⁴ O CETMAM foi extinto em Telêmaco Borba em 2004, segundo informações fornecidas por entrevistados na pesquisa de campo.

No distrito industrial, as indústrias de base florestal instaladas apresentavam área total de 210,7 hectares. No início da década, elas tinham, em sua maioria, a garantia de fornecimento de matéria prima, por um período pré-estabelecido pela Klabin, e apresentavam um desempenho crescente em quantidade e qualidade. Havia uma tendência da Klabin em aumentar o percentual de participação no consumo de toras do distrito industrial devido às garantias previstas às empresas que deveriam se instalar em futuro próximo. O consumo cresceu 120%, entre os anos de 2000 e 2002, e a Klabin projetou à época um crescimento superior a 300%, de 2000 para o ano de 2005 (DE PUPPI E SILVA, 2003).

3.4 ELEMENTOS DA RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA

A observação das relações históricas entre a Klabin e Telêmaco Borba foram baseadas em livros sobre o histórico do município, sites de instituições de pesquisa e indicadores. No entanto, a observação recente do processo de desenvolvimento também terá como base a comparação com o Estado do Paraná, para verificar em que medida a relação entre Klabin e município beneficia o local no processo de desenvolvimento.

De modo geral, até a o início da venda de lotes das terras de Monte Alegre toda atividade passava pelo crivo da Klabin. Depois disso, a população começou a crescer e com a fundação de Telêmaco Borba a atividade local foi se diversificando e afastando-se das decisões sobre o meio de vida designados pela empresa. O aumento da população e a vontade de aproximação das pessoas não podia ser mais contido pela alegação da propriedade privada da empresa porque estava indo além do seu controle. Ou seja, a partir dos anos 1950 e 1960 a história do local toma novos rumos com atividades autônomas além da celulose e papel, mas que se relacionavam com o mercado existente pela presença dos funcionários. A ida e vinda de mão-de-obra já não era mais responsabilidade da empresa como no começo das atividades, quando a Klabin levava os funcionários para o sertão paranaense. Não era mais necessário levar as pessoas, elas iam por conta própria, a não ser a mão-de-obra técnica e qualificada que era procurada pela empresa. Pessoal qualificado para a produção, para a operacionalização do maquinário, engenheiros e técnicos qualificados sempre foram preocupação para empresa.

As relações políticas sempre estiveram relacionadas à inserção da Klabin da região, desde a solicitação das terras à coroa portuguesa até a decisão do estabelecimento na região. As diretrizes políticas populistas e nacionalistas, praticadas no processo de substituição por importações foram elementares para a implantação da estrutura produtiva, inclusive para garantir o abastecimento da Fazenda de Monte Alegre. A Klabin fazia as vezes do Estado em suas terras, à medida em que decidia pelos preços das transações de alimentos, moradia e saúde. Na década de 1950, a Klabin abre suas terras para que funcionários e demais interessados adquiram lotes na Cidade Nova, que mais tarde configurou o a região urbana do município de Telêmaco Borba. O aumento populacional, mesmo que relacionado às atividades da Klabin, foi fundamental para a emancipação do município em 1964. As relações políticas da Klabin se davam com o Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. Nos anos mais recentes, a dinâmica da atividade da empresa tornou-a mais próxima da esfera municipal, apesar de indiretamente também relacionar-se com as demais esferas.

Com relação à demografia, apesar de por ali terem passado tribos e classes do período colonial, foi a atividade da Klabin que consolidou a ocupação. A década de 1940 marca a transição das atividades de construção para a produção. Desta forma também incide a transição da mão-de-obra, que antes concentrada na construção passa para a operacionalização. Aos poucos foram se estabelecendo técnicos, operários e suas famílias, além dos serviços de habitação e alimentação. Entre a década de 1950 e 1960, ocorre um salto populacional, dada aberturas de terras e a fundação do município de Telêmaco Borba.

A preocupação com habitação sempre esteve entre uma das diretrizes administrativas da empresa. No início, em Harmonia, em Lagoa e em Mauá havia acampamentos, casebres e casas de madeira, galpões e pensões. Com o estabelecimento da população foram surgindo o hotel e casas de alvenaria. Assim figurou os aspectos habitacionais até o esgotamento de Harmonia na década de 1950 que exigiu o loteamento da Cidade Nova. Mais recentemente as agrovilas refletem a atenção da Empresa com os agricultores.

O espaço na região nunca foi densamente ocupado dada utilização de terras pelas florestas da empresa, que inclusive fizeram parte da escolha locacional da Klabin pela proximidade da matéria-prima florestal. Mas a organização dos empreendimentos da Klabin também estão relacionados ao uso dos recursos

hídricos do rio Tibagi. O meio ambiente sempre foi um determinante de competitividade da empresa, inicialmente pelo uso da madeira e do suprimento florestal de longo prazo e, depois, pelo uso adequado dos recursos hídricos e a emissão de gases poluidores. Nesse sentido, a empresa realiza estudos e pesquisas, busca certificações para garantir suas relações com o meio e com os consumidores que exigem tais adequações.

A escolha locacional apesar de estar intimamente ligada à proximidade da matéria-prima também depende da infra-estrutura de acesso e de escoamento da produção. A partir do estabelecimento da Klabin na região seus acessos foram constantemente estruturados. A empresa investiu no aeroporto local, que chegou a ter vôos domésticos e nas vias rodoviárias e ferroviárias em conjunto com o Estado. Hoje, devido crescimento do Estado do Paraná, as vias de acesso não possuem mais o sentido preferencial da empresa, mas esta faz parte da atenção do governo no momento da realização de estudos para estratégias de desenvolvimento. O Bonde Aéreo que liga a fábrica à área urbana de Telêmaco Borba também foi construído pela empresa.

O abastecimento de energia é realizado pela Usina de Mauá, construída pela empresa e hoje sob administração da Copel está recebendo investimento para ampliação.

A dinâmica da empresa sempre foi influenciada pelas oscilações do mercado nacional e mundial. A Segunda Guerra Mundial atrasou a implantação da unidade e influenciou sobre seu abastecimento. Hoje os acontecimentos determinam as oscilações da demanda e a competição do mercado.

Nas localidades de Harmonia, Lagoa e Mauá, a Klabin sempre fez as vezes do Estado, inclusive com a educação, segurança, saúde e assistência social, hoje responsabilidade social. Mas com a fundação do município de Telêmaco Borba alguns serviços foram passando gradativamente para o Governo Municipal, Estadual e Federal, ficando apenas com o apoio da empresas em certas circunstâncias.

Os treinamentos da mão-de-obra sempre tiveram a presença da empresa mas recebem apoio do Sistema FIEP com a participação do SENAI.

O entretenimento teve início com as interações dos funcionários. Inclusive os clubes de Telêmaco Borba foram fundados antes mesmo do município. A primeira Igreja e a vida religiosa também se devem à chegada de familiares dos funcionários.

Quanto à atividade econômica durante anos esteve relacionada à produção de celulose e papel e ao abastecimento de alimentos e bens e serviços necessários aos meios de vida da população local. Com o tempo foram diversificando e obtendo representatividade em todos os setores relacionados à atividade florestal, principalmente depois da abertura das terras com o loteamento e a fundação do município. Com isso intensificou também o estabelecimento de serrarias e de empresas moveleiras de micro e pequeno porte, além de atividades comerciais e de serviços diversos, que atendem a demanda local.

As diretrizes administrativas da empresa sempre estiveram voltadas à responsabilidade para com seus funcionários e à condição de vida destes. Quanto à atividade produtiva e às estratégias empresariais os detalhamentos foram expressos no início do capítulo que trata da dinâmica da empresa.

Os elementos históricos sobre as relações entre a Klabin e o Município de Telêmaco Borba, apresentados neste item do estudo, estão expressos no quadro 3.1.

QUADRO 3.1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA

continua

Elementos	Antes da Klabin	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Relações Políticas	Aventureiros e Coroa Portuguesa; próximo a 1930, Empresa Exploradora e Investidores Europeus	Governo Federal, Governo do Paraná e Klabin	Governo Federal, Governo do Paraná e Klabin	Governo Federal, Governo do Paraná e Klabin	Fundação do Município de Telêmaco Borba, Governo Federal, Governo do Paraná e Klabin				Prefeitura de Telêmaco Borba
Diretrizes Políticas	Sem efeito	Populismo e Projeto Nacionalista de Vagas	Nacionalismo de Vargas e Populismo						
Demografia	Índios, bugres, colonos, tropeiros, jesuítas, bandeirantes, comerciantes, fazendeiros; próximo a 1930, pequenos agricultores familiares, colonização com cinco mil famílias alemãs para os estudos da Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre	Caboclos que vinham das cidades vizinhas, colaboradores de diversos locais do Brasil, funcionários administrativos vindos de grandes centros econômicos do país, técnicos principalmente estrangeiros	Caboclos que vinham das cidades vizinhas, colaboradores de diversos locais do Brasil, funcionários administrativos vindos de grandes centros econômicos do país, técnicos principalmente estrangeiros. Começam a aparecer os primeiros desocupados e improvisados. Transição da construção para a produção que gerou troca de mão-de-obra.	6.000 habitantes em Harmonia	Trabalhadores que saem da Klabin acabam retornando a Telêmaco Borba para morar com familiares ou realizar atividade comercial própria. População de 39.349 habitantes.	36.000 habitantes (12.000 escolares)	<i>Ver próximos itens do estudo</i>	<i>Ver próximos itens do estudo</i>	<i>Ver próximos itens do estudo</i>
Habitação		Casebres, pensões e acampamentos demato	Casebres, galpões, pensões e acampamentos demato. Início da construção das primeiras casas. Hotel	Construção de mais casas em Harmonia e da Cidade Nova	Além de Harmonia, 100 casas na Cidade Nova (Telêmaco Borba)	Agrovila			Extinção das agrovilas
Meio-Ambiente	Preocupação com a extração da madeira	Preocupação com o abastecimento da produção de papel de curto e longo prazo	A araucária não seria a única fonte de matéria-prima. Início do Plantio Florestal para abastecimento de longo prazo. A atividade de serrarias não obedeciam o Código Florestal. Plui Poluição do ar (enxofre).	Início do plantio de pinus.	Estudos sobre araucária reconhecidos mundialmente pela FAO. Reflorestamento intensivo.		Tratamento de efluentes, uso de biomassa, filtro biológico	Divulgação do uso de eucalipto em serrarias. Aquisição do FSC	Investimento em pesquisa e conscientização ambiental
Espaço	Desocupado, com uma ou outra família habitando	Início das ocupações para atender a construção da Unidade	Plantio Florestal						As florestas ocupam cerca de 95% das terras do município
Infra-Estrutura	Próximo a 1930, Estrada do Cerne, Estrada para Tibagi, Ligação Telefônica com Tibagi, instalações precárias da Fazenda	Início das obras das estradas, da construção de pontilhões, acesso próximo por ferrovia	Comunicação precária por cartas, central telefônica e o locomóvel era fonte de energia	Estrada de ferro Olaria					Infra-Estrutura Logística atual, com acesso em boas condições do sistema viário
		Insumos, projetos e bens de capital entravam no país pelos portos de Santos e principalmente de Paranaquá.	Altos custos com fretes.	Construção da Ponte sobre o Tibagi					
			Aeroporto	Construção do Bonde Aéreo					
				Linhas aéreas domésticas				Vôos cancelados	Vôos cancelados

QUADRO 3.1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA

continua

Elementos	Antes da Klabin	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Acontecimentos Mundiais	Sem efeito	II Guerra Mundial	II Guerra Mundial				Abertura Econômica e Globalização	Abertura Econômica e Globalização	Acirramento da competitividade
Atividade Econômica	recursos disponíveis: madeira, ouro, diamante, veados, pacas, capivaras, frutas silvestres como araçá, pitanga, guavirova e banana, os peixes lambari, mandi, acará, dourado, surubis, corumbatás, madeira canela, peroba, capichingui, tapia, massaranduba, carvalho, ariticum, canjarana, pessegueiro bravo, figueira, marinho, marmelo bravo, pau de vinho, quaresmeira, pitangueira, pau d'alho, monjoleiro, angico, guatambu, alecrim, sapucaia e outras essências.	Estudos para a instalação da sede administrativa, da usina hidrelétrica, do potencial florestal e da planta fabril. Serrarias da Klabin. Economia de subsistência e abastecimento vindo de fora.	Implantação da Produção integrada de celulose e papel. Início das obras e de atividade de serrarias. Início do Plantio Florestal. Economia de subsistência e abastecimento vindo de fora. As atividades seguiam uma 'socialização' e tudo era determinado pela Klabin. Início das atividades de produção de celulose e papel.						Atividade de celulose e papel é a principal, mas o município possui estrutura comercial e de serviços, que dão condições mínimas ao desenvolvimento, além da diversificação, mesmo que tímida, da indústria de transformação
			Atendimento da demanda de clientes de celulose e papel-jornal						Atendimento a clientes de papel embalagem principalmente
	Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre: missões, estudos para: a exploração das minas, das florestas, dos pinhais e da agricultura; a construção da estrada de ferro	Klabin do Paraná	Klabin do Paraná						

QUADRO 3.1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA

continua

Elementos	Antes da Klabin	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Diretrizes Administrativas	Sem efeito	Novo estatuto que previa a exploração de indústrias de papel em seus múltiplos ramos, bem como a fabricação de celulose e pasta de madeira, papelão e seus congêneres e estabelecimento de qualquer indústria, extrativa ou não; explorar propriedades agrícolas, empreender atividades de mineração onde mais conveniente for à Sociedade	Construção da Unidade	Início do Plantio de Pinus	Produção integrada em grande escala com os melhores rendimentos até então.	Modernizações e consolidações da produção	Cosntrução do restaurante da fábrica	Preocupação sócio-ambiental	Aumento significativo da produção
		Investimentos no setor de celulose e papel	Infra-Estrutura da Unidade: telefone, água, energia, cemitério e todo abastecimento necessário	Preocupação com o aumento populacional, que era muito custoso. Loteamento e abertura da Fazenda para quem quisesse adquirir lotes na Cidade Nova	Preocupação com o incêndio florestal de 1963		Usina de Biomassa	Melhorias tecnológicas	Projeto de expansão da Produção
		Preocupação Social	Preocupação com moradia, a ordem e o bem-estar dos trabalhadores	Pesquisa e desenvolvimento	Projeto para programa de contenção de incêndios.		Modernizações, adequações e consolidações da produção	Atenção aos novos rumos da globalização	Investimento em pesquisa e conscientização ambiental
			Todos os insumos e grande parte do know-how vinham de fora	Produção em altos níveis de produtividade	Agravamento da expansão populacional		Pesquisa e desenvolvimento	Preocupação com a qualidade	Reconhecimento dos consumidores
			Intruduzir uma cultura empresarial	Preocupação com a qualidade	Reestruturações administrativas		Modernização das atividades florestais	Otimização da produção	Busca pela excelência dos processos.
			Resolver problemas de qualificação de mão-de-obra	Necessidade de reparos na Unidade	Preocupação com o reforestamento.		Implantação do viveiro de mudas e uso de sementes geneticamente modificadas	FSC, Qualidade Total, SOL e ISO 14.0001	
			Resolver problemas dos consumidores dos produtos como a qualidade do papel	Estruturação administrativa			Programa de Fitoterapia		
			Dificuldade de transporte de matéria-prima e produto acabado. escoamento pela estação ferroviária de Pirai.						
			Mudança das atenções da construção para produção						
			Investimento de pesquisa e desenvolvimento						
Mão-de-Obra		Operários, técnicos, administradores	Operários, técnicos, administradores. Ausência de mão-de-obra qualificada no local e no Brasil. A ausência de qualificação limitava a atividade.	Aumento da disponibilidade de emprego					

QUADRO 3.1 – ELEMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE A KLABIN E TELÊMACO BORBA

conclusão

Elementos	Antes da Klabin	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Aspectos Sociais									
Entretenimento		Bebida	Bebida, Truco, Cinema, Festas no Hotel, Festa de São João e São Pedro, Festas da Igreja, Bandinha de recepções, futebol, piquenique. Fundação dos Clubes Atlético Monte Alegre e Harmonia.	Cinema, Clubes, futebol, vôlei, basquete e boxe, carnaval, concurso de beleza, festa a fantasia, festa junina, festa da lanterna, desfile de barcos típicos					Tradicional (bares, clubes, promoções da prefeitura, ...)
Segurança		Proteção da Fazenda pela Klabin	Proteção e ordem da Fazenda pela Klabin, servida por um sargento e dois soldados. Necessidade da Lei Seca e Segurança na entrada da Fazenda para conter o inchaço populacional		Na fábrica era feita por bombeiros treinados pela Klabin com colaboração do SENAI. Guardiões da Klabin para conter aventureiros e a desordem.				Responsabilidade do Estado
Educação		Escolinha para filhos dos funcionários	Grupo Escolar e início dos cursos do SENAI	Grupo Escolar e treinamentos em conjunto com o SENAI	As professoras normalistas ensinavam mulheres como alfabetizar minimamente as crianças no campo. 67 escolas primárias e 2 secundárias	pré-primário, colegial, normal, cursos do SENAI e da Divisão de Seleção e Treinamento do Pessoal da Fábrica	Treinamentos		Projeto Caiubi de Educação Ambiental para estudantes e professores das escolas de Telêmaco Borba e cidades vizinhas
Mulher			Atividades domésticas e relações públicas						
Saúde			2 Médicos trabalhavam no posto da Unidade	Construção e modernização do Hospital					Responsabilidade do Estado
Religião			Estimulada pela esposa de um dos Diretores. Missas semanais com padres vindos de Tibagi						Inúmeras igrejas
Assistência Social			Feita pela Klabin aos funcionários e suas famílias. Distribuição de material escolar e brinquedos.	Feita pela Klabin aos funcionários e suas famílias. Distribuição de merenda escolar e brinquedos.	Feita pela Klabin aos funcionários e suas famílias. Distribuição de merenda escolar e brinquedos.	Feita pela Klabin aos funcionários e suas famílias. Programa de planejamento familiar.	Programa de alimentação ao trabalhador.		Programa de Fitoterapia da Klabin contribui para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores da companhia. Responsabilidade do Estado
Comunicação			jornal "O Tibagi" e Rádio Monte Alegre	jornal "O Tibagi" e Rádio Monte Alegre					

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

3.4.1 População

Apesar de a população de Telêmaco Borba ter apresentado uma taxa de crescimento anual de 1,26% superior a do Paraná, que registrou 1,09%, nos últimos quarenta anos, entre 1967 e 2007, a partir da década de 1990 a população do município vem crescendo a taxas inferiores às do Estado. Vale ressaltar que nas décadas de 1970 e 1980, que marcam os anos seqüentes à fundação do município, Telêmaco Borba cresceu a taxas superiores às paranaenses (quadro 3.2).

Ainda com base no quadro 3.2 é possível observar que nos anos de 1980 e em 1991 Telêmaco Borba tem o auge de participação populacional no Estado do Paraná, 0,72% e 0,77%, respectivamente. Isto pode ser confirmado pela taxa de incremento anual de 3,89%, entre 1970 e 1980, e 1,60, entre 1980 e 1991, que foram superiores àquelas verificadas para o Estado, de 0,96% e 0,93%, para os mesmos períodos. Já a queda da participação da população do município com relação ao Paraná, da década de 1990 para os anos 2000, anos em que esta se manteve em 0,64%, pode ser complementada pela observação da taxa de incremento anual para estes períodos, nos quais Telêmaco Borba teve incremento negativo da população de -0,65, entre 1991 e 2000, e incremento de 1,03%, inferior ao do Paraná, entre 2000 e 2007, visto que o Estado apresentou incrementos de 1,38% e 1,05% para os mesmos períodos. A densidade demográfica de Telêmaco Borba sempre foi inferior a do Paraná, exceto nos anos de 1980 e 1991 (quadro 3.2).

QUADRO 3.2 – POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO PARANÁ E TELÊMACO BORBA – 1967-2007

Ano	População		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)
	Paraná	Telêmaco Borba	
1967	6.670.382	39.949	0,60
1970	6.936.743	37.265	0,54
1980	7.629.392	54.577	0,72
1991	8.448.713	64.963	0,77
2000	9.558.454	61.238	0,64
2007	10.284.503	65.797	0,64
	Taxa de Crescimento Anual da População (em %)		
1967-1970	1,31	-2,29	
1970-1980	0,96	3,89	
1980-1991	0,93	1,60	
1991-2000	1,38	-0,65	
2000-2007	1,05	1,03	
1967-2007	1,09	1,26	
Ano	Densidade Demográfica		
	Paraná	Telêmaco Borba	
1967	33,5	28,8	
1970	34,8	26,9	
1980	38,3	39,4	
1991	42,4	46,9	
2000	48,0	44,2	
2007	51,7	47,5	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE E IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA

Em Telêmaco Borba, a população feminina e a rural cresceram a taxas inferiores e negativas em alguns anos do período entre 1980 e 2000, principalmente nos anos mais recentes a partir de 1996 (quadro 3.3).

A população masculina cresceu a taxas inferiores à feminina entre 1980 e 2000. Entre 1980 e 2000, o incremento anual da população de Telêmaco Borba foi de 0,58%, enquanto a população do Estado do Paraná cresceu 1,14% no mesmo período. A população masculina de Telêmaco Borba apresentou crescimento anual negativo de -0,24%, entre 1991 e 1996, e -1,51%, entre 1996 e 2000. Já a feminina, cresceu anualmente 0,03%, entre 1991 e 1996, e -1,18%, entre 1996 e 2000 (quadro 3.3).

A população rural apresentou crescimento negativo significativo de -8,85% em Telêmaco Borba, quando com parada ao crescimento anual negativo de -2,83% do Paraná, entre 1980 e 2000. Entre 1996 e 2000, o crescimento anual da população rural de Telêmaco Borba registrou taxa negativa de -19,45%, enquanto que no Paraná o crescimento negativo foi de apenas -2,81%. A população urbana de Telêmaco Borba cresceu a taxas inferiores à do Paraná, entre 1980 e 2000. Mas, entre 1980 e 1991, a população urbana de Telêmaco Borba cresceu à taxa anual de 3,82%, superior ao Paraná que cresceu 3,01% ao ano (quadro 3.3).

QUADRO 3.3 – POPULAÇÃO RURAL, URBANA, FEMININA E MASCULINA DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1980-2000

Ano	População Censitária - Total					Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)				
	Paraná	Crescimento Anual (em %)	Telêmaco Borba	Crescimento Anual (em %)						
1980	7.629.392		54.577		0,72					
1991	8.448.713	0,93	64.963	1,60	0,77					
1996	9.003.804	1,28	64.632	-0,10	0,72					
2000	9.563.458	1,52	61.238	-1,34	0,64					
1980-2000		1,14		0,58						
Ano	População Censitária Masculina - Total					Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	População Censitária Feminina - Total			
	Paraná	Crescimento Anual (em %)	Telêmaco Borba	Crescimento Anual (em %)			Paraná	Crescimento Anual (em %)	Telêmaco Borba	Crescimento Anual (em %)
1980	3.850.657		27.430		0,71	3.778.735		27.147		0,72
1991	4.207.814	0,81	32.270	1,49	0,77	4.240.899	1,05	32.693	1,70	0,77
1996	4.472.354	1,23	31.892	-0,24	0,71	4.531.450	1,33	32.740	0,03	0,72
2000	4.737.420	1,45	30.014	-1,51	0,63	4.826.038	1,59	31.224	-1,18	0,65
1980-2000		1,04		0,45			1,23		0,70	
Ano	População Censitária Urbana - Total					Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	População Censitária Rural - Total			
	Paraná	Crescimento Anual (em %)	Telêmaco Borba	Crescimento Anual (em %)			Paraná	Crescimento Anual (em %)	Telêmaco Borba	Crescimento Anual (em %)
1980	4.472.561		36.188		0,81	3.156.831		18.389		0,58
1991	6.197.953	3,01	54.649	3,82	0,88	2.250.760	-3,03	10.314	-5,12	0,46
1996	7.011.990	2,50	57.782	1,12	0,82	1.991.814	-2,41	6.850	-7,86	0,34
2000	7.786.084	2,65	58.354	0,25	0,75	1.777.374	-2,81	2.884	-19,45	0,16
1980-2000		2,81		2,42			-2,83		-8,85	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Entre 1980 e 2000, a população até os 19 anos de idade, apresentou incremento anual negativo em Telêmaco Borba, o que também foi verificado até os

14 anos de idade para o Estado do Paraná. Quanto mais velha a população, maior é a taxa de crescimento anual para o período, sendo a faixa de 70 anos ou mais, aquela que apresentou o maior incremento (quadro 3.4). O período de 1996 a 2000 foi o que apresentou de modo mais intenso o incremento negativo da população até os 19 anos de idade. Além disso, a faixa etária entre os 20 anos de idade e 39 anos de idade também apresentou crescimento anual reduzido e negativo em Telêmaco Borba no período de 1991 a 2000.

Este comportamento da população é verificado da mesma forma para a população masculina e mais aparente, inclusive em outras faixas etárias, na população feminina. Porém os incrementos negativos da população masculina jovem é mais intenso que na feminina (quadro 3.4).

QUADRO 3.4 – POPULAÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2000

Ano	2000		Variação Anual (em %) 1980-1991		Variação Anual (em %) 1991-1996		Variação Anual (em %) 1996-2000		Variação Anual (em %) 1980-2000	
	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba
População Censitária										
de 0 a 4 anos	886.273	6.235	-0,95	-0,63	-0,58	-2,26	-0,30	-0,99	-0,73	-1,11
de 5 a 14 anos	1.860.857	11.884	-0,46	0,94	-0,27	-1,87	-0,06	-3,61	-0,33	-0,69
de 15 a 19 anos	949.680	6.153	-0,40	0,38	0,80	0,54	0,98	-2,14	0,17	-0,09
de 20 a 24 anos	871.046	5.562	1,03	0,87	0,24	-1,29	1,25	0,13	0,87	0,18
de 25 a 29 anos	795.601	4.725	2,24	2,16	0,50	-1,55	0,48	-2,66	1,45	0,25
de 30 a 39 anos	1.511.147	9.406	2,81	3,14	2,78	0,95	2,01	-1,52	2,64	1,65
de 40 a 49 anos	1.136.980	7.394	2,07	2,54	3,60	2,43	3,59	1,03	2,76	2,21
de 50 a 59 anos	742.443	4.767	2,32	3,59	2,77	1,49	3,91	0,22	2,75	2,38
de 60 a 69 anos	478.271	3.128	3,70	4,12	3,16	2,96	3,20	0,47	3,46	3,09
de 70 anos e mais	331.160	1.984	4,18	6,80	4,18	4,18	5,67	0,85	4,48	4,93
População Masculina Censitária										
de 0 a 4 anos	452.170	3.130	-0,92	-0,50	-0,53	-2,36	-0,28	-1,34	-0,69	-1,14
de 5 a 14 anos	947.095	5.949	-0,43	0,87	-0,23	-1,68	-0,04	-3,90	-0,30	-0,74
de 15 a 19 anos	480.269	3.096	-0,36	0,66	0,96	0,23	1,13	-1,55	0,27	0,11
de 20 a 24 anos	435.587	2.776	1,10	0,69	0,32	-0,82	1,41	0,65	0,96	0,30
de 25 a 29 anos	391.614	2.230	2,14	2,20	0,59	-1,89	0,56	-3,04	1,43	0,10
de 30 a 39 anos	735.848	4.515	2,51	2,81	2,75	0,69	2,04	-1,45	2,48	1,42
de 40 a 49 anos	551.773	3.597	1,69	2,26	3,30	1,94	3,27	0,77	2,41	1,88
de 50 a 59 anos	361.959	2.346	1,93	3,09	2,48	1,44	3,60	-0,03	2,40	2,05
de 60 a 69 anos	230.586	1.458	3,28	3,51	2,88	2,41	2,93	-0,52	3,11	2,41
de 70 anos e mais	150.519	917	3,47	6,16	3,84	3,19	5,11	-0,67	3,89	4,02
População Feminina Censitária										
de 0 a 4 anos	434.103	3.105	-0,99	-0,77	-0,63	-2,15	-0,31	-0,62	-0,77	-1,08
de 5 a 14 anos	913.762	5.935	-0,49	1,00	-0,31	-2,07	-0,09	-3,31	-0,36	-0,65
de 15 a 19 anos	469.411	3.057	-0,45	0,11	0,64	0,85	0,83	-2,72	0,08	-0,28
de 20 a 24 anos	435.459	2.786	0,96	1,04	0,17	-1,74	1,09	-0,38	0,79	0,05
de 25 a 29 anos	403.987	2.495	2,35	2,13	0,42	-1,24	0,41	-2,32	1,47	0,38
de 30 a 39 anos	775.299	4.891	3,10	3,46	2,82	1,20	1,97	-1,58	2,80	1,87
de 40 a 49 anos	585.207	3.797	2,47	2,84	3,90	2,92	3,90	1,27	3,11	2,54
de 50 a 59 anos	380.484	2.421	2,74	4,10	3,05	1,54	4,22	0,47	3,11	2,73
de 60 a 69 anos	247.685	1.670	4,14	4,78	3,42	3,50	3,45	1,38	3,82	3,77
de 70 anos e mais	80.641	1.067	4,87	7,53	4,49	5,19	6,15	2,25	5,03	5,87

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Observando a figura 3.5 é possível perceber um achatamento na base da pirâmide etária, intensificado no ano 2000. Além disso, o alargamento do topo da pirâmide etária reflete o incremento da população idosa. Também é possível observar a redução da população masculina na faixa etária entre 25 e 39 anos, no ano 2000.

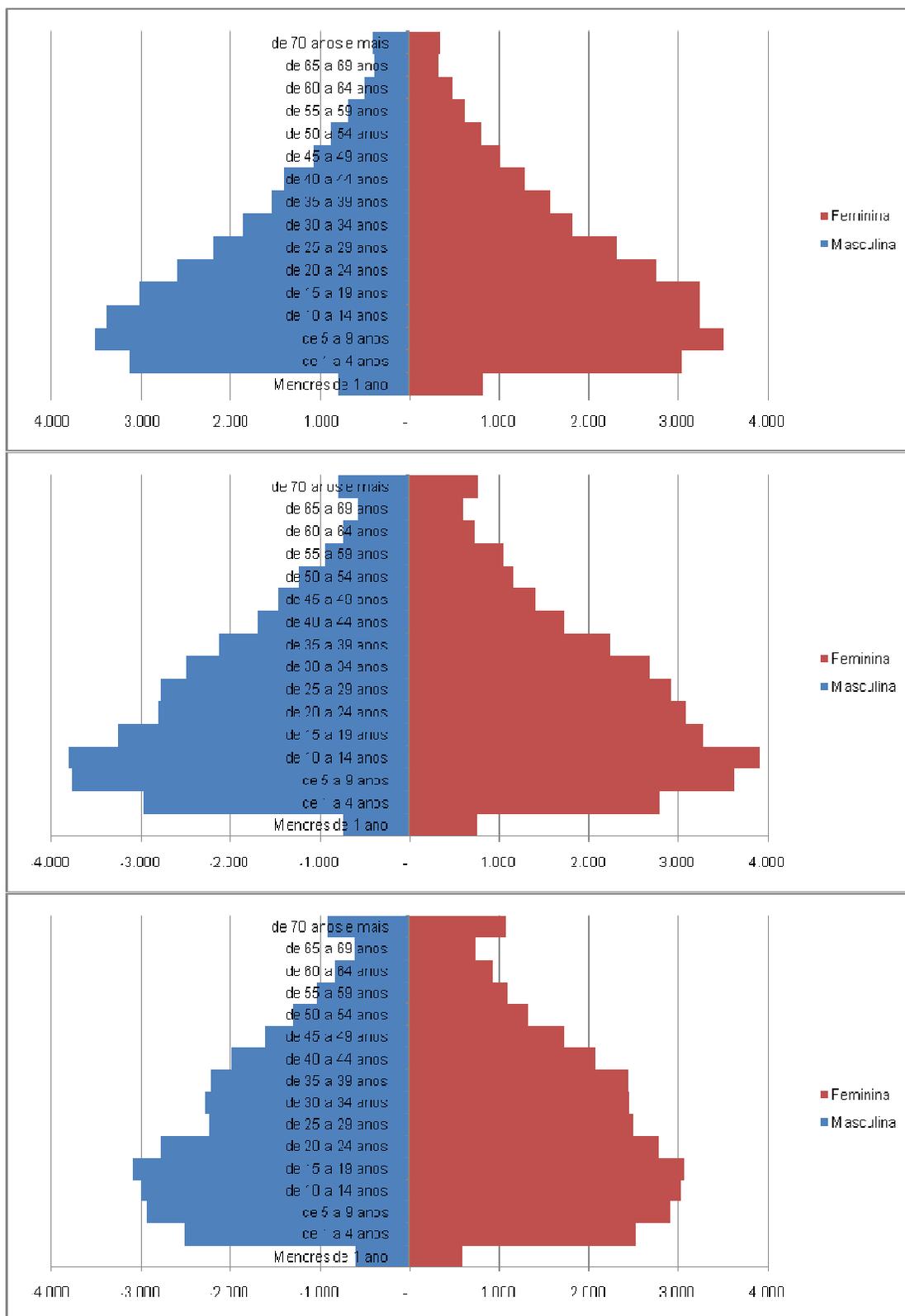


FIGURA 3.5 – PIRÂMIDES ETÁRIAS, POR GÊNERO, DE TELÊMACO BORBA – DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Apesar dos incrementos anuais negativos da população total e rural, Telêmaco Borba apresentou crescimento anual dos domicílios urbanos positivo, e uma taxa menos significativa, mesmo que negativa, dos domicílios rurais (quadro 3.5). O incremento anual dos domicílios paranaenses foi mais significativo e com menor redução para os domicílios rurais.

Outra informação observada é a redução significativa dos domicílios urbanos não ocupados fechados em Telêmaco Borba.

Vale ressaltar que o número de habitantes por domicílio reduziu de 1991 para 2000, o que indica melhor qualidade de vida para a população, considerando a redução da população jovem e a redução dos domicílios coletivos de Telêmaco Borba.

QUADRO 3.5 – POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1991-2000

Ano	1991		2000		Crescimento Anual - 1991-2000 (em %)	
	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba
Localidade						
População Censitária - Total	8.448.713	64.963	9.563.458	61.238	1,39	-0,65
População Censitária Urbana - Total	6.197.953	54.649	7.786.084	58.354	2,57	0,73
População Censitária Rural - Total	2.250.760	10.314	1.777.374	2.884	-2,59	-13,20
Domicílios - Total	2.419.102	18.779	3.126.912	19.079	2,89	0,18
Domicílios - Urbano	1.784.927	15.460	2.537.115	18.109	3,98	1,77
Domicílios - Rural	634.175	3.319	589.797	970	-0,80	-12,78
População Total por Domicílio Total	3,49	3,46	3,06	3,21	-	-
População Urbana por Domicílio Urbano	3,47	3,53	3,07	3,22	-	-
População Rural por Domicílio Rural	3,55	3,11	3,01	2,97	-	-
Domicílios						
Particulares - Total	2.414.912	18.753	3.122.715	19.056	2,90	0,18
Particulares - Urbano	1.781.271	15.444	2.533.391	18.090	3,99	1,77
Particulares - Rural	633.641	3.309	589.324	966	-0,80	-12,79
Particulares Ocupados - Total	2.093.050	16.694	2.681.685	17.529	2,79	0,54
Particulares Ocupados - Urbano	1.577.898	14.213	2.216.678	16.787	3,85	1,87
Particulares Ocupados - Rural	515.152	2.481	465.007	742	-1,13	-12,55
Particulares Não Ocupados - Total	321.862	2.059	441.030	1.527	3,56	-3,27
Particulares Não Ocupados - Urbano	203.373	1.231	316.713	1.303	5,04	0,63
Particulares Não Ocupados - Rural	118.489	828	124.317	224	0,53	-13,52
Particulares Não Ocupados, de Uso Ocasional - Total	64.956	225	115.400	194	6,59	-1,63
Particulares Não Ocupados, de Uso Ocasional - Urbano	44.870	136	81.599	178	6,87	3,04
Particulares Não Ocupados, de Uso Ocasional - Rural	20.086	89	33.801	16	5,95	-17,36
Particulares Não Ocupados, Fechados - Total	11.418	51	11.250	18	-0,16	-10,93
Particulares Não Ocupados, Fechados - Urbano	9.623	49	9.242	16	-0,45	-11,69
Particulares Não Ocupados, Fechados - Rural	1.795	2	2.008	2	1,25	0,00
Particulares Não Ocupados, Vagos - Total	245.488	1.783	314.380	1.315	2,79	-3,33
Particulares Não Ocupados, Vagos - Urbano	148.880	1.046	225.872	1.109	4,74	0,65
Particulares Não Ocupados, Vagos - Rural	96.608	737	88.508	206	-0,97	-13,21
Coletivos - Total	4.190	26	4.197	23	0,02	-1,35
Coletivos - Urbano	3.656	16	3.724	19	0,20	1,93
Coletivos - Rural	534	10	473	4	-1,34	-9,68

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

3.4.2 Abastecimento de Água e Esgoto

Em Telêmaco Borba, na década de 1980, o incremento anual de atendimento de abastecimento de água, de ligações de água e de atendimento de esgoto, em unidades comerciais, registrou taxas negativas (quadro 3.6). Os demais

tipos de atendimento de água e esgoto apresentaram incrementos anuais positivos no município, mas a taxas bastante inferiores ao Estado do Paraná.

Na década de 1990, o abastecimento, atendimento e ligações, de água e esgoto de estabelecimentos industriais, em Telêmaco Borba, sofreu incremento anual superior ao do Estado. As demais ligações e atendimentos de água e esgoto cresceram a taxas positivas, mas a taxas inferiores à do Estado.

Já nos anos 2000, o destaque do atendimento e das ligações de água e esgoto de Telêmaco Borba ficou para os estabelecimentos residenciais e industriais. Estes a taxas anuais de crescimento significativamente acima do registrado para o Estado e aqueles com taxas inferiores, mas ainda sim acima dos incrementos anuais do Estado (quadro 3.6).

QUADRO 3.6 – SANEAMENTO E ABASTECIMENTO EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO – 1980-2007

continua

Ano	Valores Absolutos de 1989		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	Crescimento Anual (em %) - 1980-1989	
	Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba
Abastecimento de Água					
Unidades Atendidas	1.424.381	12.521	0,88	8,04	5,59
Unidades Residenciais	1.287.717	11.570	0,90	8,32	6,11
Unidades Comerciais	107.916	718	0,67	2,35	-12,86
Unidades Industriais	8.156	44	0,54	0,28	0,00
Unidades na Utilidade Pública	0	-	-	-	-
Unidades no Poder Público	20.592	189	0,92	3,92	5,00
Ligações	1.129.671	11.222	0,99	4,78	2,76
Ligações Residenciais	1.030.553	10.431	1,01	4,72	2,96
Ligações Comerciais	73.196	565	0,77	6,00	-1,40
Ligações Industriais	7.143	40	0,56	-0,11	0,00
Ligações na Utilidade Pública	-	-	-	-	-
Ligações no Poder Público	18.779	186	0,99	5,54	5,08
Atendimento de Esgoto					
Unidades Atendidas	245.838	3.615	1,47	2,60	2,37
Unidades Residenciais	214.796	3.035	1,41	3,04	2,69
Unidades Comerciais	27.533	485	1,76	125,05	-1,62
Unidades Industriais	1.133	21	1,85	60,94	5,00
Unidades na Utilidade Pública	-	-	-	-	-
Unidades no Poder Público	2.376	74	3,11	146,99	2,78
Ligações	150.024	2.922	1,95	119,52	4,10
Ligações Residenciais	131.889	2.454	1,86	117,77	4,74
Ligações Comerciais	15.081	378	2,51	142,46	0,27
Ligações Industriais	967	18	1,86	50,86	5,88
Ligações na Utilidade Pública	-	-	-	-	-
Ligações no Poder Público	2.087	72	3,45	127,34	2,86

QUADRO 3.6 – SANEAMENTO E ABASTECIMENTO EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO – 1980-2007

Ano	Valores Absolutos de 1999		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	Crescimento Anual (em %) - 1990-1999	
	Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba
conclusão					
Abastecimento de Água					
Unidades Atendidas	2.272.379	16.584	0,73	4,89	2,80
Unidades Residenciais	2.072.887	15.329	0,74	4,98	2,74
Unidades Comerciais	157.417	958	0,61	4,08	3,45
Unidades Industriais	9.552	22	0,23	1,86	3,60
Unidades na Utilidade Pública	13.962	132	0,95	7,17	6,64
Unidades no Poder Público	18.561	143	0,77	2,90	2,16
Ligações	1.846.609	15.480	0,84	5,21	3,21
Ligações Residenciais	1.680.207	14.304	0,85	5,20	3,11
Ligações Comerciais	125.806	880	0,70	5,53	4,68
Ligações Industriais	9.193	21	0,23	3,01	3,81
Ligações na Utilidade Pública	13.687	132	0,96	7,82	6,97
Ligações no Poder Público	17.716	143	0,81	3,41	2,16
Atendimento de Esgoto					
Unidades Atendidas	873.383	5.938	0,68	14,50	5,04
Unidades Residenciais	775.300	5.199	0,67	14,56	5,34
Unidades Comerciais	87.401	632	0,72	13,94	3,06
Unidades Industriais	1.910	-	-	10,46	-
Unidades na Utilidade Pública	4.030	45	1,12	19,14	8,84
Unidades no Poder Público	4.742	62	1,31	12,81	1,55
Ligações	580.540	5.239	0,90	15,53	5,80
Ligações Residenciais	506.788	4.566	0,90	15,44	6,08
Ligações Comerciais	63.488	565	0,89	16,43	4,06
Ligações Industriais	1.856	-	-	10,06	-
Ligações na Utilidade Pública	3.907	46	1,18	19,55	9,70
Ligações no Poder Público	4.501	62	1,38	12,88	1,55
Abastecimento de Água					
Ano					
Valores Absolutos de 2007		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)		Crescimento Anual (em %) - 2000-2007	
Localidade	Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba
Abastecimento de Água					
Unidades Atendidas	2.810.634	20.762	0,74	2,02	2,30
Unidades Residenciais	2.561.837	19.308	0,75	2,00	2,34
Unidades Comerciais	197.512	1.061	0,54	2,29	1,51
Unidades Industriais	10.538	74	0,70	1,05	13,86
Unidades na Utilidade Pública	19.213	153	0,80	3,10	1,40
Unidades no Poder Público	21.534	166	0,77	1,23	0,55
Ligações	2.317.061	19.322	0,83	2,15	2,20
Ligações Residenciais	2.116.659	17.986	0,85	2,18	2,25
Ligações Comerciais	151.007	943	0,62	1,79	1,11
Ligações Industriais	10.357	74	0,71	1,20	13,86
Ligações na Utilidade Pública	18.042	153	0,85	2,56	1,40
Ligações no Poder Público	20.996	166	0,79	1,40	0,55
Atendimento de Esgoto					
Unidades Atendidas	1.503.552	13.828	0,92	5,05	5,76
Unidades Residenciais	1.347.877	12.737	0,94	5,09	5,98
Unidades Comerciais	137.109	884	0,64	4,62	3,14
Unidades Industriais	2.851	5	0,18	3,99	19,58
Unidades na Utilidade Pública	7.725	91	1,18	6,57	5,13
Unidades no Poder Público	7.990	111	1,39	4,64	4,61
Ligações	1.097.594	12.709	1,16	5,95	5,93
Ligações Residenciais	983.378	11.723	1,19	6,15	6,18
Ligações Comerciais	95.953	779	0,81	4,16	2,83
Ligações Industriais	2.793	5	0,18	4,43	19,58
Ligações na Utilidade Pública	7.626	91	1,19	6,76	5,13
Ligações no Poder Público	7.844	111	1,42	5,16	4,61

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

3.4.3 Atividade Econômica

O comportamento da População Economicamente Ativa (PEA) de Telêmaco Borba apresenta comportamento similar ao da população do município, apresentando reduções nas parcelas Rural e Masculina, no período entre 1991 e 2000. A PEA Urbana e Feminina sofreram incrementos anuais positivos no mesmo período, mesmo que a taxas inferiores que o Estado do Paraná (quadro 3.7).

No ano 2000, Telêmaco Borba participava com 0,76% na População em Idade de Atividade (PIA) do Paraná, com 0,54% da População Economicamente Ativa (PEA) e com 0,52% da População Ocupada. O que pode ser confirmado pela Taxa de Desemprego de 16,17% do município, enquanto a do Estado registrava 12,81% (quadro 3.7).

De 1991 para 2000, a participação de Telêmaco Borba na PEA do Paraná caiu em todas as classes, tais quais: PEA Total, Urbana, Rural, Feminina e Masculina.

Mas, o incremento anual negativo da PEA Masculina em Telêmaco Borba, de -0,44%, entre 1991 e 2000, não corresponde ao comportamento do Estado, que registrou taxa anual de 1,43%.

Apesar da PEA Rural no Paraná ter apresentado crescimento anual negativo de -1,27%, entre 1991 e 2000, em Telêmaco Borba este comportamento negativo foi mais significativo, -12,51%.

QUADRO 3.7 – PIA, PEA E POPULAÇÃO OCUPADA DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1991 E 2000

Ano	1991		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	2000		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	Crescimento Anual (em %)	
	Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba
PIA (10 anos e mais) - Total	-	-	-	6.580.428	50.282	0,76	-	-
PEA (10 anos e mais) - Total	3.612.631	23.744	0,66	4.651.830	25.176	0,54	2,85	0,65
PEA (10 anos e mais) - Urbana	2.682.155	19.564	0,73	3.822.259	23.921	0,63	4,01	2,26
PEA (10 anos e mais) - Rural	930.476	4.180	0,45	829.571	1.255	0,15	-1,27	-12,51
PEA (10 anos e mais) - Masculina	2.470.846	17.226	0,70	2.806.543	16.559	0,59	1,43	-0,44
PEA (10 anos e mais) - Feminina	1.141.785	6.518	0,57	1.845.287	8.617	0,47	5,48	3,15
População Ocupada - Total	-	-	-	4.055.763	21.105	0,52	-	-
Taxa de Desemprego	-	-	-	12,81	16,17	-	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Enquanto a população total de Telêmaco Borba representava 0,64% da população do Paraná, em 2000, a População Ocupada do município representava 0,52% do Estado (quadro 3.8).

No Estado do Paraná a atividade mais representativa em termos de população ocupada era agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, com 20,08%. Já em Telêmaco Borba a atividade mais representativa ficava por conta da indústria de transformação, com 22,21%.

Apesar da base da atividade de celulose e papel estar na silvicultura e na exploração florestal, junto com a agricultura, a pecuária e a pesca, representavam apenas 6,14% da população ocupada de Telêmaco Borba.

Com relação ao Estado do Paraná, a maior representatividade de Telêmaco Borba está na população ocupada nas atividades da indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água, com 0,89%, seguida da atividade de indústria da transformação com 0,80%.

A atividade de comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos, representa 17,10% da população ocupada tanto no Paraná como em Telêmaco Borba.

As atividades de construção, transporte, armazenagem e comunicação, administração pública, defesa e seguridade social, educação e serviços domésticos, são mais representativas em Telêmaco Borba que no Paraná. Já alojamento e administração, intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas, saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos sociais e pessoais são mais representativos no estado que no município.

QUADRO 3.8 – POPULAÇÃO OCUPADA, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, DE TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 2000

Ano 2000	Paraná		Telêmaco Borba		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)
População Ocupada - Total	4.055.763	100,00	21.105	100,00	0,52
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca	814.291	20,08	1.295	6,14	0,16
Indústria Extrativa, Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	27.155	0,67	243	1,15	0,89
Indústria de Transformação	585.620	14,44	4.687	22,21	0,80
Construção	292.774	7,22	2.301	10,90	0,79
Comércio, Reparação de Veículos Automotivos, Objetos Pessoais e Domésticos	693.395	17,10	3.609	17,10	0,52
Alojamento e Alimentação	152.671	3,76	790	3,74	0,52
Transporte, Armazenagem e Comunicação	205.155	5,06	1.428	6,77	0,70
Intermediações Financeiras, Atividades Imobiliárias, Aluguéis, Serviços Prestados a Empresas	259.779	6,41	845	4,00	0,33
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	185.436	4,57	1.301	6,16	0,70
Educação	220.727	5,44	1.239	5,87	0,56
Saúde e Serviços Sociais	122.342	3,02	516	2,44	0,42
Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais	138.803	3,42	674	3,19	0,49
Serviços Domésticos	302.843	7,47	1.886	8,94	0,62
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	26	0,00	-	-	-
Atividades mal Definidas	54.746	1,35	291	1,38	0,53

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Quanto ao número de empregos, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre 1996 e 1999, Telêmaco Borba apresentou incrementos anuais negativos, da ordem de -1,80%, enquanto o Estado do Paraná registrou incrementos de 3,04%, no mesmo período. A indústria de extração de minerais, do papel, papelão, editora e gráfica, da construção civil e as administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica, serviços médicos, odontológicos e veterinários e a administração pública direta e indireta, registraram incrementos anuais negativos, contribuindo para a observação negativa do município. A construção civil apresentou

a menor taxa de incremento anual, -26,43%. Por outro lado, a atividade da indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas sofreu incrementos positivos significativos de 45,74%, seguida a atividade de crédito, seguro e capitalização, 32,05%, da atividade da indústria da madeira e do mobiliário, de 26,48%, da atividade do ensino, 21,84 e da metalurgia, com 19,87%, entre outras atividades que tiveram incrementos positivos (quadro 3.9).

A indústria do papel, papelão, editora e gráfica, representava 21,96% dos empregos, em 1999, seguida da representatividade da atividade de administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica, com 12,68%, e de comércio varejista, com 12,50%.

Entre 2000 e 2006, Telêmaco Borba apresentou incrementos anuais no número de empregos de 8,01%, superiores ao do Paraná, que foi de 5,28%. Vale ressaltar que apesar do crescimento anual inferior, o Estado do Paraná não registrou incrementos negativos em suas atividades no período. A atividade da indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas sofreu incremento anual de 39,03%, seguida da atividade da indústria da madeira e do mobiliário, com incremento anual de 25,40%, e das atividades de agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca, 19,65%, e construção civil com incremento anual de 19,11%. O comércio atacadista e a atividade da indústria de materiais elétricos e de comunicação registraram incrementos negativos de -14,44% e -12,58%.

Em 2006, a atividade da indústria da madeira e do mobiliário representava 18,59% do número de empregos de Telêmaco Borba, seguida do comércio varejista com 16,04% e da administração pública direta e indireta, com 12,06%. A indústria do papel, papelão, editora e gráfica, passou a representar apenas 10,77% dos empregos do município, em 2006.

QUADRO 3.9 – EMPREGOS FORMAIS, RAIS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1996-2006

Ano	Valores Absolutos 1999				Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %) 1999	Crescimento Anual - 1996-1999	
	Paraná	Participação (em %)	Telêmaco Borba	Participação (em %)		Paraná	Telêmaco Borba
Empregos - Total	1.580.794	100	10.274	100	0,65	3,04	-1,8
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	24.793	1,57	65	0,63	0,26	5,04	45,74
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	31.125	1,97	99	0,96	0,32	-14,98	32,05
Indústria da Madeira e do Mobiliário	66.199	4,19	690	6,72	1,04	4,04	26,48
Ensino	56.001	3,54	134	1,3	0,24	5,62	21,89
Indústria Metalúrgica	20.924	1,32	31	0,3	0,15	6,52	19,87
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	41.626	2,63	31	0,3	0,07	5,98	17,73
Comércio Varejista	226.166	14,31	1.284	12,5	0,57	6,38	12,24
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	17.654	1,12	47	0,46	0,27	3,41	10,33
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	144.589	9,15	681	6,63	0,47	6,83	10,26
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	10.324	0,65	21	0,2	0,2	-4,52	9,49
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	88.965	5,63	162	1,58	0,18	5,13	8,45
Transporte e Comunicações	81.815	5,18	851	8,28	1,04	0,45	6,32
Comércio Atacadista	47.439	3	111	1,08	0,23	2,2	4,24
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etilico	77.551	4,91	101	0,98	0,13	-2,16	0,33
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	51.295	3,24	205	2	0,4	6,07	-1,42
Indústria de Extração de Minerais	3.675	0,23	24	0,23	0,65	-4,08	-2,63
Administração Pública Direta e Indireta	320.663	20,28	1.429	13,91	0,45	0,98	-4,25
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	24.509	1,55	2.256	21,96	9,2	2,59	-4,61
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	119.747	7,58	1.303	12,68	1,09	11,5	-13,45
Construção Civil	62.371	3,95	540	5,26	0,87	-3,48	-26,43
Indústria Mecânica	17.377	1,1	125	1,22	0,72	-2,53	-
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	10.058	0,64	84	0,82	0,84	3,25	-
Indústria de Materiais de Transporte	18.006	1,14	-	-	-	32,46	-
Indústria de Calçados	1.261	0,08	-	-	-	-4,46	-
Serviços Industriais de Utilidade Pública	16.645	1,05	-	-	-	-4,27	-
Ano	Valores Absolutos 2006				Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %) 2006	Crescimento Anual - 2000-2006	
Localidade	Paraná	Participação (em %)	Telêmaco Borba	Participação (em %)		Paraná	Telêmaco Borba
Empregos - Total	2.251.290	100	15.688	100	0,7	5,28	8,01
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	43.022	1,91	195	1,24	0,45	7,77	39,03
Indústria da Madeira e do Mobiliário	74.707	3,32	2.917	18,59	3,9	1,49	25,4
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	91.434	4,06	936	5,97	1,02	1,1	19,65
Construção Civil	65.655	2,92	1.008	6,43	1,54	0,29	19,11
Indústria Mecânica	29.347	1,3	247	1,57	0,84	6,89	17,89
Ensino	77.711	3,45	341	2,17	0,44	4,15	16,41
Comércio Varejista	384.380	17,07	2.516	16,04	0,65	7,84	11,53
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	20.569	0,91	39	0,25	0,19	2,17	10,87
Transporte e Comunicações	117.429	5,22	1.549	9,87	1,32	5,33	9,29
Indústria Metalúrgica	34.847	1,55	27	0,17	0,08	7,76	8,02
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	16.965	0,75	36	0,23	0,21	7,31	7,75
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	70.217	3,12	339	2,16	0,48	5,16	6,99
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	72.519	3,22	35	0,22	0,05	7,31	5,77
Administração Pública Direta e Indireta	403.483	17,92	1.892	12,06	0,47	3,52	4,21
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	40.672	1,81	109	0,69	0,27	3,73	1,79
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etilico	158.879	7,06	105	0,67	0,07	12,37	-1,5
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	176.727	7,85	1.081	6,89	0,61	5,52	-1,62
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	194.057	8,62	505	3,22	0,26	4,24	-1,88
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	34.188	1,52	1.690	10,77	4,94	4,49	-2,45
Indústria de Extração de Minerais	5.137	0,23	25	0,16	0,49	3	-2,99
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	15.022	0,67	25	0,16	0,17	4,51	-12,58
Comércio Atacadista	67.704	3,01	71	0,45	0,1	6,78	-14,44
Indústria de Materiais de Transporte	31.261	1,39	-	-	-	6,63	-
Indústria de Calçados	1.804	0,08	-	-	-	3,3	-
Serviços Industriais de Utilidade Pública	23.554	1,05	-	-	-	6,11	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Entre 1996 e 1999, Telêmaco Borba registrou um incremento anual do número de estabelecimentos de 7,14% e o Paraná de 5,54%. A indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas registrou a maior taxa de incremento anual do período no município de 32,64%, seguida da indústria da borracha, fumo, couros, peles, produtos similares e indústria diversa e da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos, ambas com incremento anual de 25,99%. A administração pública direta e indireta registrou incremento negativo de -4,35% e a atividade de agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca de -2,37% (quadro 3.10).

No ano de 1999, comércio varejista representava 36,95% dos estabelecimentos de Telêmaco Borba e transporte e telecomunicações 11,73%.

Entre 2000 e 2006, Telêmaco Borba registrou incremento anual do número de estabelecimentos de 5,62%, superior ao Estado do Paraná que teve uma taxa de 4,56%. No município, a indústria de produtos minerais não metálicos e a indústria mecânica registraram incrementos anuais de 12,25%, seguidos da indústria da borracha, fumo, couros, peles, produtos similares, com 10,29%. A indústria de extração de minerais registrou incrementos negativos no período no município, de -4,68%, seguida da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, com -1,44%, e transporte e comunicações com -0,37%.

Em 2006, comércio varejista representava 45,80% dos estabelecimentos de Telêmaco Borba, seguido da atividade de agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca, com 9,51%.

QUADRO 3.10 – ESTABELECIDAMENTOS FORMAIS, RAIS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA, EM TELÊMACO BORBA E PARANÁ – 1996-2006

Ano	Valores Absolutos 1999				Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %) 1999	Crescimento Anual - 1996-1999	
	Paraná	Participação (em %)	Telêmaco Borba	Participação (em %)		Paraná	Telêmaco Borba
Estabelecimentos - Total	166.697	100,00	904	100,00	0,54	5,54	7,14
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	1.329	0,80	7	0,77	0,53	6,51	32,64
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	863	0,52	6	0,66	0,7	4,15	25,99
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	3.126	1,88	10	1,11	0,32	7,73	25,99
Indústria de Produtos Mineraiis não Metálicos	1.597	0,96	7	0,77	0,44	6,91	20,51
Indústria Metalúrgica	2.206	1,32	10	1,11	0,45	7,88	18,56
Ensino	2.532	1,52	17	1,88	0,67	8,2	15,62
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	7.878	4,73	52	5,75	0,66	8,85	12,01
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	2.267	1,36	7	0,77	0,31	-10,93	11,87
Construção Civil	7.836	4,70	42	4,65	0,54	5,53	9,49
Comércio Varejista	52.157	31,29	334	36,95	0,64	8,62	8,85
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	16.998	10,20	82	9,07	0,48	7,12	8,61
Indústria de Extração de Mineraiis	413	0,25	5	0,55	1,21	0,65	7,72
Indústria da Madeira e do Mobiliário	4.296	2,58	44	4,87	1,02	5,77	6,92
Comércio Atacadista	6.332	3,80	19	2,10	0,3	0,75	5,9
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	16.825	10,09	51	5,64	0,3	7,5	5,85
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1.346	0,81	11	1,22	0,82	6,67	3,23
Transporte e Comunicações	6.559	3,93	106	11,73	1,62	4,6	1,29
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	25.234	15,14	67	7,41	0,27	1,2	-2,37
Administração Pública Direta e Indireta	1.354	0,81	7	0,77	0,52	1,24	-4,35
Indústria Mecânica	718	0,43	4	0,44	0,56	11,64	-
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	365	0,22	2	0,22	0,55	5,14	-
Indústria de Materiais de Transporte	488	0,29	1	0,11	0,2	3,12	-
Indústria de Calçados	163	0,10	0	0,00	0	1,47	-
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etilico	3.644	2,19	12	1,33	0,33	6,15	-
Serviços Industriais de Utilidade Pública	164	0,10	1	0,11	0,61	3,02	-
Ano	Valores Absolutos 2006				Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %) 2006	Crescimento Anual - 2000-2006	
Localidade	Paraná	Participação (em %)	Telêmaco Borba	Participação (em %)		Paraná	Telêmaco Borba
Estabelecimentos - Total	227.977	100,00	1.251	100,00	0,53	4,56	5,62
Indústria de Produtos Mineraiis não Metálicos	1.757	0,77	6	0,48	0,31	1,53	12,25
Indústria Mecânica	1.281	0,56	8	0,64	0,48	7,94	12,25
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	1.225	0,54	9	0,72	0,6	5,67	10,29
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	27.638	12,12	119	9,51	0,29	1,38	9,78
Indústria Metalúrgica	3.347	1,47	12	0,96	0,38	6,5	9,4
Comércio Varejista	82.929	36,38	573	45,80	0,68	6,7	7,86
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	2.963	1,30	11	0,88	0,35	3,84	7,82
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	1.941	0,85	3	0,24	0,23	5,93	6,99
Construção Civil	8.369	3,67	49	3,92	0,53	1,22	4,33
Indústria da Madeira e do Mobiliário	4.536	1,99	63	5,04	1,25	0,44	4,28
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	23.571	10,34	102	8,15	0,41	4,95	4,13
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	21.576	9,46	60	4,80	0,27	2,96	3,43
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	9.806	4,30	63	5,04	0,63	2,74	2,92
Comércio Atacadista	8.172	3,58	20	1,60	0,32	4,42	2,75
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etilico	4.610	2,02	15	1,20	0,33	3,8	2,41
Ensino	3.160	1,39	19	1,52	0,71	3,08	0,91
Transporte e Comunicações	11.312	4,96	88	7,03	1,16	8,32	-0,37
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1.959	0,86	11	0,88	0,7	5,29	-1,44
Indústria de Extração de Mineraiis	430	0,19	3	0,24	0,98	1,09	-4,68
Indústria de Materiais de Transporte	562	0,25	0	0,00	0,08	3,32	-100
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	485	0,21	2	0,16	0,31	3,79	-
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	4.772	2,09	8	0,64	0,18	6,4	-
Indústria de Calçados	157	0,07	0	0,00	0	-0,11	-
Serviços Industriais de Utilidade Pública	298	0,13	0	0,00	0	10,02	-
Administração Pública Direta e Indireta	1.121	0,49	7	0,56	0,49	-2,39	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

Na década de 1980, Telêmaco Borba registrou uma variação anual de 2,97% no consumo de energia elétrica, enquanto o Estado do Paraná registrou uma taxa de 7,89%. O município representava na década de 1980 3,13% do consumo de energia elétrica do Estado, mas em número de consumidores esta representação cai

para 0,71%. A maior representatividade está no consumo do setor secundário da economia, que participava com 6,41% do consumo de energia elétrica do mesmo setor no âmbito estadual. O consumo residencial e rural apresentaram incrementos superiores ao do Estado (quadro 3.11).

Na década de 1990, o crescimento anual do consumo de energia elétrica cresceu a taxas inferiores às verificadas na década de 1980, tanto no Paraná quanto em Telêmaco Borba, 5,66% e 2,74%, respectivamente. A participação do município no consumo total do Estado caiu para 2,58%, e a participação no consumo industrial para 5,67%. A representação também observando o número de consumidores, 0,69% do Estado. Nestes anos, Telêmaco Borba registrou incrementos negativos no consumo rural de energia elétrica.

Nos anos 2000, o Paraná registrou um incremento anual de 3,9% no consumo de energia elétrica, enquanto Telêmaco Borba apresentou taxas anuais de 2,15%. A participação do município no consumo do Estado caiu ainda mais, registrando 2,12%. A participação de Telêmaco Borba no consumo do setor secundário do Estado caiu ainda mais nestes anos, representando apenas 3,56%. Vale ressaltar que tanto o Paraná quanto Telêmaco Borba registraram incrementos negativos no consumo de energia do setor secundário. O Estado cresceu a taxas negativas de -1,11% e o município a -21,4%. O consumo rural também sofreu incrementos anuais negativos de -9,83%. A participação de Telêmaco Borba também reduziu no número de consumidores, 0,61% do Estado.

A partir de 2005 Telêmaco Borba tem registro de um consumidor na categoria de Energia Elétrica no Consumo Livre (Indústria).

QUADRO 3.11 – CONSUMO E CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2007

Ano	Valores Absolutos (Acumulado - 1980-1989)		Participação de Telêmaco Borba no Paraná (em %)	Crescimento Anual (em %) - 1980-1989	
	Paraná	Telêmaco Borba		Paraná	Telêmaco Borba
Localidade					
Consumo (mwh)	70.604.611	2.212.345	3,13	7,89	2,97
Residencial - Consumo (mwh)	16.198.374	94.032	0,58	9,10	9,27
Setor Secundário - Consumo (mwh)	31.528.869	2.020.220	6,41	7,33	2,58
Setor Comercial - Consumo (mwh)	10.035.077	34.954	0,35	5,92	5,31
Rural - Consumo (mwh)	4.330.503	6.453	0,15	15,57	19,56
Outras Classes - Consumo (mwh)	8.511.789	56.686	0,67	6,84	4,41
Consumo Livre (Indústria) - Consumo (mwh)	0	0			
Consumidores	14.302.268	101.279	0,71	7,04	6,81
Residencial - Consumidores	11.231.405	88.750	0,79	6,37	6,79
Setor Secundário - Consumidores	200.558	810	0,40	5,84	9,48
Setor Comercial - Consumidores	1.408.718	9.366	0,66	3,50	3,63
Rural - Consumidores	1.283.845	1.479	0,12	19,94	31,88
Outras Classes - Consumidores	177.732	874	0,49	7,53	8,84
Localidade					
Consumo (mwh)	126.966.174	3.271.286	2,58	5,66	2,74
Residencial - Consumo (mwh)	34.180.548	183.250	0,54	6,46	5,60
Setor Secundário - Consumo (mwh)	51.700.480	2.932.974	5,67	5,16	2,55
Setor Comercial - Consumo (mwh)	18.162.979	58.224	0,32	7,00	5,94
Rural - Consumo (mwh)	8.984.554	13.658	0,15	4,97	-3,61
Outras Classes - Consumo (mwh)	13.937.613	83.180	0,60	4,29	1,86
Consumo Livre (Indústria) - Consumo (mwh)	0	0			
Consumidores	24.054.247	166.507	0,69	4,26	2,68
Residencial - Consumidores	18.731.334	145.445	0,78	4,60	2,89
Setor Secundário - Consumidores	357.960	1.721	0,48	5,09	5,60
Setor Comercial - Consumidores	2.102.889	12.672	0,60	3,66	1,34
Rural - Consumidores	2.558.624	5.137	0,20	2,22	-2,32
Outras Classes - Consumidores	303.440	1.532	0,50	4,13	4,51
Localidade					
Consumo (mwh)	154.636.022	3.282.115	2,12	3,90	2,15
Residencial - Consumo (mwh)	37.588.431	204.808	0,54	2,10	3,93
Setor Secundário - Consumo (mwh)	56.577.234	2.014.248	3,56	-1,11	-21,40
Setor Comercial - Consumo (mwh)	24.712.056	84.732	0,34	5,46	11,89
Rural - Consumo (mwh)	10.547.673	6.326	0,06	4,37	-9,83
Outras Classes - Consumo (mwh)	14.245.539	82.491	0,58	1,76	1,98
Consumo Livre (Indústria) - Consumo (mwh)	10.965.090				
Consumidores	25.852.683	158.170	0,61	2,81	2,74
Residencial - Consumidores	20.374.035	140.992	0,69	2,88	3,03
Setor Secundário - Consumidores	413.282	2.059	0,50	4,14	5,29
Setor Comercial - Consumidores	2.162.231	10.914	0,50	2,46	1,71
Rural - Consumidores	2.575.269	2.422	0,09	2,27	-9,88
Outras Classes - Consumidores	327.763	1.780	0,54	2,79	1,18

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

3.4.4 Educação

Quanto às matrículas em creches, nos anos 2000, Telêmaco Borba apresentou um crescimento anual significativamente superior ao Estado do Paraná, 49,59%, na rede municipal e particular de ensino (quadro 3.12).

As matrículas na pré-escola apresentaram um incremento anual de 2,20% em Telêmaco Borba e de 2,71% no Estado do Paraná. Já na década de 1990, enquanto o Paraná apresentou um incremento anual de 3,31%, Telêmaco Borba registrou uma variação negativa de -1,39%. Nos anos 2000, o município retomou uma taxa positiva de 3,26%, sendo as redes municipal e particular, as principais

responsáveis pelo ensino, enquanto o Estado apresentou incrementos anuais de 2,59%.

Quanto às matrículas no ensino fundamental, Telêmaco Borba registrou um incremento anual de 1,90%, superior ao do Estado do Paraná, que registrou 1,83%. Porém, na década de 1990, o município registrou incrementos anuais negativos de -2,78%, enquanto o Estado cresceu a taxas de 0,13%. Nos anos 2000, foi a vez de o Estado registrar taxas anuais negativas de -0,33% e o município crescer a taxas positivas de 0,61%. Embora haja participação da rede particular, as principais responsáveis pelo ensino fundamental são as redes municipal e estadual.

As matrículas no ensino médio sofreram incrementos positivos na década de 1980, em Telêmaco Borba, de 5,73%, superior ao incremento do Paraná de 5,36%. Na década de 1990, a situação se inverteu, mas tanto município quanto Estado cresceram a taxas anuais positivas, 8,61% e 9,52%, respectivamente. Nos anos 2000, os incrementos foram negativos para ambos, Estado -0,36% e Telêmaco Borba -1,52%. Apesar de haver registros na rede particular em Telêmaco Borba o ensino médio tem como principal representante a rede estadual.

As matrículas de ensino superior iniciaram nos anos 2000, em Telêmaco Borba. Nesse sentido, o crescimento anual do número de matrículas no ensino superior, entre 2000 e 2006 foi de 36,05%, no município, enquanto no Estado este número sofreu incrementos anuais de 8,98%.

As matrículas na educação profissional apresentaram incrementos anuais de 21% no Estado e 4,71% em Telêmaco Borba, nos anos 2000. O número de matrículas em 2006 é significativo na rede particular, mas o principal responsável por estas é a rede estadual. Há registros também na rede federal.

Na década de 1980, o número de estabelecimentos de ensino cresceu a taxas de 0,59%, em Telêmaco Borba. No Paraná o incremento anual do número de estabelecimentos foi negativo, -0,87%. Na década de 1990, o crescimento anual do número de estabelecimentos foi de 3,87% no município e de 0,01 no Estado. Nos anos 2000, ambos apresentaram variações anuais negativas, -1,16% no Paraná e -0,94 em Telêmaco Borba. No município, nos anos 2000, os estabelecimentos de pré-escola e de ensino fundamental apresentaram crescimento anual negativo, enquanto as matrículas em ensino médio e superior avançaram positivamente. Em 2006, Telêmaco Borba tinha um estabelecimento particular e um estabelecimento da rede estadual no ensino superior.

De forma geral, nos anos 2000, em Telêmaco Borba, os incrementos anuais de docentes é positivo e superior aos registros do Estado, exceto nas creches.

QUADRO 3.12 – ENSINO – MATRÍCULAS, DOCENTES, ESTABELECIMENTOS E CONCLUINTEIS EDUCACIONAIS, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2006

continua

Ano	Crescimento Anual (em %) Década de 1980		Crescimento Anual (em %) Década de 1990		Crescimento Anual (em %) Década de 2000		2006 - Valores Absolutos	
	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba
MATRÍCULAS								
Localidade								
Creche - Total	-	-	-	-	4,38	49,59	107.045	725
Creche - Rede Federal	-	-	-	-	2,35	-	88	0
Creche - Rede Estadual	-	-	-	-	-75,63	-	6	0
Creche - Rede Municipal	-	-	-	-	4,11	54,35	71.937	617
Creche - Rede Particular	-	-	-	-	5,11	28,90	35.014	108
Pré-Escola - Total	2,71	2,20	3,31	-1,39	2,59	3,26	252.840	2.174
Pré-Escola - Rede Federal	-54,52	-100,00	-35,71	-	22,30	-	87	0
Pré-Escola - Rede Estadual	4,32	-	-21,05	-20,36	-25,96	-100,00	692	0
Pré-Escola - Rede Municipal	25,49	-	10,51	-1,22	3,12	4,99	180.314	1.684
Pré-Escola - Rede Particular	1,95	-3,33	0,58	1,31	2,27	-0,76	71.747	490
Ensino Fundamental - Total	1,83	1,90	0,13	-2,78	-0,33	0,61	1.659,93	11.059
Ensino Fundamental - Rede Federal	-10,57	-	-10,59	-	-100,00	-	0	0
Ensino Fundamental - Rede Estadual	2,99	2,45	-2,83	-1,57	-0,59	-3,42	760.016	4.858
Ensino Fundamental - Rede Municipal	0,76	0,74	4,89	-4,37	-0,30	3,72	761.278	5.223
Ensino Fundamental - Rede Particular	-1,92	16,97	-1,14	-1,01	1,11	12,67	138.609	978
Ensino Médio - Total	4,63	5,73	9,52	8,61	-0,36	-1,52	480.527	2.924
Ensino Médio - Rede Federal	1,62	-	3,77	-	-20,12	-	2.020	0
Ensino Médio - Rede Estadual	5,36	5,73	10,99	8,13	-0,57	-2,30	418.495	2.686
Ensino Médio - Rede Municipal	33,09	-	-7,86	-	-100,00	-	0	0
Ensino Médio - Rede Particular	2,45	-	2,23	-	3,07	12,56	60.012	238
Educação Profissional - Total	-	-	-	-	21,00	4,71	48.030	853
Educação Profissional - Rede Federal	-	-	-	-	41,94	-	2.883	0
Educação Profissional - Rede Estadual	-	-	-	-	23,24	-45,52	28.069	84
Educação Profissional - Rede Municipal	-	-	-	-	-100,00	-	0	0
Educação Profissional - Rede Particular	-	-	-	-	15,61	24,64	17.078	769
Educação Especial, no Ensino Pré-Escolar - Total	-	-	-	-	-0,28	-8,67	4.210	16
Educação Especial, no Ensino Pré-Escolar - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	0	0
Educação Especial, no Ensino Pré-Escolar - Rede Estadual	-	-	-	-	-100,00	-	0	0
Educação Especial, no Ensino Pré-Escolar - Rede Municipal	-	-	-	-	-11,71	-	251	0
Educação Especial, no Ensino Pré-Escolar - Rede Particular	-	-	-	-	0,83	-8,67	3.959	16
Educação Especial, no Ensino Fundamental - Total	-	-	-	-	3,44	9,95	26.161	114
Educação Especial, no Ensino Fundamental - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	0	0
Educação Especial, no Ensino Fundamental - Rede Estadual	-	-	-	-	-11,95	-	633	0
Educação Especial, no Ensino Fundamental - Rede Municipal	-	-	-	-	4,53	-	10.699	19
Educação Especial, no Ensino Fundamental - Rede Particular	-	-	-	-	3,67	5,05	14.829	95
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Total	-	-	-	-	-1,87	20,59	98.519	812
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	0	0
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Estadual	-	-	-	-	-4,29	28,88	64.780	655
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Municipal	-	-	-	-	3,71	0,00	32.652	157
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Particular	-	-	-	-	-1,05	-	1.087	0
Educação de Jovens e Adultos, de Primeira a Quarta Série - Total	-	-	-	-	4,59	23,26	34.905	294
Educação de Jovens e Adultos, de Primeira a Quarta Série - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	0	0
Educação de Jovens e Adultos, de Primeira a Quarta Série - Rede Estadual	-	-	-	-	7,23	-	4.314	137
Educação de Jovens e Adultos, de Primeira a Quarta Série - Rede Municipal	-	-	-	-	4,28	0,00	30.520	157
Educação de Jovens e Adultos, de Primeira a Quarta Série - Rede Particular	-	-	-	-	-10,19	-	71	0
Educação de Jovens e Adultos, de Quinta a Oitava Série - Total	-	-	-	-	-4,81	19,18	63.614	518
Educação de Jovens e Adultos, de Quinta a Oitava Série - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	0	0
Educação de Jovens e Adultos, de Quinta a Oitava Série - Rede Estadual	-	-	-	-	-4,94	19,18	60.466	518
Educação de Jovens e Adultos, de Quinta a Oitava Série - Rede Municipal	-	-	-	-	-3,25	-	2.132	0
Educação de Jovens e Adultos, de Quinta a Oitava Série - Rede Particular	-	-	-	-	-0,26	-	1.016	0
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Total	-	-	-	-	7,56	54,07	69.403	501
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Federal	-	-	-	-	-	-	55	0
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Estadual	-	-	-	-	8,65	54,07	65.466	501
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Municipal	-	-	-	-	-	-	57	0
Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Particular	-	-	-	-	-6,86	-	3.825	0
DOCENTES								
Pré-Escola - Total	-	-	-	-	5,05	2,75	16.132	100
Pré-Escola - Rede Federal	-	-	-	-	41,42	-	8	0
Pré-Escola - Rede Estadual	-	-	-	-	-11,18	-100,00	81	0
Pré-Escola - Rede Municipal	-	-	-	-	6,51	6,59	10.274	66
Pré-Escola - Rede Particular	-	-	-	-	3,11	-2,26	5.769	34
Ensino Fundamental - Total	2,02	2,32	0,72	-2,93	2,22	2,70	95.408	596
Ensino Fundamental - Rede Federal	0,89	-	-2,54	-	-100,00	-	0	0
Ensino Fundamental - Rede Estadual	2,29	1,72	-1,97	-0,72	2,60	-0,97	44.062	300
Ensino Fundamental - Rede Municipal	2,07	2,27	3,89	-6,55	1,54	6,88	39.746	234
Ensino Fundamental - Rede Particular	0,30	16,65	3,46	3,74	3,24	11,08	11.600	62
Ensino Médio - Total	2,34	2,97	8,19	8,32	6,08	10,42	40.006	299
Ensino Médio - Rede Federal	-0,63	-	12,85	-	-5,60	-	617	0
Ensino Médio - Rede Estadual	3,04	2,97	8,92	7,75	5,82	6,29	31.831	225
Ensino Médio - Rede Municipal	3,51	-	-2,69	-	-100,00	-	0	0
Ensino Médio - Rede Particular	0,67	-	4,54	-	8,94	42,07	7.558	74

QUADRO 3.12 – ENSINO – MATRÍCULAS, DOCENTES, ESTABELECIMENTOS E CONCLUINTEES EDUCACIONAIS, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ – 1980-2006

Ano	Crescimento Anual (em %) Década de 1980		Crescimento Anual (em %) Década de 1990		Crescimento Anual (em %) Década de 2000		2006 - Valores Absolutos	
	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba	Paraná	Telêmaco Borba
conclusão								
ESTABELECIMENTOS								
Ensino - Total	-0,87	0,59	0,01	3,87	-1,16	-0,94	12,421	86
Ensino Pré-Escolar - Total	-	-	8,47	1,03	2,13	-1,53	4,617	31
Ensino Pré-Escolar - Rede Federal	-	-	-55,04	-	0,00	-	1	0
Ensino Pré-Escolar - Rede Estadual	-	-	-20,99	-20,63	-20,21	-100,00	16	0
Ensino Pré-Escolar - Rede Municipal	-	-	8,95	-1,54	2,46	0,00	3,211	21
Ensino Pré-Escolar - Rede Particular	-	-	11,28	11,20	2,05	-2,99	1,389	10
Ensino Fundamental - Total	-	-	-8,57	-11,21	-3,90	-2,15	6,275	43
Ensino Fundamental - Rede Federal	-	-	-58,51	-	-100,00	-	0	0
Ensino Fundamental - Rede Estadual	-	-	-0,99	0,00	-2,19	-5,45	1,848	15
Ensino Fundamental - Rede Municipal	-	-	-11,88	-17,94	-4,63	0,78	3,690	22
Ensino Fundamental - Rede Particular	-	-	4,68	-5,90	-4,14	-2,54	737	6
Ensino Médio - Total	-	-	7,42	-3,85	2,97	6,99	1,529	12
Ensino Médio - Rede Federal	-	-	0,00	-	-11,93	-	7	0
Ensino Médio - Rede Estadual	-	-	7,91	0,00	2,88	6,12	1,187	10
Ensino Médio - Rede Municipal	-	-	-37,00	-	-100,00	-	0	0
Ensino Médio - Rede Particular	-	-	6,42	-20,63	3,98	12,25	335	2
Matrículas no Ensino Superior - Total	3,34	-	5,96	-	8,98	36,05	311,848	964
Matrículas no Ensino Superior - Rede Federal	-0,77	-	3,21	-	5,82	-	33,665	0
Matrículas no Ensino Superior - Rede Estadual	7,96	-	1,77	-	4,26	-17,48	73,135	48
Matrículas no Ensino Superior - Rede Municipal	0,72	-	-10,65	-	2,82	-	3,550	0
Matrículas no Ensino Superior - Rede Particular	0,90	-	12,96	-	11,98	-	201,498	916
Concluintes no Ensino Superior - Total	-	-	5,40	-	13,23	-	54,570	153
Concluintes no Ensino Superior - Rede Federal	-	-	6,17	-	7,44	-	4,152	0
Concluintes no Ensino Superior - Rede Estadual	-	-	2,91	-	7,70	-	13,247	34
Concluintes no Ensino Superior - Rede Municipal	-	-	-6,13	-	-0,63	-	571	0
Concluintes no Ensino Superior - Rede Particular	-	-	8,59	-	17,21	-	36,600	119
Docentes no Ensino Superior - Total	-6,70	-	8,71	-	9,84	-	24,815	68
Docentes no Ensino Superior - Rede Federal	-59,17	-	20,81	-	6,68	-	3,223	0
Docentes no Ensino Superior - Rede Estadual	7,23	-	2,27	-	3,43	-	6,836	0
Docentes no Ensino Superior - Rede Municipal	-12,64	-	-10,46	-	1,75	-	202	0
Docentes no Ensino Superior - Rede Particular	1,62	-	18,43	-	15,35	-	14,554	68
Instituições de Ensino Superior - Total	0,29	-	2,71	-	10,97	14,87	207	2
Instituições de Ensino Superior - Rede Federal	0,00	-	16,95	-	7,39	-	10	0
Instituições de Ensino Superior - Rede Estadual	2,07	-	4,75	-	11,99	-	37	1
Instituições de Ensino Superior - Rede Municipal	-6,12	-	-6,76	-	-15,59	-	3	0
Instituições de Ensino Superior - Rede Particular	2,64	-	1,56	-	12,28	0,00	157	1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IPARDES (2008). TABULADOS PELA AUTORA.

3.4.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

De acordo com o quadro 3.13 observa-se que o IDH-M de Telêmaco Borba variou em proporções maiores que o IDH do Estado do Paraná, entre 1991 e 2000. Contudo, este resultado tem base na variação do IDH-L, da longevidade, visto que tanto a parcela da renda quanto da escolaridade do IDH, IDH-R e IDH-E, variaram a taxas inferiores a do Estado.

QUADRO 3.13 – VARIAÇÃO DO IDH-M E SUAS DIMENSÕES, EM TELÊMACO BORBA E NO PARANÁ, ENTRE 1991 E 2000

	1991	2000	VARIACÃO (%)									
	IDHM-L	IDHM-L		IDHM-E	IDHM-E		IDHM-R	IDHM-R		IDHM-M	IDHM-M	
TELÊMACO BORBA (62 ^o)**	0,644	0,726	12,73	0,801	0,865	*7,99	0,665	0,711	*6,92	0,703	0,767	9,10
PARANÁ	0,704	0,743	5,54	0,778	0,879	12,98	0,676	0,736	8,88	0,719	0,736	2,36

FONTE: PNDU, 2003

NOTA:

* Dimensões que apresentaram crescimento, entre 1991 e 2000, inferior ao do Estado do Paraná.

** Colocação no Ranking Estadual do IDH-M, de 2000.

3.4.6 Espaço

A foto de satélite mostra o município de Telêmaco Borba, sua área rural e o imenso maciço florestal em seu entorno e disto é possível constatar que o município assume por completo a aptidão da atividade florestal (Figura 3.6).

Por outro lado, as fotos revelam o que já foi levantado em pesquisa de campo, que 93% das terras do município são áreas florestais, restando apenas 7% para a realização das demais atividades econômicas.

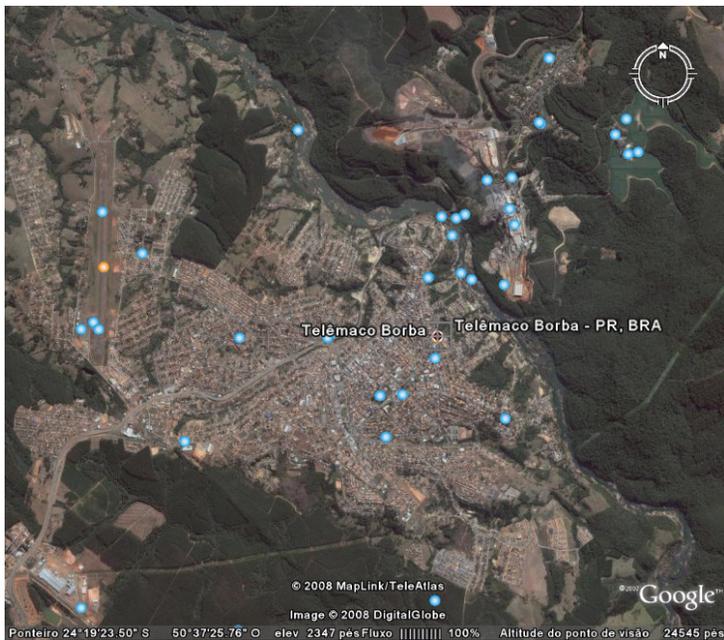


FIGURA 3.6 – FOTO DE SATÉLITE – ÁREA URBANA E FLORESTAL DE TELÊMACO BORBA

FONTE: GOOGLE EARTH, 2008

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DA KLABIN E DE TELÊMACO BORBA

De modo simplificado, determina-se para os fins deste estudo que a atividade econômica da Klabin, mesmo compondo o Complexo de Papel e Celulose, é formada pelo plantio florestal, processamento da pasta e produção de papel. Isso, sem tirar a devida importância dos demais participantes, mas dando ênfase e limitando a análise do produto Papel e Celulose.

Este capítulo teve por objetivo apresentar a história da Klabin no Paraná e, em sua decorrência, a história de Telêmaco Borba e as relações históricas, bem como dos dias de hoje, entre empresa e município. Além disso, foram utilizados indicadores para comparar o desempenho do município e do Estado do Paraná, verificando em que medida as relações entre a Klabin e Telêmaco Borba se sobressaem no processo de desenvolvimento local, quando comparadas ao comportamento do Estado. Para tanto, a pesquisa se baseou em informações bibliográficas e de sites para o levantamento histórico e em base de dados secundários para a observação de indicadores econômicos e sociais.

Os resultados da pesquisa apontaram as seguintes questões:

1. A Klabin se instalou na Fazenda de Monte Alegre devido às relações políticas, aos interesses políticos, aos interesses econômicos, à garantia de melhorias de infra-estrutura e à proximidade da matéria prima, madeira e água.
2. Telêmaco Borba, fundado em 1964, surgiu de uma evolução gradativa da atividade econômica e social, a partir da instalação da Klabin, em 1934.
3. Trata-se de uma Formação Econômica Local que está vulnerável à choques externos, nacionais e internacionais, à diretrizes políticas nacionais e às decisões da Klabin.
4. A formação do município e as relações econômicas e sociais do local estão relacionadas à presença da Klabin.
5. As atividades locais tiveram o início com a atividade da Klabin e se intensificaram quando a empresa optou por vender lotes em suas terras aos interessados em se estabelecer no local.
6. A empresa não teve forças, nem mesmo por sua propriedade privada das terras para conter a aproximação de pessoas.
7. A população que se estabeleceu no local foi atraída pelas atividades da empresa e por sua dinamicidade quanto à propagação de renda e emprego

de outras atividades que suprissem a demanda de bens e serviços dos funcionários.

8. Apesar de a Klabin estar relacionada a uma dinâmica competitiva nacional e mundial, o início de uma atividade local foi inevitável para o lazer, a saúde, a segurança, a moradia, a educação, a comunicação e as condições de moradia da população local, que foi ampliando no decorrer dos anos pelo estabelecimento de famílias de funcionários e outros moradores locais.
9. Enquanto a Klabin teve controle para fazer as vezes do Estado (renda, alimentação, saúde, segurança, lazer, educação, comunicação, saneamento e abastecimento, habitação, transporte) em sua propriedade privada, o fez. Mas, como suas atividades atraíam muitas pessoas, não só regionais, mas nacionais, a empresa passou a não ter controle sobre as pessoas que se instalavam no local e precisou lotear suas terras, em 1951, permitindo desta forma que houvesse uma atividade local que independesse, ou tivesse menor dependência de suas ações, de papel do Estado, se desenvolvesse e tivesse liberdade de chegar e partir sem vínculos com a empresa ou sem atrapalhar o bem estar dos funcionários.
10. A história do município de Telêmaco Borba se divide em dois momentos: antes da abertura das terras da Klabin e depois da abertura das terras da Klabin.
11. No decorrer dos anos a atividade econômica, social e ambiental se intensificou no local e com isso também se intensificaram as parcerias entre a Klabin e agentes do desenvolvimento, locais, regionais e nacionais para garantir o bem estar da população local.
12. A Klabin sempre manteve seu foco em sua sobrevivência no mercado de celulose e papel, mas sempre esteve atenta à qualidade de vida dos seus funcionários.
13. A relação histórica entre Klabin e município é observada até mesmo na busca de informações sobre a formação local. As buscas em livros e na internet podem ser com palavras-chaves Klabin no Paraná e quando se procura por Telêmaco Borba aparece a empresa.
14. Até 1964 as informações são todas relacionadas às bibliografias da Klabin e depois é possível mapear aspectos econômicos e sociais de Telêmaco Borba.

Mas a evolução dos indicadores permanecem apontando esta relação, principalmente em dados sobre a atividade econômica.

15. A população de Telêmaco Borba teve crescimento mais significativo nos anos 1980 e início dos anos 1990. Nos últimos anos o crescimento populacional vem reduzindo com relação ao Estado do Paraná e os principais responsáveis são a população rural e a masculina, na faixa etária entre 20 e 39 anos. Observando as pirâmides etárias de Telêmaco Borba nota-se um alargamento no topo entre 1980 e 2000.
16. O atendimento de água e esgoto de Telêmaco Borba passaram a crescer a taxas superiores às do Estado do Paraná nos últimos anos, principalmente em residências e estabelecimentos industriais. Vale considerar que na década de 1980 os estabelecimentos comerciais influenciaram negativamente este comportamento.
17. Quanto à atividade econômica, número de empregos e estabelecimentos, Telêmaco Borba apresentou comportamento negativo ao processo de desenvolvimento até o ano 2000, quando comparado ao Estado do Paraná. Entre eles estão, número de empregos, estabelecimentos e taxa de desemprego. Além disso, o município possui comportamento divergente ao do Estado, visto que tem como atividade mais representativa, em número de empregos, a indústria de transformação, enquanto o Paraná concentra-se em atividades primárias. Apesar do comportamento distinto entre os setores primário e secundário, o comportamento do emprego no comércio possui a mesma representatividade no município e no Estado.
18. A partir do ano 2000, Telêmaco Borba apresenta comportamento positivo ao processo de desenvolvimento, quanto ao número de empregos e estabelecimentos, quando comparada ao Estado do Paraná. O que indica uma superação da debilidade econômica registrada até então, nas comparações com os comportamentos estaduais.
19. Atividades da agricultura, pecuária e extrativa vêm caindo quando comparadas ao Paraná e as atividades da indústria são predominantemente relacionadas à base florestal em Telêmaco Borba.
20. Quanto ao uso do espaço, cerca de 95% das áreas de Telêmaco Borba pertencem à Klabin, visto a alta participação do uso de terra em matas e florestas.

21. Quanto à educação, nos anos 2000, Telêmaco Borba apresentou comportamento positivos no processo de desenvolvimento, quando comparada ao Estado do Paraná. Já na década de 1990 e 1980 este comportamento era negativo no município ao compará-lo com o Estado.

De forma geral, Telêmaco Borba começou a se desenvolver e desde o início das atividades da Klabin até a década de 1980 apresentou uma formação acelerada. A década de 1980 aparece como um período de pouco crescimento e desenvolvimento, apresentando comportamentos negativos em indicadores econômicos e sociais quanto ao desenvolvimento local. Já a década de 1990 e anos 2000, mostram que Telêmaco Borba vem se sobressaindo nos últimos anos com relação ao Estado do Paraná, nos indicadores sociais, e mais recentemente nos indicadores econômicos, observados, o que indica que o município vem se apropriando melhor dos recursos no processo de desenvolvimento.

Quando comparada com o Paraná, Telêmaco Borba apresenta no comportamento de indicadores sociais um desempenho superior ao Estado, indicando um desempenho mais positivo que o paranaense quanto ao processo de desenvolvimento. Quanto à diversificação da atividade produtiva, o município apresenta-se mais lento no processo de desenvolvimento, quando comparado ao comportamento social, ficando muitas vezes aquém às médias do Estado. No entanto, recentemente o município vem apresentando uma superação no desenvolvimento da atividade econômica, superior às médias do Estado, o que pode estar atrelado ao processo de expansão da Klabin. Vale ressaltar que o desempenho industrial e a agregação de valor do município apresentam-se mais representativos e mais concentrados em atividades de base florestal quando comparados Paraná.

Apesar de muitas informações sobre a história da Klabin, de Telêmaco Borba e sobre o comportamento do município em relação ao Estado do Paraná no processo de desenvolvimento, terem sido apresentadas neste capítulo, com base em dados secundários, a pesquisa de campo é essencial para verificar de que forma os agentes locais vêm interagindo e, além disso, se esta interação é favorável ao processo de desenvolvimento local, o que será observado no capítulo 4.

4 A KLABIN E TELÊMACO BORBA: RELAÇÕES RECENTES E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Considerando que os agentes locais, representados pelas pessoas e organizações, se estruturam em redes por meio de suas interações e interdependência, resultando no o meio para o desenvolvimento local, este capítulo tem por objetivo completar a verificação entre as relações da Klabin e o município de Telêmaco Borba e de que forma estas interações contribuem positivamente ou negativamente para o desenvolvimento local.

Parte-se do pressuposto que todas as ações e atividades dos agentes locais devem resultar em impactos positivos ao desenvolvimento local, visto que o objetivo das pessoas é sobreviverem enquanto seres vivos e, por isso, buscam o bem estar. Nesse sentido, os esforços conjuntos, identificados pelas relações de parcerias, resultam em impactos mais efetivos para tal fim, visto que congregam objetivos comuns.

Desta forma, torna-se necessário verificaram as relações e a intensidade destas. Além disso, verificar se estas relações resultam no desenvolvimento local.

Considera-se que a Klabin desempenha papel fundamental no desenvolvimento local e que o município depende das interações com a empresa.

A Análise de Redes Sociais (ARS) será utilizada para verificar as relações entre os agentes locais e se estas impactam positivamente ou negativamente no desenvolvimento local.

4.1 ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA

A partir dos anos 1960 e de modo mais intenso nos anos de 1980, “os vínculos entre indivíduos, entidades e organizações estruturam as mais variadas situações sociais, influenciando o fluxo de bens materiais, idéias, informação e poder” (SCOTT, 1992 e FREEMAN, 2002 *apud* MARQUES, 2006, p.19). A partir de então, iniciou-se a constituição teórica de uma sociologia relacional, estabelecida pelas relações sociais e não por atributos das decisões individuais ou de estruturas concebidas previamente (EMIRBAYER, 1997 *apud* MARQUES, 2006). Desta forma, este novo campo de estudo estabelecer-se-ia para o avanço de soluções analíticas do tratamento simultâneo da ação e da estrutura social, fazendo um levantamento

do formato e do conteúdo de modo dedutivo a partir da verificação empírica (TILLY, 1992 *apud* MARQUES, 2006).

Silva (2006, p.77), sobre a aplicabilidade da Análise de Redes Sociais, aborda que esta

interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento que, na tentativa de compreender o seu impacto sobre a vida social, deram origem a diversas metodologias de análise que têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes.

A ciência política vem utilizando a análise de redes principalmente para teorias das elites e pluralistas. Na primeira, relaciona-se a interpenetração das empresas e as conexões com a esfera política, enquanto na segunda as relações entre organizações e não entre indivíduos (MARQUES, 2006). Contudo a utilização da análise de redes sociais trouxe contribuições importantes para a ciência política, por ter possibilitado a discussão dos “efeitos da complexa interdependência presente na produção de políticas sobre a ação social, considerando não apenas as ligações em torno dos atores, mas também a estrutura dos vínculos e os padrões gerais em que esses estão inseridos” (MARQUES, 2006, p.20). Além disso, contribuiu para a observação de relações informais e para estudos das relações de poder no Estado. No estudo realizado por Marques (2006, p.21), “uma parte dos elementos que se acumula no tempo e explica uma parcela importante das dinâmicas políticas se expressa no que chamo tecido do Estado”. Marques (2006) ainda ressalta que somente a realização de um conjunto de estudos empíricos e também comparativos possibilitará a compreensão dos diferentes efeitos da associação dos elementos, levantados para tal estudo, entre si.

Desta forma, de acordo com Marques (2006, p.21) são raras as análises da sociologia e da ciência política “de forma mais geral que utilizam as redes como método”. Mas isso foi feito por Louise Nazareno (2005) e por Toledo (2005) (MARQUES, 2006). O autor também ressalta que quando se fala em redes, o uso é meramente metafórico, a medida em que “as ciências humanas brasileiras de forma mais ampla, em contrapartida, já contam com trabalhos interessantes dialogando com a análise de redes, mas operacionalizando a análise empírica de outras formas.” (Marques, 2006, p.21) No entanto, busca em seu estudo preencher esta lacuna.

Silva (2006), também utiliza a metodologia de Análise de Redes Sociais como ferramenta e, neste caso, visando uma análise da produção científica. Utiliza-a

para verificar a densidade do volume de artigos publicados e o envolvimento dos professores, bem como a colaboração entre professores das distintas áreas do conhecimento. O autor também elucida a aplicação da Análise de Redes Sociais em estudos de economia, saúde pública, tecnologia da informação, matemática e sociologia.

Quando Marques (2006) discute a aplicabilidade da análise de redes discute o conjunto articulado de atores, instituições e padrões de relação, bem como a forma que estes fatores se influenciam mutuamente de forma complexa, ainda não compreendida, no que se refere às redes. Também aborda o entendimento de que tais redes variam de acordo com o contexto em que estão inseridas e que estas possuem estruturas dinâmicas historicamente construídas e transformadas ao longo dos anos.

Para Silva (2006), as redes são compostas por nós, representadas por agentes sociais, de acordo com a sociologia, e as ligações entre esse nós, representados por algum tipo de relação. Desta forma, pode-se utilizar a análise para observar fluxos de informações

Em economia, utiliza-se a Análise de Redes Sociais para observar arranjos produtivos locais, redes de pequenas e médias empresas, relações entre grandes empresas e empresas relacionadas pela atividade econômica, relações entre setor público e privado, entre outros.

Silva (2006) ressalta que mesmo utilizando métodos estatísticos de análise em redes sociais é necessário o uso de métodos qualitativos profundos.

A Análise de Redes Sociais tem sido utilizada para observação de fenômenos tais como: relações entre o público e o privado; estudos de psicologia; estudos de sociologia; tecnologia de computadores; estudos de economia; estudos de ciência de informação; estudos de ciência política; estudo sobre metodologias de pesquisa e rede de citações; estudos da medicina.

Deve-se considerar que as redes sociais estruturam campos de diversas dimensões do social e para isso há necessidade de definir os atores, suas estruturas, seus contextos institucionais e relacionais (MARQUES, 2006). Estas dimensões são dinâmicas e mutantes, mas apresentam fatores inerciais e substanciais (MARQUES, 2006).

De acordo com Silva (2006), as ligações entre os nós, representados pelos atores, podem independender da origem destes. Enquanto Marques (2006) enfatiza a origem dos atores como elemento histórico de análise.

Há diversos estudos que se baseiam na análise de redes sociais. Uns com maior sustância e outros de menor fôlego ou com insuficiências teóricas sobre esta aplicação. A idéia de aplicar esta teoria neste estudo firma-se em um experimento da análise de redes sociais, relacionando-a com a teoria da sustentabilidade, o que ainda é muito recente também, apesar de os aspectos da complexidade dizerem respeito aos temas apresentados. Mas, dada multidisciplinaridade do assunto, estas aplicações podem ser aprofundadas para contribuir à evolução recente da teoria da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Para tanto é necessário estabelecer alguns elementos para aplicação do método, de acordo com o fenômeno observado e a resposta à pergunta de pesquisa.

Contudo é possível construir redes a partir de indivíduos e a partir de organizações. Neste estudo uma rede foi constituída com base dos agentes locais, que representam as organizações.

A ARS é utilizada para estudar o desenvolvimento, baseando-se em tendências institucionais, iniciativas que definem o campo de atuação dos agentes para não haver sobreposição de esforços nas ações, relações entre organização e comunidade local, entre outros. Há necessidade de estabelecer os atores locais, ou seja, os atores centrais pelos quais a pesquisa de campo terá início. Nesse sentido, verifica-se a atenção e a participação destes atores no desenvolvimento local. Considera-se também que apesar de os atores tomarem decisões, estas podem ser percebidas de diversos modos pela rede.

Na representação da Rede Social, pessoas, instituições e organizações representam os nós da rede. As relações entre os atores, ou seja, entre os nós, é representada pelos vínculos existentes.

Os atores podem estar organizados em grupos, conforme seus atributos. Para definir os grupos de atores locais é necessário definir os atributos, os quais representam as características distintas dos grupos, como por exemplo, a atividade econômica, o nível educacional, apropriação da renda, entre outros. Desta forma, sobre os atributos, visam identificar os diferentes tipos de atores que participam da rede.

Já os vínculos expressam os diferentes tipos de relações e estão relacionados à informação que se deseja obter pela constituição da Rede Social. Sobre os vínculos atenta-se para: as relações que se deseja medir, as relações entre quais atores, os tipos de informação que fluem nas redes, os meios de comunicação utilizados para o contato entre os atores, entre outras necessidades de pesquisa.

Vale ressaltar que toda composição da Rede Social depende da amostra selecionada para o estudo.

Depois de coletadas as informações sobre os nós e os vínculos por meio da pesquisa de campo, segue-se na tabulação dos dados que originou a representação gráfica do estudo, que, por sua vez, mostrou os atores mais importantes e aqueles atores isolados no processo.

Para a realização da pesquisa de campo é essencial a elaboração de um questionário pontual e curto. Podem ser utilizadas perguntas abertas ou fechadas, dependendo do objeto a ser observado e do conhecimento sobre os agentes locais. Há necessidade da realização de perguntas sobre os atributos e sobre os vínculos entre as organizações. Para tanto, visando a concisão do questionário, limita-se o número de variáveis a serem observadas. A primeira pesquisa de redes sociais é elementar para o conhecimento inicial sobre o local. Em outras oportunidades é possível aprofundar os resultados obtidos.

Para definir as variáveis deve-se atentar para o tipo de informação que define os vínculos e o meio utilizado para que o fluxo de informação aconteça.

A Análise de Redes Sociais, ao observar os vínculos, resultam em indicadores como: número de vezes que os atores se comunicam por período de tempo, que pode medir a intensidade das relações; a confiança na relação; o uso da informação; os tipos de informação, entre outros indicadores. De uma ou de outra forma de utilização e verificação dos vínculos deve-se considerar que para medir a força ou a intensidade dos vínculos é necessário estabelecer números.

No momento da pesquisa, esta deve ser iniciada pelos atores definidos previamente. Caso no momento da aplicação dos questionários os atores apontem novos atores da rede, opta-se por entrevistá-los ou não, de acordo com os interesses da pesquisa. Primeiramente verificam-se os agentes já relacionados e depois aqueles que podem fazer parte da rede.

O alcance da pesquisa deve refletir na abrangência do estudo e suas representatividades, quanto às relações sociais no contexto da observação. Os limites geográficos da pesquisa são fundamentais para o foco do estudo.

4.2 AS RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES LOCAIS: KLABIN E TELÊMACO BORBA: ESTRUTURA DA PESQUISA DE CAMPO

Considerando as relações históricas entre a Klabin e Telêmaco Borba, as relações expressas nos dias de hoje resultam em impactos positivos ou negativos ao desenvolvimento local?

A partir desta pergunta de pesquisa resultam questões que complementam seu entendimento, tais quais:

1. Quais as relações entre a Klabin e o Local hoje, quanto às parcerias para a realização de ações ao desenvolvimento local?

As relações observadas pela pesquisa de campo podem ser de inúmeras naturezas. No entanto, para fins de observação do desenvolvimento local, observaram-se as parcerias realizadas entre os agentes locais. Ao estabelecerem vínculos, os agentes tornam-se mais efetivos nos resultados obtidos pelas ações ao desenvolvimento local. Por outro lado, a congregação de esforços permite que várias ações, que não seriam realizadas se organizadas individualmente pelos agentes, aconteçam.

2. Qual a dependência entre as organizações?

A dependência entre as organizações determina o fortalecimento dos vínculos para o desenvolvimento local. Por outro lado, esta dependência torna as ações menos perecíveis ao tempo. As dependências econômicas tornam as relações e a sobrevivência das organizações vulneráveis.

3. Qual a intensidade das relações?

A intensidade pode ser compreendida pela dependência que as organizações têm umas das outras com relação à parceria, bem como o benefício gerado por cada uma destas parcerias.

4. Qual a distância entre as organizações?

A distância entre as organizações podem ser observadas pela verificação conjunta do número de relações, da dependência e do benefício gerado pela parceria.

5. Qual a organização que mais centraliza as relações da Base Local?

As medidas de centralidade, que verificam o número de relações que cada organização apresenta.

6. Estas relações impactam positivamente ou negativamente no desenvolvimento local?

O impacto das relações no desenvolvimento local pode ser positivo ou negativo ao processo de desenvolvimento e isso deve ser observado caso a caso, visto que há relações de dependência entre os agentes para realizar suas ações que podem ser ora positivas e ora negativas. Serão positivas quando dissiparem resultados aos demais agentes do município e não concentrarem para si os ganhos obtidos pela a parceria.

De acordo com as perguntas de pesquisa seguem alguns pressupostos sobre as relações entre os agentes locais:

- Os vínculos com a Klabin são resistentes ao tempo.
- Atores locais apresentam dependência das ações da Klabin.
- Há maior intensidade nas relações com a Klabin.
- A rede social local está completamente atrelada às relações diretas com a Klabin e a Prefeitura fica em segundo plano. Ou seja, o desenho institucional do local, da rede social, tem a Klabin como centro e a esfera municipal do poder do Estado é o segundo centro da rede social.
- A rede social local determina uma condição positiva ao desenvolvimento, visto que esta garante a congregação de esforços para a realização de ações que resultam em impactos positivos no desenvolvimento local como melhoria da saúde, educação, sociedade, bem estar, entre outros.
- A presença do Estado é um elemento de ruptura à dependência do município em relação à Klabin, visto que a Prefeitura é o segundo principal contato entre as instituições.
- Sobre o impacto da relação dos agentes no desenvolvimento do município, considera-se uma influência positiva, visto que as ações e interações entre os agentes melhoram a Base Local para que haja condições ao bem estar. O detalhamento destas relações com o desenvolvimento local estará expresso no item 4.2.1.

Considerando as perguntas de pesquisa, o objetivo desta pesquisa de campo consiste em:

- a. Estruturar uma Rede de relações existentes entre os agentes locais, por meio da observação das parcerias.
- b. Observar se estas relações, suas intensidades e benefícios impactam positivamente ou negativamente no desenvolvimento de Telêmaco Borba.

4.2.1 Detalhamento da Pesquisa de Campo

Como a observação do objeto de estudo revelou, pelo levantamento histórico, que o município de Telêmaco Borba teve seu início a partir da Klabin e que durante muito tempo foi amparado pela empresa, a base da pesquisa de campo visa verificar se os agentes locais ainda dependem da Klabin e somente dela para desenvolver o local.

Os agentes locais compõem a base local²⁵ para o desenvolvimento, a qual diz respeito a todas as organizações do município. Ainda retomando a observação do estudo, ressalta-se que a condição do desenvolvimento local está sob verificação a partir da atividade econômica. O histórico deste estudo apresentou toda a estruturação do município a partir da Klabin, tal estrutura é composta de pessoas e organizações que constituem a base local ao desenvolvimento local. Os seja, se hoje existe uma base local, esta teve origem na atividade econômica de celulose e papel. Resta compreender se a dependência que os agentes tinham da Klabin para desenvolver-se está presente nos dias de hoje.

Criar condições ao desenvolvimento implica nas relações entre os agentes da base local para a realização de ações para o município. Como a atividade econômica foi o ponto de observação do desenvolvimento local, segregou-se esta categoria da base local, formando dois grupos para a ARS: Atividade Econômica e Atividade da base local (sem agentes da Atividade Econômica).

Desta forma, será observada a percepção da base local sobre sua dependência em relação à Klabin. Como limitação da pesquisa de campo, ressalta-se a validação contrária das percepções que será possível mediante a resposta da Klabin ao questionário e ficará sob análise de próximos estudos. Entretanto, a

²⁵ Conforme apontado na discussão teórica deste estudo e enfatizado por Silva (2005) e Silva (2006), o desenvolvimento local depende das pessoas, pois elas integram o desenvolvimento, elas são o foco dos objetivos a serem alcançados e elas o tornam possível.

verificação contrária também instiga à percepção de dependência da Klabin em relação ao município. Verificar, portanto, em que medida a Klabin depende de Telêmaco Borba para sobreviver no mercado.

Contudo, os grupos de atores entrevistados serão: Atividade Econômica e Atividade de base local, visto que os atores destes grupos representam a base mínima para o desenvolvimento local. Eles estão relacionados positivamente com o crescimento do local, considerando que ao mesmo tempo que dependem do crescimento para atuarem, o crescimento depende destes grupos para permanecer crescendo.

Desta forma considera-se que:

a) Sobre a Base Local:

- É constituída de equipamentos urbanos, órgãos públicos e da sociedade civil organizada.
- Dependem de recursos públicos, doações e prestação de serviço social.
- Os recursos públicos dependem da arrecadação, ou seja, da atividade econômica.
- Quanto maior a arrecadação, mais estruturada será a base local.
- A Klabin é uma atividade representativa no município, portanto com alta arrecadação e contribui positivamente para a instalação da base local (relação indireta).
- A Klabin como agente local pratica ações de responsabilidade social e investe na instalação e na estrutura da base local (relação direta).
- Estão relacionados à evolução da atividade econômica.
- Dependem da atividade econômica e de suas demandas por geração de conhecimentos, inovação, informação, qualidade de mão-de-obra, entre outros.
- Quanto maior a atividade econômica maior a demanda sobre a Base Local.
- Quanto mais efetivo for o papel da base local, melhor a atividade econômica.
- Como a Klabin é uma atividade econômica que demanda formação do conhecimento, qualidade de mão-de-obra, informação, entre outros, ela estimula a instalação de organizações da base local. (relação direta).

- A Klabin ao desencadear outras atividades econômicas amplia a demanda sobre a base local. (relação indireta).

b) Sobre Atividade Econômica:

- A atividade econômica local depende da dinâmica da Klabin.
- A Klabin ao permanecer no local desencadeia outras atividades econômicas.

4.2.1.1 Questionário

Esta pesquisa de campo está baseada em entrevista estruturada previamente pelo questionário (apêndice 1). O critério de escolha dos agentes a serem entrevistados foi estabelecido pelo aparecimento destes no histórico da Klabin. Assim, o questionário tem por objetivo observar as seguintes questões:

1. Se as instituições de Telêmaco Borba possuem origem relacionada à Klabin e se isso continua ocorrendo nos anos recentes.
 - a. Caso isto se confirme, a Klabin permanece como indutora do crescimento local.
 - b. Se não for confirmado, a Klabin vem perdendo os vínculos diretos com o crescimento local.
2. Se os fundadores das instituições são pessoas locais.
 - a. Se os fundadores forem pessoas locais, Telêmaco Borba apresenta crescimento autônomo.
 - b. Se os fundadores forem pessoas de fora, Telêmaco Borba apresenta uma força de atração.
3. A partir do conhecimento da atividade principal da instituição será verificado se a instituição apenas desempenha o que lhe é de respeito, se desempenha atividades além daquela de sua atribuição.
 - a. Se desempenhar apenas atividades que são de sua competência, não apresenta aparentemente fortes vínculos com o desenvolvimento local, por não estimular a base local pelas interações.
 - b. Se desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, contribui para a consolidação e interação da base local.
4. Quanto aos relacionamentos da instituição, será verificado se estas realizam parcerias apenas para os fins que lhe competem, para outras atividades além daquelas que lhe competem e para outros fins.

- a. Se realizar parcerias para os fins que lhe compete, está consolidando sua atividade e garantindo seu papel enquanto agente local.
 - b. Se realizar parcerias para fins além daqueles que lhe competem, está intensificando e fortalecendo a base local para o desenvolvimento.
 - c. Caso não realize parcerias diminui os vínculos com a base local, enfraquecendo as condições para o desenvolvimento.
5. O número de parcerias realizadas por instituição.
- a. Quanto maior o número de parcerias melhor as relações entre os agentes e melhor a condição da base para o desenvolvimento, principalmente na busca de soluções para tal.
6. A verificação do início das parcerias está relacionada à observação da evolução das relações entre os agentes locais.
- a. Caso sejam parcerias recentes, significa que há vulnerabilidade diante da condição de desenvolvimento vem reduzindo.
7. Verificar a dependência, a intensidade, a distância e a centralidade na realização de ações.
- a. Caso uma instituição apresente dependência de outras instituições para a realização de atividades que lhe competem, a existência desta instituição é vulnerável às oscilações externas a ela e ameaça a base local.
 - b. Caso uma instituição apresente dependência de outras instituições para realizar as atividades que não são de sua competência, os esforços para a melhoria das condições de desenvolvimento encontram-se ameaçadas. Ou seja, aqueles esforços 'a mais' são vulneráveis.
8. Quanto às relações com a Klabin:
- a. Se a instituição depender da empresa para realizar as atividades que lhe competem, fica ameaçada pelos posicionamentos da empresa e apresenta uma relação direta de sobrevivência.
 - b. Se a instituição depender da empresa para realizar atividades além daquelas que lhe competem, que sofre mais é a base local e a relação é indireta à sobrevivência da instituição.
9. A verificação das possíveis perturbações que as estratégias da Klabin, enquanto atividade econômica, poderiam causar está relacionada ao quão dependente é o município desta atividade econômica.

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas realizadas na pesquisa de campo permitiram conhecer algumas formas de pensar e sobre o que está em pauta no dia-a-dia dos telemacoborbenses. Vale destacar inicialmente o contexto municipal para compreender em que circunstâncias estão ocorrendo as relações entre os agentes locais. Entre os anos de 2006 e 2008, a Klabin realizou seu projeto de expansão e, tradicionalmente, receberá a visita do Presidente brasileiro para sua inauguração. No momento, a Usina Hidrelétrica de Mauá está iniciando suas obras pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Ademais, Telêmaco Borba passa por uma gestão de governo sem precedentes e vive as expectativas das eleições municipais e se prepara para a construção do Hospital Regional de Telêmaco Borba, pelos programas do Governo Estadual. O município também já está recebendo os investimentos para a instalação do IFET. Nos últimos anos, o município também recebeu investimentos de novas firmas na indústria da madeira e de celulose e papel. A periferia da cidade é a área de maior debilidade quanto ao desenvolvimento em que se destacam problemas de pobreza, drogas, criminalidade, salubridade, entre outros. Vale ressaltar que a região urbana de Telêmaco Borba não tem mais para onde crescer, visto que 93%²⁶ das terras do município pertencem às florestas da Klabin.

Há na cidade, orgulho em ser e respeito sobre os 'pioneiros'. Aquelas primeiras pessoas que residiram em Telêmaco Borba, antes mesmo de sua emancipação. Ou seja, pessoas que moravam em Harmonia, porque seus pais eram trabalhadores da Klabin. Também são pioneiros os primeiros residentes da Cidade Nova.

Estes fatos marcam o contexto atual de Telêmaco Borba, em que os agentes agem e interagem para cumprir com seus objetivos.

Culturalmente, de acordo com o relato dos entrevistados, a população pensa que tudo é função da Klabin. Tudo o que acontece na cidade, sejam ou não impactos da ação da Klabin, são considerados pela população como 'coisas da Klabin'. Ou seja, o que acontece, bom ou ruim: 'foi a Klabin'. Por outro lado, as pessoas que estão atreladas às ações de outras instituições têm conhecimento de que a Klabin é muito forte no município, mas que há muito que se faz sem sua

²⁶ Este dado foi alterado de acordo com o novo Plano Diretor do município, visto que antes este percentual era de 95%

dependência ou relação. Consideram que em tempos anteriores a dependência do município era muito maior das ações da empresa, mas que hoje o município já caminha paralelamente, mas ainda muito influenciado.

Fato marcante na organização dos agentes municipais é a posição dos dirigentes ou representantes das instituições, visto que é comum que estes ocupem cargos de direção ou representação de mais de uma instituição, ou de várias delas.

Foram entrevistados os seguintes atores, que, de acordo com suas atribuições são classificados em:

- Atividade da Base Local
 1. Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba
 2. Secretaria Municipal de Ação Social
 3. Secretaria Municipal de Saúde
 4. Secretaria de Cultura, Esporte e Recreação – Divisão Cultural
 5. Colégio Dom Bosco
 6. Faculdade de Telêmaco Borba
 7. Associação Comercial e Empresarial de Telêmaco Borba (ACITEL)
 8. SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)
 9. SINDIMATEL (Sindicato dos Trabalhadores Ind Papel Celulose Pasta de Madeira Telêmaco Borba)
 10. SINTRACON (Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. da Construção Civil e do Mobiliário de Telêmaco Borba)
 11. APOSTE (Associação dos Aposentados de Telêmaco Borba)
 12. COTEPAM (Cooperativa Telemacoborbense dos Produtores de Artefatos de Madeira)
- Atividade Econômica
 1. Braslumber

4.3.1 Sobre a Fundação das Instituições (Agentes Entrevistados)

As Instituições entrevistadas, que representam os agentes locais, surgiram em Telêmaco Borba desde 1957. Dos 13 agentes entrevistados, 3 fundaram-se na década de 1960, 1 na década de 1970, 1 na década de 1980, 2 na década de 1990 e 4 nos anos 2000. Observa-se, portanto, a fundação recente dos agentes.

A origem de 7 agentes está relacionada às pessoas de Telêmaco Borba. Outros 2 agentes têm origem relacionada a pessoas de outras cidades e 3 agentes estabeleceram-se pela união de pessoas de Telêmaco Borba e de outras cidades.

Quanto à relação do estabelecimento às Instituições locais, 4 agentes tiveram sua fundação relacionada à Klabin, 5 agentes relacionados à Prefeitura e 3 agentes estabeleceram-se devido outros agentes, que tiveram sua fundação pela necessidade da organização da classe trabalhadora e do comércio local. Mesmo as instalações mais recentes têm relação com a Klabin.

4.3.2 Sobre as Relações entre as Instituições: A Rede Social

De acordo com as entrevistas realizadas, as ações em parceria vêm se intensificando nos últimos e as parcerias atuais realizadas a partir de quatro anos são mais numerosas, mesmo porque, dizem respeito à última gestão do Governo Municipal. No entanto, há ações que são realizadas à muito tempo, sem definição por parte dos entrevistados.

Como as instituições foram entrevistadas sem direcionamento prévio, as parcerias descritas podem não constituir por completo as ações realizadas. Para privar as instituições dos resultados que dizem respeito aos benefícios gerados pelas parcerias, estes serão apresentados apenas graficamente, quando os estudos da pesquisa de campo estiverem mais aprofundados.

A Prefeitura Municipal realiza ações em conjunto com o Governo Estadual e Federal, com empresas como SANEPAR e COPEL, com o SENAC de Ponta Grossa, com a UEPG e com a Fundação UEPG, com os Conselhos Municipais, com o CIEE, com a Klabin, com a Agência do Trabalhador, com a Guarda Mirim, com a Braslumber e com a ACITEL. Estas parcerias resultam em ações de saneamento, iluminação, educação, ensino, qualificação, segurança, mão-de-obra para o serviço público, empreendedorismo local, capacidade de geração de renda e emprego e habitação rural. Os contatos realizados são em maioria realizados pelo Secretário Geral de Governo e a periodicidade dos contatos em maioria são diárias, semanais e quinzenais. A maior dependência da Prefeitura para a realização de suas ações é das outras esferas de governo e das estatais, além da alta dependência das realizações dos Conselhos Municipais e das ações em parceria com SENAI e UEPG.

A Secretaria Municipal de Ação Social realiza ações conjuntas, formais e informais, com as demais secretarias municipais, com a Braslumber, com a Scan Com, com a Klabin, com o Governo do Estado e Federal, com a APPAE, com a Guarda Mirim, com o Asilo e com a Apostal. São ações para beneficiar a qualidade de vida da população com relação à saúde, alimentação, qualificação de mão-de-obra e cultura. Atende faixas populacionais carentes e beneficia idosos e crianças, além dos benefícios sociais gerais de famílias como um todo. Possui dependência alta com relação às instituições que ajudam no fornecimento de alimentos, móveis e na realização de programas e baixa dependência das instituições que são ajudadas com os programas e ações. Os contatos com as parceiras que ajudam nas realizações e nos suprimentos são eventuais e os contatos com instituições que são ajudadas são de menor periodicidade, principalmente quinzenais. As Assistentes Sociais são as responsáveis pelos contatos e quando as ações estão relacionadas à grandes instituições estes são realizados inicialmente pelo secretário.

A Secretaria Municipal de Saúde realiza seus atendimentos por meio de postos de saúde, que foram doados pela Klabin, quando esta fechou o Hospital de Harmonia. Possui parcerias com as demais secretarias municipais, com o Colégio Positivo, com o Hospital da cidade, com empresas, com a Klabin, com a ACITEL e com o SENAC. Realiza ações que atendem a saúde da população e a qualificação de mão-de-obra para este fim. A dependência das empresas principalmente é relativa, pois teria que encontrar meios para realizar suas ações caso isto não fosse facilitado pelas parceiras. Possui alta dependência do hospital e das demais secretarias de governo. O contato com as instituições varia de acordo com a importância das ações realizadas. Por exemplo, os contatos com o hospital são diários e os contatos com as empresas eventuais de acordo com as realizações das ações. Os contatos são realizados pelo Secretário e pelos funcionários da Secretaria.

A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Recreação, Divisão Cultural, realiza ações com as demais secretarias municipais, com o Lions, com o Rotary, com a ACITEL, com a APOSTE, com a APPAE, com a AACT, com a CEMEP, com o Clube de Mães, com a Klabin, com a Braslumber, com o CCI entre outras instituições. Os contatos são realizados pelos funcionários da secretaria e são em maioria eventuais. A dependência das parcerias são baixas, mas vale ressaltar que se não fossem essas o orçamento da secretaria não teria condições de promover os

eventos culturais neste volume. A maioria das parcerias são realizações de eventos no Centro Cultural.

O SENAI realiza as parcerias com a Prefeitura, mas em maioria atende empresas. Os contatos normalmente são realizados apenas pelo analista de relações com o mercado e são realizadas ações de qualificação de mão-de-obra, bem estar de funcionários das empresas, processo seletivo de pessoal para as empresas. A dependência das instituições parceiras é baixa em geral, se tornando alta apenas quando estas são essenciais para o posicionamento do SENAI local no mercado nacional ou trazem altos benefícios para a população local.

A ACITEL possui cerca de 350 associados e sua principal parceria é com a representante nacional, FACEAP, que possibilita os convênios com a Unimed e com o SEBRAE, que disponibilizou um balcão de atendimento para a ACITEL. Também estabelece relações com as Secretarias municipais. De forma geral os convênios são realizados para atender as empresas no que diz respeito à geração de conhecimento, qualificação de mão-de-obra, saúde e qualidade de vida nas organizações. Os contatos são realizados, em maioria, pelos funcionários e possuem caráter principalmente eventual, de acordo com o benefício a ser gerado.

A COTEPAM surgiu pela extinção do CETMAM. Possui parcerias com a Prefeitura, que disponibiliza o local para os estudos da madeira, e com outras empresas e cooperativas que definem as relações com fornecedores, compradores e tecnologia dos produtos da Cooperativa da Madeira. Os contatos são feitos em maioria pelos cooperados e têm a periodicidade variada em semanal, mensal e bimestral. Há alta dependência com as parcerias que dizem respeito à atividade econômica da cooperativa, como as relações com fornecedores, compradores e com a geração de conhecimento para novas técnicas de uso da madeira.

A FATEB realiza parcerias para aplicar praticamente o conhecimento dos cursos. Desta forma possui baixa dependência das parcerias e os contatos são realizados em maioria pelas coordenações e diretoria.

O Colégio Dom Bosco não possui parcerias locais, mas utiliza o mesmo prédio da FATEB. A construção da escola foi realizada para otimizar a utilização do espaço da Faculdade.

A Braslumber possui como parceria principal o fornecimento de toras pela Klabin. Realiza ações de responsabilidade social no município, em parceria com a Prefeitura e Secretarias, além dos programas sociais internos à empresa. Também

se relaciona com SESI e SENAI, para realização de treinamentos e programas sociais.

Os Sindicatos possuem relação profissional com os as empresas e estabelecem convênios com o comércio local ou profissionais de saúde para beneficiar seus contribuintes.

A Aposte relaciona-se com a Klabin, que é fundamental para a estrutura do local do estabelecimento, com a Prefeitura que garante o local do estabelecimento, com as Secretarias para a realização de atividades sociais e de lazer aos aposentados e possui alguns convênios com médicos e dentistas para atendimento dos aposentados.

Depois de descritas de modo geral as relações entre os entrevistados e os demais agentes do município, é possível seguir para o estabelecimento da rede social. A figura 4.1 apresenta os vínculos existentes entre os agentes entrevistados. A Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, representada por suas Secretarias, apresentam o maior número de vínculos, com agentes que também estão relacionados com outros agentes no local. Esta rede apresenta todo e qualquer tipo de relação entre os agentes independentemente de parcerias realizadas. O SINDIMATEL não apresenta relações com os demais agentes entrevistados, embora seu contato tenha sido obtido pela entrevista o SINTRACON.

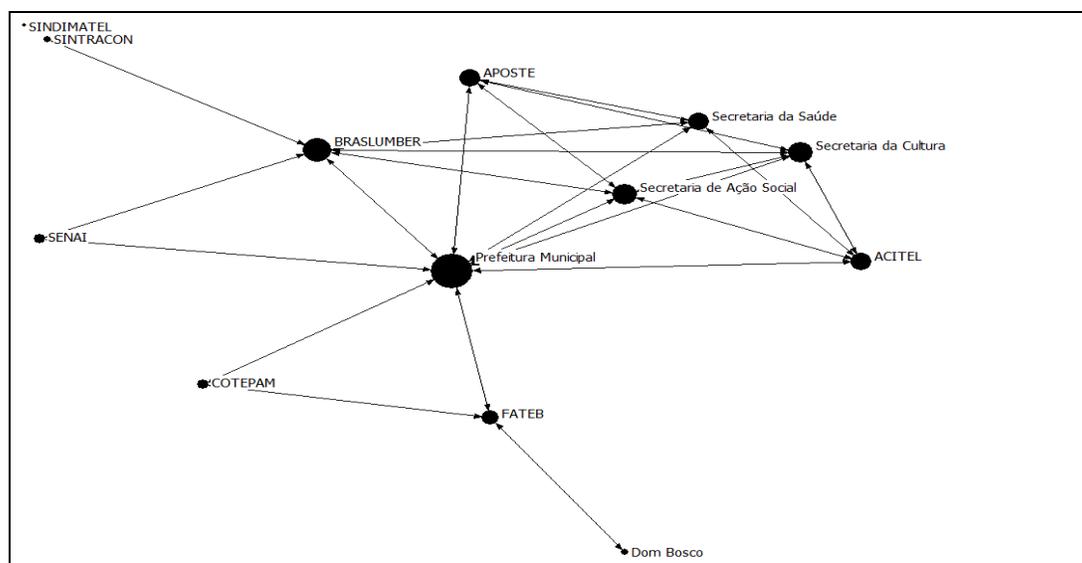


FIGURA 4.1 – VÍNCULOS ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENTREVISTADOS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

A figura 4.2 mostra a estrutura da rede baseada nas parcerias dos agentes entrevistados. O SINTRACON e o SINDIMATEL não realizam parcerias com os agentes entrevistados. A Prefeitura e a Braslumber determinam a centralidade da Rede, o que pode ser observado pelo tamanho do círculo de suas representações.

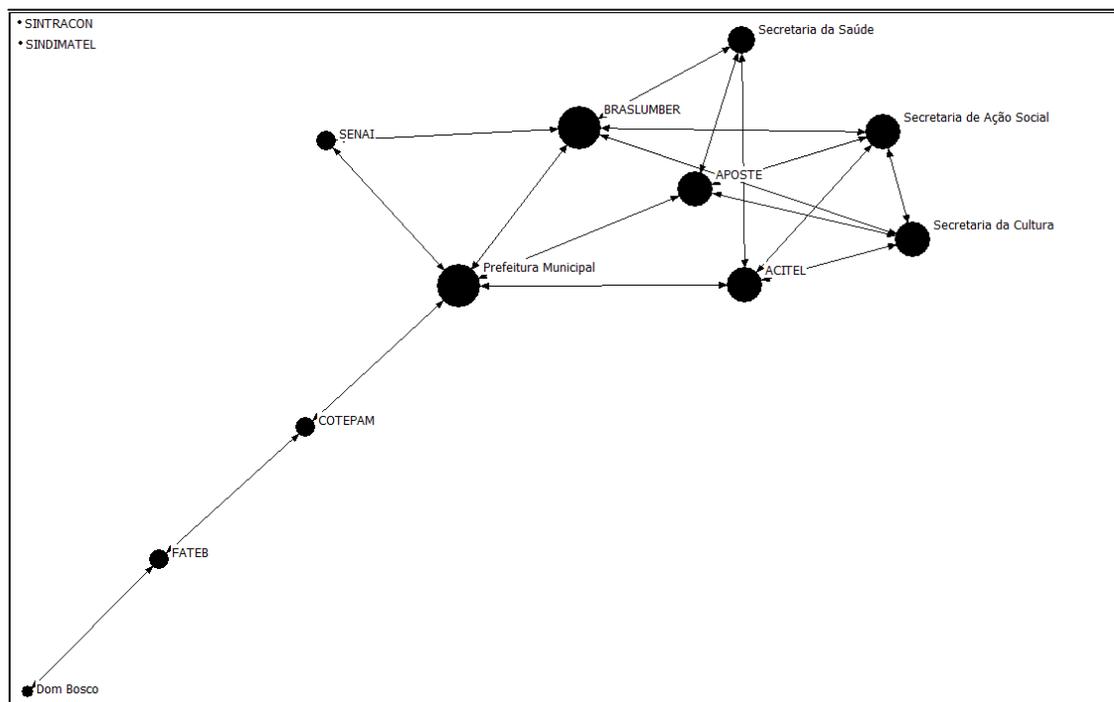


FIGURA 4.2 – PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENTREVISTADOS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

A figura 4.3 apresenta a rede estruturada com todas as parcerias realizadas e relatadas pelos agentes entrevistados. As instituições que apresentam maior número de vínculos são: Prefeitura Municipal (17), Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Recreação (16), Secretaria Municipal de Ação Social (10), Secretaria Municipal de Saúde (8), COTEPAM (8), ACITEL (8), Klabin (8), FATEB (7) e as demais instituições com 6 vínculos ou menos.

Esta rede (figura 4.3) mostra a centralidade²⁷ definida pela Prefeitura e pela Secretaria da Cultura. Como é o número de parcerias que determina a centralidade,

²⁷ Medida pela centralidade de Grau que possui a seguinte definição: “É o recurso que identifica o número de contatos diretos que um ator mantém em uma rede, vale dizer, é o que mede o nível de comunicação de um ator.” (TOMAÉL; MARTELETO, p. 79, 2006).

a Braslumber, não se destaca como verificado na figura 4.2. Sem a representação dos vínculos e das flechas (rede abaixo) que determinam a direção das parcerias é possível observar a distância entre os agentes. A direção da parceria é entendida a partir do relato da entrevista até o agente citado, pela organização entrevistada. Trata-se de um cálculo de distância a partir da repulsão dos nós, obtida de modo igual para o comprimento dos vínculos.

O colégio Dom Bosco, apesar de utilizar o mesmo prédio que a FATEB, apresenta-se relacionado por parceria apenas com o Grupo Dom Bosco. Pelo avanço da pesquisa de campo, o SINTRACON e o SINDIMATEL agora apresentam-se ligados à rede. Já os agentes da Atividade Econômica, Braslumber e Klabin, apesar de próximos ao centro, não constituem centralidade na rede de relações.

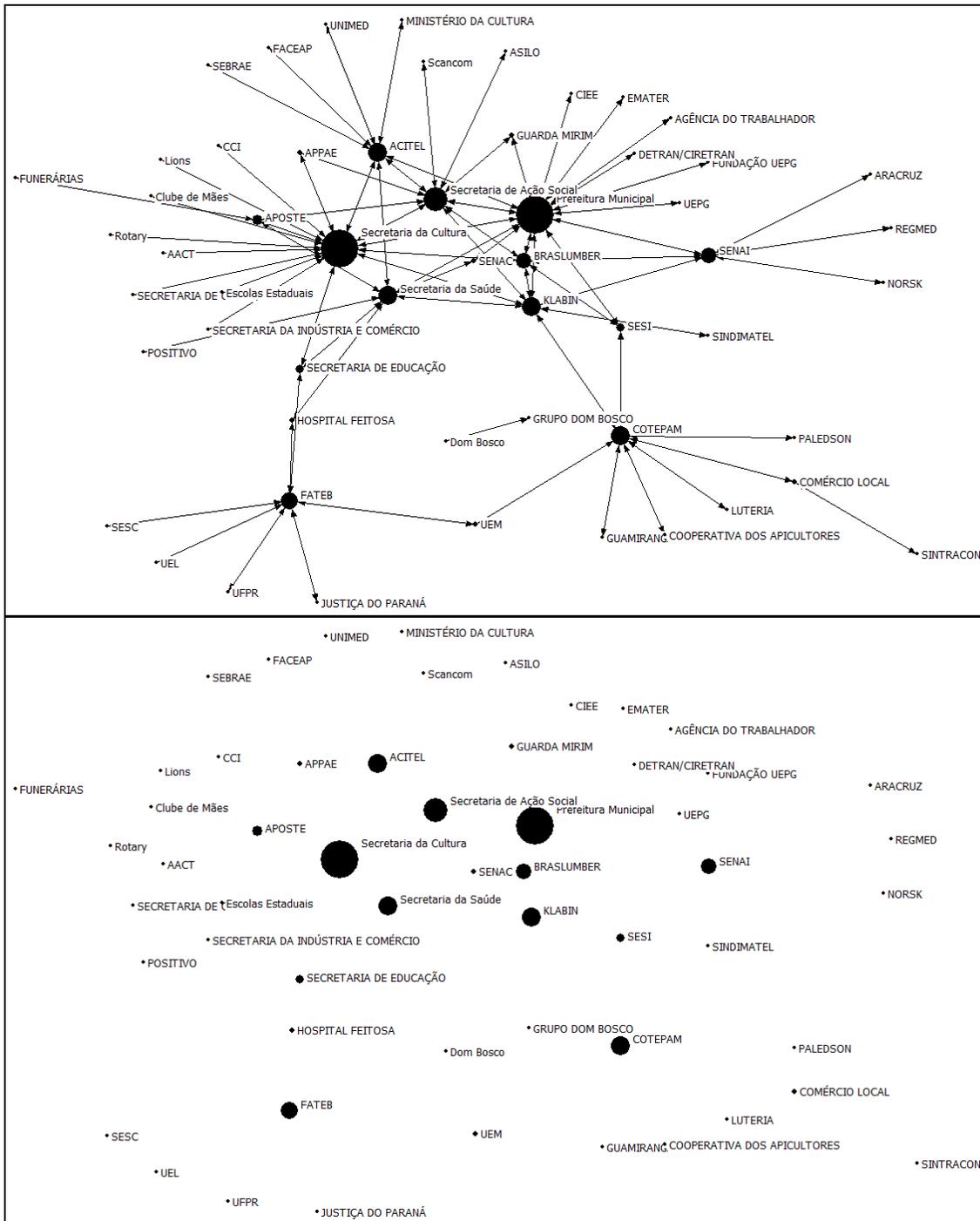


FIGURA 4.3 – PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU
 FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

Nas entrevistas, os agentes foram perguntados sobre a dependência de sua instituição com relação à parceria realizada. Esta questão resultou na seguinte rede, representada graficamente pela figura 4.4. Nota-se que apesar de a Prefeitura se a

centralidade das dependências (verificação que se dá pelo tamanho da representação gráfica dos círculos), o agente que concentra maior número de dependência é a Klabin. A disposição gráfica não coloca a Klabin como centro porque as medidas de análise desconsideram o número de dependências mencionadas em prol do número de parcerias realizadas. Ou seja, o fato de a Prefeitura ter citado inúmero agentes com os quais realiza parceria, coloca-a como centralidade. Apesar de a Klabin não ter sido entrevistada e não ter citado suas parcerias, foi indicada como parceira e, além disso, como ponto de dependência dos agentes entrevistados em sete parcerias (figura 4.5). A figura 4.5 representa a mesma rede da figura 4.4, sem os vínculos, apenas com os agentes e pontos indicados de dependência.

A figura 4.4 ainda mostra a reciprocidade da dependência indicada (pelas linhas vermelhas). Há reciprocidade de dependência entre ACITEL e Secretaria da Cultura; Aposta e Secretaria de Ação Social; SENAI e Braslumber; e SENAI e Prefeitura. Isto indica que o SENAI congrega características e atividades relevantes que estabelecem vínculos sólidos e entre as instituições.

Os vínculos entre os agentes da base local e a Klabin, não são tão vulneráveis quanto àqueles estabelecidos com a atividade econômica da Braslumber. No entanto, o contraponto desta dependência é uma oportunidade para a continuidade desta pesquisa.

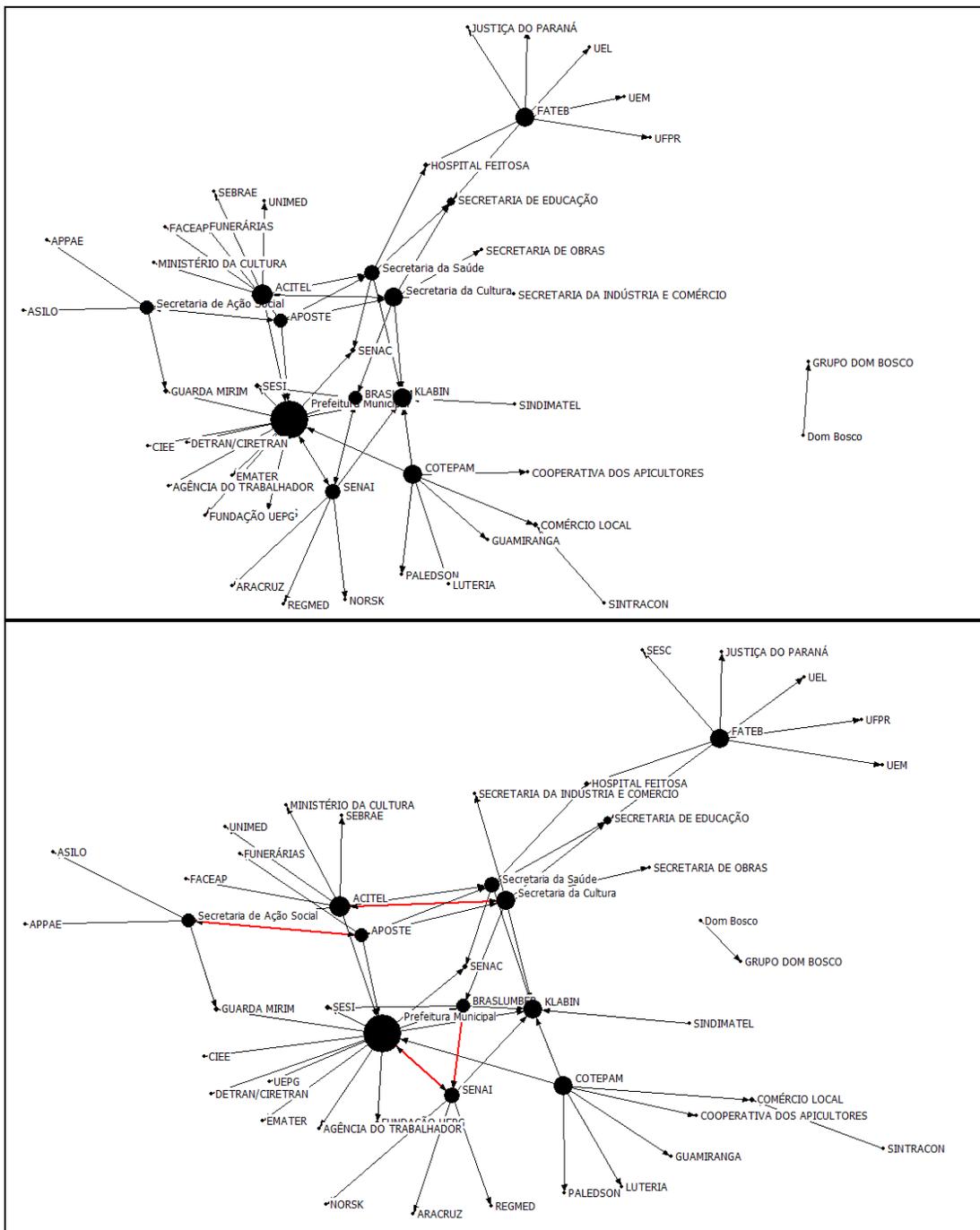


FIGURA 4.4 – DEPENDÊNCIAS DAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS;
CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

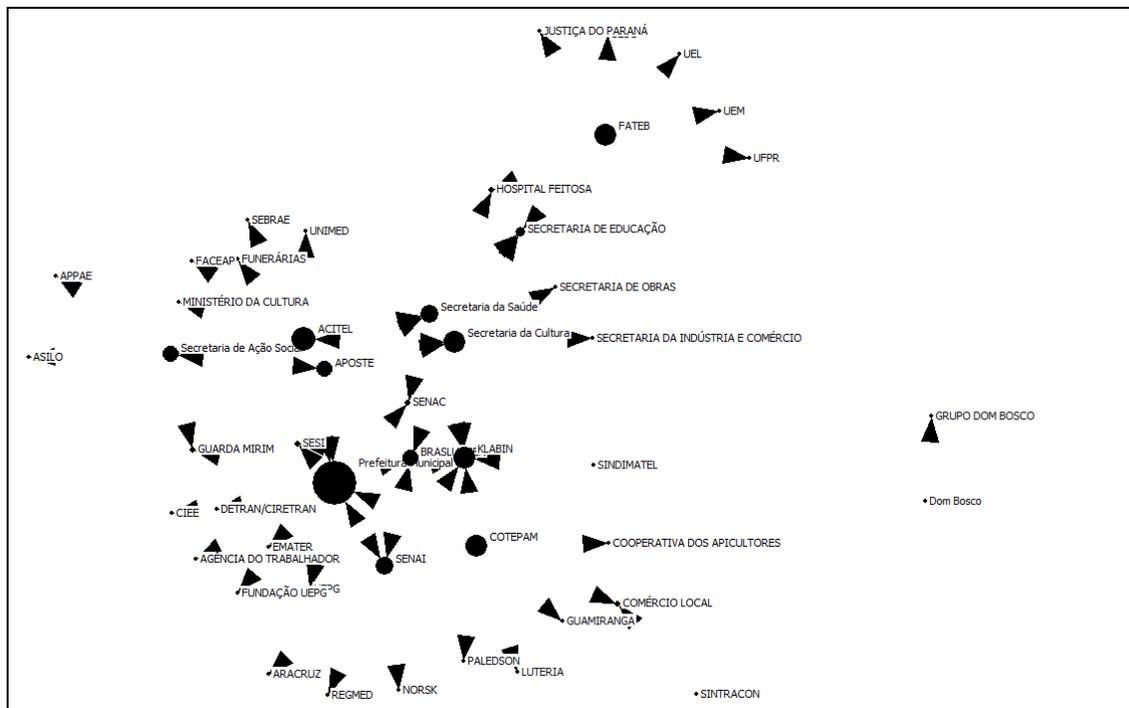


FIGURA 4.5 – DEPENDÊNCIAS APONTADAS NAS PARCEIRAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS;
CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

Quando questionados pela dependência das parcerias, os agentes tiveram que determinar o grau entre alto, médio ou baixo. As parcerias de baixa dependência estão expressas na rede da figura 4.6. Como centralidade aparece a FATEB, pelo número de parcerias realizadas. Nota-se também que para este nível de dependência a rede aparece segregada em 5 redes menores e que 28 agentes locais ficam à margem desta relação.

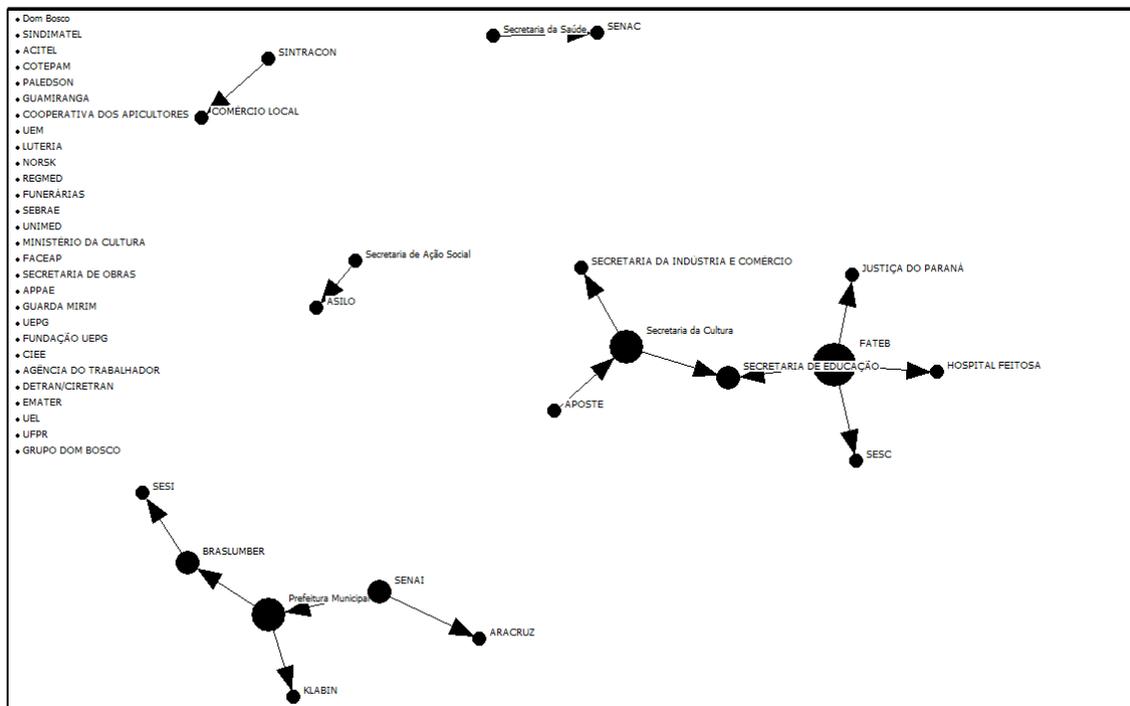


FIGURA 4.6 – DEPENDÊNCIA BAIXA APONTADA NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

A figura 4.7 mostra as dependências de nível médio nas parcerias realizadas entre os agentes. Para estas parcerias aparecem duas reciprocidades e a rede apresenta-se segregada em 4 redes menores. São 31 agentes que apresentam-se à margem destas relações. Isto indica que as parcerias de dependência de grau 1 (figura 4.6) relacionam maior número de agentes, apesar de segregar mais a rede e de não haver reciprocidade entre as relações. Fato interessante desta constituição da rede é a Klabin estar em uma aglomeração e a Prefeitura em outra.

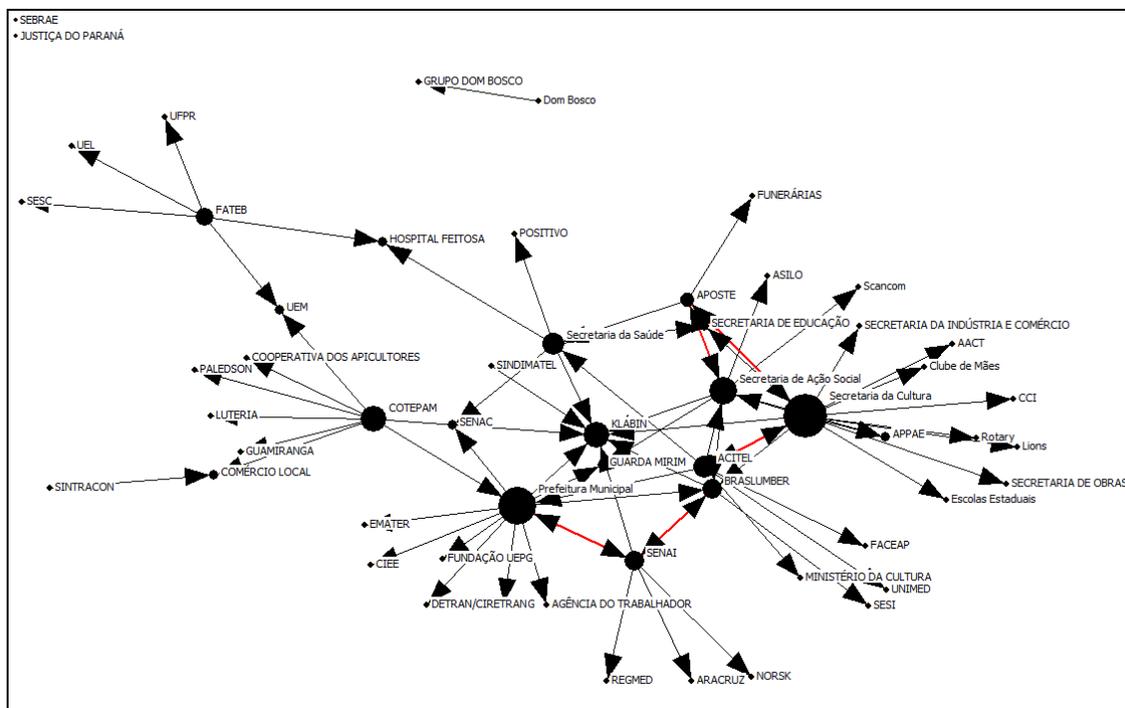


FIGURA 4.9 – BENEFÍCIO APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS;
CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

Para verificar a intensidade das relações e a distância entre os agentes na rede, foram cruzadas as matrizes de dependência e de benefício. Desta forma, foram eliminadas as parcerias que indicavam ou dependência ou benefício, apresentando uma rede mais consistente, em que o grau de dependência foi multiplicado pelo grau do benefício.

As figuras a seguir constituem as redes representadas graficamente de maior valor para o conhecimento entre as relações entre os parceiros.

A figura 4.10, a Prefeitura apresenta-se como centralidade e a Klabin como elemento de maior dependência e benefício pela percepção dos agentes. As reciprocidades de benefício e dependência estão expressas pelas linhas vermelhas, mas não apresentam variações significativas com relação às reciprocidades que apareceram nas demais relações traçadas.

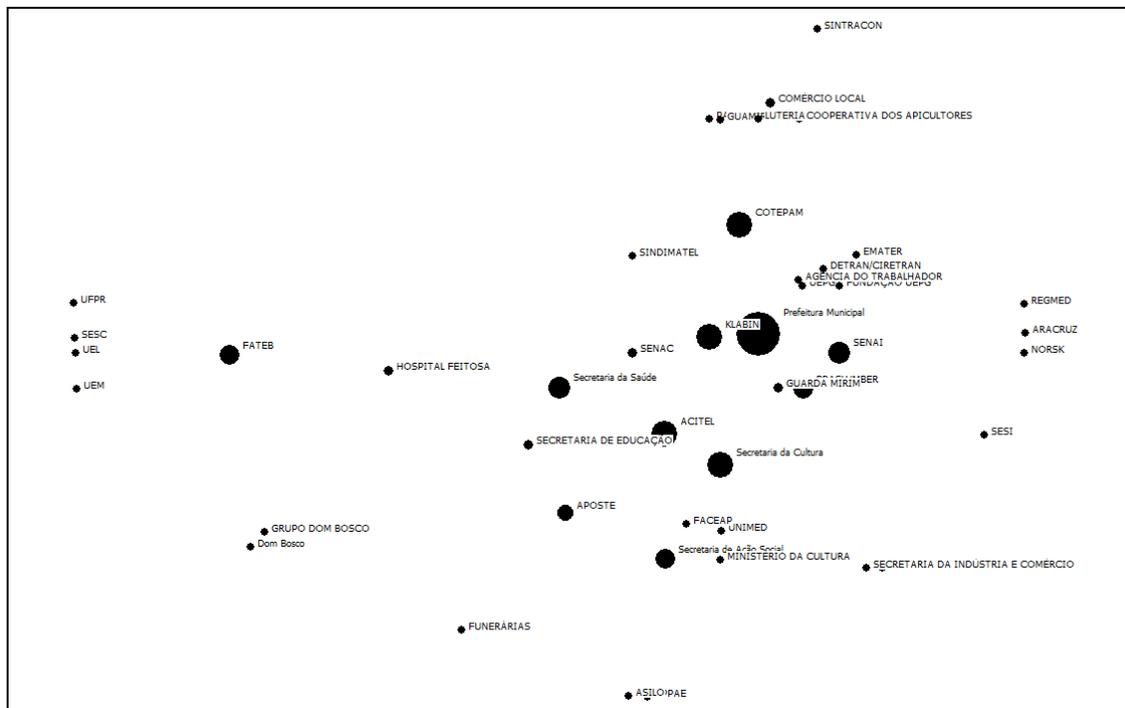


FIGURA 4.12 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) E DISTÂNCIA GEODÉSICA DAS RELAÇÕES APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS; CENTRALIDADE MEDIDA PELO GRAU

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

A figura 4.13 apresenta as distâncias entre os agentes com base no escalonamento multidimensional métrico de Gower (análise das coordenadas principais), que reduz a dimensionalidade ao desprezar baixos valores da variabilidade (MOREIRA, 2006). Ou seja, as distâncias apresentadas nesta rede, eliminam a variabilidade obtida pela multiplicação do benefício pela dependência, estabelecendo a distância com menor implicação da intensidade das relações.

No entanto, a medida de centralidade desta rede permaneceu a mesma da figura 4.12, que considera a variabilidade dos benefícios pelas dependências.

A partir destas considerações, a Prefeitura passa a ser novamente o centro da rede (distância) e tanto a Klabin quanto a Prefeitura estabelecem a centralidade (tamanho da circunferência) do modelo.

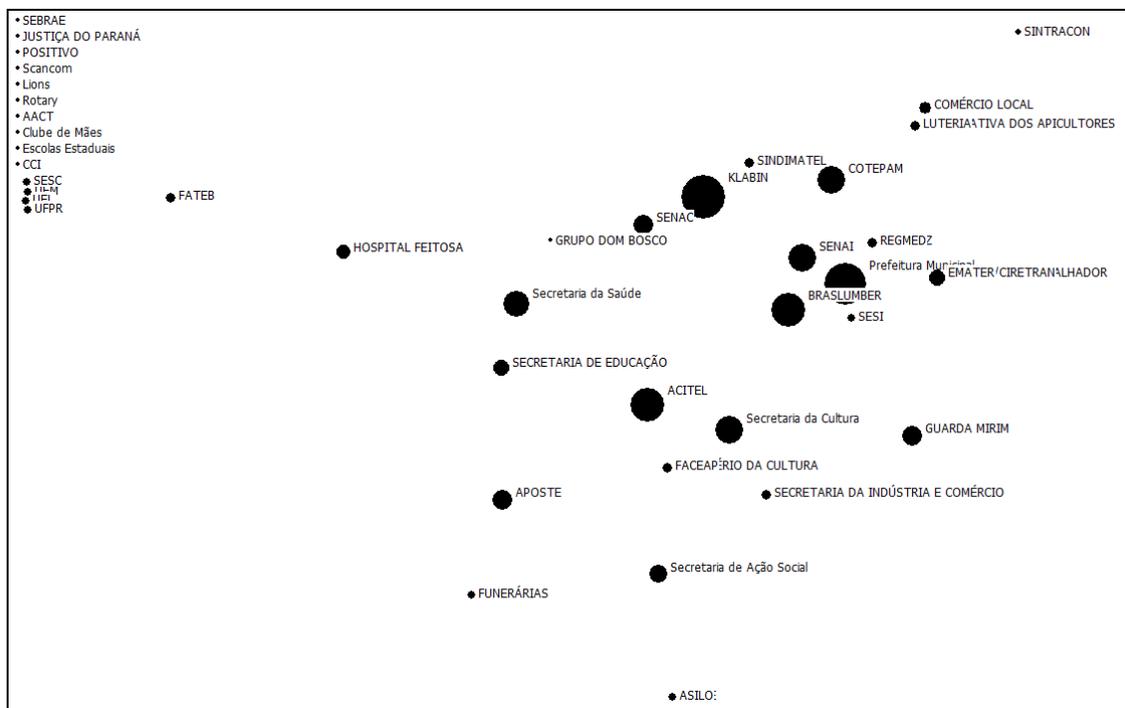


FIGURA 4.13 – INTENSIDADE (DEPENDÊNCIA E BENEFÍCIO) E DISTÂNCIA, DAS RELAÇÕES APONTADO NAS PARCERIAS ENTRE OS AGENTES LOCAIS, MEDIDOS PELA ESCALA MÉTRICA DE GOWER; CENTRALIDADE MEDIDA POR AUTOVETORES

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA.

NOTA: USO DO SOFTWARE UCINET 6

4.3.3 Sobre as Relações com a Klabin: A Percepção dos Agentes sobre a Dependência

Dos 13 agentes entrevistados, 6 alegaram depender da Klabin para realizar suas atividades, sendo que 4 destes disseram ter um alto grau de dependência. Dez agentes entrevistados disseram ser beneficiados pelas atividades da Klabin, seja de parceria ou econômica, e 5 destes agentes disseram ter um alto benefício e 3 baixo benefício. Onze agentes assinalaram que a expansão da Klabin afetou suas atividades, sendo 6 positivamente e 5 negativamente. Entre aqueles agentes que se disseram afetados positivamente, 4 alegaram ser muito afetados, enquanto que 3 agentes declararam-se muito afetados negativamente. Ou seja, 7 agentes apontaram-se como muito impactados pela expansão da Klabin (Quadro 4.1).

A falta de preparo dos agentes locais para receber o volume de pessoas atraído pelo projeto de expansão da Klabin resultou em impactos negativos para alguns agentes que tiveram que lidar com problemas de habitação, segurança, aumento do custo de vida, saúde, entre outros problemas sociais. Os impactos

positivos foram sentidos pelos agentes que, em geral, tiveram retorno econômico pelo aquecimento da atividade econômica do local.

Da mesma forma, a Klabin é mais importante para as instituições que representam atividades econômicas locais do que para os demais agentes, relacionados aos aspectos sociais. No entanto, esta informação é passível de confirmações por estudos posteriores.

Ou seja, os benefícios gerados pela atividade econômica da Klabin apontam-se como superior àqueles gerados pelas ações de responsabilidade social da empresa, muito embora a transferência de renda local apresente pontos de vulnerabilidade expressos principalmente pela condição precária de vida de grande parte da população local. Esta informação também é passível de confirmação pelo aprofundamento do estudo ou ampliação do número de entrevistados.

QUADRO 4.1 - RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES E A KLABIN

Agente Depende da Klabin		Grau da Dependência			
sim	não	alto	médio	Baixo	
6	7	4	1	1	
A Klabin Beneficia o Agente		Intensidade do Benefício			
sim	não	alto	médio	Baixo	
10	3	5	2	3	
A Expansão da Klabin afetou o agente		Direção da Interferência			
sim	não	positivamente		Negativamente	
		6		5	
11	2	muito	pouco	Muito	Pouco
		4	2	3	2

FONTE: PESQUISA DE CAMPO. TABULADO PELA AUTORA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do presente estudo firmou-se na observação da experiência de Telêmaco Borba a partir da atividade econômica de celulose e papel. O objetivo geral deste estudo foi concluído e tratava-se de avaliar as relações entre a atividade econômica de celulose e papel, representada pela Klabin, e o desenvolvimento local do município de Telêmaco Borba, a partir da rede de interações entre os agentes locais. Foi realizada a identificação histórica das relações entre a Klabin e o Desenvolvimento do Local e estruturada a rede de relações do município de Telêmaco Borba. Com base nestas duas realizações, foi identificada a influência da Klabin na rede de relações estabelecida pelos agentes locais, a partir da percepção dos agentes locais.

Quanto ao problema: As relações e interações existentes entre os agentes locais e a atividade de celulose e papel têm capacidade de promoverem o desenvolvimento local? Ressalta-se que Telêmaco Borba está relacionada diretamente à Klabin pelo processo de formação histórica, que vincula a tomada das decisões estratégicas da empresa aos impactos no município. Isto influencia as relações atuais entre os agentes locais, que, pelo comportamento recente, vêm impactando positivamente no processo de desenvolvimento local. Porém, a ausência de um planejamento conjunto para o recebimento de um volume grande de pessoas, como o ocorrido na expansão da Klabin, impacta negativamente, pois aumenta o custo de vida, prejudica o acesso aos serviços sociais e aumenta a criminalidade.

Sobre o pressuposto expõe-se um contraponto na consideração de que não são apenas as relações com a Klabin que impactam no desenvolvimento, visto que as interações entre os demais agentes, sem a participação da empresa, apresentaram-se relevantes e estruturam uma rede local, que, mesmo timidamente, reúne esforços na busca de melhores condições para o local.

Nos últimos anos, vêm ocorrendo o esmaecimento das dependências dos agentes locais em relação à empresa, mesmo que as relações existentes ainda sejam muito intensas. Isto implica no entendimento de que a redução da dependência é positiva porque desvincula a sobrevivência dos agentes à sobrevivência da Klabin. No entanto, considera-se que Telêmaco Borba é um todo que depende do envolvimento de todas as suas partes para o desenvolvimento local. As relações entre os agentes apresentam-se numerosas e a centralidade

tende, em muitos casos, à Prefeitura do Município. Mas, ainda fica como desafio ao local, intensificar as relações que não são realizadas com a Klabin, para que os esforços em prol do desenvolvimento atendam aos anseios de toda a população.

A observação da história da Klabin em Telêmaco Borba mostra que desde o estabelecimento da empresa no local esta atenta para a sustentabilidade e para o desenvolvimento, tomando como base suas estratégias competitivas. Mas isso ainda é passível de aprofundamento e pesquisa visto que há possibilidade desta preocupação sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento não incorporar de sobremaneira estratégias para a região urbana, de acordo com os anseios da população local. Isto não quer dizer que a empresa não se relacione ou não haja para o desenvolvimento, mas que talvez os parâmetros, objetivos e metas para o desenvolvimento ainda não estejam claros tanto para a empresa quanto para o município. Contudo, a preocupação sobre o desenvolvimento se intensificou no decorrer dos anos, constatando o crescente esforço da empresa em se adequar e se antecipar para cumprir com metas de redução da poluição e pelas ações de responsabilidade social, mesmo que estas resultem da necessidade de sobrevivência no mercado.

O histórico também mostra que a sinergia da empresa com o local era mais intensa no período em que as terras eram de propriedade da empresa, visto que ela era a única responsável pelo meio de vida no local. Com a abertura das terras, o papel do Estado passou para quem lhe cabe por direito, o Governo Municipal, deixando que a empresa passasse a se preocupar mais com sua dinâmica competitiva, não perdendo esforços para afastar o interesse das pessoas em se aproximar de uma atividade de grande porte. A história da Klabin e do município revelaram a importância das relações da empresa com o Estado, visto a presença deste, pela figura nacionalista de Getúlio Vargas, como indutor do desenvolvimento e do estabelecimento de uma indústria nacional, ao garantir a construção da planta fabril da Klabin no Paraná. Até hoje as relações entre a Klabin e os Governos, municipal, estadual e federal garantem a expressão política das relações entre atividade econômica e o meio em que está inserida.

A pesquisa de campo e a estruturação da rede de relacionamentos de Telêmaco Borba, pela ARS, revelaram que a Prefeitura é a centralidade das relações entre os agentes, mas a Klabin ainda é percebida como referência, pela dependência que causa aos agentes e pelos benefícios que gera a algumas

instituições. Isto implica no entendimento de que os agentes ainda possuem laços intensos com a empresa apesar de terem outros relacionamentos. Por outro lado, há agentes que se consideram independentes das relações diretas com a Klabin, o que é fundamental para o município ter uma estrutura própria e menos dependente da atividade da empresa na busca pelo desenvolvimento local.

Ainda sobre o estudo da rede, em Telêmaco Borba há uma preocupação pontual dos agentes para realizar ações que são apenas de interesse próprio. Mas esta revelação pode passar por problemas anteriores à busca do desenvolvimento, como a necessidade de sobrevivência das pessoas e das instituições. Enquanto não houver uma condição mínima de vida é distante se preocupar com a vida dos outros e do todo. Assim, considera-se que a sobrevivência e busca pelo desenvolvimento podem ser facilitadas pela união de esforços, que podem ampliar os resultados pretendidos. Há ações em parceria realizadas o município pelas instituições. Os questionamentos sobre a efetividade, o caráter pontual e a efemeridade destas parcerias para propiciar resultados concretos para o desenvolvimento local, também é sugestão para próximos estudos.

A ARS também revelou aspectos vulneráveis do desenvolvimento local, que são os impactos inesperados causados pelas ampliações da Klabin. Os agentes locais relataram que porque não conseguem atender o incremento populacional nas questões sociais, de educação e saúde. Ou seja, a Klabin impacta no município negativamente com relação ao desenvolvimento local, visto que a ampliação interferiu e criou obstáculos nas ações, em parceria ou não, realizadas pelos agentes locais para o desenvolvimento. Ou seja, a Klabin desencadeia impactos negativos às questões sociais quando não planeja em conjunto com o município seus projetos de expansão. Apesar de fazer ações de responsabilidade social, estas não são suficientes para contrabalancear os impactos negativos da atração populacional provocada pela empresa. Entre os impactos negativos estão o aumento do custo de vida no local, a dificuldade de acesso aos serviços sociais e o aumento da criminalidade.

O estudo da rede de relacionamentos ainda revelou que a mensuração da interação entre os agentes e o desenvolvimento local são elementares para a criação de uma identidade própria e de soluções para o desenvolvimento local. Apesar de a mensuração por indicadores quantitativos ser limitada, os indicadores

qualitativos de intensidade e de interações expressaram o envolvimento entre os agentes.

Sob uma observação das relações da atividade de celulose e papel com as dimensões econômica, cultural, ambiental, social e espacial, resultou o seguinte entendimento:

- A atividade de celulose e papel, apesar de ser verticalizada, resulta em impactos positivos ao desenvolvimento local, ao estimular outras atividades e a geração de renda.
- A atividade de celulose e papel é marco cultural do local estabelecendo um vínculo muito rígido de referência e dependência.
- A atividade de celulose e papel, pelo uso de florestas, ocupa 95% das terras do município levando ao entendimento de que soluções e alternativas precisam ser pensadas para o espaço urbano.
- A atividade de celulose e papel utiliza-se dos recursos naturais e deve estar em constante controle sobre a poluição gerada por sua atividade.
- A atividade de celulose e papel influencia o meio social do local no que se refere às classes sociais e ao atendimento das condições de saúde, escolaridade, bem estar e infra-estrutura. Assim, os inchaços populacionais causados pela atratividade da oferta de emprego pelas estratégias da empresa agravam os problemas relacionados a estas questões, impactando negativamente no desenvolvimento local.

Contudo, a Klabin estabelece relações culturais históricas no município e, portanto, como tema para próximos estudos ressalta-se a necessidade de entrevistar a população e determinar suas percepções em relação à empresa, além das outras proposições já mencionadas no decorrer deste capítulo. Estabelecer o foco de estudo nas percepções de dependência da Klabin com relação aos demais agentes do município também enfatiza uma opção para novos estudos.

Dada a complexidade do desenvolvimento local e dos problemas, a economia revelou a necessidade de dialogar com as demais áreas do conhecimento, imbricando-se nos estudos para compreender e buscar soluções. A multidisciplinaridade das compreensões é essencial para balizar os novos estudo acerca do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins (org.). **Globalização & Inovação Localizada**: experiências de distemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCTm, 1999.

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, região e desenvolvimento**. Instituto de Ciências Políticas e Sociais. Recife, 1967. Ed. Brasiliense.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). Ética e **Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de Sub/Desenvolvimento e Desenvolvimento Local**. 1. ed. Sobral: Edições UVA, 2006. v. 1. 115 p.

BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e Crescimento Econômico**. São Paulo, PIONEIRA, 1979.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: Uma análise comparativa. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BETIM, Leozenir Mendes. **Caracterização da Estrutura Organizacional do Aglomerado Produtivo de Telêmaco Borba-PR**. Ponta Grossa, 2007. Dissertação de Mestrado na Área de Engenharia da Produção. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, 2000. VI. 1.

BOSSSEL, H. *Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balaton Group*. Winnipeg: IISD, 1999.

BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel). **Informe Anual**: O Setor Brasileiro de Celulose e Papel - 2005. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/br/anual/perfil2006.pdf>> Acesso em: 20 jun.2006a.

BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel). **Responsabilidade Social das Empresas de Celulose e Papel – 2005**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/br/social/papelsocial.htm>> Acesso em: 04 abr.2006b.

BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel). **Informações gerais sobre o setor 2007**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html>> Acesso em: agosto de 2008.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: ciências para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 256 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: edição compacta. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo : Atlas, 1992.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo : Atlas, 1994.

CSD, **Comission on Sustainable Development**. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/csd/policy.htm>>. Acesso em 09/03/2007.

DE PUPPI E SILVA, Heloísa. **A Influência da Atividade Econômica Papeleira nos Indicadores de Desenvolvimento Econômico e Social de Telêmaco Borba e Municípios Vizinhos**. Curitiba, 2003. Monografia de Graduação na Área de Ciências Econômicas – FAE Business School.

DE PUPPI E SILVA, Heloísa. **As mudanças no padrão de concorrência da indústria de papel e celulose paranaense entre 1989 e 2001**. Curitiba, 2001. Pesquisa e Iniciação Científica (PAIC em Economia Industrial), Faculdades Bom Jesus.

DE PUPPI E SILVA, Heloísa; SILVA, Christian Luiz. In: VI Congresso Brasileiro de história Econômica e 7ª Conferência Internacional de História das Empresas, Conservatória-RJ. **Fatores Históricos da Klabin – Papel e Celulose Determinantes para o Desenvolvimento Sócio-Econômico de Telêmaco Borba-PR**. 2005.

FAE – CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Mestrado**. Disponível em: <<http://www.fae.edu/mestrado/index.asp>> Acesso em: agosto de 2008.

FAISSOL, S. **Organização e Regionalização**. S.L. : s.n., 1975.

FARAH Jr., Moisés. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes Econômicos: Estratégias Empresariais pró-ativas ou reativas?**. Revista da FAE, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 13-22, maio-agosto. 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERNANDES, Hellê Vellozo. **Monte Alegre: cidade-papel. Klabin do Paraná**, 1974.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil: Desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

FERREIRA, Daniel; GODOY, Arilda. **A Estruturação Organizacional, os Incentivos Governamentais e a Diversificação: Fatores Responsáveis pela Expansão e Consolidação do Grupo Nova América no Cenário Empresarial Brasileiro**. Artigo, V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu-MG, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1987.

FIEMG (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS). **Cresce Minas: um projeto brasileiro**. Belo Horizonte: FIEMG, 2000.

GONÇALVES, José Augusto; PORTUGAL, Licínio; Netto, Paulo Oswaldo Boaventura. As potencialidades de indicadores de centralidade no estudo de um corredor ferroviário. COPPE/UFRJ. SN. Disponível em: http://redpgv.coppe.ufrj.br/arquivos/Centralidade_CorredorFerroviario_Anpet200.pdf Acesso em setembro de 2008.

GOOGLE EARTH, 2008. Disponível em: < <http://earth.google.com/intl/pt/> > Acesso em: agosto de 2008.

GOUZEE, N.; MAZIJN, B; BILLHARZ, S. **Indicators of Sustainable Development for Decision-Making**. Report of the Workshop of Ghent, Belgium, 9-11 January 1995, Submitted to UN Commission on Sustainable Development. Federal Planning Office of Belgium, Brussels.

GREENPEACE. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br>> Acesso em: 07/06/2005.

GREMAUD, Amaury. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMMOND, A.; ADRIAANSE, A.; RODENBURG, E.; BRYANT, D.; WOODWARD, R. **Environmental Indicators: A systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 1999.

HISTÓRIA DO PARANÁ. Volume 1, Volume 3, Volume 4. Grafipar. 1969.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**; tradução AZEVEDO, Ricardo. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estatísticas do Século XXI**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: agosto de 2008.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial**. Curitiba, 1994.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/site_xoops/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=29> Acesso em: agosto de 2007.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Base de Dados – BDE**. Disponível em: <www.ipardes.gov.br> Acesso em: agosto de 2008.

ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná). **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. 2. ed. Curitiba : ITCF, 2006.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KLABIN. **RELATÓRIO ANUAL - 2000**. São Paulo: 2001.

KLABIN. **Histórico da Empresa**. Disponível em: <www.klabin.com.br> Acesso em: agosto de 2003.

KLABIN. **Linha do Tempo da Unidade**. Disponível em: <www.klabin.com.br> Acesso em: julho de 2008.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo : Nobel, 1994.

KRUGMAN, Paul R.. **Economia Internacional: Teoria e política**. São Paulo: Makron, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. In: Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. Anpuh, Rio de Janeiro. **Klabin: A gênese de uma grande empresa**. 2006.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: Aprendizados a partir das políticas urbanas**. 2006.

MORAIS, Fernando. **Chato: O Rei do Brasil**, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, José Antonio. **Mapas Perceptuais e Variações na Participação de Mercado**. São Paulo, 2006. 166p. Dissertação (Administração de Empresas) Escola de Administração – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MYRDAL, **Teorias sobre Desenvolvimento Regional**. 1972.

OLIVEIRA, Josiane. **A Governança Urbana como Indutora do Desenvolvimento Local**: Aplicações do Modelo Colaborativo de Curitiba na regional do Cajuru. Curitiba, 2006. 179p. Dissertação (Gestão Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – CCTE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de Oliveira. **Desigualdades inter-regionais e políticas públicas para o setor industrial paranaense na década de noventa**. Maringá, 2001. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá.

PENTEADO, Hugo. **Economia: Uma Nova Abordagem**. [S.L.]. Editora Lazuli, [2004?].

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento no Brasil**. Software. Disponível em: <www.undp.org.br> Acesso em: outubro de 2003.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**. Ed. Campus, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. **Distrito industrial**. Disponível em: <www.telamacoborba.gov.br> Acesso em: agosto de 2003.

PROCHNIK, Victor. **O Macrocomplexo da Construção Civil**, Texto para Discussão n. 117, IE/UFRJ,1987.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SASSEN, Saskia. Os espaços da economia global. In: Oliveira, F. A. M. (org.). **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. São Paulo: Unesp, 1998.

Seminário de análise multivariada. Capítulo 1 – Introdução. Disponível em: <http://agata.ucg.br/formularios/NPI/clarimar/pdf/capitulo1.pdf>. Acesso em: setembro 2008.

SERRA, J. **Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra**. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, ag.1976.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira et al. **Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação.** 2007.

SILVA, Christian (Org.). **Desenvolvimento Sustentável:** um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis-RJ : Vozes, 2006.

SMMA (Secretaria Municipal do meio Ambiente de Curitiba). **Missão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretarias.aspx?org=5>> Acesso em: 30/10/2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, SP: Ed. Atlas, 1999.

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerções industriais como foco de políticas.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (18. : 2000 : Campinas). Anais. Campinas, ANPEC, 2000.

TELÊMACO BORBA. Disponível em: <<http://www.ui.jor.br/telemaco.htm>> Acesso em: agosto de 2008.

THE COMPETITIVENESS INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.competitiveness.org/>> Acesso em: 2003.

TOMAÉL, Inês Maria; MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais: posições dos atores nos fluxos de informação. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/342/387>> Acesso em: setembro de 2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VITTE, C. C. S. **Experiências de Políticas de Desenvolvimento Econômico Local nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os Impactos no Território.** IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007.

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)